



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

MOBILIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE ESTRATOS DE RENDA
(1981 A 2004)

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação do Prof. Dr. Waldir José de Quadros.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Maria Alice Pestana de Aguiar Remy em 08/11/2007 e orientada pelo Prof. Dr. Waldir José de Quadros.

CPG, 08 / 11 / 2007

Campinas, 2007

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

R289m Remy, Maria Alice Pestana de Aguiar.
Mobilidade brasileira a partir de estratos de renda (1981 a 2004) / Maria
Alice Pestana de Aguiar Remy. - Campinas, SP: [s.n.], 2007.

Orientador: Waldir Jose de Quadros.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto
de Economia.

1. Distribuição de renda – Brasil – 1981-2004.
2. Mobilidade social.
3. Desigualdade de renda. I. Quadros, Waldir Jose de.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

08-008-BIE

Título em Inglês: Brazilian social mobility among income brackets (1981-2004).

Keywords: Income distribution - Brazil, 1981-2004; social mobility; income inequality.

Área de concentração: Economia social e do Trabalho.

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Banca examinadora: Prof. Dr. Waldir Jose de Quadros.

Prof. Dr. Paulo de Martino Jannuzzi.

Profa. Dra. Eugenia Troncoso Leone.

Data da defesa: 08/11/2007.

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico.

Dissertação de Mestrado

Aluna: MARIA ALICE PESTANA DE AGUIAR REMY

“ Mobilidade Brasileira a partir de Estratos de Renda (1981 a 2004) “

Defendida em 08 / 11 / 2007

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. WALDIR JOSÉ DE QUADROS
Orientador – IE / UNICAMP

Prof. Dr. PAULO DE MARTINO JANNUZZI
Fundação SEADE

Profa. Dra. EUGENIA TRONCOSO LEONE
IE / UNICAMP

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho se constituiu em um desafio, uma situação especial para o meu aperfeiçoamento. Mas, para cada desafio há sempre aqueles que nos estendem às mãos e os tornam menos tortuosos. Agradeço primeiramente ao meu orientador, Professor Doutor Waldir José de Quadros, pelo apoio à formalização de idéias, revisão geral deste trabalho e por ter, sobretudo, depositado confiança em mim.

Agradeço também às sugestões feitas pelo Professor Doutor Paulo Martino Jannuzzi tanto por ocasião da Qualificação quanto me recebendo em outros momentos de dúvidas e hesitação. O Professor Doutor Carlos Alonso Barbosa de Oliveira também merece um “muito obrigada” pela participação e críticas feitas por ocasião da Qualificação, as quais acolhidas levaram-me a trilhar um caminho mais apropriado.

Na verdade, um trabalho deste é fruto de aprendizado transmitido por uma gama de pessoas e professores (Alejandra Madi, Ângela Kageyama, Carolina de Souza, Eduardo Fagnani, Eugenia Troncoso, Francisco Lopreato, Frederico Mazzucchelli, José Carlos Braga, Mariano Laplane, Pedro Luis, Simone Deos). Não há como nomear todas elas, mas agradeço em especial ao Professor Doutor Rodolfo Hoffmann, sempre pronto a ajudar e ao Professor Doutor Paulo Eduardo Baltar e Professor Doutor Cláudio Dedecca, ambos do CESIT. Agradeço especialmente à Profa. Dra. Eugênia Troncoso por suas críticas precisas e “cirúrgicas”.

Tive o privilégio de interagir com os pesquisadores do CESIT, mais fortemente com os colegas, Alexandre Gori Maia e Amilton Moretto. Destaco o primeiro, pois realizou um trabalho preliminar, alocando as famílias nas respectivas faixas de renda e poupando meus esforços no tratamento dos dados. O segundo, por ter também facilitado o caminho. Ainda não posso deixar de mencionar o constante incentivo do Professor Doutor Marcelo Proni.

Agradeço ainda o convívio com os colegas de grupo de trabalho (Josiane Falvo, Vinícius Gaspar, Daniel de Mattos Höfling e Marília Patelli). Além disso, contar com o trabalho de *backup* do Licério e da Susete, sempre prestativos, foi bastante importante.

Dentre as pessoas que não estiveram envolvidas diretamente com o trabalho, aquelas que mesmo longe, estão e estarão sempre comigo, o que fortalece em qualquer momento de dificuldade, agradeço especialmente. São elas, Beto Boscolo, Eugênio Sidou, Professor Doutor Luiz Carlos de Freitas, Maria Teresa Sousa e Silva, Rosi Gelape e Sílvia Peterlini.

Quanto ao apoio institucional agradeço ao Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp na pessoa de seu atual Diretor, (Professor Doutor Paulo Eduardo Baltar), por ter me acolhido como pesquisadora ao longo deste estudo, o que tornou possível a realização deste trabalho.

Aos de casa e por termos caminhado juntos, compartilhando bons momentos, mas também difíceis, agradeço ao meu marido, Marco André Remy. Ao meu sobrinho, mais que um sobrinho, Erik Remy pelo carinho e pelo auxílio na formatação final dos gráficos. Finalmente, dedico este trabalho aos meus pais, Paulo José e Maria Antonietta, por tudo que me proporcionaram e pela sadia orientação que me deram para a vida.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1.1. Introdução	1
1.2. Conceitos de mobilidade	9
1.3. Ferramental técnico utilizado nos estudos empíricos	13
1.4. Os enfoques sobre a apropriação do produto	18

CAPÍTULO II

2.1. Debate sobre os anos 70	19
2.2. O debate a partir de 1980	25
2.3. Interpretação sobre as limitações dos estudos	51
2.3.1. Distribuição de renda	51
2.3.2. Mobilidade social	52
2.4. Quadro sinóptico	54

CAPÍTULO III

3.1. O cenário brasileiro	63
3.2. A dimensão da mobilidade	65
3.3. Procedimentos metodológicos	69
3.4. A mensuração da situação social (renda) com base na renda familiar <i>per capita</i>	74
3.5. A mobilidade a partir das faixas de renda	79
3.5.1. O corte etário	86
3.5.1.1. A análise horizontal	90
a) Evolução da condição social para algumas idades (0, 5, 10 e 15 anos) em anos distintos (1981 a 2004)	90
A faixa de renda de Alta classe média	90
A faixa de renda da Média classe média	92
A faixa de renda da Baixa classe média	93
A faixa de renda de Massa trabalhadora	96
A faixa de renda de Miseráveis	98
b) Evolução da condição social para a coorte 0 a 23 anos	100
A faixa de renda da Alta classe média	101
A faixa de renda da Média classe média	103
A faixa de renda da Baixa classe média	104
A faixa de renda de Massa trabalhadora	105
A faixa de renda de Miseráveis	106

SUMÁRIO (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2. A análise diagonal	108
a) Evolução das pessoas com menos de 1 ano em 1981	110
A faixa de renda da Alta classe média	110
A faixa de renda da Média classe média	114
A faixa de renda da Baixa classe média	118
A faixa de renda de Massa trabalhadora	121
A faixa de renda de Miseráveis	124
b) Comparativo de trajetórias entre diversos períodos (1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04)	127
A faixa de renda da Alta classe média	129
1ª. Infância (0 a 4 anos)	130
Infância (5 a 9 anos)	132
Pré-adolescência (10 a 14 anos)	134
Adolescência (15 a 19 anos)	136
Juventude (20 a 24 anos)	138
A faixa de renda da Média classe média	141
1ª. Infância (0 a 4 anos)	142
Infância (5 a 9 anos)	144
Pré-adolescência (10 a 14 anos)	146
Adolescência (15 a 19 anos)	148
Juventude (20 a 24 anos)	150
A faixa de renda da Baixa classe média	153
1ª. Infância (0 a 4 anos)	154
Infância (5 a 9 anos)	156
Pré-adolescência (10 a 14 anos)	158
Adolescência (15 a 19 anos)	160
Juventude (20 a 24 anos)	162
A faixa de renda de Massa trabalhadora	165
1ª. Infância (0 a 4 anos)	166
Infância (5 a 9 anos)	168
Pré-adolescência (10 a 14 anos)	170
Adolescência (15 a 19 anos)	171
Juventude (20 a 24 anos)	173
A faixa de renda de Miseráveis	176
1ª. Infância (0 a 4 anos)	177
Infância (5 a 9 anos)	179
Pré-adolescência (10 a 14 anos)	180
Adolescência (15 a 19 anos)	183
Juventude (20 a 24 anos)	184

SUMÁRIO (cont.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	193
ANEXOS	
A Deflatores corrigidos para a PNAD	201
B1 Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Alta classe média	202
B2 Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Média classe média	203
B3 Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Baixa classe média	204
B4 Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Massa trabalhadora	205
B5 Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Miseráveis	206
C1 Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Alta classe média	207
C2 Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Média classe média	208
C3 Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Baixa classe média	209
C4 Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Massa trabalhadora	210
C5 Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Miseráveis	211
D1 Proporção das idades em relação à população total no padrão de Alta classe média	212
D2 Proporção das idades em relação à população total no padrão de Média classe média	213
D3 Proporção das idades em relação à população total no padrão de Baixa classe média	214
D4 Proporção das idades em relação à população total no padrão de Massa trabalhadora	215
D5 Proporção das idades em relação à população total no padrão de Miseráveis .	216
E Distribuição dos indivíduos nas cinco faixas de renda	217

GRÁFICOS

CAPÍTULO III

3.4.1	Pirâmide etária brasileira – 1981	76
3.4.2	Pirâmide etária brasileira – 2004	76
3.5.1	Distribuição da população em faixas de rendas (1981-2004)	80
3.5.2.	Distribuição da população em faixas de rendas 1981	81
3.5.3.	Distribuição da população em faixas de rendas 2004	81
3.5.1.1	Distribuição de população brasileira em faixas de renda – 1983	86
3.5.1.2	Distribuição das pessoas de 2 anos de idade em faixas de renda – 1983	87
3.5.1.1.1	Proporção de pessoas na Alta classe média em idades distintas	91
3.5.1.1.2	Proporção de pessoas na Média classe média em idades distintas	93
3.5.1.1.3	Proporção de pessoas de diversas idades na faixa Miseráveis	100
3.5.1.1.4	Proporção média da coorte 0 a 23 anos em diversos anos	101
3.5.1.1.5	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Alta classe média	103
3.5.1.1.6	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Média classe média	104
3.5.1.1.7	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Baixa classe média	105
3.5.1.1.8	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Massa trabalhadora	106
3.5.1.1.9	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos faixa Miseráveis	107
3.5.1.2.1	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 nas diversas faixas de renda	109
3.5.1.2.2	Faixa da Alta classe média sem os anos dos Planos econômicos	111
3.5.1.2.3	Faixa da Alta classe média (1981 a 1993)	112
3.5.1.2.4	Faixa da Alta classe média (1996 a 2004)	113
3.5.1.2.5	Faixa da Média classe média sem os anos dos Planos econômicos	115
3.5.1.2.6	Faixa da Média classe média (1981 a 1993)	116
3.5.1.2.7	Faixa da Média classe média (1996 a 2004)	117
3.5.1.2.8	Faixa da Baixa classe média (1981 a 1993)	119
3.5.1.2.9	Faixa da Baixa classe média (1996 a 2004)	120
3.5.1.2.10	Faixa da Massa trabalhadora (1981 a 1993)	122
3.5.1.2.11	Faixa da Massa trabalhadora (1996 a 2004)	123
3.5.1.2.12	Faixa dos Miseráveis (1981 a 1993)	125
3.5.1.2.13	Faixa dos Miseráveis (1996 a 2004)	126
3.5.1.2.14	Trajetórias da 1ª. Infância na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	130
3.4.1.2.15	Distribuição da população brasileira na Alta classe média	131
3.5.1.2.16	Distribuição da 1ª. Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média	132

GRÁFICOS (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2.17	Trajetórias da Infância na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.....	133
3.5.1.2.18	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média	134
3.5.1.2.19	Trajetórias da Pré-Adolescência na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	135
3.5.1.2.20	Distribuição da Pré-Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média.....	136
3.5.1.2.21	Trajetórias da Adolescência na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	137
3.5.1.2.22	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média	138
3.5.1.2.23	Trajetórias da Juventude na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	139
3.5.1.2.24	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Alta Classe Média	139
3.5.1.2.25	Trajetórias da 1ª. Infância na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	142
3.5.1.2.26	Distribuição da população brasileira na Média Classe Média	143
3.5.1.2.27	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média	144
3.5.1.2.28	Trajetórias da Infância na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	145
3.5.1.2.29	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média	146
3.5.1.2.30	Trajetórias da Pré-adolescência na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	147
3.5.1.2.31	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média	148
3.5.1.2.32	Trajetórias da Adolescência na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	149
3.5.1.2.33	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média	150
3.5.1.2.34	Trajetórias da Juventude na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	151
3.5.1.2.35	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Média Classe Média	152

GRÁFICOS (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2.36	Trajetórias da 1ª Infância na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	154
3.5.1.2.37	Distribuição da população brasileira na Baixa Classe Média	155
3.5.1.2.38	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	156
3.5.1.2.39	Trajetórias da Infância na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	157
3.5.1.2.40	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	158
3.5.1.2.41	Trajetórias da Pré-adolescência na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	159
3.5.1.2.42	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	160
3.5.1.2.43	Trajetórias da Adolescência na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	161
3.5.1.2.44	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	162
3.5.1.2.45	Trajetórias da Juventude na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	163
3.5.1.2.46	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	164
3.5.1.2.47	Trajetórias da 1ª Infância na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	166
3.5.1.2.48	Distribuição da população na faixa da Massa trabalhadora	167
3.5.1.2.49	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	168
3.5.1.2.50	Trajetórias da Infância na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	169
3.5.1.2.51	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	169
3.5.1.2.52	Trajetórias da Pré-adolescência na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	170
3.5.1.2.53	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	171

GRÁFICOS (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2.54	Trajetórias da Adolescência na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	172
3.5.1.2.55	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	173
3.5.1.2.56	Trajetórias da Juventude na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	174
3.5.1.2.57	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	174
3.5.1.2.58	Trajetórias da 1ª Infância dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	177
3.5.1.2.59	Distribuição da população na faixa de renda dos Miseráveis	178
3.5.1.2.60	Distribuição 1ª Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	179
3.5.1.2.61	Trajetórias da Infância dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	180
3.5.1.2.62	Distribuição Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	181
3.5.1.2.63	Trajetórias da Pré-adolescência dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	182
3.5.1.2.64	Distribuição Pré-adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	182
3.5.1.2.65	Trajetórias da Adolescência dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	183
3.5.1.2.66	Distribuição Adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	184
3.5.1.2.67	Trajetórias da Juventude dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04	185
3.5.1.2.68	Distribuição Juventude em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	185

TABELAS

INTRODUÇÃO

1	PIB – Distribuição do produto mundial em percentual	5
2	Desigualdade de renda entre países aferida pelo Gini	6

CAPÍTULO I

1.3.1	Matriz de transição de mobilidade	14
1.3.2.	Matriz ocupacional – Brasil 1973	17

CAPÍTULO II

2.2.1.	Brasil: Contribuição para a desigualdade de renda	28
2.2.2.	Brasil: Rendimento médio mensal da ocupação – 1996 (em R\$)	45

CAPÍTULO III

3.2.1.	Participação percentual dos tipos de rendimentos na PNAD	66
3.2.2.	Participação do trabalho presente e trabalho passado na PNAD	66
3.2.3.	Distribuição funcional da renda	68
3.3.1.	Classificação das famílias em faixas de renda	72
3.3.2.	Faixas de rendimentos originais	73
3.3.3.	Faixas de rendimentos atualizadas	74
3.4.1.	Distribuição de renda e indicadores de desigualdade (1992 a 2005)	75
3.4.2	Evolução do tamanho médio da família brasileira	77
3.5.1	Distribuição % da população brasileira em faixas de renda.....	85
3.5.2	Distribuição % das pessoas a partir de 0 anos por faixa de renda no total de cada respectiva idade.....	85
3.5.3	Relação entre a proporção das idades e a proporção do total da população por faixa de renda	85
3.5.1.1.1.	Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na Baixa Classe Média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)	95
3.5.1.1.2.	Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na faixa da Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)	97
3.5.1.1.3.	Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na faixa dos Miseráveis (Maior renda na família $<$ R\$278,80)	99
3.5.1.1.4.	Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Alta classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$2.787,70)	102

TABELAS (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2.1	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Alta classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$2.787,70)	110
3.5.1.2.2	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Média classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)	114
3.5.1.2.3	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Baixa classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)	118
3.5.1.2.4	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na faixa da Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)	121
3.5.1.2.5	Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na faixa dos Miseráveis (Maior renda na família $<$ R\$278,80)	124
3.5.1.2.6	Denominação para trajetórias de grupos etários	127
3.5.1.2.7	Períodos de trajetórias	127
3.5.1.2.8.	Modelo comparativo de trajetórias da 1ª. Infância na Alta classe média	128
3.5.1.2.9	Trajетórias em diversos períodos na Alta classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$2.787,70)	129
3.5.1.2.10	Distribuição da 1ª. Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média	131
3.5.1.2.11	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média	133
3.5.1.2.12	Distribuição da Pré-Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média	135
3.5.1.2.13	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média	137
3.5.1.2.14	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Alta Classe Média	139
3.5.1.2.15	Trajетórias em diversos períodos na Média classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)	141
3.5.1.2.16	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média	143
3.5.1.2.17	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média	145
3.5.1.2.18	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média	147
3.5.1.2.19	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média	149
3.5.1.2.20	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Média Classe Média	151

TABELAS (cont.)

CAPÍTULO III

3.5.1.2.21	Trajetórias em diversos períodos na Baixa classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)	153
3.5.1.2.22	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	155
3.5.1.2.23	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	157
3.5.1.2.24	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	159
3.5.1.2.25	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	161
3.5.1.2.26	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Baixa Classe Média	163
3.5.1.2.27	Trajetórias em diversos períodos na faixa da Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)	165
3.5.1.2.28	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	167
3.5.1.2.29	Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	169
3.5.1.2.30	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	171
3.5.1.2.31	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	172
3.5.1.2.32	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Massa trabalhadora	174
3.5.1.2.33	Trajetórias em diversos períodos na faixa dos Miseráveis (Maior renda na família $<$ R\$278,80)	176
3.5.1.2.34	Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	178
3.5.1.2.35	Distribuição da Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	180
3.5.1.2.36	Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	182
3.5.1.2.37	Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	184
3.5.1.2.38	Distribuição da Juventude em relação à população brasileira dentre os Miseráveis	185

RESUMO

Esta dissertação analisa a evolução da mobilidade da sociedade brasileira entre cinco estratos de renda, com base na alocação de todos os membros da família na faixa de renda de sua maior remuneração individual, durante o período 1981-2004. O pressuposto teórico consiste na crença de que a posição social das famílias está diretamente relacionada à inserção na sociedade de seu integrante de melhor remuneração. Os dados utilizados são os das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) a partir de 1981, coletados anualmente pelo IBGE, salvo para os anos em que inexisteu a pesquisa.

Os principais resultados apontam para uma redução dos espaços sociais ou para o encolhimento da proporção de pessoas nos três estratos superiores de renda e ampliação dos dois estratos da base da pirâmide, numa trajetória descendente de famílias, ainda com baixo nível de rendimento individual. As famílias com crianças tiveram os piores desempenhos e a comparação entre as trajetórias de pessoas até a pré-adolescência registraram o pior desempenho durante o período 2000-2004. Por outro lado, também é possível constatar que o movimento de melhoria de renda ocorrido logo após aos dois maiores planos econômicos (Cruzado e Real) perderam o vigor ao longo do tempo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the evolution of Brazilian society mobility among five income brackets. It is based on the allocation of all family members with their highest individual earnings within their income bracket during the period of 1981 through 2004.

The theoretical assumption builds its foundation on the fact that the family social status is directly related to the induction in society of the highest paying family member. The data is used from Pesquisas Nacionais por Amostra a Domicilio (PNADs) from 1981 on, collected annually by IBGE, except for the years in which the research was not performed.

The main results point out to a reduction of social strata or proportionate shrinking of individuals on the top three income brackets and expansion of the bottom two of the pyramid, following a downward trajectory of families still with low individual earnings. Families with children had the worst performance and the comparison amongst individuals up to pre-adolescence amassed to the worst performance during the period of 2000-2004. On the other hand, it is possible to demonstrate that the upswing income improvement that took place immediately after the two economic plans (Cruzado and Real) lost momentum over time.

INTRODUÇÃO

A questão da mobilidade social tem sido motivo de bastante controvérsia na área acadêmica, com vasta produção entre os pesquisadores e investigadores. O debate se produz com base na adoção de teorias sociais antagônicas e, se deu sobre dois pilares:

De um lado, estão aqueles que professam a teoria da industrialização segundo a qual ocorreria uma padronização, para melhor, no nível de vida dos indivíduos nas sociedades industriais. As regiões e nações industrializadas se caracterizariam pela racionalidade econômica e técnica que ofereceriam novos acessos a bens e serviços. A consequência imediata seria a condução das sociedades a taxas crescentes de mobilidade social e igualdade de oportunidades. Dentre os mais relevantes expoentes estão Erikson e Goldthorpe¹.

De outro lado, há a teoria marxista bem como outras teorias socialistas. Estas defendem exatamente o oposto, isto é, que as sociedades capitalistas se caracterizariam por sua reprodução de classe, pela qual um pequeno número de famílias capitalistas reproduz-se geração a geração enquanto a classe trabalhadora também vai produzir novos trabalhadores, os quais estarão sempre subordinados aos capitalistas. Um proeminente defensor contemporâneo desta linha é Erik Olin Wright.

A premissa subjacente nestas duas correntes teóricas é se as economias de mercado das sociedades industriais caracterizam-se por eficiência alocativa dos fatores de produção, racionalidade, abertura e permitem, portanto um alto nível de mobilidade ascendente ou se estas economias perpetuam as desigualdades do ponto de partida. Portanto, há também uma relação estreita com as questões distributivas, sob visões macroeconômicas distintas. A discussão sobre estes enfoques não pertence ao escopo deste trabalho, pela própria extensão do tema, mas vale ressaltar algumas delas apenas para ilustrar como essas abordagens podem influenciar no estudo de distribuição de renda e mobilidade. Para efeito

¹ Os autores detalham esta posição na obra *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. O estudo sobre doze nações inicialmente, se utilizou modelos estatísticos e uma escala de ocupações, construída para comprovar a teoria. A pesquisa foi elaborada sobre os auspícios do projeto CASMIN (Comparative Analysis of Social Mobility in Industrialized Societies)

de simplificação vamos nos ater a duas delas, a teoria neoclássica do equilíbrio geral, características distributivas e sua anteposição genérica.

A formulação de equilíbrio geral dentro da teoria neoclássica, supõe que a despeito de inexistir na economia instituições de alcance geral para a coordenação econômica, seus agentes (indivíduos, famílias e empresas) são dotados de racionalidade, capaz de criar espontaneamente um grau de coordenação. Este tipo de ordem tem sido concebido em termos de um equilíbrio, entre oferta e demanda nos mercados, que conduzem a um equilíbrio geral² da economia. O que importa acentuar aqui, é que as teorias da distribuição provenientes deste conceito, não dizem respeito à distribuição em si, mas à distribuição no equilíbrio. Isto significa que o padrão de distribuição ótimo seria aquele determinado pela racionalidade econômica que, como mencionado anteriormente, conduziria as sociedades e países a taxas maiores de mobilidade social, baseadas na renda, em virtude das oportunidades geradas. Desta forma, à medida que os países passassem a vivenciar as potencialidades industriais em sua plenitude, haveria uma convergência em termos de renda *per capita* entre suas sociedades.

Então, ao tratarmos especificamente da relação entre países existe ampla literatura sobre a aproximação de renda destes no mundo. Dentre esses estudos destacamos os de (Cannon e Duck 2000) (Barro e Sala-i-Martin 1995) (Parente e Prescott 1993). Entretanto, de acordo com Bliss (1999) os estudos que apontam para a convergência precisam ser recebidos com certo ceticismo. O autor alega que num estudo empírico com dados em painel como normalmente são apresentados, a comparação da variância do logaritmo das rendas em dois tempos não é necessariamente decisiva. O ponto principal da crítica é que como o coeficiente estimado representa um valor médio da amostra utilizada, esse experimento pode na verdade não estar representando de forma clara sua real tendência.

A divergência de renda a partir dos dados reais também é aceita por outros autores como Becker G, Philipson T e Soares R (2003) que apesar de seguirem os preceitos do *mainstream economics* de matiz liberal, reconhecem o afastamento entre países pobres e

² Esta é uma simplificação pois não abordaremos as diversas propostas de equilíbrios parciais.

países ricos no mundo real, mas defendem a convergência em relação ao bem-estar de vida³, o que segundo os autores, seria o relevante.

No âmbito da mobilidade, diversos projetos⁴ foram conduzidos por sociólogos em muitos países e levantaram uma gama de informações que possibilitou a construção de matrizes de mobilidade bem como de outras formas de medidas. As comparações entre os estudos ficam particularmente prejudicadas ao longo do tempo e entre países, em virtude da variabilidade de categorias ocupações e das escalas de *status* social.

Há diversas teses sociológicas que apóiam a existência de convergência nos níveis e padrões de mobilidade social. Para estas, a competição econômica faria com que os empregadores recrutassem seus empregados em bases cada vez mais meritocráticas, o que contribuiria para um processo de altos níveis de mobilidade, passando a incluir grupos e minorias anteriormente vítimas de preconceito ou discriminação. Também denominada de teoria liberal do industrialismo, esta corrente tem como referência os trabalhos de Parsons (1960, 1964); Kerr, Dunlop, Harbison e Myers (1960, 1973).

Duas outras teses vão apregoar o alto grau no padrão de similaridade da mobilidade ascendente entre os diversos países. A primeira (Lipset-Zetterburg 1959) sustenta que o padrão absoluto de mobilidade é similar para os países industrializados e a segunda, defende o excepcionalismo dos níveis de mobilidade ascendente nos Estados Unidos, uma economia marcadamente direcionada para o mercado, e posteriormente da Austrália (Erikson e Goldthorpe 1985) Mas outras avaliações se opõem a esta última.

“This comparison between the US and various European countries has always played a central role in controversies about social mobility. At least since the time of Tocqueville, the “liberal theory” would seem to predict that a more open and market oriented society such as the US should lead to significantly higher mobility rates. These empirical studies by sociologists also seem to show that there has been no significant change in mobility rates over time.” (Piketty 2006:431)

³ Com base em dados de saúde.

⁴ Os mais relevantes sob o ponto de vista do debate serão detalhados adiante.

Em oposição às três teses anteriormente descritas, Featherman, Jones e Hauser (1975) argumentaram que a desigualdade proveniente da origem de classes é constante entre as diversas nações, o que ficou conhecido como a hipótese FJH. Neste sentido, Erikson e Goldthorpe reconhecem a possibilidade de intervenção estatal em áreas específicas, principalmente naquelas onde há desigualdade de condições de oportunidades, o que certamente iria influenciar na mobilidade relativa.

Numa outra dimensão teórica, mas de qualquer forma importante de ser destacado é o fortalecimento do conceito de “bem-estar” como sinônimo de riqueza, ultrapassando assim a concepção monetária como única forma de se aferir o progresso social. Este caminho foi aberto pelos trabalhos de Amartya Sen (1999), que culminou na criação do famoso Indicador de Desenvolvimento Humano, o IDH do PNUD e como mencionado anteriormente, o conceito é utilizado pelo estudo de Becker que conclui pela convergência de bem-estar entre países pobres e ricos.

Não estamos com isso apregoando a vantagem deste ou daquele indicador, mas apenas constatando o surgimento de novas formas de se considerar a riqueza e o progresso social, documentadas em diversos trabalhos (Gadrey J & Catrice F, 2006) (Viveret 2006). Ademais, há um amplo debate em curso sobre a reavaliação na construção de indicadores usualmente utilizados, como o PIB (Viveret 2006).

Seja qual for a opção teórica e metodológica, não devemos prescindir da evidência empírica. Neste sentido, os indicadores para o período de estudo deste trabalho (1981-2004) reforçam o oposto do que prega a teoria da convergência para o Brasil. Neste caso, ressaltamos que a participação relativa do Brasil no mundo vem apresentando sucessivas quedas, de acordo com as informações do FMI. Enquanto oito países (G7+China) em conjunto, se apropriaram de mais da metade do produto global e com tendência a ampliação, os demais apresentam situação inversa, iniciando a década de 80 com 47,05% e reduzindo paulatinamente a participação, chegando a 2000 com 42,97%, a menor participação do período.

Tabela 1 – PIB – Distribuição do produto mundial em %

	1980	1984	1990	1994	2000	2004
G7	49,50	48,81	48,29	47,53	45,19	41,99
China	3,45	4,55	6,07	8,87	11,83	14,65
Resto dos países	47,05	46,63	45,64	43,60	42,97	43,36
Brasil	3,46	3,05	2,92	2,98	2,77	2,61

Fonte: FMI (World Economic Outlook, 2006)

O Brasil portanto acompanhou o comportamento do resto dos países, isto é, perdeu participação ao longo do tempo, confirmando o afastamento entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento, constatado no sumário do Relatório das Nações Unidas sobre a Situação Mundial 2005.

“Eighty per cent of the world’s gross domestic product belongs to the 1 billion people living in the developed world; the remaining 20 per cent is shared by the 5 billion people living in developing countries.” (Report on the World Social Situation 2005)

Entre 1980 e 2004 o Brasil perdeu 0,85% de participação no produto mundial enquanto no somatório, os demais países em conjunto, excetuando-se o G7 e a China, perderam 3,69%. É bem verdade que a atividade econômica mundial dos anos 80 e 90 não mostra o mesmo vigor vivenciado entre 50 e meados de 70.

“Durante as décadas de 80 e 90 a renda mundial se expandiu, mas com taxas menores quando se compara seu comportamento com as décadas anteriores” (Berry e Serieux).

De acordo com o *Report on the World Social Situation 2005* da ONU, a melhoria da renda no mundo pode ser explicada única e exclusivamente pelo rápido desempenho econômico da China e em menor escala, ao da Índia.

De fato, ao tomarmos o índice de Gini para aferir a desigualdade mundial o comportamento diverge dependendo da participação ou não da China.

Tabela 2 – Desigualdade de renda entre países* aferida pelo Gini

	1980	1990	2000
Mundo	0,581	0,567	0,550
Sem China	0,532	0,553	0,563
Sem China e Índia	0,464	0,504	0,536

Fonte: A Berry e J Serieux

*A medida utilizada é o PIB, o qual não é estritamente renda mas produto doméstico. Entretanto, cálculos preliminares sugerem que o tamanho e as alterações nas medidas de desigualdade são indiferentes a utilização do PIB, PNB ou da RNL.”

Esta reflexão, sobre as economias mundiais e a inserção brasileira, visa apenas evidenciar o panorama geral em que se realizará este estudo. Apesar da queda de participação na riqueza mundial em relação aos demais países, o país apresentou expansão do PIB, de cerca de 2,3% ao ano, entre 1981 e 2006 de acordo com o IPEA.

Neste cenário, de redução da participação do Brasil no produto mundial paralelamente ao crescimento da renda nacional, será feito o estudo de mobilidade relativa de pessoas entre faixas de rendimentos.

A necessidade de se delimitar um escopo para a avaliação da dinâmica social e da justiça ou injustiça na distribuição do produto fez com que optássemos pela utilização da renda como uma *proxy* do estilo de vida e do espaço social, neste trabalho. Apesar disso, entendemos que o campo social constitui-se num espaço multidimensional, bem mais amplo, como alerta Bourdieu.

“As lutas desenvolvidas nos diferentes campos, constituem o jogo da própria representação do mundo social e da hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos e que não podem ser ignoradas” (Bourdieu 1998:46)

No Brasil a polêmica sobre renda pode ser separada cronologicamente em dois períodos.

Primeiro aqueles estudos que tratam, tanto da distribuição de renda quanto da mobilidade social nos anos 70. A distribuição durante esta década teria levado ao aumento da desigualdade e os motivos foram pauta de divergência entre vários estudiosos. O consenso entre as pesquisas foi a constatação da existência de uma desigualdade brutal na sociedade brasileira e o pior dos cenários seria a combinação de “elevada desigualdade”

com “baixa mobilidade”. Neste sentido, o trabalho de Pastore (1979) foi um primeiro marco, trazendo resultados promissores para o mesmo período. O que a princípio parece uma incoerência, isto é, aumento da desigualdade concomitantemente a altos níveis de mobilidade social, foi explicado pela convicção do autor de que a geração de novos postos de trabalho urbanos teria aumentado o grau de desigualdade porque “poucos” ascenderam muito na estrutura social enquanto “muitos” teriam subiram pouco.

Em seguida, vem o debate mais recente, dos anos 80, 90 e 2000, resenhados e apresentados em Quadro sinóptico, no Capítulo II. Nesta introdução, vamos nos ater a reafirmação do credo de que, para este período, há consenso quanto ao grau de alta desigualdade. Entretanto, as pesquisas mais atuais divergem quanto à melhoria da condição social. Para diversos estudiosos, a sociedade estaria se tornando mais justa e com oportunidades superiores, principalmente a partir da estabilidade da economia. Para outros, a distribuição apresentada nos inquéritos do IBGE ofusca determinadas características da estrutura social brasileira. Na verdade, para estes, a mobilidade social pode ser até ascendente para alguns segmentos, mas não apresenta o vigor necessário para conduzir a uma sociedade mais justa. Trataremos de detalhar uma gama destes estudos no Capítulo II.

Este trabalho busca então, examinar empiricamente a dinâmica na distribuição do produto por meio da mobilidade da sociedade, utilizando-se para isso cinco faixas de renda, durante o período 1981 a 2004. Diferentemente dos demais estudos de mobilidade, este buscou atender a uma particularidade, estudar a mobilidade considerando toda a população (genericamente) e em seguida, dentro de um grupo etário, 0 a 23 anos (mais especificamente) com sua dinâmica ano a ano. Desta forma, agregamos o método normalmente aplicado aos estudos de distribuição de renda, ficando mais claro assim a determinação dos fatores econômicos de conjuntura sobre a movimentação entre os estratos, uma vez que podemos contar com periodicidade anual dos dados. Portanto, na dimensão metodológica a abordagem traz uma nova contribuição.

O caminho a ser percorrido para o cumprimento desta tarefa está organizado em algumas etapas que discurremos a seguir.

Nesta introdução procuramos brevemente recuperar o pilar teórico sobre o qual se assentam as principais contribuições referente ao tema da evolução social, bem como as principais correntes de pensamento. Restringindo um pouco mais o escopo, tratamos de focalizar o debate internacional sobre o assunto da mobilidade social, ressaltando os trabalhos mais relevantes. Paralelamente, mostramos o desempenho do produto brasileiro em relação ao mundo e o crescimento da renda interna para o período 1981-2004.

No Capítulo I apresentamos os objetivos, os conceitos e as principais ferramentas técnicas utilizadas nos estudos empíricos sobre mobilidade social, procurando diferenciar os diversos enfoques praticados na aferição da melhoria social.

O Capítulo II apresenta as iniciativas de estudo no Brasil, recuperando historicamente, tanto na dimensão da mobilidade social quanto da distribuição de renda, os trabalhos mais relevantes e aqueles que contribuíram para um amplo debate sobre o país. Ainda constaram pesquisas que direta ou indiretamente foram importantes para a incorporação de idéias e conceitos nesse trabalho. Para complementar as informações, discorreremos sobre as principais limitações e contribuições dos estudos, tanto na esfera da mobilidade social como na da distribuição de renda.

O Capítulo III explica as opções metodológicas e apresenta a análise empírica, mostrando as características da dinâmica, sem deixar de contextualizar o momento político e econômico. Procuramos destacar a diferença entre os principais indicadores de desigualdade normalmente utilizados e, as informações geradas por esta pesquisa.

Finalmente, concluímos a dissertação, apresentando um resumo dos principais resultados obtidos na pesquisa e, apontando para a possibilidade de se aprofundar o tema em estudos complementares.

CAPÍTULO I

MOBILIDADE:OBJETIVOS E MENSURAÇÃO

1.1. Introdução

Para se medir qualquer fenômeno é necessário à priori procurar delimitá-lo conceitualmente. É o que vamos procurar discutir nesta etapa do trabalho, partindo do princípio de que a mobilidade trata da movimentação de uma posição do espaço social para outra. Isto pressupõe que haja diferenças ou desigualdade entre estes espaços e que portanto, a desigualdade social se assenta sobre a dessemelhança entre grupos de indivíduos que ocupam tais espaços.

O conceito sobre a organização, hierarquia e delimitação do espaço social a ser estudado vai influenciar na forma de operacionalizar e conseqüentemente nos resultados de cada estudo. Portanto, o corte teórico será fundamental na determinação da posição de grupos ou agentes no espaço social. A movimentação ou não destes agentes é aceita como um indicador de justiça ou injustiça social.

O estudo de mobilidade objetiva, portanto, verificar a dinâmica social durante um determinado período. Na sua dimensão empírica, estes trazem resultados de uma série histórica, tornando possível um diagnóstico da situação social no período. O objetivo maior seria o de que servir de subsídio para formulação de políticas que garantissem sanar ou minimizar alguma distorção social detectada. As pesquisas de mobilidade utilizam-se de uma gama específica de conceitos, além de ferramentas que vamos abordar a seguir.

1.2. Conceitos de mobilidade

O ponto de partida para um estudo empírico de mobilidade social como abordamos anteriormente pressupõe a escolha da(s) dimensão (ões) a ser (em) estudada (s) bem como a ferramenta técnica a ser utilizada.

Normalmente, os estudos econômicos focalizam o aspecto renda e apresentam a evolução histórica da distribuição de renda de uma sociedade, utilizando indicadores como o coeficiente de Gini, o índice de Theil para medir a desigualdade e os indicadores de Atkinson e Sem, entre outros, para medir o grau de bem-estar da sociedade.

Já os estudos no campo da sociologia prevêm a existência de um esquema ou mapa social a partir do qual se pesquisará a movimentação. Este tipo de estudo utiliza-se de uma série de ferramentas estatísticas que abordaremos adiante e foi responsável por cunhar uma gama de conceitos amplamente utilizados na literatura sobre mobilidade e que abordaremos a seguir.

No tratamento sociológico de mobilidade se distinguem dois tipos de abordagens. O primeiro trata da mobilidade entre gerações, denominado de intergeracional e o segundo refere-se às variações ocorridas ao longo da vida do indivíduo, conhecido como mobilidade intrageracional.

Outro conceito importante é o tipo de movimento que um indivíduo ou grupos de indivíduos podem percorrer. Há a mobilidade vertical e a horizontal. A partir da maneira como as pessoas se distribuem nos diferentes níveis da estrutura social utilizada, o estudo da mobilidade horizontal consiste em estudar a transição de um indivíduo que passa de um grupo social a outro, ambos situados no mesmo nível. Já a mobilidade vertical busca identificar, temporalmente, a mudança percorrida por um indivíduo (ou grupo de indivíduos) de um nível da posição social para outro, em níveis diversos.

“O tipo de mobilidade que melhor desempenha a função de indicador de desenvolvimento social é a mobilidade vertical, ou seja, a que se refere à transição de um indivíduo (ou de um grupo) de um nível social para outro”. (Pastore 1979:3)

O movimento social pode se realizar de uma posição inferior para uma superior na hierarquia social, o que caracteriza uma mobilidade ascendente. Movimentos inversos, ou seja, de uma posição mais alta para uma mais baixa, são chamados de mobilidade descendente.

O próprio ambiente pode ser mais ou menos propício à movimentação social, o que implicaria em mobilidade estrutural ou circular respectivamente. Ambientes que possibilitem novas oportunidades no mercado de trabalho e vagas abundantes nos diversos níveis da estrutura social proporcionam mobilidade independentemente das características dos indivíduos. Neste caso, a mobilidade que ocorre é denominada mobilidade estrutural, pois a própria estrutura das oportunidades de emprego faz com que os indivíduos se ajustem aos requisitos das novas posições, ou seja a estrutura social está se alterando a partir da criação de novas oportunidades ocupacionais que surgem de forma rápida e em grande volume. Em oposição, a mobilidade circular caracteriza-se pelas escassas vagas abertas no mercado de trabalho ou mesmo criadas lentamente ao longo do tempo. Esta situação determina quem, dentre os diversos candidatos às poucas vagas abertas, serão os escolhidos.

“E o ingresso de novos “eleitos” na estrutura ocupacional depende da saída de outros que viriam a se aposentar ou a falecer. Em outras palavras, para que um indivíduo ocupe determinada posição no mercado de trabalho é necessário que ela seja vaga por outro, isto é, as mudanças de posições são resultados de um processo de troca de posições entre os postos já existentes e não decorrência da abertura de novas vagas.” (Pero 2002:104).

Este tipo de mobilidade é denominado de mobilidade circular e produz dois tipos de movimentos:

1) movimento de indivíduos de posições preenchidas para posições que ficaram vagas. Neste caso, a mobilidade em si cria vagas a serem preenchidas por indivíduos de outras posições ou por recrutamento de indivíduos que estavam fora da força de trabalho, 2) movimento de posições vagas em direção oposta à mobilidade dos indivíduos. (Pastore 1979:25)

Outro ponto conceitual relevante refere-se ao grau de abertura de uma sociedade. Havendo mobilidade intensa, diz-se que a sociedade pode ser classificada como mais aberta ou fluída. Neste caso, a sociedade é considerada permeável pois o que separa os seus grupos é de tal forma delgado que permite a transposição de um segmento para outro. A impermeabilidade consiste na situação inversa, ou seja, na impossibilidade ou na existência de barreiras que impedem a movimentação. Quando existe pouca mobilidade a sociedade é dita fechada ou rígida, pois a separação entre os diversos estratos sociais seria rígida o bastante para impedir qualquer movimento vertical.

Dentre as teses de mobilidade mais conhecidas podemos citar: o fechamento social, a zona de contenção e a contramobilidade.

O fechamento social indica que há barreiras à mobilidade de longa distância. Neste caso, os movimentos existentes, mesmo que significativamente altos, ocorrem entre indivíduos que ocupam posições próximas na estrutura social, jamais percorrendo longas trajetórias hierárquicas.

A zona de contenção indica que há muita mobilidade na fronteira entre determinado tipo de ocupação, como por exemplo entre as manuais e não-manuais, o que impede a mobilidade de longa distância, ou seja, há muita imobilidade nas classes de profissionais e trabalhadores rurais por exemplo, porque o grosso da mobilidade se dá entre trabalhadores manuais e não-manuais próximos na estrutura de classes.

A contramobilidade como o próprio nome indica, prevê que o incremento na mobilidade ascendente seja compensado posteriormente pelo decréscimo da mobilidade. Em outras palavras, a tese da contramobilidade pressupõe que o aumento da mobilidade para a primeira ocupação é compensado por uma "contramobilidade", com a diminuição da mobilidade de carreira.

Para um estudo empírico aferir a dinâmica de uma sociedade e qualificá-la conforme os conceitos descritos anteriormente, diversos indicadores costumam ser utilizados.

1.3. Ferramental técnico utilizado nos estudos empíricos

Normalmente, os indicadores e técnicas mais utilizados pelos estudos de desigualdade são o coeficiente de Gini, resultante da Curva de Lorenz, a segmentação entre os percentis de renda com a relação entre o percentual de população e o percentual de renda apropriado, e os índices de Theil (T e L). A aferição do nível de satisfação de uma sociedade pode ser feita pelo índice de Atkinson e as medidas de pobreza pelo índice de Sen e o índice Foster, Greer e Thorbecke⁵ dentre outras. Uma descrição mais ampla e detalhada dessas medidas pode ser encontrada em Hoffmann (1998b)

Nos estudos de mobilidade normalmente se adota a escala ou um mapa social, a partir da qual é construída uma matriz de transição. Trata-se de uma medida que controla uma trajetória entre a ocupação do pai e do filho, quando se controla a mobilidade intergeracional⁶, como entre a primeira ocupação de uma pessoa e a do momento quando se foi feito o inquérito, quando se controla a mobilidade intrageracional. Portanto, a origem tanto pode ser a categoria ocupacional do pai quanto a primeira ocupação do filho⁷ e o destino refere-se a situação ocupacional atual do filho. A matriz é a ferramenta mais utilizada nos estudos sociológicos e apresenta-se da seguinte forma:

⁵ Também conhecido como índice FGT.

⁶ A última ocupação do pai e a atual ocupação do filho.

⁷ Neste caso filho é o indivíduo que o inquérito está tratando no momento.

Tabela 1.3.1. Matriz de transição de mobilidade

Origem=O (i)	Destino=D (j)						Total Origem (f _i)
	1	2	3	4	...	t	
1	f_{11}	f_{12}	f_{13}	f_{14}	...	f_{1t}	$\Sigma f_1 = f_{1+}$
2	f_{21}	f_{22}	f_{23}	f_{24}	...	f_{2t}	$\Sigma f_2 = f_{2+}$
3	f_{31}	f_{32}	f_{33}	f_{34}	...	f_{3t}	$\Sigma f_3 = f_{3+}$
4	f_{41}	f_{42}	f_{43}	f_{44}	...	f_{4t}	$\Sigma f_4 = f_{4+}$
...	...	...	...	...	...	...	...
u	f_{u1}	f_{u2}	f_{u3}	f_{u4}	...	f_{ut}	$\Sigma f_u = f_{t+}$
Total Destino	$\Sigma f_1 = f_{+1}$	$\Sigma f_2 = f_{+2}$	$\Sigma f_3 = f_{+3}$	$\Sigma f_4 = f_{+4}$		$\Sigma f_t = f_{+t}$	N

O indicador f_{ij} traduz a frequência conjunta da categoria i da variável de origem e a categoria j da variável de destino. Nas marginais da tabela têm-se os resultados totais dos indivíduos com origem i e dos indivíduos com destino j, dados pelo somatório do total da origem e de destino (N).

A diagonal principal da matriz de transição representa os casos de imobilidade da distribuição, ou seja $i=j$, aqueles indivíduos que não modificaram seus *status*⁸ sociais no tempo. Quanto maiores as percentagens encontradas nesta diagonal, menor o grau de mobilidade e quanto menores, maior será o grau de mobilidade desta sociedade. Dados por:

Imobilidade

$$I = \sum_{i=1}^t \frac{f_{ii}}{N} \quad (1)$$

Na qual f_{ii} representa os valores da diagonal principal e N o total de indivíduos.

⁸ O *status* aqui tem sentido amplo, o pesquisador social vai caracterizá-lo.

Supondo que tanto a origem como o destino, estejam organizados de maneira decrescente, isto é o número 1 significaria o estrato mais elevado da sociedade e o estrato u significaria o mais baixo, as frequências que se encontram acima da diagonal principal (f_{12} , f_{13} , f_{14} ,... f_{1t} , f_{23} , f_{24} , f_{2t} , f_{34} , f_{3t} , f_{4t}) representam a mobilidade descendente desta sociedade. De outra forma, quanto maiores as percentagens abaixo da diagonal principal (f_{21} , f_{31} , f_{32} , f_{41} , f_{42} , f_{43} , f_{u1} , f_{u2} , f_{u3} , f_{u4}), maior será a mobilidade ascendente nesta sociedade, pois aí se localizam os casos de ascensão de posição social. A soma dos casos de mobilidade ascendente e descendente vai proporcionar a verificação do grau de mobilidade total de distribuição nesta sociedade, como se segue:

Indivíduos com origem i

$$\sum_{i=1}^t f_{ii} \quad (2)$$

Indivíduos com destino j

$$\sum_{i=1}^u f_{ij} \quad (3)$$

Mobilidade descendente

$$\sum_{i=1}^t \left(\frac{-f_{ij}}{N} \right) \quad \text{onde } f_{ij} \text{ são os valores acima da diagonal principal e } N \text{ o total de indivíduos;} \quad (4)$$

Mobilidade ascendente

$$\sum_{i=1}^t \left(\frac{+f_{ij}}{N} \right) \quad \text{onde } f_{ij} \text{ são os valores abaixo da diagonal principal;} \quad (5)$$

A soma da mobilidade ascendente e da descendente revela a proporção de indivíduos móveis, também resultante do total (100%) da sociedade à exceção dos indivíduos que permaneceram imóveis, como se segue:

Mobilidade total = Total – imobilidade;

$$1 - \sum_{i=1}^t \frac{f_{ii}}{N} \quad (6)$$

Estas medidas são influenciadas pelo componente estrutural da mobilidade em função da estrutura produtiva e ocupacional e portanto deverá ser extraída da mobilidade total.

Mobilidade Estrutural é o total menos a diferença entre as magnitudes marginais (destino menos origem)

$$ME = 1 - ((f_{1+} - f_{+1}) + (f_{2+} - f_{+2}) + (f_{3+} - f_{+3}) + \dots + (f_{t+} - f_{+t})) \quad (7)$$

Mobilidade circular expressa o resultado entre os valores marginais iguais ou maiores que os valores encontrados na diagonal principal ou da mobilidade total menos a mobilidade estrutural, dada pela expressão:

$$MC = \sum (ME - f_{it}) \quad (8)$$

Uma outra técnica bastante utilizada é o Índice de associação. Este consiste em um número que é determinado a partir de uma distribuição, mas não em percentual como no caso da matriz de transição. O objetivo é indicar o maior ou menor grau de flexibilidade na estrutura social. Para isso, o índice possibilita a verificação da influência da origem no destino social⁹. Uma das formas mais simples e mais direta é inspecionar-se a proporção de indivíduos em determinado nível da escala de *status* em relação à proporção de força de trabalho localizada naquele nível. Conforme o estudo de Pastore de 1979, realizado sobre

⁹ Tanto em relação ao pai quanto na mobilidade intrageracional, quando se compara o peso da primeira ocupação em relação à atual.

as informações da PNAD 1973 e distribuído em seis estratos, podemos observar que sobre a frequência das pessoas que pertenciam a camada “Alta”, permaneceram 29,8 neste nível enquanto 22,5 caíram para o nível Médio-superior, como demonstrado na Tabela 1.3.2.

Tabela 1.3.2. Matriz ocupacional – Brasil 1973

ORIGEM	DESTINO						Total	Total
	1	2	3	4	5	6		origem
1.Alto	29,8	22,5	27,1	12,5	5,0	3,1	100	2,0
2.Médio-superior	15,2	28,7	28,7	15,5	6,1	5,8	100	3,1
3.Médio-médio	8,6	14,3	36,2	18,9	10,5	11,5	100	13,8
4.Médio-inferior	3,8	8,7	21,6	46,3	14,9	4,7	100	9,3
5.Baixo-superior	3,2	7,4	20,7	35,4	23,8	9,5	100	6,9
6.Baixo-inferior	1,0	2,5	13,1	21,1	17,4	44,9	100	64,9
Total indivíduos	3,5	6,3	18,4	23,8	16,0	32,0	100	100

Fonte: Pastore

A última linha da tabela (marginal) indica a distribuição percentual do total da força de trabalho em cada estrato. Dividindo-se a percentagem de cada célula pela percentagem total correspondente ($29,8/3,5=8,5$), obtém-se um índice de influência da origem sobre o destino social. No caso analisado, da primeira célula, houve grande influência da origem (alta) sobre o destino (alto). O índice mede até que ponto a mobilidade de um nível para outro foi devida ao acaso ou a outros fatores. O valor 1,0 indica que a mobilidade observada é igual à esperada sob o pressuposto de independência estatística. Valores superiores a 1,0 indicam grande peso de origem e inferiores a 1,0 indicam o inverso (Pastore 1979:123).

O ferramental descrito costuma ser utilizado nos estudos empíricos, da dinâmica social, normalmente produzidos tanto por cientistas sociais quanto por economistas. Estes estudos analisam a distribuição social da riqueza ou do produto gerado por uma sociedade ao longo de um período e apresentam visões distintas sobre o que ocasionaria aquela forma específica de distribuição.

1.4. Os enfoques sobre a apropriação do produto

A mobilidade social e a desigualdade de renda são medidas que refletem, de forma diferente, o mesmo tipo de fenômeno, isto é, como se dá a distribuição da produção social entre países, segmentos sociais e indivíduos. A distribuição de renda constitui-se assim numa das dimensões representativas da mobilidade social pois distingue como se efetiva a apropriação da riqueza produzida.

Já os estudos de mobilidade, normalmente, partem do *status* social como variável de controle das populações em dois períodos de tempo. A composição do *status* se baseia freqüentemente sobre a renda, a ocupação e a escolaridade em diversos tipos de combinação como: renda/ocupação, renda/escolaridade, e renda/ocupação/escolaridade.

Para a maior parte da população, a ocupação representa a principal forma de acesso aos frutos das atividades produtivas e o emprego mostra-se então como variável central de análise para entendimento do problema. Ocorre que o emprego bem como a própria distribuição de renda são vistos de forma diferente conforme a teoria econômica adotada ou escola de pensamento. Passamos a mostrar a seguir, as diversas contribuições para o estudo do caso brasileiro.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E MOBILIDADE NO BRASIL

Para abordar os estudos empíricos de distribuição de renda e mobilidade social do período estudado é necessário referir-se aos antecedentes. Vamos nos ater, entretanto, a um escopo cronológico, que parte do debate ocorrido na década de 70, mencionando-os brevemente e estabelecendo uma linha de corte entre aqueles relacionados estritamente à desigualdade de renda¹⁰ e aqueles relacionados ao *status* social.

2.1. Debate sobre os anos 70

A distribuição de renda no Brasil sempre foi tema gerador de polêmica. O reconhecimento de que houve e de que há heterogeneidade na distribuição é ponto pacífico, mas as causas ou a caracterização de seus determinantes foram e são motivos de bastante controvérsia. Vamos começar pela mais famosa delas, a denominada “Controvérsia dos anos 70” que perdurou até a década de 80.

Entre os Censos de 60 e de 70 constatou-se o acirramento do perfil concentrador de rendas no país. A partir daí, temos algumas interpretações que divergem quanto ao seu motivo gerador e que passamos a comentar a seguir.

O trabalho de Hoffmann e Duarte (1972) atribuiu responsabilidade à política de compressão salarial implementada pelo governo militar, num contexto de contenção do poder dos sindicatos, que impossibilitava qualquer tipo de reivindicação. Tal prática, estaria conduzindo o crescimento do país para ganhos de poucos, o que poderia ser comprovado pelos dados que mostravam a perda de participação de todos os decis à exceção do superior. Assim, apenas os dez por cento mais ricos da população brasileira teriam logrado aumento na renda total. Este ganho do estrato poderia ser explicado pela remuneração dos

¹⁰ Na verdade, os estudos sobre renda muitas vezes incluem a análise de correlação com outras variáveis como educação, setor, ocupação, região e outras, o que os torna bastante semelhantes aos estudos de mobilidade social.

executivos, que aumentava juntamente com o lucro das empresas enquanto o restante da população ficava de fora.

Langoni (1973) defendeu outro tipo tese. Para ele, o aumento do grau da desigualdade, numa economia com taxas de crescimento extremamente altas, se deveu a outro leque de forças que poderiam ser explicadas tanto pela curva de U-invertido de Kuznets quanto pela Teoria do Capital Humano.

O aumento da desigualdade aferida pelo Censo de 70 estaria perfeitamente de acordo com o trabalho de Kuznets¹¹. A economia brasileira vivenciava uma mudança estrutural, de agrária para industrial, o que teria resultado em um perfil concentrador de rendas. Paralelamente, a rápida expansão da economia, incluindo a exigência de corrida tecnológica, fazia crescer a demanda por mão-de-obra mais qualificada. A oferta de mão-de-obra não responderia a contento, ou melhor, seria inelástica, uma vez que dependeria da velocidade da expansão educacional. Há, portanto, o pressuposto de que a variação do salário real dependeria do nível de educação. Para provar a relevância da educação sobre a renda, Langoni estimou uma função log-linear considerando como variável dependente, o logaritmo da renda que deveria ser explicado por um conjunto de variáveis *dummies*. Estas últimas representariam educação, idade, sexo, setor de atividade e região. Desta forma, a partir do trabalho empírico, ele postulou que a educação teria sido a principal variável a influenciar a renda do trabalho e que esta ofereceria uma contribuição explicativa bem maior nos setores terciário e secundário do que no primário.

Assim, no setor primário, em 1970, as variáveis sistemáticas consideradas explicam apenas 31% das diferenças observadas de renda. Esta proporção é entretanto de 52% no secundário e 61% no terciário. (Langoni 1973:191)

¹¹ Seu estudo relaciona o grau de desigualdade na distribuição da renda com o PIB *per capita* de diferentes regiões e países. Os números que ele utilizou o levaram a concluir pela existência de uma relação na forma de um U invertido (uma parábola de segundo grau) indicando que a desigualdade é pequena quando há pouco a ser distribuído, cresce com o crescimento econômico e a mudança estrutural por ele desencadeada e termina reduzindo a desigualdade.

Apesar da constatação das distorções da distribuição da renda, Langoni argumentou que na verdade todas as faixas da população brasileira teriam aumentado de renda, porém o crescimento veloz havia proporcionado benefícios maiores para alguns estratos de renda mais elevados. Assim, o governo militar passou a assumir o trabalho como versão oficial para explicar a causa da desigualdade, que indicava melhoria para todos mas em velocidades diferentes, o que conduzia à desigualdade.

Fishlow (1975) se opõe à versão de Langoni, responsabilizando o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) pela compressão do salário mínimo real, além do efeito inflacionário que havia promovido perdas sucessivas. Como o governo fazia a previsão da inflação para efeitos de correção, os índices eram sempre menores que a inflação efetiva¹², o que conduzia a corrosão dos salários reais. De acordo com Fishlow, a explicação estava no fato de que não havia repasse da produtividade para o salário, o que favorecia a elevação da participação da parcela mais rica da população, sobretudo dos empresários, na renda total. Quanto à desproporção entre as rendas dos trabalhadores mais qualificados e as dos menos, em favor dos primeiros, a tese não atribuía peso relevante à educação, mas salientava que a distribuição pessoal da renda dependia das mudanças na distribuição funcional.

A controvérsia dos anos 70, encontrou no trabalho de Fields (1975), apoio para a tese de Langoni de que todos haviam ganhado com o crescimento econômico, alguns mais que outros. A partir dos dados utilizados por Fishlow (1975), Fields encontrou informações que contrariavam a tese de que houvera concentração de renda. Para ele, o aumento da renda dos mais pobres teria superado a dos mais ricos pois crescia relativamente mais rápido, o que faria com que em pouco tempo, a distância entre pobres e ricos se encurtasse relativamente.

Bacha (1975) segue primordialmente a linha de Hoffmann, atribuindo correlação entre o lucro das empresas e a remuneração dos gerentes, enquanto o salário dos demais trabalhadores estaria desvinculado desta dinâmica. Ele também agregou em seu trabalho, conceitos sociológicos a partir da distinção entre capital e trabalho. No eixo do capital, ele estabeleceu a separação entre classe proprietária (propriedade) e classe executiva (controle)

¹² Em um contexto no qual não havia negociação entre patrões e empregados e as greves eram proibidas.

e no eixo do trabalho, a separação entre os trabalhadores qualificados e os semi-qualificados. A nova classe média seria constituída por aqueles que pertencessem à hierarquia de controle. A estrutura hierárquica funcional compunha-se então de uma esfera dirigente (proprietários e executivos) e de uma classe dirigida (trabalhadores e funcionários). A determinação dos salários relativos à categoria gerencial não encontraria explicação na educação, pois a formação escolar mais elevada seria pressuposto para alcance de tal posição numa sociedade meritocrática. Assim, Bacha introduz a necessidade de se fazer distinção entre trabalhadores e gerentes pois do contrário se obteria alta correlação estatística entre educação e salário. Desta forma, ele concluiu que para os gerentes, a educação não teria tido efeito algum enquanto para os trabalhadores a educação teria efeito marginal sobre o salário. Mas, de seu estudo vale destacar a introdução da noção sociológica de posição hierárquica.

Outro estudo relevante e de oposição à Langoni foi o de Malan e Wells (1975). Contra-argumentaram os autores que a tese de Langoni para a desigualdade de renda foi incapaz de explicar a significativa diferenciação de rendas entre indivíduos com o mesmo grau de escolaridade. Aceitaram ser um fato a alta correlação entre renda e educação, mas que não seria claro a natureza exata desta relação.

Simonsen (1978) seguiu a linha de Langoni e advogou que a sociedade como um todo, foi conduzida a um enriquecimento geral, proporcionado pela própria evolução econômica. Para ele, a despeito da desigualdade constatada, teria havido um processo de mobilidade acelerado, com acentuada troca de posições nas oportunidades abertas durante o curso do crescimento econômico. Isto teria propiciado melhoria ocupacional relevante no período. Para explicar o ganho maior para os níveis mais elevados de renda, Simonsen alegou que a demanda por mão-de-obra qualificada em oposição a oferta inelástica, terminou por produzir movimentações na estrutura ocupacional. Estas alterações provocaram um aumento relativo da desigualdade, uma vez que a estrutura ocupacional estaria relacionada a uma estrutura de rendimentos. Simonsen também critica o uso exclusivo de indicadores estatísticos de desigualdade como o coeficiente de Gini. Para ele, o coeficiente de Gini poderia ser reduzido pelo simples achatamento da mobilidade vertical ou pela limitação da oferta de empregos para os jovens.

Quanto aos trabalhos oriundos da discussão sobre mobilidade social, as pesquisas empíricas da década de 70 tiveram como fonte a PNAD 73, pois esta continha elementos para captar o fenômeno. Alguns trabalhos foram publicados conforme consta no Quadro sinóptico, mas certamente o trabalho de Pastore (1979) sobre a escala¹³ de pontuação organizada por Silva (1979) teve maior destaque.

No estudo, o autor concluiu que a maior parte da população economicamente ativa teria galgado posições superiores às aquelas que exerciam quando da entrada no mercado de trabalho ou simplesmente às aquelas que exerciam as gerações anteriores. Pastore atribuiu como fator gerador dessa mobilidade social, a industrialização, uma vez que a expansão industrial seria responsável pela criação e oferta de novos postos de trabalho tanto na indústria como no comércio e serviços. Paralelamente, a industrialização conformaria um novo perfil rural-urbano com a migração de massas de população, camponeses em busca de novas oportunidades nas cidades. Os resultados encontrados vêm juntar-se aos dados de vários estudos que mostraram ser a migração um elemento de promoção tanto dos migrantes como dos naturais.

“Isso sugere que uma diminuição drástica do processo migratório implicaria numa desaceleração da mobilidade social e, conseqüentemente, um aumento da desigualdade.” (Pastore 1979:184)

A convicção de que a mobilidade campo-cidade teria sido proporcionada pela geração de novas oportunidades de trabalho, principalmente no setor industrial, surgidos a partir do “milagre brasileiro”, levou outros autores (Hasenbalg e Silva 1988 e Silva e Roditi 1988), a seguir a mesma linha de Pastore. Evidências empíricas obtidas por Pastore o levaram a concluir que a pirâmide social brasileira caracterizava-se pelo alto dinamismo o que não se ajustava à maioria dos estudos sobre desigualdade de renda. O próprio Langoni (1973) que em seu trabalho afirmava que todos os segmentos haviam enriquecido,

¹³ Essa escala ou mapa social procura medir a situação socioeconômica dos indivíduos que ocupam cada uma das diferentes posições sociais na divisão social do trabalho, a partir das variáveis empíricas, nível de escolaridade (medido em anos de estudo completos) e rendimentos do trabalho principal.

demonstrou através das curvas de Lorenz para as diversas regiões brasileiras que entre 1960 e 1970 houve tendência para o aumento da desigualdade em todas elas (Langoni 1973)

O aumento da desigualdade coexistindo com alta mobilidade ascendente para o mesmo período, parece uma incoerência, uma vez que os estudos de mobilidade consideram também os rendimentos dos indivíduos. O país estaria assim avançando socialmente e ao mesmo tempo aumentando a desigualdade? A descrição do comportamento da estrutura social e da mobilidade destaca a nossa evolução através do tempo.

“É uma comparação temporal de relativos. Já os diagnósticos do presente procuram também examinar os relativos atuais, ou seja, o grau de desigualdade ora existente na sociedade. Outras vezes eles focalizam os avanços realizados pelos mais ricos vis-à-vis os realizados pelos mais pobres” (Pastore 1979:197)

Tais análises, porém, negligenciam a comparação da mesma unidade familiar através do tempo, como é feito nos estudos de mobilidade inter e intrageracional. Pastore acredita não haver incoerência entre alto grau de mobilidade e desigualdade, pois os trabalhadores ascenderam na estrutura social, mas continuariam carentes, subindo pouco em relação àqueles poucos que subiram muito.

Seguindo o mesmo viés de explicação de Pastore, Silva (1979) defendeu haver na sociedade brasileira um corte que separa a sociedade brasileira em duas. A primeira teria sido beneficiária da urbanização e industrialização, na qual altos índices de mobilidade foram captados e, portanto se configuraria numa estrutura social aberta. Este grupo encontraria diversas oportunidades de ascensão. A segunda seria uma sociedade extremamente fechada e rígida. Neste caso, as oportunidades seriam mais restritas.

2.2. O debate a partir de 1980

Os temas de distribuição e mobilidade social durante a década de 80 foram relegados a segundo plano. Primeiramente, porque os temas centrais passaram a ser a inflação e a dívida externa e em seguida porque a desigualdade mesmo que extrema, parecia se manter inalterada. A própria inflação passou a ser imputada como principal responsável pela impossibilidade de se implantar qualquer medida política, inclusive aquela que pudesse reverter o quadro de desigualdade.

Embora a desigualdade não tenha sido a pauta principal dos anos 80, apresentou-se um quadro desalentador mostrado a partir dos dados das PNADs e a medida que a inflação se intensificava, após tentativas frustradas dos diversos planos implementados, os salários nominais eram corroídos pela mesma. Estes dados permitiram a Bonelli e Sedlacek (1989) a concluir que existia um caráter anti-cíclico na relação de desigualdade e economia brasileira. Quando esta última mostrava um quadro recessivo, a desigualdade tendia a aumentar e quando a economia se expandia, a desigualdade se intensificava mais ainda. Para os autores, durante a recessão de 1981 – 1983, mesmo mediante uma política salarial razoável, a desigualdade permanecia alta. Concluíram então que a alta rotatividade de mão-de-obra dos empregos referentes à base da pirâmide salarial estaria substituindo constantemente trabalhadores mais bem remunerados por trabalhadores com remunerações inferiores. Este *turn over* manteria o grau de desigualdade em nível elevado.

A análise salarial e sua relação com os ciclos econômicos também fizeram parte do estudo de Camargo e Landau (1985). Os autores consideraram o mercado formal dividido em dois tipos de trabalhadores. Os primeiros estariam ligados fortemente à produção enquanto os segundos estariam vinculados à direção das empresas, por fazerem parte do quadro administrativo. A determinação salarial dos primeiros, acompanharia mais de perto a evolução do salário mínimo, enquanto os segundos teriam condições atinentes às flutuações dos lucros empresariais. Concluem então que em períodos de crescimento e alta lucratividade, o salário do pessoal administrativo teria a propensão de se elevar acima dos padrões oficiais. Já o pessoal da produção teria seus salários reduzidos em relação aos administrativos (direta ou indiretamente ligados à direção), quando o salário mínimo real

caísse, o que ocorria com alta inflação, contribuindo assim para as disparidades salariais. A posição na ocupação portanto, tem para os autores papel relevante na determinação salarial, o que internamente às empresas se traduz pela sua estrutura de cargos e salários.

O saldo dos estudos relativos aos anos de 80, que teve como protagonistas Camargo e Landau (1985), Bonelli e Sedlacek (1989) entre outros, indicam a permanência do quadro de desigualdade. A situação no começo dos anos 90 persistiu sem solução e o debate então, vai partir do pressuposto de que a desigualdade era alta e estável e seus interlocutores passaram a discutir suas causas.

De um lado podemos identificar um modelo que atribuiu razões estruturais ao problema e segmentou a discussão em diversos elementos analíticos como o estudo sobre a discriminação de gênero e cor, o mercado de trabalho e a educação. A desigualdade pessoal da renda do trabalho foi a mais estudada e a educação desempenharia papel fundamental sobre esta distribuição, segundo seus principais formuladores¹⁴. Ferreira (2000), por exemplo, defendeu que a desigualdade de renda resultaria da desigualdade de oportunidade educacional de boa qualidade. Mas em resumo, a razão primeira deste modelo estaria na má alocação dos gastos públicos em educação ou na falta de focalização destes recursos.

De outro lado, Barros e Mendonça (1995) elaboraram uma teoria de corridas intergeracionais nas quais as condições iniciais de cada participante dependeriam do resultado da corrida anterior. Como uma corrida em que a passagem do bastão deriva da corrida do antecessor, o resultado do último corredor dependeria do desempenho dos anteriores, ou seja, as gerações passadas teriam papel fundamental no processo corrente. De acordo com o modelo, a corrida teria três etapas. Na etapa zero, seriam distribuídos os recursos para a corrida, fossem eles públicos ou privados. A primeira etapa consistiria naquela em que os indivíduos estão se preparando para a competição e corresponderia ao período¹⁵ de infância e adolescência. Na última, se efetivaria a competição final no mercado de trabalho.

Como a etapa zero consistiria na distribuição dos recursos, destacamos que o estudo de Ferreira (2000) teve justamente por finalidade, mostrar que a desigualdade brasileira mantém-se alta porque o país se acha num equilíbrio de um sistema dinâmico no qual três

¹⁴ Paes de Barros, Mendonça, Henriques, Corseuil e Ferreira entre outros.

¹⁵ Constata-se assim que o esquema de corridas baseia-se no conceito da Teoria do Capital Humano, uma vez que a preparação indica um período em que se acumularia capital.

distribuições são determinadas ao mesmo tempo. Elas referem-se à educação, à riqueza e ao poder político. A base seria o item educação que, distribuído de forma desigual, geraria em cadeia a desigualdade da renda e, em seguida, a desigualdade do poder político. A desigualdade de poder político reproduziria a desigualdade educacional, uma vez que os possuidores de poder político não teriam interesse em modificar o sistema educacional¹⁶ vigente por não fazerem uso do mesmo. Esta dinâmica resultaria em um círculo vicioso de equilíbrio, com manutenção contínua da desigualdade.

Na etapa de preparação Barros e Mendonça (1995) identificam três recursos fundamentais: Habilidade nata (H), Recursos públicos (Yp) e Recursos privados¹⁷ (βYw). O resultado da etapa de preparação portanto, seria uma função desses três recursos $f(H, Yp, \beta Yw)$. Ao final desta etapa já haveria desigualdade entre os participantes, pois estes já teriam acumulado recursos diferenciados, caracterizados pela desigualdade de condições.

Na etapa de competição (mercado de trabalho) como no momento do repasse do bastão da corrida atlética, as condições de saída já seriam desiguais e conseqüentemente os prêmios a serem alcançados configurariam-se a priori, numa desigualdade de resultados.

A principal contribuição do esquema teórico de corridas inter-geracionais conforme os autores, seria a possibilidade de se identificar o ponto em que a desigualdade ocorreria e seria transmitida.

Em outro estudo, Barros, Corseuil e Mendonça (1999) analisaram a desigualdade de renda pessoal, considerando outros atributos como a posição na ocupação e características dos postos de trabalho, todos responsáveis pela estrutura salarial. A identificação do peso de cada componente sobre as diferenças salariais levou os autores a outro trabalho que descrevemos a seguir.

A partir da utilização de ferramental econométrico, Barros, Henriques e Mendonça (2000) resumiram os efeitos de cada fator que contribuiriam para a desigualdade. Estes fatores tanto poderiam ser gerados quanto revelados no mercado de trabalho. Para os gerados pelo mercado de trabalho estabeleceu-se um corte entre dois tipos de fatores:

¹⁶ O sistema educacional público do primeiro e segundo graus estaria destinado às camadas sem poder político enquanto a rede privada atenderia aos depositários do poder político.

¹⁷ Herança da corrida anterior, referente aos prêmios recebidos pela geração dos pais e que os filhos serão os beneficiários.

aqueles promovidos pela discriminação e aqueles promovidos pela segmentação. Os autores concluíram no estudo que apenas 59% das fontes puderam ser identificadas, conforme Tabela 2.2.1.

Tabela 2.2.1. Brasil: Contribuição para a desigualdade de renda

Fator	Contribuição na desigualdade (%)
Fontes identificadas	59
<i>Geradas pelo mercado de trabalho</i>	11
Discriminação	4
Raça	1
Gênero	3
Segmentação	7
Formal ou informal	1
Setorial	5
Regional	1
<i>Revelada no mercado de trabalho</i>	48
Diferenças de experiência na ocupação	2
Heterogeneidade ocupacional	7
Heterogeneidade educacional	40
Fontes não identificadas	41
Total	100

Fonte: Barros, Henriques, Mendonça

O resultado do estudo não se ateve, a discutir as variáveis macroeconômicas e a possibilidade de se implementar políticas para alterá-las. Podemos observar na Tabela 2.2.1 algumas conclusões. A segmentação entre formalidade e informalidade, por exemplo, explicou apenas 1% da desigualdade, segundo o trabalho. Isto nos leva a concluir que a renda deva ser quase semelhante entre estas duas segmentações. O grande peso da desigualdade para a pesquisa, estaria na heterogeneidade educacional (40%), o que de certa maneira está de acordo com as conclusões obtidas por Langoni na década de 70. Desta forma, o mercado de trabalho ainda se depararia com uma oferta inelástica de mão-de-obra, pois o mercado da educação ainda não conseguiria preparar trabalhadores disponíveis, em quantidade e qualidade suficientes, para a demanda. De fato, no estudo de 1995, Barros e Mendonça já mostravam que o retorno da educação seria tanto maior quanto maior fosse o grau de escolaridade, sendo ainda mais elevado quando se tratasse de educação superior.

Barros, Mendonça e Velazco (1996) concluem em outro estudo que o retorno para cada ano adicional de escolaridade representaria um adicional salarial de aproximadamente 15%.

Hoffmann (1998) mencionou as diferenças de escolaridade das pessoas como um dos determinantes permanentes da desigualdade, mas também ressaltou a necessidade de se incluir como determinantes mais imediatos, a inflação e o salário mínimo. Cabe lembrar que neste estudo, o autor analisou o período 79/96, concluindo que o valor real do salário mínimo teria uma correlação parcial negativa e estatisticamente significativa com as medidas de desigualdade e que a inflação estaria associada com a maior desigualdade.

Em estudo empírico mais recente, Hoffmann (2002) analisou o período 1992 a 2001 e observou que a redução da desigualdade da distribuição entre 1993 e 2001 por pessoa economicamente ativa significou na verdade uma desprezível redução, quando o objeto de estudo era a renda familiar *per capita*. Ou seja, a redistribuição de rendimentos que existe dentro da unidade familiar quase fazia desaparecer o ganho registrado pelos dados individualmente.

Em relação à década de 90, destacamos o estudo de Dedecca (2003) que caracterizou o período como aquele com dois atributos simultâneos, estabilidade e desigualdade. Na verdade, durante os anos 90, apesar da menor pressão demográfica, os brasileiros teriam convivido com alto grau de desemprego urbano, atribuído pelo autor à nova política implantada. Diferentemente dos defensores de um processo mais flexível nas relações de trabalho, fruto de negociações entre empresas e trabalhadores (ou mesmo de intermediadores), o estudo apontou para as conseqüências de um padrão regulatório menos estruturado pelo Estado que não conduziu à redução do desemprego como preconizado pelo discurso daqueles que apoiaram a política econômica implementada. De acordo com o autor, os efeitos nefastos da nova organização econômica sobre os níveis de emprego foram acompanhados paralelamente por alterações na distribuição funcional da renda e na diferenciação dos rendimentos dos ocupados. Houve queda na renda do trabalho e crescimento de participação para o Estado e empresas. O empobrecimento geral dos ocupados foi diferenciado, ou seja os ocupados de renda mais elevada tiveram perdas inferiores àqueles de renda mais baixa. Mas a baixa taxa de formação bruta do capital fixo da década seria uma indicação de que a mudança da distribuição funcional da renda teria

privilegiado então o capital financeiro. Este argumento é apoiado nos resultados das Contas Nacionais pois entre 1993 e 1999, o pagamento de juros e amortizações feito pelo país cresceu de US\$ 10 bilhões para US \$ 50 bilhões ano, em um contexto de déficits comerciais sistemáticos.

“Esse desembolso de renda em direção ao exterior foi garantido com a atração de capitais externos viabilizada pelas altas taxas de juros praticadas e pelo programa de privatização.” (Dedecca 2003:104)

Ao estudar a desigualdade do mesmo período, Barros, Henriques e Mendonça (2000) referiram-se à estabilidade da distribuição de renda no Brasil como inaceitável, pois mesmo quando os indicadores indicavam leve melhoria, a desigualdade permanecia extremamente alta.

Numa outra linha, Peliano (1992) fez uma resenha contendo a discussão sobre desigualdade e mobilidade social no Brasil, contextualizando o período de cada estudo com as políticas governamentais e não deixando de lado a inserção internacional do país. Desta forma, a ênfase da pesquisa se aplicou na própria crítica à lógica capitalista, que produz demanda de mão-de-obra ao sabor dos movimentos de crise e expansão do sistema, empregando e desempregando trabalhadores, mas também produzindo um leque de ofertas, capaz de sanar as necessidades humanas. Os trabalhadores empregados atenderiam ao perfil dos conhecimentos exigidos pela divisão técnica do trabalho em meio à marcha de fluxo e refluxo da dinâmica capitalista. O sistema educacional também foi tema para uma ampla meditação do autor. A escolaridade forneceria as condições para inserção no mercado de trabalho segundo o autor, mas não deveria se ater apenas a este papel, mas a de formar cidadãos. De qualquer forma, o sistema educacional brasileiro possuiria inúmeras ineficiências e citando um estudo (Salm e Azuete 1990), mostrou que a grande maioria do operariado incorporado às maiores empresas não possuía uma escolaridade muito diferente daquela que a média da população. Mesmo a cúpula técnica e gerencial qualificada seria

composta pelo pequeno segmento da população escolar que lograria êxito em um sistema escolar deficiente.

Na análise da mobilidade social, Peliano percorreu uma abordagem diferenciada daquela utilizada pela maioria dos estudos. De acordo com o autor, uma das formas de se aferir a mobilidade social é comparar o crescimento da renda média com a desigualdade. Desta maneira existiriam apenas dois casos nos quais haveria aumento de desigualdade, quando a variação da renda média aumenta ou quando diminui. A renda *per capita* no Brasil teria mantido um crescimento total positivo ao longo dos períodos: entre 70/61 com 27,75%, entre 80/71 foi 63,90% e entre 90/81 foi 1,82%. A combinação do aumento de desigualdade, constatada neste tempo, com o crescimento da renda média, diferentemente dos resultados obtidos por outros autores e que veremos a seguir, teria indicado a existência de mobilidade descendente no Brasil.

“Isto significa que ao longo dos últimos trinta anos¹⁸ no Brasil, particularmente na última década, a relação entre inflação e desigualdade provocou progressivamente a concentração dos indivíduos nas ocupações remuneradas e/ou nos serviços pagos nas faixas mais baixas de renda do perfil distributivo” (Peliano 1992:305)

Apesar das constatações anteriores, os estudos empíricos de mobilidade social utilizaram dados e ferramentas distintos chegando a conclusões diversas como abordaremos a seguir.

Os estudos empíricos de mobilidade foram elaborados a partir do suplemento da PNAD sobre mobilidade social. No questionário, constam perguntas sobre a primeira ocupação e a ocupação atual do entrevistado bem como da ocupação de seu pai. Estas informações permitiriam ordenar mapas para análise das trajetórias intrageracionais e intergeracionais.

¹⁸ O autor se refere ao período 1970/1990.

“A preparação do mapa tem sempre como pressuposto a existência de uma estratificação e peso das ocupações¹⁹ que orienta quanto à direção do movimento do indivíduo, tanto em relação a si próprio (intrageracional) quanto em relação a seu pai (intergeracional). Para sumarizar e colocar tais questões no jargão contemporâneo, o que buscamos são os modelos explicativos da desigualdade social e, a partir deles, os modelos explicativos da mobilidade social.” (Pastore 1979:15)

Na verdade, a posição social para tais trabalhos é obtida por meio de estatísticas que conjugam renda, ocupação e/ou educação de um lado e a confrontam com o mapa de grupos ocupacionais, servindo o *status* ocupacional como um indicador do *status* social.

Por outro lado, a mobilidade de renda e a mobilidade social em conjunto, traçam o perfil do desempenho da desigualdade durante o período de estudo. A combinação entre a estrutura dos rendimentos com a estrutura social, em outras palavras, a própria face da distribuição de renda, fornece os elementos básicos para a análise da evolução da desigualdade.

“Do ponto de vista econômico o apoio é a estrutura de rendimentos e do ponto de vista social, o apoio é a estrutura social, ou melhor a mobilidade social.”(Peliano 1992:162)

Ao contrário do rendimento que é possível captar todos os anos por meio da PNAD ou do Censo Demográfico, ambos do IBGE, as informações sobre mobilidade social fazem parte de um suplemento da PNAD que tem periodicidade irregular. A disponibilidade desses dados existiu apenas para os anos de 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996.

O trabalho de Pastore (1979), um trabalho clássico e referência sobre os estudos de mobilidade social no Brasil, apesar de ter sido publicado em 1979, abriu o debate da década de 80. A fonte de dados foi a PNAD de 1973 e ele analisou a mobilidade sob a combinação

¹⁹ A maioria dos estudos de mobilidade social no Brasil tem como base a escala de posição social de Nelson do Valle e Silva.

de dois aspectos. O primeiro refere-se aos recursos individuais e o segundo às restrições estruturais. Desta forma, o autor estabeleceu uma função f que relacionou os recursos individuais X com as oportunidades e desigualdades estruturais Z , de modo que o nível de realização y foi dado por:

$$y = f(Z) (X)$$

Para fins do estudo, o autor selecionou uma sub-amostra de homens, chefes de família, de idade compreendida entre 20 a 64 anos, excluindo indivíduos desempregados (2011), indivíduos cujas respostas apresentavam defeitos relativos à ocupação (1308) e indivíduos cuja ocupação do pai apresentava imperfeições de resposta ou de codificação. A amostra assim incluiu 58.286 indivíduos e Pastore resumiu assim suas limitações:

“(1) os dados sobre a ocupação do indivíduo e de seu pai são baseados no relato do informante e, certamente, há diferenças de fidedignidade de resposta nos dois casos; (2) quando se comparam pais com filhos estamos contrastando pessoas de diferentes idades e não duas gerações absolutamente separadas no tempo; (3) a mobilidade envolve inúmeras sucessões de indivíduos na força de trabalho, e quando se comparam apenas dois ou três pontos da carreira no tempo fica difícil saber quem substitui quem na força de trabalho; (4) nem todos os membros da “geração passada” produziram filhos que sobreviveram até a data da pesquisa; (5) os indivíduos que produziram filhos que sobreviveram têm probabilidades diferentes de estarem representados na amostra devido a diferenças de fecundidade; (6) comparações inter-regionais ou internacionais geralmente envolvem gerações passadas que estavam em diferentes patamares na estrutura social; (7) as distâncias sociais entre estratos podem variar bastante de uma geração para outra devido a peculiaridades de hierarquização das ocupações em cada uma delas; (8) as comparações entre pais e filhos tendem a ser afetadas pelo tamanho de cada estrato nas duas gerações, produzindo efeitos que, muitas vezes, são mais produto da estatística do que da realidade.” Pastore (1979:53)

As principais conclusões do estudo de Pastore mostraram uma sociedade dinâmica, ou seja, na qual houve muita mobilidade (mais do que a terça parte dos indivíduos). O autor atribuiu, como causa principal o fator estrutural. Durante o período, o Brasil teria passado por um processo de industrialização, responsável pela transformação da estrutura social, de uma sociedade rural para urbana.

A industrialização trouxe o aparecimento de novos postos de trabalho enquanto a urbanização teria sido responsável pelo surgimento de postos de trabalho de classe média que simplesmente inexistiam anteriormente. Novas ocupações urbanas surgiram no setor de serviços e periféricos à industrialização. Além disso, novas atividades passariam a existir a partir das conglomerações urbanas como é o caso do transporte e do comércio e que teriam proporcionado o surgimento de novos postos de trabalho.

A urbanização teria permitido a entrada da mão-de-obra feminina no mercado, o que segundo o autor, levou a uma promoção para os homens, pois desta forma as mulheres passaram a ocupar postos de *status* inferior.

“O fato de as mulheres (e crianças) ocuparem os empregos de status mais baixos “permitiu” aos chefes de família homens ocuparem os de status mais altos.”
(Pastore 1979:187)

De fato, os números o levaram a concluir que a ascensão social esteve mais fortemente presente para os indivíduos com idade entre 30 e 50 anos e especialmente localizada nas regiões mais desenvolvidas como São Paulo, Rio e Brasília.

Para uma análise mais refinada em relação ao impacto de fatores estruturais e de outros como educação²⁰, levou o autor a isolá-los de forma a permitir verificar o peso de cada um. Para isso, Pastore aplicou modelos de regressão múltipla. Como resultado, a escolaridade apresentou uma contribuição enorme à variância explicada, enquanto variáveis de herança como o *status* do pai, *status* inicial e *status* migratório teriam pouca relevância.

²⁰ Esta variável foi usada em termos de escolaridade média e segmentada da seguinte maneira: não-escolarizado, primário incompleto, primário completo, ginásio incompleto, ginásio completo, colegial incompleto, colegial completo, universidade incompleta, universidade completa.

A elevada concentração de ocupações do alto terciário no Rio e Brasília fizeram então aumentar ainda mais as vantagens da educação nestas cidades comparativamente a outras como São Paulo.

A mobilidade ascendente, segundo o autor, seria mais significativa na evolução intrageracional do que na intergeracional, embora também tenha ocorrido aí. No entanto, o maior dinamismo se concentrou na base da pirâmide.

Silva (1979) mostrou que, isolando os fatores estruturais que levaram Pastore a concluir pelo alto grau de mobilidade, na verdade a sociedade brasileira era bastante rígida. A estrutura ocupacional brasileira tinha formação sensivelmente fechada com pouca possibilidade de substituição ocupacional e estruturada em grupos sociais de difícil intercomunicação. O autor concluiu, portanto que houve uma sociedade dinâmica, com alto grau de mobilidade, referente ao Brasil de rápida urbanização e outra com baixo grau de mobilidade, mostrando assim duas faces bem diferentes.

Uma investigação empírica vista à luz das contribuições marxistas de Erik Olin Wright foi realizada por Santos J A F (2002). O amplo estudo além de apresentar os desafios teórico-metodológicos, desenvolve o mapeamento de uma estrutura de posições de classes, sua evolução temporal, utilizando-se os dados das PNADs 1981 e 1996, e seus efeitos no Brasil. O escopo do estudo, entretanto, desconsidera a dimensão de formação de classe relacionada à constituição de coletividades organizadas e de conflito.

O trabalho coloca algumas questões sobre a proposição original de Wright, originalmente baseadas no contexto dos países centrais. A heterogeneidade de certas posições consideradas homogêneas como a categoria de auto-empregado, revelam considerável diversidade no Brasil, não só em termos de oportunidades de vida, como apregoariam os neoweberianos, como em termos relacionais do ponto de vista da produção e da exploração como defenderiam os neomarxistas. Na verdade, os autônomos ou auto-empregados muitas vezes consistem um segmento de desempregados disfarçados ou mesmo de subassalariados que vendem a sua força de trabalho por períodos determinados, ou seja uma situação intermediária entre o desemprego aberto e a inatividade.

O estudo mostra que a estrutura de classes no Brasil difere daquelas existentes nos países centrais, mas não a ponto de se precisar abandonar o esquema de análise de classes.

As alterações das taxas de posições e segmentos de classe são analisadas a partir das mudanças na distribuição da população ocupada entre os setores econômicos e a composição de posições de classe prevalente no interior de cada setor, buscando-se identificar os fatores determinantes de tais transformações.

O autor também procurou confrontar o esquema neomarxista relacional e posicional com o modelo da teoria do capital humano em relação às desigualdades econômicas, concluindo que o papel diferenciador inerente à educação e qualificação distingue-se por sua distribuição desigual no momento ou dentro do processo social em que se constituem as diferenças de qualificação entre os indivíduos e não fator-chave na definição da contribuição marginal do “fator trabalho” para o produto. Desta maneira o autor entende que o sistema educacional seja um fator endógeno do modelo e reproduzidor das desigualdades.

No âmbito da análise, o autor destaca que a categoria de empregadores no Brasil é dominada pela presença de pequenos empregadores com restrito acesso a ativos de capitais. Na verdade o pólo-empregador capitalista seria muito reduzido (não maior que 2,5% das posições de classe) e o núcleo capitalista em si não superaria 0,7% das posições. Ao longo do período estudado teria havido um crescimento restrito desta categoria (empregadores), ao contrário do universo dos auto-empregados. Nesta esfera, se por um lado a mudança setorial, notadamente o rearranjo na estrutura intersetorial da economia, favoreceu o segmento dos serviços pessoais, fortalecendo uma pequena burguesia urbana, por outro permitiu a elevada expansão do auto-emprego precarizado.

Os empregos de especialistas e o de trabalhadores qualificados teriam sofrido um efeito negativo de composição de posições ao longo do período, indicando um processo de destruição ou externalização dos empregos. Paralelamente, o processo de desindustrialização implicou em queda significativa na composição de posições de trabalhadores não manuais de rotina. No âmbito do emprego assalariado em geral, ocorreu grande ampliação para as categorias de trabalhadores domésticos e de empregados em ocupações inespecíficas. As transformações estruturais levaram a um declínio da classe trabalhadora como um todo.

A título de conclusão, o estudo ressalta as principais virtudes e limitações do esquema de classes de Wright, bem como da base de dados utilizada, na interpretação dos movimentos e regularidades observadas na sociedade brasileira.

Utilizando também dados da década de 80 e 90 e com base nas informações contidas no suplemento de mobilidade social das PNADs de 1982 e 1996, Jannuzzi (2002) estuda a movimentação social da sociedade brasileira em um momento de desregulamentação do mercado de trabalho, de baixo crescimento econômico no país e sob o impacto de uma economia aberta para o mundo.

Em grande parte dos estudos anteriores o fator estrutural teve papel preponderante na dinamização de novos postos de trabalho. A industrialização não se circunscreveu a si mesmo, mas passou a oferecer novas ocupações urbanas no desenvolvimento dos setores como o comércio e os serviços durante as décadas de 60 e 70. Os centros urbanos que atraíam migrantes do campo oferecendo outro tipo de ocupação, também passavam a oferecer maior acesso à educação com o objetivo de integrar o contingente de camponeses as novas exigências urbanas. De qualquer forma estes estudos reconhecem que a mobilidade ascendente encontrada para este período deveu-se sobretudo à ocupações da base da pirâmide ocupacional. Desta forma, o trabalho de Jannuzzi vem trazer uma valiosa contribuição²¹ metodológica ao criar uma nova escala de estratos sócio-ocupacionais que a partir da segmentação em cinco camadas, agrega no último estrato (a base da pirâmide ocupacional) ocupações de trabalhadores rurais na condição de empregados ou autônomos, bem como de ocupações urbanas de baixo *status*. Assim, um trabalhador rural que tinha como atividade a plantação e colheita da terra, como meeiro ou parceiro, quando deixa o campo e migra para a cidade para trabalhar em ocupações de baixo *status* como lixeiro, servente de pedreiro, doméstico e outros, continua no mesmo estrato ocupacional, ou seja a mobilidade social ascendente inexistente pois estes migrantes não mais percorrem, como em outras escalas, outro nível do mapa social criado com base nas ocupações. Então a

²¹ A classificação desta escala em cinco estratos contemplou a agregação de mais de 300 ocupações levantadas a partir das pesquisas do IBGE e utilizando medidas de *status* socioeconômico e indicadores de precarização calculados a partir do Censo demográfico de 1980 e 1991 e PNADs dos anos 90.

mobilidade ascendente caracterizada pela utilização de outras escalas²² passa a ser considerada apenas como mobilidade espacial, rural-urbana.

“Reunir trabalhadores rurais e produtores rurais autônomos com serventes de pedreiro, empregados domésticos e lixeiros em um mesmo grupo socioocupacional se justifica não apenas pela proximidade dos níveis médios de escolaridade e rendimento como também do padrão dos indicadores de precarização de inserção no mercado de trabalho, como o risco ao desemprego, rotatividade, grau de formalização da relação contratual e contribuição previdenciária.”
(Jannuzzi:2002)

Da mesma forma que os estudos de mobilidade anteriores (Pastore 1979) (Valle Silva 1981) se debruçaram sobre os aspectos das modificações estruturais do espaço social instigadas pela industrialização e conseqüente reconfiguração do mercado de trabalho no Brasil, a pesquisa de Jannuzzi analisa o padrão e a intensidade da mobilidade sócio-ocupacional em um período caracterizado por nova conjuntura do mercado de trabalho como mencionado anteriormente.

“Interessa verificar em que medida a perda de participação da indústria na estrutura ocupacional, a diminuição dos fluxos migratórios rural-urbanos, a migração para centros urbanos mais dinâmicos do território nacional, a ampliação das oportunidades educacionais e o crescimento do emprego público impactaram nas cifras de mobilidade social no país para o período em análise.” (Jannuzzi 2002)

Os indicadores de mobilidade social intergeracional encontrados para os anos de 1982 e 1996 na pesquisa foram próximos, mas em função da conjuntura menos favorável à criação de postos de trabalho dos anos 90, captou-se um aumento da mobilidade descendente entre os dois levantamentos. Os chefes de família oriundos dos estratos médios

²² Inclusive à utilizada pelo clássico trabalho de Pastore (1979).

e superiores da pirâmide social foram os mais atingidos pelo descenso social entre os dois períodos. Neste interregno aumentou o risco de filhos não alcançarem os postos de trabalho equivalentes aos exercidos pelos pais, bem como o risco de exercerem uma ocupação de *status* socioeconômico mais baixo. Para exemplificar, os filhos oriundos do estrato mais alto da pirâmide acabaram por ocupar postos de trabalho de *status* em média mais baixos²³ (9,7 menor) do que o de seus pais em 1996, enquanto em 1982 esta relação era de 7,2 menor. Nos estratos mais baixos o estudo apontou para um movimento oposto, isto é, um ligeiro aumento da parcela daqueles que conseguiram ascender, de 4,2 de distância percorrida em 1982 para 4,9 em 1996. Como a PNAD 82 captou a situação dos pais que trabalhavam nas décadas anteriores (70 e final dos 60) as cifras de mobilidade encontradas informam que 52% dos chefes de domicílio (entre 15 e 74 anos) do sexo masculino teriam conseguido ascender nos postos de trabalho durante sua trajetória profissional. mobilidade intrageracional). Ao mesmo tempo, 44% destes teriam permanecido em ocupações de *status* semelhantes, enquanto 4% descenderam para posições inferiores. Já a situação captada pela PNAD 96 vai refletir a conjuntura mais desfavorável do mercado de trabalho a partir dos anos 80. O movimento ascendente em relação à primeira ocupação ocorreu apenas para 41% dos chefes de domicílio contra os 52% encontrados na PNAD 82, mencionada anteriormente. Ou seja, as chances de ascensão social reduziram-se e a proporção daqueles chefes de domicílio em descenso foi de 13% contra os 4% de 1982.

A pesquisa revelou que este padrão de mobilidade social foi mais intensa para aqueles indivíduos que teriam iniciado suas carreiras em ocupações mais qualificadas como os de profissionais universitários entre outros. Nestes casos, os riscos de queda a partir da primeira ocupação passaram de 19% em 1982 para 45% em 1996. Para este segmento do topo da pirâmide as chances de permanecerem no mesmo nível, reduziram-se de 81% em 1982 para 55% em 1996.

A situação para os indivíduos que iniciaram suas carreiras no estrato Médio-alto (nível que vem logo abaixo do segmento do topo da pirâmide) não foi melhor do que os do

²³ O autor utiliza uma medida de distância calculada a partir das diferenças médias entre o Índice Socioeconômico Distancial das ocupações do pai e do filho. Este índice resulta de um escore obtido através da aplicação da análise de componentes sobre rendimento e escolaridade de cada ocupação. Quando a distância média for negativa, a ocupação do filho percorreu uma trajetória menor do que a do pai e vice-versa, isto é, quando positiva, o filho atingiu uma posição de maior *status* do que a do pai.

topo. Entre estes estão os bancários, técnicos, mestres, pequenos comerciantes entre outros e, para eles aumentaram os riscos de não conseguirem manterem ocupações de *status* equivalente ou superior. O estudo, sob a perspectiva intrageracional, ainda apontou os indicadores de mobilidade de acordo com coortes temporais²⁴ de ingresso no mercado de trabalho bem como de atributos sociodemográficos²⁵, características do trabalho²⁶ inicial ou atual, segundo regiões²⁷, origens e destinos migratórios.

O balanço final do trabalho mostrou que as condições estruturais que possibilitaram a ascensão social no período de formação urbano-industrial brasileiro perderam o vigor apresentado até os anos 70, estreitando as possibilidades do espaço social brasileiro.

Outro estudo empírico a ser destacado consiste na pesquisa de Scalón (1999), realizado sobre as informações do suplemento da PNAD-88, a partir do arcabouço teórico weberiano. A autora utilizou as formulações e conceitos de segmentação social instituídos por Erikson e Goldthorpe.

O objetivo principal de seu trabalho foi detectar as características da mobilidade social no Brasil, além de seu volume. A autora procurou identificar possíveis divisões e barreiras entre os estratos sociais que possibilitassem distinguir o grau de abertura da estrutura social brasileira. Além disso, ela introduziu o diagnóstico de possíveis desigualdades de gênero, testando a hipótese de existência de estruturas de classes diferenciadas, considerando este tipo de segmentação.

A abordagem teórica da análise considerou o contexto classe estrutural²⁸, diferentemente de Pastore (1979, 1993) que considerou a organização social sob a perspectiva do *status* e prestígio. Quanto à metodologia utilizada, o estudo também se diferenciou do estudo de Pastore por ter aplicado modelos log-lineares ao invés de índices de mobilidade e métodos de regressão. O esquema classificatório, fonte do trabalho, foi

²⁴ Para quem ingressou por exemplo entre 1990 e 1996, entre 1983 e 1989 e assim sucessivamente.

²⁵ Raça, gênero, faixa etária e escolaridade.

²⁶ A primeira ocupação em agropecuária, indústria de transformação, construção civil ou comércio bem como para os empregados com carteira, funcionários públicos, empregados sem carteira, contas- própria e empregadores.

²⁷ Residentes em diversos estados como também em algumas regiões metropolitanas, regiões urbanas e rurais, cidades mais ou menos populosas.

²⁸ Relaciona os estratos de acordo com a situação de mercado e a situação de trabalho em lugar da posição assumida por eles dentro de uma hierarquia de *status*. Para maiores explicações vide Jannuzzi (2000).

montado pela própria autora, utilizando a ferramenta de análise de conglomerados para promover a agregação e conseqüente classificação dos estratos. Este método propôs a agregação de categorias a partir do mapa social criado por Nelson Valle e Silva, reduzindo seus níveis. A autora buscou identificar padrões e características semelhantes de renda e educação, como princípio para a determinação de semelhanças e diferenças entre grupos²⁹. A partir daí o trabalho se assemelhou aos demais estudos de mobilidade no Brasil, ou seja analisou as taxas de movimentação entre estratos, mostrando o volume de mobilidade total e identificando tanto aquele referente à mobilidade estrutural, quanto aquele referente à mobilidade de circulação.

Os principais resultados apresentados pelo trabalho foram:

(a) A verificação de que a mobilidade de curta distância prevaleceu sobre a de longa distância e de que houve barreiras ou as denominadas fraturas entre os aspectos manual/não-manual e urbano/rural;

(b) A identificação de um bloqueio para fora do setor não-manual que também reteve a mobilidade ascendente do setor manual para o não-manual sendo mais rígida ainda quando se tratou do segmento feminino;

(c) A proporção de trabalhadores com origem nos estratos manuais que se dirigiram para posições do setor não-manual diminuiu à medida que a distância entre os estratos aumentava;

(d) A constatação de que o Brasil vivenciou mobilidade intergeracional circular superior à mobilidade intergeracional estrutural, isto é observou-se um padrão mais próximo ao de países de industrialização consolidada, onde as oportunidades emergem mais de oportunidades de substituições do que de condições na estrutura de emprego;

(e) A situação intergeracional para o gênero feminino apontou para um padrão de mobilidade estrutural superior ao circular. Neste caso, a comparação foi feita em relação a seus pais, portanto se compara duas estruturas diferenciadas por gênero;

²⁹ As dezoito categorias iniciais de Valle e Silva foram reduzidas para nove. É preciso destacar que em termos metodológicos os trabalhos de Pastore e Scalón não são passíveis de comparação, uma vez que a classificação dos estratos utilizada por um, difere da classificação utilizada pelo outro.

(f) A situação intrageracional para as mulheres assim como para os homens revelou taxas de mobilidade circular superiores à mobilidade estrutural;

(g) A inexistência de diferença significativa nos padrões de mobilidade entre homens e mulheres, apontando para a constatação de apenas um modelo de mobilidade.

Em suma:

“A partir da análise de taxas relativas de mobilidade foi possível apontar o Brasil como uma sociedade organizada em classes marcadamente delimitadas, que apresentaram certo grau de fluidez dentro das fronteiras que as dividem, mas com significativa rigidez no movimento para além delas. Essas características demonstraram tendência de predomínio, com a redução no ritmo das transformações decorrentes de mudanças estruturais, que marcaram as décadas de 50 a 70” (Scalon 1999:167)

Em relação ao quadro de teses clássicas que vigoram nas análises sobre mobilidade social, o estudo confirmou ter havido no Brasil: fechamento social, zona de contenção e contramobilidade.

O fechamento social foi confirmado pela identificação de barreiras à mobilidade de longa distância. Desta forma, os movimentos experimentados diziam respeito muito mais aos estratos intermediários do que aos extremos da estrutura social. Os grupos superiores mostraram altos índices de fechamento em relação aos demais estratos, garantindo a transmissão geracional das posições privilegiadas.

“As diversas categorias experimentaram chances diferenciadas de alcançar posições na elite, que diminuía na relação inversa do aumento da distância entre elas. Isto resultou em uma elite que garante a transmissão de posições de classe aos seus descendentes.” (Scalon 1999:164)

A zona de contenção foi identificada entre o segmento de ocupações manuais e não manuais. Constatou-se, portanto grande volume de mobilidade entre as ocupações próximas

da fronteira entre os setores manual e não-manual, o que funcionaria no sentido de conter a mobilidade de longa distância.

“Os altos índices de mobilidade nas posições intermediárias da estrutura social, aliados ao relativo fechamento dos estratos localizados nos extremos, evidenciam a existência de uma zona de contenção prevenindo a mobilidade de longa distância.”
(Scalon 1999:165)

A contramobilidade foi confirmada uma vez que os índices de mobilidade intergeracionais ascendentes, vivenciados pelas gerações mais jovens, foram compensados pelos índices menores de mobilidade de carreira posteriores. De acordo com a autora, a constatação se deu avaliando-se as taxas de mobilidade para duas coortes masculinas. A coorte mais jovem apresentou maiores índices de mobilidade intergeracional enquanto a mais velha registrou maiores índices de mobilidade de carreira (intrageracional). A situação não resultou na mesma constatação quando se tratou do gênero feminino.

“A coorte mais jovem apresentou índices de mobilidade mais elevados em direção aos três estratos superiores, para as trabalhadoras com origem no setor manual urbano e que iniciaram sua vida produtiva em ocupações neste mesmo setor ou no setor não-manual de rotina. O resultado é previsível e reflete o aumento da escolaridade e da participação feminina na força de trabalho em décadas recentes.” (Scalon 1999:165)

Pastore e Silva (2000) assim como Jannuzzi (2002), também utilizaram a PNAD 1996 para realizar um novo estudo com objetivo de compará-lo com o anterior, o clássico, estudo do próprio Pastore (1979). Anteriormente, o autor havia utilizado 18 níveis de escolaridade, mas em 1996, foram usados apenas 16 níveis. Para guardar comparabilidade com o estudo de 1979, utilizou-se uma subamostra da PNAD 1996 incluindo 42.137 chefes de família, homens de idade variando entre 20 e 64 anos, mantendo-se assim o mesmo tipo

de universo de dados. Essa subamostra foi estratificada em coortes de 5 anos e para cada coorte calculado o *status* educacional demonstrado a seguir:

Tabela 2.2.2. Brasil – Rendimento Médio Mensal da Ocupação – 1996 (em R\$)

	ANOS DE ESCOLA																
Idade	-1	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	Total
15-19	37	36	36	45	49	57	54	52	61	62	83	136	150	125	274		59
20-24	70	92	89	99	115	137	152	157	195	172	183	262	260	314	296	513	175
25-29	96	119	118	151	146	189	196	224	262	308	289	409	509	543	643	904	278
30-34	102	157	144	163	184	217	259	285	325	338	396	504	671	821	930	1329	370
35-39	115	163	168	199	234	240	278	322	377	412	519	582	716	974	978	1541	416
40-44	123	169	183	200	306	292	307	426	464	465	605	673	863	1164	1134	1837	477
45-49	112	183	158	196	320	294	344	399	432	503	709	684	704	1026	1043	1851	433
50-54	107	143	170	188	261	295	325	280	428	406	524	605	685	881	774	1748	346
55-59	83	119	139	162	237	211	229	256	332	315	295	521	502	658	333	1367	244
60-64	62	82	125	164	182	143	343	198	203	42	339	356	171	940	323	1154	170
Total	72	75	84	101	161	137	127	157	260	182	259	448	481	658	755	1424	230

Fonte: Pastore e Silva

O estudo comparativo com os dados da PNAD-73 e os da PNAD-96 concluiu que houve redução da mobilidade estrutural e uma elevação razoável (24%) da mobilidade circular entre 73 e 96. Tal constatação levou os autores a deduzirem que o mercado de trabalho se tornara mais competitivo, obrigando a desocupação de uma posição para que outras pessoas pudessem subir. Por outro lado, a estrutura ocupacional brasileira³⁰ teria sido aberta em estratos importantes, como no topo da pirâmide. A elite passou de 3,5% para quase 5% e o estrato médio-superior, denominada pelo autor de classe média alta, teria saltado de 6% para quase 7,5%. Outra importante conclusão seria a redução da base da pirâmide. Entre os pais dos chefes de família de 1973, 65% pertenciam ao estrato baixo inferior (lavradores, pescadores, braçais do meio rural etc). Já entre seus filhos, esse percentual caiu para 32%. No caso de 1996, a queda prosseguiu.

“Os pais dos chefes de família eram 55% e os filhos 24%.” (Pastore 2000:7)

Esta redução representaria uma mobilidade ascendente em direção às esferas médias. Segundo o autor, a ampliação dos estratos médios ocorreu tanto para a camada média-baixa (de 16% para 27%) como para a camada média-superior (de 3,4% para 7,4%). A agregação dos estratos, alto e médio-superior cresceu em relação à 1973 segundo os autores, passando de 9,8% dos chefes de família em 1973 para 12,3% em 1996.

A sociedade brasileira teria então se revelado numa estrutura social mais aberta e os movimentos de ascensão identificados em 1973 seriam da mesma magnitude, ou seja “muitos subiram pouco e poucos subiram muito”. A auto-reprodução dos estratos seria desmistificada pelo estudo, pois não haveria qualquer estrato social que se reproduzisse inteiramente.

³⁰ Formada por seis estratos: alto (profissionais de nível superior e grandes proprietários); médio-superior (profissionais de nível médio e médios proprietários); médio-médio (trabalhadores não manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários); baixo-superior (trabalhadores urbanos não qualificados) e baixo-inferior (trabalhadores rurais não-qualificados).

“Apenas o estrato baixo-inferior se aproximaria da idéia da reprodução social, uma vez que 90% dos trabalhadores rurais seriam filhos de trabalhadores rurais. No alto da pirâmide, a proporção de auto-reprodução teria sido de apenas 18,4%. Menos de 20% dos integrantes da classe alta são filhos da própria classe alta, ou seja mais de 80% chegaram naquela posição, vindas de estratos mais baixos.”
(Pastore 2000:8)

Em suma, o trabalho advogou que a sociedade brasileira, comparativamente a 1973 teria prosseguido seu dinamismo. As pessoas teriam continuado a entrar e sair de diferentes estratos, principalmente dos mais baixos. Mesmo com todas as crises do final dos 80 e início dos 90 e com a falta de crescimento de empregos, uma parte destes teria continuado a se diversificar, o que teria garantido mais uma vez a mobilidade de curta distância para a maioria, e a mobilidade de longa distância para uma pequena minoria. Quanto a descida na escala social, teria aumentado, 11% em 1973 contra 14% em 1996. O aumento da mobilidade total, entre 1973 e 1996, se deveria tanto ao crescimento da mobilidade ascendente quanto da descendente.

Na mesma linha, Scalón e Costa Ribeiro (2001), também mostraram que a mobilidade de circulação aumentou e a estrutural diminuiu. O trabalho dos autores buscou responder a quatro perguntas:

- a) como se modificou a estrutura de classes no Brasil entre 1973 e 1996;
- b) quais os impactos que o rápido processo de industrialização teria provocado nos padrões de mobilidade social;
- c) se as chances de mobilidade teriam se modificado ao longo do tempo e
- d) se as mudanças na estrutura de classes e nos padrões de mobilidade teriam sido semelhantes aos dos demais países.

Primeiramente, segundo os autores, a mudança na estrutura de classes teria ocorrido em dois tempos. O primeiro, entre 1973 e 1988 quando teria havido uma diminuição significativa no tamanho das classes de destino de proprietários e trabalhadores rurais. O segundo, entre 1988 e 1996 quando a estrutura de classes de destino teria permanecido praticamente a mesma. Haveria ocorrido uma transferência de mão-de-obra do setor rural

para o setor urbano, sem alterações significativas entre trabalho manual qualificado e não qualificado.

Em seguida, os dados demonstraram que as distribuições entre origem e destino teriam sido muito diferentes e indicava que grande número de pessoas buscou posições de classe distintas daquelas de origem. Apesar disso, o trabalho não corroborou os estudos (Pastore 2000) e (Hasenbalg e Silva 1988) que advogavam a idéia de que o Brasil seria uma sociedade com altos níveis de mobilidade. Para Costa Ribeiro e Scalón, o índice de mobilidade encontrado se assemelhou a de outros países observados. Assim como Pastore (2000) e Jannuzzi (2002), os autores concluem que a industrialização teve impactos de grande significação nos padrões de mobilidade absoluta. O grau de reprodução ou imobilidade da elite teria sido baixo, o que também se constatou em países com rápido processo de industrialização. Portanto, independentemente do local, a industrialização sempre provocou mudanças estruturais significativas.

Em terceiro lugar, o estudo concluiu que teria havido um aumento no grau de fluidez social da estrutura de classes brasileira, tornando-a menos rígida ao longo do período.

“Esta conclusão, segundo os autores, contradiz os resultados anteriormente propostos por Silva e Roditi (1988) que usaram o modelo de fluidez social constante (CnSF)”. (Costa Ribeiro e Scalón 2001)

Entretanto, os autores alegaram que o grau de rigidez da estrutura social continuou elevado em 1996, sendo mais alto do que em outros países.

Finalmente para o estudo, os padrões de mobilidade absoluta apresentaram as mesmas tendências dos demais países, mas a mobilidade relativa do Brasil diferiu dos demais, por ter apresentado um aumento no grau de fluidez social. Entretanto, a sociedade brasileira não poderia ser caracterizada como uma sociedade aberta, pois apresentou ainda um nível alto de desigualdade de oportunidades.

Outro estudo recente foi o de Quadros (2003), que avaliou a evolução da estrutura social no Brasil entre os anos 1981 e 2001. Para tal, o autor se utilizou de referencial teórico baseado em Wright Mills e construiu uma estrutura sócio-ocupacional compatibilizando as ocupações constantes nos Censos demográficos e nas Pnads, ambos do IBGE. A partir da elaboração desta estrutura que considerou a ocupação e a situação da ocupação, ele definiu 27 grupos ocupacionais. Quadros mostrou como as diversas camadas da estrutura se comportaram no período, situando cada momento político-econômico vivenciado no país de 1981 a 2001, e os impactos e oscilações que provocaram na organização social. A análise contemplou um amplo espectro de elementos, como a evolução dos rendimentos médios, da participação na ocupação e na renda, além de avaliar as relações com gênero, raça, escolaridade e suas composições (gênero/raça e gênero/raça/escolaridade).

O estudo permitiu ainda o exame da evolução da estrutura setorial, mostrando sua participação no total, além do rendimento médio para cada um dos setores. A análise se estendeu, contemplando a segmentação para cada uma das camadas definidas na estrutura. O trabalho buscou investigar a situação dos assalariados urbanos tanto para os subordinados ao setor privado, quanto para os do setor público, inclusive considerando o tamanho da empresa em que exerciam suas atividades.

Além de pesquisar a situação individual, o estudo também considerou a estrutura ocupacional familiar, na qual a unidade familiar foi alocada na estrutura sócio-ocupacional considerando o membro da família de situação mais elevada na estrutura individual, podendo este ter sido ou não o chefe da família. A comparação entre a estrutura individual e a familiar permitiu a constatação da relevância em se considerar esta unidade que se comporta como um espaço de distribuição de renda interna. A evolução da renda familiar *per capita*, da renda familiar, das relações familiares solidárias mostrou a necessidade de que um maior número de membros da família se ocupassem para manter a renda em patamares estáveis ao longo do tempo. Uma das principais conclusões do estudo apontou para um quadro de crise de reprodução social.

“As gerações mais novas estão enfrentando dificuldades crescentes, muitas vezes intransponíveis para manter as condições sociais de suas famílias de origem”
(Quadros 2003:113)

Além do mais, a crise entre os adultos não revelaria a verdadeira dimensão do problema de precarização do trabalho, pois conforme Quadros, o profissional com mais experiência pode estar atuando em vários tipos de atividades “quebra-galho” e com isso, embora demitidos, se declararam ocupados.

Dentre as principais conclusões do trabalho destaca-se também o posicionamento crítico e inconformista do autor, em relação a adoção de projetos internos. Tais projetos teriam resultado na perda de dinamismo econômico e conseqüente redução na geração de oportunidades, em prol do avanço das transferências de grande parte dos ganhos empresariais para o setor financeiro. A idéia de que teria havido estabilidade nas condições sociais divulgada amplamente por meio de análises oficiais, foi duramente criticada, bem como corroborada empiricamente. Para Quadros, salvo uma pequena minoria, praticamente todos teriam perdido.

“Na verdade, esta estrutura vem sendo corroída por dentro, entre outras razões pela retração dos rendimentos e pelo crescente peso do desemprego entre as famílias de todos os segmentos sociais, mas particularmente nos segmentos de baixa renda da massa trabalhadora urbana.” (Quadros 2003:135)

A adoção do projeto neoliberal, acompanhada da estabilidade monetária e da abertura comercial teria a princípio arrefecido qualquer discurso ou movimento no sentido contrário, uma vez que a possibilidade maior de consumo aliada ao dólar barato e a expansão de crédito, teriam causado a impressão inicial de que a sociedade prosperava.

O estudo ainda concluiu pela necessidade de se reorientar a política econômica e social, de forma a buscar o crescimento sustentado e a redução imediata das carências sociais, mas enfatizando a premência de uma reestruturação do Estado.

Abordaremos a seguir, as principais restrições das pesquisas empíricas.

2.3. Interpretação sobre as limitações dos estudos

As referências empíricas para os estudos no Brasil se baseiam sobretudo nos inquéritos do IBGE, seja o Censo Demográfico seja a Pnad, sendo esta última mais utilizada por ter periodicidade mais freqüente (anual). A primeira informação a ser ressaltada refere-se à forma auto-declaratória como se capta o rendimento e a ocupação do indivíduo, podendo ou não a informação declarada expressar a realidade. Há também argumentos e contra-argumentos interessantes para a utilização do ferramental analítico que afere a desigualdade a partir da distribuição de renda ou a partir da mobilidade social, como descrevemos a seguir.

2.3.1. Distribuição de renda

A renda é uma das referências mais marcantes na sociedade capitalista e certamente indica uma posição econômica que está intimamente relacionada com o consumo. A estrutura de rendimentos num país capitalista explica uma poderosa dimensão da distribuição da riqueza, seja dentro de uma sociedade seja entre elas. Contudo, como categoria analítica apresenta algumas deficiências, pois considera apenas uma grandeza da avaliação social. Talvez se deva a isto, o fato de que muitos dos estudos de renda passem a agregar outros elementos explicativos como é o caso da escolaridade, bem como a se utilizar das mesmas técnicas utilizadas pelos estudos de mobilidade social como regressão, modelos log-lineares e outros. Pudemos observar esta tendência nos estudos resenhados. De qualquer forma a renda na sociedade capitalista tem papel destacado. Tanto que nos estudos de mobilidade social, o rendimento influencia decisivamente na direção das variações dos indicadores estatísticos utilizados e portanto nas conclusões dos trabalhos.

Outra consideração a ser feita consiste na relação entre a população aberta ou controlada. Como a desigualdade normalmente utiliza as separatrizes em decis ou percentis de apropriação de renda de uma população genericamente, os estudos de mobilidade seriam mais adequados por controlar a mesma amostra em períodos distintos. (Pastore 1979)

2.3.2. Mobilidade social

Estes estudos encontram a restrição de levar a resultados distintos para o mesmo período quando a base inicial do número de estratos difere, o que torna os estratos heterogêneos entre si. Assim, há trabalhos com seis estratos (Pastore 1979 e 2000), com cinco estratos (Jannuzzi 2002), com sete estratos (Costa Ribeiro e Scalon 2001), com oito estratos (Silva 2004), com nove (Scalon 1999) e com onze estratos (Costa Ribeiro 2003). Há também grupos com menos agregação como é o caso do esquema de Silva que criou 18 grupos ocupacionais. Por outro lado, a dimensão da tabela de mobilidade de tal ordem impede os autores a trabalhar desta maneira, como é o caso de Scalon (1999), que os agrega ainda mais para facilitar sua utilização. Na verdade, este esquema mais amplo nunca foi diretamente analisado.

Outra limitação refere-se à técnica estatística utilizada que proporciona resultados de dimensões distintas. Podemos apontar a divergência em relação aos níveis dos índices de mobilidade social encontrados por Costa Ribeiro e Scalon (2001) em relação a de Pastore e Silva (2000) e Hasenbalg e Silva (1988). Para Costa Ribeiro e Scalon, os níveis não seriam tão altos quanto advogaram os demais autores. Pastore (1979), citando Yassuda reconheceu que as comparações entre pais e filhos tenderiam a ser afetadas pelo tamanho de cada estrato nas duas gerações, produzindo efeitos que, muitas vezes, seriam mais produto da estatística do que da realidade. Para atenuar tal problema, as pesquisas do campo da mobilidade vem introduzindo o controle por idade e por época de entrada no mercado de trabalho além dos cálculos sobre diferentes tipos de mobilidade. Tal procedimento foi adotado no estudo de Jannuzzi (2002).

Quanto à própria ocupação, há que se considerar o extenso leque de seu significado prático. A especialização produtiva vivenciada nos últimos 10 anos “esvaziou” o sentido estrito de diversas ocupações que apesar de manterem o seu título, não representam a relevância anterior. Muitas empresas passaram a manter engenheiros e técnicos em suas respectivas ocupações, mas com funções distintas. Neste sentido, ao responder um inquérito do IBGE, um engenheiro que exerça a função de vendedor especializado por exemplo,

responderá que sua ocupação é a de engenheiro, originando assim uma série de distorções em qualquer resultado de pesquisa de mobilidade social.

Há também que se ressaltar uma relevante preocupação expressada por Pastore em seu trabalho clássico.

“Trata-se da dificuldade em se aferir às diferenças entre a estrutura social dos pais e a dos filhos, descontando-se os efeitos da fecundidade e do tamanho da família.”
(Pastore 1979:55)

Finalmente, os estudos de mobilidade social no Brasil utilizam-se de um suplemento da PNAD disponível apenas para alguns anos e envolvendo um determinado número de pessoas. O controle da população para fins de mobilidade, também tem deficiências, pois como alegou Peliano (1992), uma coisa é a análise da mobilidade social de um grupo específico da população, outra é a análise da mobilidade social de toda a população envolvida com o mercado de trabalho, sendo mais adequado portanto, o uso do conceito de população empregado nos estudos de desigualdade. Por comungarmos da mesma opinião, este estudo buscou contemplar este sentido mais amplo de população como veremos no capítulo seguinte.

Apresentamos a seguir, um quadro sinóptico dos estudos descritos, em ordem cronológica ascendente.

2.4. Quadro sinóptico

1960 / 1970

Autor	Estudo	Resumo
Hoffmann e Duarte (1972)	Distribuição de renda no Brasil	O crescimento econômico trouxe benefícios desiguais à população, em termos monetários, pois enquanto o decil superior da população ganhou participação na renda total os demais a perderam. A razão estaria na compressão salarial exercida durante o governo militar, sobretudo com a diminuição do poder dos sindicatos. O ganho significativo do estrato superior poderia ser explicado pela remuneração de executivos. Esta última, estaria positivamente correlacionada com os lucros das empresas.
Langoni (1973)	Distribuição de renda e desenvolvimento econômico	Entre 1960 e 1970 aumentou a renda de todas as faixas da população brasileira mas o rápido crescimento econômico do país gerou benefícios proporcionalmente maiores para os grupos de renda mais alta. Portanto, o autor atribuiu ao crescimento econômico acelerado, a responsabilidade pela desigualdade. Justificou assim que o aumento da desigualdade é natural (efeito Kuznets) e se deve tanto pela migração para os centros dinâmicos quanto pela incapacidade inercial do sistema educacional em prover mão-de-obra qualificada. Como natural e inevitável também seria temporária e autocorrigível.
Fishlow (1975)	A distribuição de renda no Brasil	Refutou teórica e empiricamente a idéia de que o aumento da desigualdade seria o resultado inevitável do processo de desenvolvimento em função de um desequilíbrio no mercado de trabalho, pelo desajuste entre a oferta inelástica e a expansão por mão-de-obra qualificada. Concentrou-se na distribuição funcional da renda para mostrar que a política salarial do governo militar favoreceu ao capital e aos níveis hierárquicos mais altos..
Fields (1975)	O desenvolvimento econômico brasileiro dos anos 60	Confirmou a tese de Langoni de que o crescimento econômico dos anos 60 alcançou todos os estratos de renda. A partir dos dados utilizados por Fishlow, o autor mostrou que a percentagem de aumento da renda dos mais pobres foi mais do dobro do que aquela dos estratos superiores, concluindo então ter diminuído relativamente a distância entre ricos e pobres.

1960 / 1970

Autor	Estudo	Resumo
Bacha (1975)	Hierarquia e remuneração gerencial	O processo de desenvolvimento industrial trouxe alterações tanto na distribuição funcional quanto na distribuição pessoal da renda, pois a expansão das firmas demandou sistemas gerenciais mais complexos, com aumento dos níveis hierárquicos. Tal cenário determinou um novo nível quantitativo e qualitativo de trabalhadores de colarinho-branco. Desta forma, esses, por serem mais escassos puderam ganhar relativamente mais do que aqueles menos qualificados, que contariam apenas com o poder dos sindicatos, reprimidos durante o governo militar. Assim, a posição na ocupação foi fundamental na diferenciação entre as remunerações uma vez que as posições mais altas flutuariam mais de acordo com os ganhos do capital do que as demais. O leque salarial no meio urbano estaria muito mais na relação trabalhador e gerente do que na hierarquia convencional entre trabalhadores qualificados e não qualificados.
Malan e Wells (1975)	A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento	Discordou sobre as causas da desigualdade de renda advogadas por Langoni. Os autores destacam que a variável escolaridade não explica o fato de indivíduos com mesmo grau de escolaridade terem diferenciação de renda além de que o estudo utilizando a ocupação não teria explicado adequadamente as rendas da propriedade.
Simonsen (1978)	Desigualdade e mobilidade social	O crescimento econômico levou a um enriquecimento geral da sociedade, ocorrendo acentuada troca de posições e conseqüente melhoria ocupacional para diversos indivíduos. Aqueles com maior renda, progrediram mais rapidamente devido a maior experiência no mercado de trabalho. Desta forma, o coeficiente de Gini não captaria a mobilidade vertical.

1960 / 1970

Autor	Estudo	Resumo
Silva (1979)	Mobilidade social	Constatou que há duas principais barreiras estruturais que dificultariam o acesso dos indivíduos à ascensão social. A primeira trata da relação rural urbana e a segunda a relação manual e não manual. As chances de mobilidade porém apresentam duas vertentes. A primeira mostra uma sociedade aberta e dinâmica que proporciona grandes chances de mobilidade num contexto de rápida urbanização e industrialização acelerada. A segunda evidencia uma sociedade fechada com uma estrutura de classes praticamente consolidada, na qual a mobilidade circular predominou.
Pastore (1979)	Mobilidade social	A partir de uma sub-amostra de homens, chefes de família com idade entre 20 a 60 anos extraída da PNAD 73 e com base em uma escala de posição social de ocupações, controlou diversas variáveis. O autor utilizou um esquema com seis grupos de status. O estudo captou a reconfiguração do perfil de mão-de-obra rural para urbana, e do setor secundário para o terciário. Este grande movimento teria significado uma trajetória ascendente, pois pessoas estariam deixando ocupações com baixa qualificação, renda e prestígio social em direção a melhores empregos. A estrutura social brasileira, portanto caracterizou-se por grande dinamismo, pelo qual um terço da população se beneficiou da mobilidade ocupacional, devido principalmente às alterações econômicas. Entretanto, este dinamismo foi segmentado, pois muitos ascenderam pouco e poucos subiram muito.

1980

Autor	Estudo	Resumo
Camargo e Landau (1985)	Salário mínimo e distribuição de renda	Concluem pela separação de dois tipos de trabalhadores, os que estariam vinculados à produção e os vinculados diretamente à direção da empresa (administrativos). Estes últimos teriam mais facilidade em obter uma relação mais estreita entre seus salários e a lucratividade da empresa do que os demais.
Silva e Roditi (1988)	Mobilidade social	A partir dos dados da PNAD-73 afirmam que o crescimento econômico não gerou benefício na distribuição de oportunidades, uma vez que os dados demonstram não haver variação no tempo quanto a questão da origem social sobre as oportunidades de escolarização e desta sobre o mercado de trabalho. Os autores relativizaram o peso da industrialização sobre a mobilidade social, deduzindo que as diferenças na estrutura da mobilidade são dependentes tanto do desenvolvimento econômico quanto da organização política.
Hanselbalg e Silva (1988)	Mobilidade social	A partir dos dados da PNAD-73, os autores traçam a mudança de perfil na estrutura de emprego no Brasil, demonstrando que a mobilidade social brasileira do período, teria os níveis mais elevados do mundo.
Bonelli e Sedlacek (1989)	Mercado de trabalho e distribuição de renda	A partir de dados de PNADs dos anos 80 os autores concluíram que a desigualdade brasileira tendeu sempre a aumentar tanto em um quadro econômico recessivo quanto quando a economia se expandiu. No entanto, durante a expansão a desigualdade se intensificou ainda com mais vigor. O alto <i>turn over</i> das ocupações da base da pirâmide estaria periodicamente substituindo trabalhadores de melhores remunerações por trabalhadores de menores remunerações.

1990/2005

Autor	Estudo	Resumo
Silva (1992)	Estrutura social	Reorganização da classificação ocupacional no Brasil, reduzindo de dezoito para dezesseis, a estrutura sobre a qual a maioria dos trabalhos de mobilidade se utilizou.
Peliano (1992)	Mobilidade social e distribuição de renda	Analizou o impacto das diversas políticas econômicas adotadas a partir de 1960 e concluiu que quanto mais acentuadas as transformações das relações econômicas mais reagiu regressivamente o perfil da distribuição de rendimentos. À medida que se acomodaram as transformações, menos se manifestou o aumento da desigualdade.
Barros e Mendonça (1995)	Distribuição de renda e trabalho	O desempenho do indivíduo no mercado de trabalho seria resultado de uma corrida nas quais as condições iniciais de cada participante dependeriam do resultado da corrida anterior. Os autores elaboraram um modelo com três etapas. Na primeira seriam distribuídos os recursos, na segunda os indivíduos se preparariam (infância e adolescência) e no terceiro competiriam no mercado de trabalho. Os autores atribuem peso fundamental na educação como base reprodutora de desigualdade.
Barros, Mendonça e Velazco (1996)	Renda e educação	A escolaridade teve papel relevante e representou um adicional salarial equivalente a 15% para cada ano a mais de estudo.
Costa Ferreira (1996)	Mobilidade social da elite	A partir dos dados da PNAD 1996 o autor estudou o mesmo universo estudado por Pastore (1979), ou seja os chefes de família entre 20 a 64 anos. Dentre as conclusões mais relevantes, está a que considera a elite brasileira muito aberta na dimensão ocupacional e muito fechada na dimensão financeira. Outra constatação inferida caracterizou a elite como majoritariamente branca sendo metade dela migrante. Quase metade tinha curso superior, o que não se repetiu em relação aos pais que apresentariam um perfil educacional bem mais heterogêneo. A mobilidade circular superou a mobilidade estrutural mas era tão fácil entrar na elite como sair dela. O autor concluiu então que o setor de elite era permeável mas não muito, havendo barreiras à entrada.

1990/2005

Autor	Estudo	Resumo
Hoffmann (1998)	A influência da inflação e do salário mínimo na desigualdade e pobreza	A partir dos dados das PNADs o autor analisou a distribuição de renda entre famílias e entre pessoas para o período 1979-1996. Entre os determinantes da desigualdade o autor separou aqueles permanentes e os imediatos. Os permanentes seriam as diferenças de escolaridade e a propriedade da terra e os imediatos incluiriam a inflação e a política de salário mínimo adotada.
Barros, Corseuil e Mendonça (1999)	Estrutura salarial brasileira	A estrutura salarial resultaria de atributos com pesos distintos que se combinariam de diversas formas (posição na ocupação, educação etc)
Scalon (1999)	Mobilidade social	A partir dos dados da PNAD – 88 detectou as características e a quantidade de mobilidade social no Brasil. A principal característica consistiu na identificação de uma sociedade organizada em classes marcadamente delimitadas com pequeno grau de fluidez dentro das fronteiras que as dividem e rigidez significativa no movimento para além delas. Em relação as teses clássicas de mobilidade, o trabalho concluiu ter havido no Brasil fechamento social, zona de contenção e contramobilidade. A sociedade brasileira também teria vivenciado um padrão de mobilidade próximo a aquele detectado nos países de industrialização consolidada, isto é onde as oportunidades surgem muito mais pelas substituições do que pelas condições na estrutura de emprego.
Ferreira (2000)	Renda e educação	A má alocação de recursos públicos sobretudo na educação seria a principal razão para a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho. A focalização do gasto público promoveria um ensino de melhor qualidade.

1990/2005

Autor	Estudo	Resumo
Barros, Henriques e Mendonça (2000)	Educação e desenvolvimento sustentado	Os elementos que pesam na desigualdade tanto podem ser gerados como revelados no mercado de trabalho. Os autores concluem que o principal determinante da desigualdade foi a heterogeneidade educacional, revelada no mercado de trabalho.
Pastore e Silva (2000)	Mobilidade social	A partir dos dados da PNAD 1996 os autores fizeram um balanço das mudanças entre o estudo de 79 e este, apresentando como resultado o aumento da mobilidade total, tanto devido a mobilidade ascendente quanto à descendente. Entretanto, a mobilidade circular teria aumentado em relação a estrutural, seguindo o padrão das economias de industrialização consolidada.
Costa Ribeiro e Scalon (2001)	Mobilidade social	A partir dos dados da PNAD 1996 e utilizando sete classes sociais, os autores concluem que houve entre 1973 e 1988 uma diminuição significativa no tamanho das classes de destino de proprietários e trabalhadores rurais. Mas entre 1988 e 1996 a estrutura de classes de destino permaneceu praticamente a mesma. O estudo constatou que o índice de mobilidade brasileiro não foi tão alto, contradizendo outros estudos (Pastore e Silva 2000); (Hasenbalg e Silva 1988) que afirmavam ser a mobilidade brasileira uma das mais altas do mundo.
Santos (2002)	Mobilidade social	A partir de base conceitual neomarxista do sociólogo Erik Olin Wright e com os dados das PNADs de 1981 e 1996, o autor organiza a sociedade brasileira em posições de classe e analisa sua transformação no período. O amplo estudo ressalta as principais virtudes e limitações do esquema de classes de Wright, bem como da base de dados utilizada, na interpretação dos movimentos e regularidades observadas na sociedade brasileira.

1990/2005

Autor	Estudo	Resumo
Hoffmann (2002)	Distribuição de renda	A partir dos dados das PNADS o autor conclui ter havido uma redução da desigualdade de distribuição para o período 1993 e 2001 por pessoa economicamente ativa mas que esta redução seria desprezível quando o objeto de estudo foi a renda familiar <i>per capita</i> ..
Jannuzzi (2002)	Mobilidade social	A partir do suplemento das PNADs 1982 e 1996, o autor traçou um quadro do movimento social a partir de uma escala hierárquica de cinco níveis constatando que as condições sociais se deterioraram ao longo do tempo. As alterações estruturais vivenciadas na economia brasileira teriam produzido uma dinâmica com menos oportunidades de ascensão no espaço social sobretudo a partir da década de 80.
Dedecca (2003)	Desigualdade social	A partir das PNADs e das Contas Nacionais o autor conclui que o custo da estabilidade econômica, conduziu à desigualdade tanto na relação da distribuição funcional da renda (contra o trabalho) quanto na diferenciação da renda dos ocupados (contra os ocupados de menor rendimento). O aumento da desigualdade mais relevante ficou entre aqueles que auferem renda do trabalho e aqueles que auferem renda a partir da propriedade do capital.
Quadros (2003)	Estrutura social	O autor a partir da construção de uma estrutura ocupacional brasileira teceu uma análise de sua evolução entre 1981 e 2001, examinando a trajetória das diversas camadas e grupos sócio-ocupacionais durante as conjunturas que se estabeleceram nas décadas de 80 e 90. O estudo concluiu que a imagem de estabilidade proclamada amplamente por diversos trabalhos e mesmo pela mídia, não correspondeu à empiria e que todos perderam à exceção de uma reduzida minoria.

CAPÍTULO III

EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS DA MOBILIDADE NO BRASIL

(1981 A 2004)

3.1. O cenário brasileiro

Antes de percorrermos a verificação empírica e analisarmos o comportamento e movimento na estrutura social brasileira, vamos caracterizar resumidamente particularidades político-econômicas ocorridas no período em estudo e naquele que o antecede.

Até meados dos anos setenta, o consenso keynesiano que havia vigorado, passa a ser questionado e os denominados “trinta anos gloriosos” do capitalismo vão mostrando os primeiros sinais de falta de vigor. Deste cenário, o Brasil não sai imune, revelando uma intensa reversão de sua trajetória de crescimento e entrando numa das mais graves crises econômicas de sua história. O PIB *per capita* que chegou a se expandir à cerca de 6,0% ao ano na década de 70, vivenciou taxas de estagnação na década seguinte. Concomitantemente, as taxas de inflação chegaram a níveis sem precedentes.

As razões para esta situação não se circunscrevem à intensidade da atividade da economia mundial. A busca por alcançar o *status* de economia desenvolvida tinha levado o Estado e empresas nacionais, ao longo do final da década de 60 e início dos 70, a contraírem financiamentos externos. A crise de endividamento externo portanto, sob uma nova ordem mundial, com taxas de juros mais elevadas se traduziu em desajuste interno da economia brasileira, uma vez que os fluxos de capital passam a se dirigir preferencialmente para os Estados Unidos e para a Europa em menor escala. Os valores relativos da pauta de exportação nacional também sofrem os impactos negativos.

A interrupção do acesso ao capital externo tornou necessária a geração de superávits comerciais crescentes caracterizando um esforço brutal que viria a se traduzir em desequilíbrios para a economia brasileira. Isto porque a capacidade do governo saldar seus compromissos vai se tornando cada vez mais duvidosa, exigindo assim que seus títulos apresentassem juros cada vez mais elevados e o máximo de liquidez, num processo de deterioração contínua das condições de financiamento da dívida pública interna. Como

consequência a inflação e as taxas de desocupação chegam a patamares alarmantes e o Plano Cruzado se apresenta como um esforço heterodoxo para conter a inflação inercial, criar uma economia estável e distribuir renda. Os resultados foram imediatos, maior consumo para a população em geral e maior nível de emprego, porém com vida curta, restringindo-se ao ano de 1986. A inflação não havia sido debelada e seu processo realimentador não tardou a se mostrar presente. A retomada da crise nos anos seguintes fez com que esta década fosse denominada de “perdida”.

A década de 90 ficou marcada pelo cenário global que apontou para as aberturas, financeira e comercial, com estabilidade da moeda, num receituário apregoado pelo FMI e adotado pela maioria dos países ditos emergentes, do qual o Brasil não foi exceção. A receita promete crescimento com estabilidade, redução da pobreza e da desigualdade social. Politicamente, o espaço do Estado é encurtado, ficando mais restrito a um papel de agenciador. Em 1994 o Plano Real traz a estabilidade da moeda. Ganhos imediatos de renda são observados para as camadas mais frágeis da população mas, paralelamente, o mundo e a economia, particularmente, vivenciava a reestruturação produtiva com grande impacto da informatização sobre a criação de postos de trabalho (principal fonte de renda para a maioria da população). Mas, o crescimento na década de 90 esteve em cerca de 2,3% ao ano (de 1991 a 1999). Apesar de baixo, ainda foi um pouco superior do que os 1,9% em média registrados para o período 1981-1990. O ambiente macroeconômico a partir de 1994 foi alterado, com a adoção do Plano Real. Um estudo sobre os efeitos do Plano Real em seis regiões metropolitanas com base na PME revela:

“Um significativo contingente de pobres ultrapassa o patamar da linha de pobreza, de modo que, para o conjunto da seis regiões metropolitanas, a proporção de pobres declina de 38 para 29%.” (Rocha, S 1996)

O modelo adotado ou a política macroeconômica iniciada a partir do Plano Real alcançou três metas positivas, a estabilização da moeda, a promoção imediata de distribuição de renda para a camada mais frágil da população e a modernização produtiva conforme os preceitos contemporâneos de organização. Entretanto, a condução da política macroeconômica, sobretudo em sua vertente fiscal, demonstrou aos mercados que a

garantia da estabilidade, ou seja, a garantia de que o Estado tudo fará para garantir os títulos governamentais (garantindo o estoque de riquezas) se coloca acima das demais despesas. Assim, todos os ministérios que compõem o governo ao propor um gasto devem demonstrar a contrapartida ou a receita para tal. Já a elevação da taxa de juros na economia, não exige o mesmo procedimento. De acordo com o Banco Central, em 2003 (primeiro ano do governo Lula) gastou-se 145 bilhões de reais com juros. Desta forma, a atividade produtiva, fonte principal de geração de emprego e renda com efeitos capilarizadores sobre o restante da economia permaneceu em segundo plano, o que poderia minimizar a grande dívida social ainda por saldar no país.

Examinado brevemente o ambiente político-econômico, trataremos a seguir das informações sobre a mobilidade de renda no Brasil.

3.2. A dimensão da mobilidade

Antes de apresentar qualquer informação empírica é preciso caracterizar o universo de dados aos quais lançamos mão para realizar este estudo.

A PNAD é normalmente a fonte de dados mais utilizada para aferição empírica da situação social no Brasil, já anteriormente mencionada. Como estamos trabalhando apenas com a renda, é preciso enfatizar que a PNAD retrata sobretudo a renda do trabalho, como podemos constatar na Tabela 3.2.1, para alguns anos selecionados.

Tabela 3.2.1. Participação percentual dos tipos de rendimentos na PNAD

	%			
	1995	1998	2002	2005
Todos os trabalhos	86,590	82,026	80,046	79,047
Aposentadoria instituto previdência ou governo federal	7,954	10,817	11,983	11,961
Pensão instituto de previdência ou governo federal	1,963	2,575	3,130	3,488
Aposentadoria de outro tipo	0,207	0,379	0,383	0,442
Pensão de outro tipo	0,462	0,703	0,935	0,983
Abono de permanência	0,004	0,004	0,002	0,003
Aluguel	1,748	2,175	1,733	1,620
Doação	0,391	0,540	0,588	0,541
Juros, aplicações e outros	0,681	0,782	1,200	1,913
TOTAL	100,000	100,000	100,000	100,000

Fonte: PNAD

Podemos observar a tendência de redução do rendimento de todos os trabalhos e a ascensão dos rendimentos das aposentadorias e pensões. Todavia, esta relação não se apresenta como uma transferência unívoca. Ao se juntar a renda de todos os trabalhos às aposentadorias e pensões, obtemos os rendimentos advindos de trabalho presente e trabalho passado. Neste caso também, podemos observar que houve redução na participação do trabalho (presente e passado em conjunto). Não obstante, o trabalho ainda representava 95,92% dos rendimentos da PNAD em 2005, como podemos observar na seguinte tabela.

Tabela 3.2.2. Participação do trabalho presente e trabalho passado na PNAD

	%			
RENDIMENTOS	1995	1998	2002	2005
Todos os trabalhos	86,59	82,03	80,05	79,05
Aposentadorias e pensões	10,59	14,47	16,43	16,87
TOTAL	97,18	96,50	96,48	95,92

Fonte: PNAD

Entretanto, quando confrontamos a renda do trabalho proveniente da PNAD com os rendimentos do trabalho advindos do Sistema de Contas Nacionais (SCN), observamos discrepância no montante relativo ao trabalho, como podemos observar na Tabela 3.2.3.

Tomando apenas o último ano do SCN disponibilizado pelo IBGE, 2003, observamos que o trabalho, representou apenas 32,03% no total, enquanto a PNAD mostrou 80,05% em 2002 e 79,05% em 2005. É relevante ressaltar o peso que os rendimentos provenientes do trabalho têm na PNAD, uma vez que esta será a fonte utilizada. Portanto, a mobilidade será tratada em um universo, PNAD, que em 2005 tinha 95,92% dos seus rendimentos advindos de trabalho (presente ou passado). Todavia, também se faz necessário destacar que qualquer que seja a movimentação dentro das faixas de rendas estabelecidas para o estudo empírico, há que se considerar a dimensão da distribuição funcional. De acordo com Pochmann (2005) a renda do trabalho chegou a representar 50% do Produto Nacional no início da década de 80. Entretanto, sob a perspectiva metodológica, Hoffmann (1977) alerta para a impossibilidade de se estabelecer uma identidade perfeita entre a renda total declarada na PNAD e o Sistema de Contas Nacionais enquanto Howard reflete:

“Existe um vínculo estreito entre os problemas de distribuição funcional e de distribuição pessoal”. Howard (1979:9)

Tabela 3.2.3. Distribuição funcional da renda³¹

FUNÇÃO	Ano													
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Capital	33,16	39,31	38,97	36,05	38,95	40,75	42,27	43,70	42,28	42,20	42,15	42,22	43,19	45,63
Trabalho	43,31	39,02	40,88	42,21	37,69	35,52	35,15	33,69	33,88	33,46	32,83	32,15	31,40	32,03
Governo	23,53	21,67	20,15	21,74	23,36	23,72	22,58	22,61	23,84	24,34	25,03	25,63	25,41	22,34

Fonte:SCN – elaboração Dedecca

³¹ O Capital consistiu na adição das rubricas “Excedente operacional bruto (EOB)” mais “Previdência privada”. O Trabalho consistiu na soma de “Salários” mais “Rendimentos de autônomos” e Governo compôs-se de “Impostos líquidos de subsídios sobre a produção e a importação”, “Contribuições sociais efetivas Previdência Social/FGTS” e “Contribuições sociais imputadas”.

3.3. Procedimentos metodológicos

Utilizaremos neste estudo uma metodologia³² de estratificação social, construída por Quadros (2006). Trata-se de uma estratificação social que buscou neutralizar o viés demográfico na evolução da participação das pessoas. Tal preocupação deveu-se ao fato de que nos últimos 15 anos os nascimentos ocorreram em menor escala, reduzindo a base da pirâmide etária da população, bem como o tamanho médio da família brasileira³³. Para estudar um período com a característica descrita, as rendas, familiar ou domiciliar *per capita* podem mostrar um aumento de renda por razões demográficas. Assim, neste estudo, a distribuição das diversas pessoas de uma família entre as cinco faixas de renda estabelecidas, ocorrerá com base e considerando o mais alto rendimento individual de cada unidade familiar.

Esta metodologia será utilizada para verificar durante o período de estudo, a ocorrência de mobilidade (entre faixas de renda), mas sem deixar de caracterizar o cenário da distribuição simultaneamente. Embora as duas medidas possam ter relação, uma redução da desigualdade na distribuição não implica necessariamente na mobilidade ascendente da sociedade. A diminuição da desigualdade pode estar justamente baseada na movimentação descendente de boa parte dos indivíduos desta sociedade.

As informações estão baseadas nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada anualmente³⁴ pelo IBGE à exceção dos anos em que ocorre o Censo Demográfico. Normalmente, se entrevista cerca de 300.000 (trezentas mil pessoas) no país e sua abrangência não atingia, até 2004, as áreas rurais das seguintes Unidades da Federação: Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em conjunto estas representam cerca de 3% da população do país. Para efeitos de comparação, este segmento (Norte rural) foi retirado do total da população para os anos de 2004 e 2005.

A pesquisa é realizada em geral entre a última semana de setembro e a primeira de outubro e o período de referência é sempre a semana anterior à coleta das informações. As exceções ocorreram em 1981 e 1982. Para a PNAD 81 o período de referência foi o da segunda semana de novembro e para a PNAD 82 o período de referência ocorreu entre o

³² Todas as pessoas da família foram alocadas na faixa de renda referente ao indivíduo mais bem remunerado daquela unidade familiar.

³³ A redução do tamanho médio da família também é atribuída a outras razões como as separações e o envelhecimento.

³⁴ Desde 1971, mas foi criada em 1967 quando tinha periodização trimestral.

final de setembro até o meio de dezembro. Para estes dois anos convencionou-se então utilizar-se um deflator centrado no dia 15 de novembro e para as demais, o deflator centrado em 1º de outubro. Para tanto, o deflator utilizado baseou-se na metodologia sugerida por Corseuil e Foguel (2002) que transforma os valores centrados no dia 15 para uma nova série centrada no dia 1º.

A escolha de utilização dos dados da PNAD se deu justamente pela possibilidade de acompanhamento anual, permitindo uma investigação das oscilações sociais com periodicidade mais freqüente. Cabe, no entanto, enfatizar que a PNAD também oferece limitações como abordamos anteriormente, em outro capítulo, lembrando que sendo uma pesquisa baseada na auto-declaração, a resposta pode divergir da realidade. Além disso, há uma resistência (dos próprios entrevistados) à investigação através de levantamentos de dados por amostragem centrados no domicílio, sobretudo pelo acesso aos domicílios de proprietários de relevantes ativos de capitais.

A partir dos dados da PNAD, entre 1981 e 2004 segmentou-se a sociedade em cinco faixas de renda. Todas as pessoas, de uma mesma família³⁵, foram alocadas na faixa correspondente ao nível de renda de seu membro com maior rendimento³⁶. O objetivo principal é estratificar a sociedade, produzindo uma imagem social a partir da diferenciação das potencialidades, as quais os indivíduos de uma unidade familiar podem ter acesso devido ao posicionamento diferenciado a bens (materiais e imateriais) da pessoa com maior remuneração. Assim, pode ocorrer que famílias com a mesma renda familiar *per capita* tenham seus membros classificados em faixas distintas. Isto porque o indivíduo que percebe a maior renda da primeira família pode corresponder a uma faixa enquanto o da segunda família se relacionará a outra.

“Em nosso juízo, esta alternativa de estratificação pode ser particularmente indicada em estudos de mobilidade social, ao captar qualquer mudança

³⁵ O conceito de família foi tratado em sua unidade, não correspondendo, portanto à noção de domicílio da PNAD.

³⁶ Estamos portanto nos atendo apenas àquelas famílias com pelo menos um membro auferindo rendimento, mesmo que esteja sem ocupação, como é o caso de aposentados e pensionistas.

significativa para melhor (ou pior) na situação dos membros da família. Ou seja, se algum membro supera os demais na escala individual, toda a família melhora de posição. Por outro lado, se o membro melhor situado perde posição, a família toda é rebaixada.” Quadros (2006:4)

Sob esta perspectiva metodológica, a família herda portanto a situação social de seu membro de melhor remuneração. O pressuposto teórico então é de que a posição social das famílias está diretamente relacionada à inserção na sociedade do seu integrante que percebe a renda mais alta, pois a elevação ou redução da maior renda da família levará seus integrantes a acessar signos sociais de maior ou menor *status*.

Suponhamos portanto as seguintes situações resumidas na Tabela 3.3.1:

- a) Duas famílias compostas por quatro pessoas. Na primeira família apenas um membro auferir renda, no valor de R\$2.800,00. Na segunda família, de quatro pessoas, cada indivíduo percebe R\$700,00. Apesar da renda familiar total e da renda familiar *per capita* serem a mesma para as duas famílias, as pessoas da primeira (família) serão alocadas na faixa 1 (Alta classe média), de acordo com a metodologia, enquanto os membros da segunda (família) serão colocados na Baixa classe média (faixa 3).
- b) Duas famílias. A primeira possui três componentes, na qual apenas uma pessoa auferir renda, no valor de R\$3000,00. A segunda família é composta por cinco pessoas e cada uma delas percebe R\$1000,00. A renda total da primeira família (R\$3000,00) é inferior a da segunda (R\$5000,00) e a renda familiar *per capita* para as duas famílias é a mesma, R\$1000,00. Apesar da segunda família auferir maior renda total, os membros da primeira família serão distribuídos na Alta classe média (faixa 1) enquanto as pessoas da segunda família estarão classificadas na Baixa classe média (faixa 3).

Tabela 3.3.1. Classificação das famílias em faixas de renda

Família	Pessoa	Rnda	Faixa / Classificação
1	1	2800	1 - Alta classe média
	2	0	
	3	0	
	4	0	
<i>Per capita</i>		700	
Total		2800	
2	1	700	3 – Baixa classe média
	2	700	
	3	700	
	4	700	
<i>Per capita</i>		700	
Total		2800	
3	1	3000	1 - Alta classe média
	2	0	
	3	0	
<i>Per capita</i>		1000	
Total		3000	
4	1	1000	3 – Baixa classe média
	2	1000	
	3	1000	
	4	1000	
	5	1000	
<i>Per capita</i>		1000	
Total		5000	

Portanto, conforme a metodologia adotada, em ambos os casos³⁷ a potencialidade da primeira família (um e três) alcança um nível de signos sociais³⁸ mais elevado que a da segunda família (dois e quatro) respectivamente. A hierarquização da sociedade vai obedecer à classificação dos indivíduos de cada família, considerando o maior rendimento daquela unidade familiar. A renda será tomada portanto como uma *proxy* da situação social. De acordo com

“Ao restringirmos a análise ao universo dos indivíduos provedores de renda, e não ao conjunto da população ou membros das famílias, nos afastamos do viés

³⁷ Famílias (1 e 2) e famílias (3 e 4).

³⁸ Como atributo do melhor situado na família com mais acesso ao crédito, financiamento de imóveis e outros que permitirão a uma gama de outros acessos: culturais e sociais como melhores escolas, viagens etc.

demográfico³⁹ que ocorre no caso de adoção das rendas domiciliar per capita ou familiar per capita. Passamos assim, a contar com uma base de apoio segura para tentar captar a situação social. De fato, as desigualdades sociais originam-se primordialmente das distintas oportunidades de obtenção de renda.”

(Quadros 2005:3)

As faixas foram delimitadas conforme Tabela 3.3.2. Os valores dos rendimentos foram convertidos inicialmente para janeiro de 2004, quando o salário mínimo era de R\$240,00 utilizando-se como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC⁴⁰ – IBGE) e os indivíduos de cada família foram associados a cada segmento de renda. A faixa mais baixa de rendimentos ficou portanto com um valor ligeiramente acima ao do salário mínimo.

Tabela 3.3.2. Faixas de rendimentos originais

(em R\$*)	Situação social	Faixa
Maior ou igual 2.500	Alta classe média	1
1.250 - 2.500	Média classe média	2
500 - 1.250	Baixa classe média	3
250 - 500	Massa trabalhadora	4
Menos de 250	Miseráveis	5

*Valores em jan 2004.

Posteriormente, os valores foram atualizados para janeiro de 2006, mas os anteriores foram destacados para mostrar a relação originária das faixas com o salário mínimo. A tabela deflacionada e as faixas utilizadas neste trabalho estão registradas na Tabela 3.3.3.

³⁹ Permite a distorção da avaliação da situação social, pois para atingir o mesmo patamar de renda em períodos distintos no tempo, pode ocorrer dois tipos de situações. Na primeira, o tamanho das famílias se reduzir entre o tempo um e o tempo dois e na segunda se exigir um maior número de pessoas da mesma família auferindo rendimentos para se obter renda semelhante ou levemente superior à percebida anteriormente.

⁴⁰ O INPC/IBGE verifica as variações dos custos com os gastos das pessoas que ganham de um a oito salários mínimos, nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo, município de Goiânia e Distrito Federal.

Tabela 3.3.3. Faixas de rendimentos atualizadas

(em R\$*)	Situação social	Faixa
Maior ou igual 2.787,70	Alta classe média	1
1.393,80 - 2.787,70	Média classe média	2
557,50 - 1.393,80	Baixa classe média	3
278,80 - 557,50	Massa trabalhadora	4
Menos de 278,80	Miseráveis	5

*Valores em jan 2006.

A metodologia utilizada neste trabalho pretende contribuir permitindo o estudo de mobilidade, mesmo para os períodos durante os quais haja impossibilidade de se contar com o suplemento de mobilidade social da PNAD. Este suplemento ocorre somente para alguns anos⁴¹. Propomos então a utilização de uma tabela (ANEXOS B1 a B5 e C1 a C5) cujo conteúdo terá como objetivo mostrar a evolução dos estratos de renda bem como a possibilidade de seguir o desempenho de cada idade. Desta maneira, poderemos constatar a movimentação de pessoas de uma idade no tempo (zero anos em 1981, um ano em 1982, dois anos em 1983 e assim sucessivamente). Permitirá também a comparação de pessoas de uma mesma idade em diferentes anos (zero anos em 1981, zero anos em 1990 e assim sucessivamente). Neste sentido, apresenta-se a evolução social de pessoas de uma determinada idade ano a ano. Por outro lado, dentre as desvantagens⁴², há a limitação de se ignorar os movimentos migratórios externos.

3.4. A mensuração da situação social (renda) com base na renda familiar *per capita*

A renda sobre a qual se trabalha é fundamental para a determinação do resultado dos estudos de mobilidade ou mesmo sobre qualquer outro estudo baseado na renda, como nas medidas de desigualdade e pobreza. Os estudos normalmente se apóiam sobre a renda individual ou sobre a renda familiar *per capita*. Entre elas, esta última (familiar *per capita*) seria mais apropriada por captar a redistribuição de rendimentos que ocorrem dentro das

⁴¹ Registra-se a ocorrência do suplemento para os anos de 1973, 1976, 1982, 1988 e 1996.

⁴² Como a população não é controlada, a mobilidade intergeracional só poderia ser medida se considerarmos a idade média de maternidade/paternidade e considerarmos o intervalo como gerações de pais e filhos.

unidades familiares. Apresentamos a seguir (Tabela 3.4.1) alguns resultados sobre o total da população, considerando a renda familiar *per capita*.

Tabela 3.4.1. Distribuição de renda e indicadores de desigualdade (1992 a 2005)

INFORMAÇÕES	ANOS				
	1992	1995	1998	2002	2005*
Famílias (1.000)	38.600	41.900	45.100	51.061	55.449
Pessoas (1.000)	144.509	151.068	157.516	169.315	176.913
Rmdto médio	305,55	439,86	450,43	436,09	449,35
Rmdto mediano	160,79	216,18	222,11	222,05	244,59
Rmdto apropriado					
40% mais pobres	7,78	7,45	7,41	8,09	8,93
50% mais pobres	12,36	11,77	11,71	12,58	13,74
10% mais ricos	46,37	48,26	48,35	47,22	45,35
5% mais ricos	32,99	34,42	34,60	33,71	32,28
1% mais ricos	13,46	13,87	14,04	13,44	12,97
Relação 10+/40-	5,96	6,48	6,52	5,84	5,08
Gini	0,594	0,609	0,610	0,595	0,574
T Theil	0,722	0,753	0,759	0,722	0,667

Fonte: PNAD - elaboração sobre o rendimento familiar *per capita*

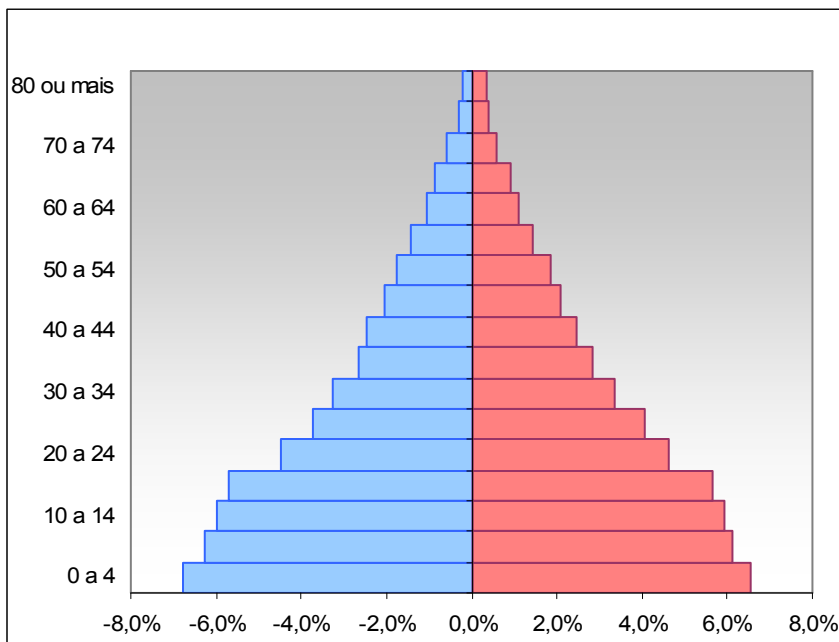
* Processada sem o Norte rural para possibilitar a comparação

As informações da tabela anterior permitem concluir que tanto o rendimento médio quanto o mediano se elevaram no período, indicando para os brasileiros em geral, patamares mais altos de renda. Da mesma forma, a razão entre o estrato dos 10% mais ricos e o estrato dos 40% mais pobres, o índice de Gini bem como o *T* de Theil revelam uma redução da desigualdade mesmo que leve. Cabe ressaltar que este procedimento entretanto, ignora se há um número maior de pessoas da família trabalhando para poder lograr uma renda igual ou mesmo pouco maior do que a que era auferida em período anterior, ou ainda se a renda familiar *per capita* aumenta porque o tamanho das famílias diminui ao longo do tempo.

A renda familiar bem como a renda domiciliar *per capita*, são importantes dimensões de estudos, mas a redução do tamanho das famílias nos fez percorrer outro caminho, mais adequado a um momento de alteração nas características relacionadas a natalidade, revelada sobretudo nos últimos 15 anos. De fato, o aspecto demográfico é relevante e como podemos observar nos Gráficos 3.4.1 e 3.4.2, diminui o crescimento da quantidade de nascimentos, ocorrendo um encolhimento na base da pirâmide etária para o

período recente. Este perfil demográfico poderia contribuir para um aumento de renda familiar *per capita*.

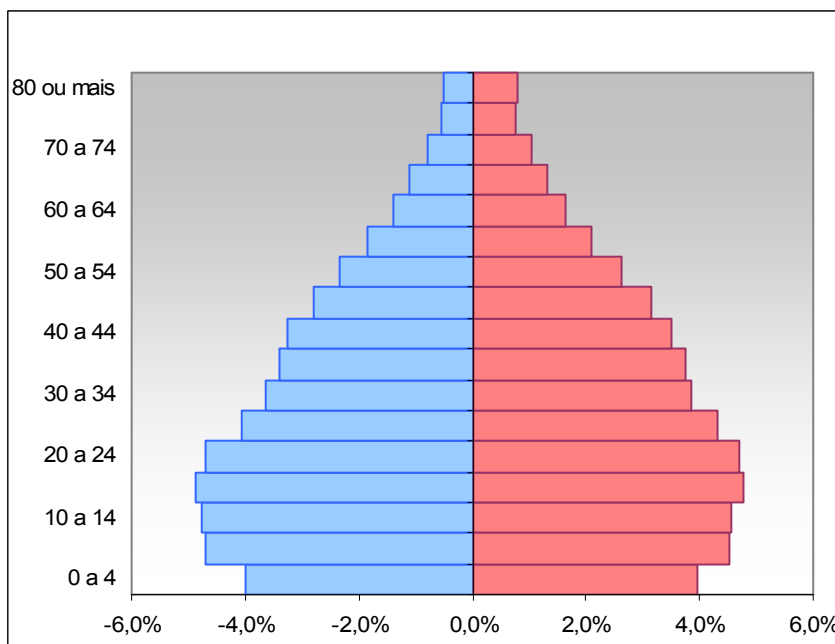
Gráfico 3.4.1. Pirâmide etária brasileira - 1981



Homens	Mulheres
6,8%	6,6%
6,2%	6,1%
6,0%	5,9%
5,7%	5,7%
4,5%	4,6%
3,8%	4,1%
3,2%	3,4%
2,7%	2,8%
2,4%	2,5%
2,0%	2,1%
1,8%	1,9%
1,4%	1,4%
1,1%	1,1%
0,9%	0,9%
0,6%	0,6%
0,3%	0,4%
0,2%	0,3%
49,6%	50,4%

Fonte: PNAD

Gráfico 3.4.2. Pirâmide etária brasileira - 2004



Homens	Mulheres
4,0%	3,9%
4,7%	4,5%
4,8%	4,6%
4,9%	4,8%
4,7%	4,7%
4,1%	4,3%
3,7%	3,9%
3,4%	3,8%
3,2%	3,5%
2,8%	3,1%
2,3%	2,6%
1,8%	2,1%
1,4%	1,6%
1,1%	1,3%
0,8%	1,0%
0,6%	0,8%
0,5%	0,8%
48,7%	51,3%

Fonte: PNAD

Para efeitos de exemplificação, suponhamos então uma família média de quatro pessoas com apenas uma delas auferindo renda em 1981, no valor de R\$2000,00. A renda familiar *per capita* desta família seria de R\$500,00. Ao final do período, a família média teria apenas três pessoas, mas apenas um de seus membros auferiria renda, no valor de R\$2000,00. A renda familiar *per capita* da família média passaria então para R\$666,66. Haveria então ascensão da renda por efeito demográfico. De fato, para alguns anos selecionados aleatoriamente, constatamos na Tabela 3.4.2, a redução do tamanho médio das famílias brasileiras.

Tabela 3.4.2. Evolução do tamanho médio da família brasileira

1981	1983	1985	1987	1989	1992	1995	1997	1999	2002	2004	2005
4,15	4,05	3,97	3,91	3,84	3,69	3,56	3,50	3,42	3,29	3,22	3,07

Fonte: PNAD – elaboração Gaspar Vinícius

Outro aspecto do quadro social a ser considerado é avaliar se existe um maior número de pessoas em uma mesma família auferindo rendimentos para se obter a mesma ou renda pouco superior a obtida no início do período do estudo. Neste caso, mais pessoas teriam que trabalhar para conseguir a mesma renda. Suponhamos assim a seguinte situação. A família 1, composta por três pessoas percebia o equivalente a R\$2400,00 em 1981 com apenas um de seus membros auferindo renda. Esta família tinha como renda total R\$2400,00 e renda familiar *per capita* R\$800,00. Entretanto, ao final do período estudado, 2005, esta mesma família poderia obter a mesma renda⁴³ total, ou seja R\$2400,00 e a mesma renda familiar *per capita*, R\$800,00. Tal situação agora se transformaria, sendo que o mais bem remunerado passaria a perceber um valor inferior ao de 1981, isto é, apenas R\$2000,00 mas o segundo membro passaria a receber R\$400,00. A estabilidade ou eventual melhoria de renda da referida família poderia portanto não corresponder a uma superioridade em relação à condição social anterior. Ao contrário, a situação descrita poderia refletir a necessidade de que um maior número de pessoas da mesma família tenha que perceber renda para que se mantenha o perfil de renda anterior.

⁴³ Ou mesmo renda superior.

Ademais, há que se chamar a atenção também para o fato de que conforme a distribuição funcional da renda, o trabalho perdeu participação no total do PIB conforme consta na Tabela 3.2.3 e que a PNAD, como vimos anteriormente, expressa sobretudo a renda do trabalho⁴⁴, pois há maior dificuldade em se captar rendas advindas do capital.

“The other source of primary income is capital and other property. It is much more difficult to measure. On one hand, capital income is generally paid on a less regular basis than earnings and therefore more difficult to observe in data sources other than income tax returns...capital income is generally underestimated in distribution data, which probably means that the observed income distribution understates the dispersion of current incomes.”. (Atkinson e Bourguignon 2000:37)

Ao estudar a distribuição de renda entre os países desenvolvidos, os autores ainda enfatizam sobre a relação da teoria com a empiria:

“The imperfect observability of capital income may explain why the strong macroeconomic fluctuations in factor shares observed in most developed countries over the past 20 years have failed to produce the sizable change in income distribution that theory would predict.”. (Atkinson e Bourguignon 2000:39)

⁴⁴ 95,92% da renda da PNAD advinha do trabalho em 2005.

3.5. A mobilidade a partir das faixas de renda

A possibilidade de acompanhamento da evolução no movimento da população entre faixas de renda visa contribuir, mostrando uma face de análise normalmente inexplorada, pois os estudos de distribuição de renda utilizam as separatrizes de rendimento. Regularmente, são usados os decis de renda apropriados pelos decis da população. Conforme Atkinson, é desejável empregar-se outros tipos de abordagens no tratamento da renda.

“Income distribution analysts should make use of alternative approaches measurement, using a range of data and definitions.” (Atkinson 2000: 41)

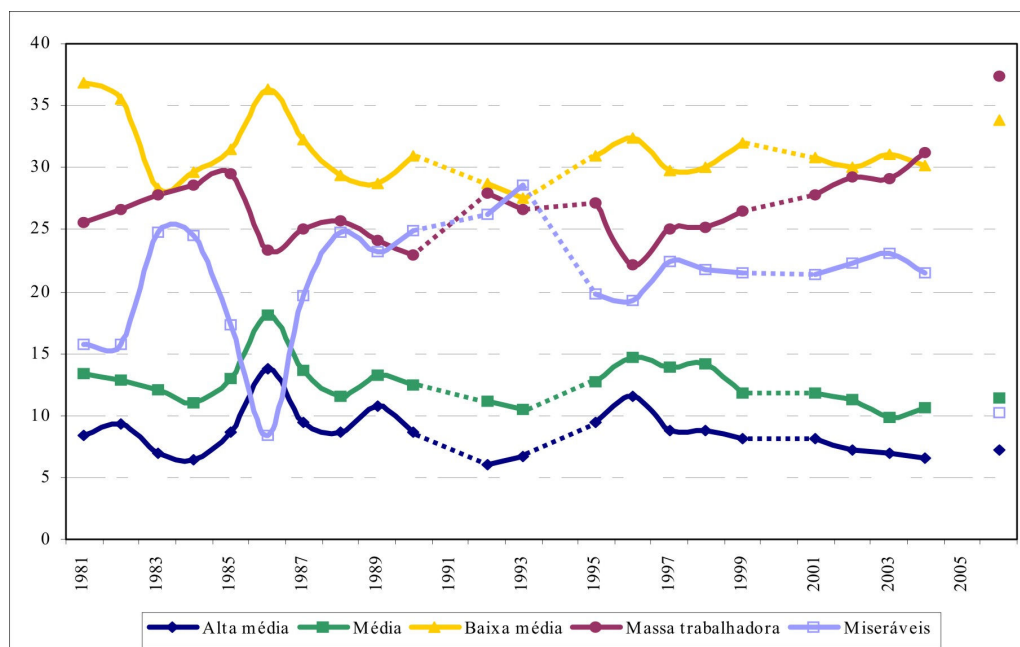
Ao fazermos uso da distribuição da população entre os diversos estratos de renda⁴⁵, conforme as faixas constantes na Tabela 3.3.3 podemos verificar imediatamente algumas constatações quanto ao tipo de distribuição (Gráfico 3.5.1) (ANEXO E) como se segue adiante e apresentadas na Tabela 3.5.1. Mas para efeitos de análise, passaremos a desconsiderar o ano de 2005, pois Quadros (2006) recomenda uma postura de cautela em relação aos dados da PNAD 2005. O autor acha prudente verificar posteriormente se tendência de ascensão para a base da pirâmide, colhida no inquérito de 2005 se confirma realmente. Quadros traça paralelos com outros períodos chamando à atenção para a exuberância na renda captada.

“A taxa de crescimento da renda variou em 8,3% entre 2004 e 2005 enquanto o PIB variou apenas 2,28% ... é preciso avaliar com mais rigor os números da pesquisa 2005, além de aguardar os resultados da PNAD 2006 para verificar se a tendência realmente se confirma..” (Quadros 2006:1)

⁴⁵ De acordo com a metodologia que aloca todos os membros de uma família na faixa de renda de seu integrante com o nível mais alto de rendimento.

O Gráfico 3.5.1 exibe a distribuição da população nos cinco estratos de renda apresentados na Tabela 3.3.3, entre 1981 e 2004.

Gráfico 3.5.1. Distribuição (%) da população em faixas de rendas (1981-2004)

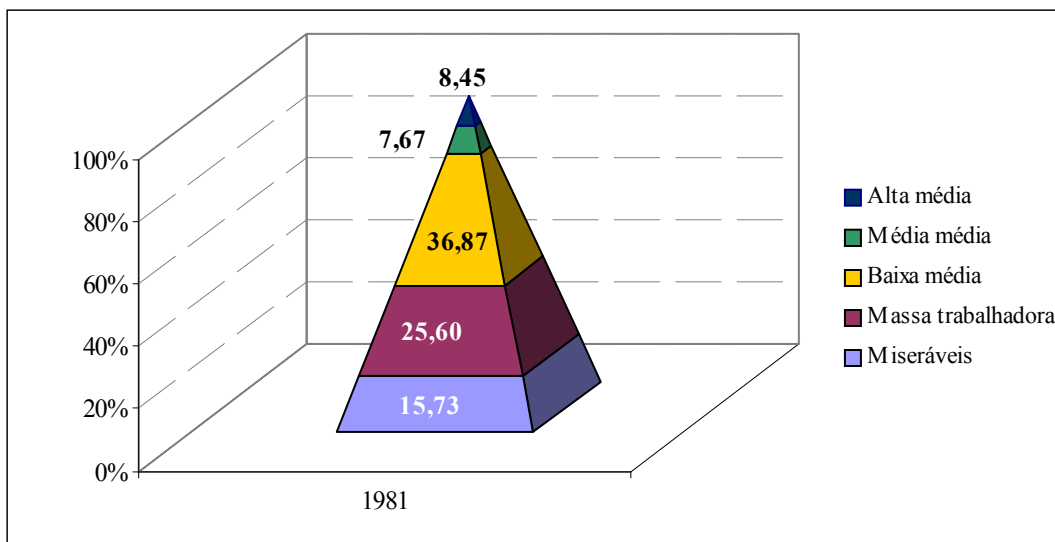


Fonte: PNAD

Algumas constatações são imediatamente expostas a partir do gráfico como os efeitos conjunturais dos dois Planos econômicos, o Cruzado e o Real. Assim, entre 1985 e 1986 e em 1995 com ápice em 1996 as faixas de renda das, Alta, Média e Baixa classes média, vivenciam um crescimento relativo de suas proporções no total da população enquanto os estratos, Massa trabalhadora e Miseráveis, reduzem-se significativamente. Analisemos então, a seguir, as tendências:

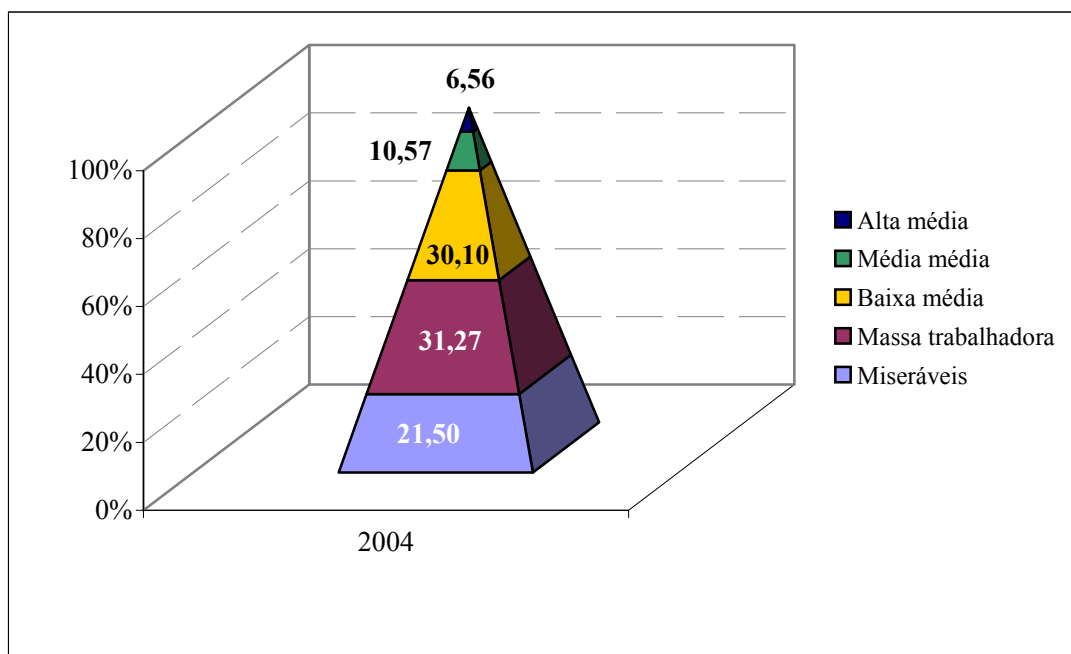
- a) A primeira evidência é a mobilidade descendente da faixa da Alta classe média. Este estrato iniciou o período (1981) representado por 8,45% da população total e chegou em 2004 com apenas 6,56%, um declínio de 1,89 pontos como podemos constatar nas pirâmides de renda dos respectivos anos. (Gráficos 3.5.2 e 3.5.3)

Gráfico 3.5.2. Distribuição da população em faixas de rendas 1981



Fonte: PNAD

Gráfico 3.5.3. Distribuição da população em faixas de rendas 2004



Fonte: PNAD

- b) Podemos observar também três tendências ao longo do tempo estudado, para a Alta classe média (Maior ou igual a R\$2.787,70). A primeira, para os anos 80,

mostrando alguma mobilidade ascendente, mesmo excluindo-se o ano de 1986⁴⁶. A segunda de estabilidade no início dos anos 90 e a terceira, de mobilidade descendente a partir de 1996.

- c) Assim como a Alta classe média, a Média classe média (Maior ou igual a R\$1.393,80 e menor que R\$2.787,70) também mostrou uma tendência ao declínio pós 98. Em média 12,23% da população brasileira esteve nesta faixa de renda ao longo de todo o período, como podemos constatar na Tabela 3.5.1. Desde 1999 entretanto, esta proporção tem ficado aquém, registrando 11,80% em 1999, 11,78% e, 2001, 11,24% em 2002, 9,85% em 2003 e 10,57% em 2004.
- d) A maior parte da população brasileira esteve classificada na faixa 3, a Baixa classe média (Maior ou igual a R\$557,50 e menor R\$1.393,80), durante quase todo o período estudado, à exceção de 1993. A situação em 1993 demonstra que a movimentação das pessoas ocorreu para o nível imediatamente abaixo de renda (mobilidade descendente), em direção aos denominados Miseráveis (faixa 5), ou seja aqueles com renda inferior a R\$278,80. Entretanto é relevante destacar que houve ligeiro declínio da população neste estrato durante a década de 80 e estabilidade nas proporções referentes à década de 90 em diante;
- e) Para a Massa trabalhadora (entre R\$278,80 a R\$557,50) é possível segmentar o período a partir de duas tendências acentuadas. A primeira mostra a redução relativa deste contingente até 1990 e a segunda aponta para a ampliação vertiginosa deste grupo desde 1996. A Massa trabalhadora foi a faixa de renda que apresentou o segundo maior contingente de pessoas ao longo de quase todo o período, à exceção de 1993. Neste ano (1993) houve mobilidade ascendente em direção à Baixa classe média (entre R\$557,50 e R\$1.393,80), pois esta última passou a apresentar o segundo maior contingente relativo de pessoas dentre as cinco faixas;

⁴⁶ Com o objetivo de neutralizar o efeito conjuntura do Plano Cruzado.

- f) O estrato dos Miseráveis (abaixo de R\$278,80) apresentou tendência à ampliação até 93 com uma proporção média de 22,30% da população. Entre 1995 a 2004 manteve-se estável em patamares mais baixos, mas da mesma forma preocupante pois 21,43% era a quantidade da população alocada nesta faixa.

A evolução dos indivíduos entre as diversas faixas de renda será analisada abstraindo-se os dados de 86 e 95 por terem sido atípicos e resultantes de efeitos pontuais de determinados planos econômicos (Cruzado ou Real). Há que se registrar a conjuntura favorável daqueles momentos, mas num estudo de mobilidade é preciso uma análise que aponte a direção em período mais prolongado e geral. Houve também uma mudança de patamar com a estabilidade promovida pelo Real, como analisaremos adiante.

Ainda sob a perspectiva de tendência, analisando-se os anos 80, mesmo excluindo-se o ano de 86, o comportamento apresentou uma ligeira elevação de contingente populacional no topo da pirâmide (faixas da Alta classe média e da Média classe média) e uma redução no centro da pirâmide, nas faixas da Baixa classe média e na faixa da Massa trabalhadora. Entretanto, na base da pirâmide a tendência foi de ampliação significativa. Houve portanto, alguma mobilidade ascendente em direção aos dois estratos superiores e mobilidade descendente expressiva em direção ao estrato da base da pirâmide, que iniciou a década com 15,73% da população e chegou em 1990 com 24,97%. Este segmento (Miseráveis) apresentou uma média de 18,45% até 90, sem computarmos naturalmente, o ano de 1986. O cenário, no período, mostra então uma polarização social com um forte alargamento do estrato dos Miseráveis.

A análise para a década de 90, sobretudo a partir de 1996⁴⁷ apontou para uma tendência comportamental de regularidade ou estabilidade. É preciso frisar que novamente a conjuntura (Plano Real) foi a grande responsável pelos resultados promissores de ampliação das três faixas mais altas de renda e da redução das duas faixas mais baixas em 1995 e 1996, como mencionado anteriormente. Passado o efeito do Plano, a partir de 1996, o tamanho relativo dos estratos retorna aos patamares anteriores, inclusive com ligeiro declínio da Alta classe média e da Média classe média. A primeira (Alta classe média)

⁴⁷ Excluindo-se o ano de 2005.

representou em média 7,81% da população, de 1997 a 2004 e a segunda (Média classe média) 11,90%. Tal comportamento indica movimento descendente para as famílias cuja maior renda individual de seus membros atingia valores iguais ou superiores a R\$1.393,80. As faixas inferiores, Baixa classe média, Massa trabalhadora e os Miseráveis, mantiveram-se em média com 30,55% da população, 27,75% e 21,99% respectivamente. Isto se configura em uma situação social preocupante, pois indica que em média 80,29% da população brasileira pertenciam a famílias na qual a maior remuneração individual estava entre R\$557,50 a R\$1393,80⁴⁸.

A avaliação mais acurada do movimento social, entretanto, merece um procedimento analítico mais detalhado do que aquele adotado anteriormente. Ao observarmos portanto, a trajetória das cinco faixas de rendas ao longo dos 24 anos estudados, podemos destacar novamente o efeito conjuntural sobre as condições de rendimentos da população. Assim, sob o efeito do Plano Cruzado (1986) ocorreu o movimento ascendente de um contingente populacional expressivo (15,11% da população), das faixas inferiores (Massa trabalhadora e Miseráveis) para as três faixas mais altas (Alta classe média, Média classe média e Baixa classe média), como pode ser observado no Gráfico 3.5.1. Da mesma forma, sob o efeito do Plano Real, mas com menos intensidade (5,41% da população deixam as faixas da Massa trabalhadora e dos Miseráveis, em direção aos três estratos superiores de renda), sendo possível observar o mesmo padrão comportamental entre 1995 e 1996. Excluindo-se entretanto, períodos referentes à influência dos planos econômicos (Cruzado e Real) e o ano de 2005⁴⁹, deve-se chamar a atenção para o alto contingente populacional no estrato dos Miseráveis (faixa 5, aqueles em que a maior renda individual na família é inferior a R\$278,00).

Vejamos então, a seguir, como se comportaram os dados relativos a situação social a partir do corte etário, considerando os indivíduos de zero anos de idade em 1981, 1 ano de idade em 1982, 2 anos de idade em 1983 e assim sucessivamente, conforme a Tabela 3.5.2.

⁴⁸ Entre 1997 e 2004.

⁴⁹ Neste ano o salário mínimo passou a integrar a faixa de renda imediatamente superior, a faixa 4, Massa trabalhadora, e como o salário mínimo é a moda da distribuição, muitas pessoas moveram-se ascendentemente para novo estrato de rendimento. Contudo, como recomenda Quadros, devemos aguardar os resultados da PNAD 2006 para verificar se a tendência se confirma, deixando por enquanto de utilizar estas informações.

Tabela 3.5.1. Distribuição percentual da população brasileira em faixas de renda

F	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		1992	1993		1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	2003	2004	2005
1	8,45	9,34	6,97	6,39	8,62	13,82	9,45	8,62	10,73	8,68		6,00	6,74		9,47	11,51	8,83	8,82	8,17		8,16	7,19	6,95	6,56	7,19
2	13,34	12,83	12,12	10,96	13,03	18,13	13,62	11,50	13,29	12,52		11,16	10,48		12,72	14,64	13,94	14,14	11,80		11,78	11,24	9,85	10,57	11,36
3	36,87	35,48	28,37	29,62	31,53	36,34	32,24	29,34	28,70	30,95		28,67	27,55		30,93	32,38	29,71	30,08	32,02		30,87	29,99	31,08	30,10	33,83
4	25,60	26,58	27,80	28,53	29,57	23,36	25,08	25,72	24,08	22,89		27,98	26,64		27,14	22,17	25,04	25,23	26,48		27,86	29,28	29,08	31,27	37,33
5	15,73	15,77	24,75	24,50	17,25	8,35	19,61	24,81	23,21	24,97		26,19	28,59		19,74	19,30	22,48	21,73	21,53		21,34	22,30	23,04	21,50	10,29
	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100		100	100		100	100	100	100	100		100	100	100	100	100

Fonte: PNAD - Sem ignorados e Norte rural

Tabela 3.5.2. Distribuição das pessoas a partir de 0 anos por faixa de renda no total de cada respectiva idade

F	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		1992	1993		1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	2003	2004	2005
I*	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9		11	12		14	15	16	17	18		20	21	22	23	24
1	6,69	7,73	5,82	5,72	8,14	13,55	8,49	8,60	9,50	8,41		5,76	6,81		9,69	11,56	8,70	8,63	7,72		8,60	7,20	7,12	6,26	6,69
2	11,28	11,39	11,17	9,74	11,57	17,45	13,10	10,76	11,81	12,36		11,16	9,75		12,49	13,58	13,33	13,47	11,70		10,54	10,65	9,39	10,33	10,71
3	36,77	34,45	26,96	28,79	30,48	35,94	32,32	28,96	28,26	29,78		27,56	26,96		29,47	32,18	29,18	29,41	31,44		30,28	30,52	31,30	30,59	35,69
4	27,97	28,47	30,14	30,04	31,76	25,02	27,00	26,91	26,05	23,59		28,06	27,24		28,44	23,37	25,68	26,25	27,74		30,59	30,86	30,65	32,25	37,22
5	17,30	17,96	25,92	25,70	18,05	8,04	19,10	24,78	24,39	25,86		27,47	29,24		19,91	19,31	23,11	22,24	21,40		19,99	20,77	21,54	20,58	9,68

Fonte: PNAD – Sem ignorados e Norte rural

* Idade

Tabela 3.5.3. Relação entre a proporção das idades e a proporção do total da população por faixa de renda

F	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		1992	1993		1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	2003	2004	2005
I*	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9		11	12		14	15	16	17	18		20	21	22	23	24
1	0,79	0,83	0,84	0,89	0,94	0,98	0,90	1,00	0,89	0,97		0,96	1,01		1,02	1,00	0,99	0,98	0,94		1,05	1,00	1,02	0,95	0,93
2	0,85	0,89	0,92	0,89	0,89	0,96	0,96	0,94	0,89	0,99		1,00	0,93		0,98	0,93	0,96	0,95	0,99		0,89	0,95	0,95	0,98	0,94
3	1,00	0,97	0,95	0,97	0,97	0,99	1,00	0,99	0,98	0,96		0,96	0,98		0,95	0,99	0,98	0,98	0,98		0,98	1,02	1,01	1,02	1,05
4	1,09	1,07	1,08	1,05	1,07	1,07	1,08	1,05	1,08	1,03		1,00	1,02		1,05	1,05	1,03	1,04	1,05		1,10	1,05	1,05	1,03	1,00
5	1,10	1,14	1,05	1,05	1,05	0,96	0,97	1,00	1,05	1,04		1,05	1,02		1,01	1,00	1,03	1,02	0,99		0,94	0,93	0,93	0,96	0,94

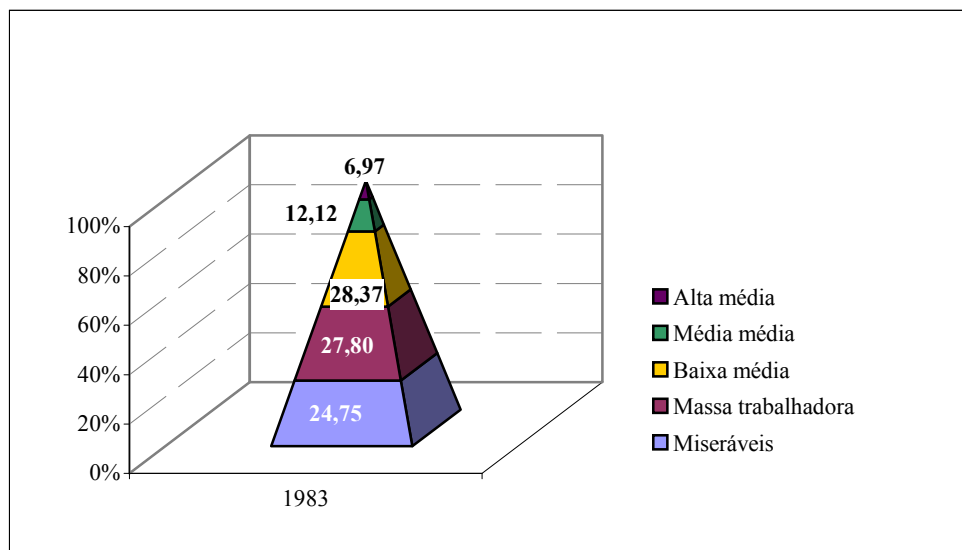
Fonte: PNAD – Sem ignorados e Norte rural

* Idade

3.5.1. O corte etário

Ao se confrontar a Tabela 3.5.2, da distribuição das pessoas a partir de 0 anos de idade com a Tabela 3.5.1, da população em geral, é possível distinguir que as pessoas de menos idade, ou melhor as famílias⁵⁰ com crianças nestas idades (0 a 23 anos de 1981 a 2004) se concentram na maior parte do período na faixa 3, a da Baixa classe média (Maior ou igual R\$557,50 e menor do que R\$1.393,80). Registra-se também o mesmo tipo de comportamento para a população em geral, mas em situação social superior. Isto porque por diversos anos (1983, 1984, 1985, 1992, 2001, 2002 e 2004) as pessoas do segmento etário em pauta, mantiveram-se em faixa de renda inferior a da encontrada para a população em geral.

Gráfico 3.5.1.1. Distribuição de população brasileira em faixas de renda - 1983



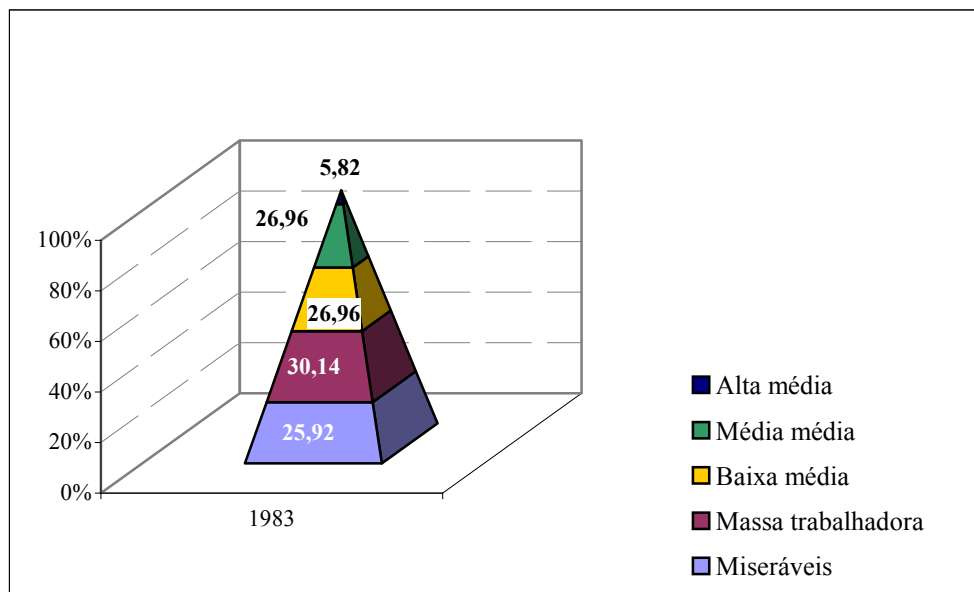
Fonte: PNAD

É possível também constatar as distribuições em 1983 da população em geral e das pessoas com idade de 2 anos (crianças com menos de 1 ano de idade em 1981 e confirmar este comportamento, nos Gráficos 3.5.1.1 e 3.5.1.2). Assim, percebe-se que a Alta classe média já mostra redução, de 6,97% para 5,82% e, na base da pirâmide, para a camada dos Miseráveis, enquanto a população em geral ocupava 24,75% de espaço relativo, as famílias

⁵⁰ Uma vez que todos os membros da família foram alocados na mesma faixa de renda, a da pessoa mais bem remunerada.

das crianças de dois anos (aquelas com zero anos em 1981) preenchiam um intervalo de 25,92%.

Gráfico 3.5.1.2. Distribuição das pessoas de 2 anos de idade em faixas de renda - 1983



Fonte: PNAD

A evolução etária também poderá ser acompanhada na segmentação dos cinco estratos de renda, ou seja uma matriz para cada estrato (ANEXOS B e C).

Selecionando-se apenas a faixa de renda da Alta classe média (ANEXO B1) para efeito de exemplo, é possível se analisar as informações baseadas na metodologia adotada sob duas perspectivas.

Na primeira análise (horizontal) podemos comparar as condições de renda entre uma idade ou de uma coorte etária em momentos distintos. Esta análise horizontal portanto, será realizada a partir destas duas perspectivas, idade e coorte como detalharemos a seguir.

- a) Avaliar indivíduos com a mesma idade em anos diferentes (0 anos em 1981, 0 anos em 1982, 0 anos em 1990,...,0 anos em 2004). Desta maneira será possível avaliar se a proporção de pessoas em cada idade para as diversas faixas de renda sofre aumento ou redução. Se por exemplo em 1981, 17,30% dos indivíduos com zero anos se situavam na base da pirâmide e em 2004, 32,06% dessas pessoas estão alocadas na base, isto significa que as condições sociais para as pessoas desta idade

são inferiores, uma vez que esta proporção cresceu relativamente em 14,76 pontos percentuais, ou seja mais 14,76 pontos percentuais dos indivíduos com menos de um ano de idade, passaram a ter como melhor renda na família um valor inferior a R\$278,80. Assim, como é possível observar as condições para as pessoas de 0 anos em diversos anos também podemos estabelecer comparação semelhante para outras idades e verificar como se comportaram aqueles com 5 anos, 10 anos e 15 anos;

- b) Avaliar a proporção das pessoas com a idade variando de zero a 23 anos em 1981, de zero a 23 anos em 1982 e assim sucessivamente até 2004, para cada faixa de renda. Tomemos então a proporção de pessoas entre 0 a 23 anos para uma determinada faixa de renda, por exemplo a base da pirâmide (menos de R\$278,80 é o rendimento do mais bem remunerado da família) e verificamos para cada idade a proporção de pessoas (de 0 anos, de 1 ano, de 2 anos, de 3 anos ,.... e de 23 anos) neste estrato de renda. Depois faremos a comparação destas proporções para os diversos anos, avaliando se a proporcionalidade durante o período 1981-2004 aumenta, se estabiliza ou diminui. Neste sentido, se estamos analisando a menor faixa de renda e a proporcionalidade das pessoas de 0 a 23 anos foram apresentando patamares mais altos à medida que o tempo passa, temos então uma condição inferior do espaço social para as novas gerações. O centro da análise será portanto mostrar a tendência para a coorte 0 a 23 nos diversos anos, para as diversas faixas de renda e compará-las.

O segundo tipo de análise (diagonal) permite-nos estabelecer comparações entre trajetórias considerando duas perspectivas, como apresentamos a seguir:

- a) Acompanhar o comportamento das pessoas de uma determinada idade ao longo do tempo (0 anos em 1981, 1 ano em 1982, 2 anos em 1983,...., 23 anos em 2004) . O objetivo deste tipo de análise é verificar a mobilidade dos indivíduos de uma determinada idade no tempo, ou seja, se a proporção de pessoas de 0 anos em 1981 em uma determinada faixa de renda, se mantém, aumenta ou diminui. Tomemos como exemplo as pessoas de 0 anos em 1981 e observamos que 17,30% delas

(537.556 pessoas) se situavam na faixa de renda da base da pirâmide (menos de R\$278,80 como maior remuneração de sua família) e em 1990, com 9 anos de idade, 25,86% desses indivíduos (879.622 pessoas) estavam alocados no menor estrato de renda. Tal medida ponto a ponto nos faz concluir que mais 8,56 pontos percentuais dessas crianças passaram a serem incorporadas à faixa de renda da base da pirâmide, juntamente com suas famílias. Entretanto, como o nosso objetivo é o estudo de tendência e não um estudo ponto a ponto, vamos observar qual foi a propensão deste segmento etário ao longo do tempo, ou seja, qual a proporção das pessoas de 0 anos em 1981, de 1 ano em 1982, de 2 anos em 1983, ..., de 23 anos em 2004 no estrato da base da pirâmide. O objetivo é captar a tendência da mobilidade intrageracional para uma idade para as diversas faixas de renda;

- b) Acompanhar algumas trajetórias etárias em diversos anos. Assim, será possível avaliar a evolução daqueles indivíduos que iniciaram 1981 com zero anos e acompanhá-los até 4 anos em 1984. Posteriormente, tomaremos aqueles que iniciaram com 0 anos em 1985 e acompanharemos suas trajetórias até 1989 quando completaram 4 anos. Compararemos então as condições entre os primeiro grupo e o segundo. Esta mesma análise poderá ser feita para outros grupos etários (5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e assim sucessivamente) bem como para as diversas faixas de renda e os diversos anos. Selecionaremos apenas alguns períodos para a análise (1981-1985, 1985-1989, 1990-1994, 1995-1999 e 2000-2004). Iniciaremos o primeiro período a partir de 1981 (pois 1980 não há inquérito para a PNAD) e os demais começaram sempre com anos múltiplos de 5 (1985, 1990, 1995 e 2000⁵¹);

Apresentamos a seguir, sob as duas abordagens analíticas e suas subdivisões já descritas, a evolução das condições no Brasil para o período em estudo.

⁵¹ Para este ano inexistiu também inquérito da PNAD e desta forma o primeiro ano da trajetória 2000-2004 não terá informação.

3.5.1.1. A análise horizontal

Nesta etapa vamos acompanhar as condições de renda para algumas idades..

a) Evolução da condição social para algumas idades (0, 5, 10 e 15 anos) em anos distintos (1981 a 2004)

a.1) A faixa de renda da Alta classe média ($\geq$ R\$2.787,70)

Ao compararmos a situação das pessoas com menos de um ano, constatamos que 6,69% delas estavam na Alta classe média em 1981 e apenas 3,87% em 2004. Entretanto, para uma análise de tendência, é preciso segmentar novamente o período em duas partes. A década de 80, até 93 mostrou uma certa instabilidade, mas com uma ligeira mobilidade descendente. Após os efeitos do Plano Real, a propensão tornou a se confirmar, mas a mobilidade descendente apareceu de maneira mais vertiginosa. O patamar médio do contingente de pessoas que pertencia a esta faixa de renda a partir de 1996 era de 4,82% ou 124.259 pessoas, inferior ao encontrado para o período 1981-1993 (5,8%) ou 172.125 pessoas. Em números absolutos, em média 47.866 pessoas, com menos de um ano de idade, caíram para estratos de renda de níveis inferiores, juntamente com suas respectivas famílias.

Este tipo de trajetória se confirma também para outras idades escolhidas (Gráfico 3.5.1.1.1 sobre os dados da Tabela B1 - Anexos). Assim, tanto para as crianças de 5, 10 ou as pessoas de 15 anos, houve piora, sobretudo após 1996⁵².

Enquanto em 1997 dentre as pessoas de cinco anos, 9,44% (274.877 pessoas) estavam nesta classe de renda, em 2004 apenas 3,82% delas (116.838 pessoas) faziam parte deste estrato. Ao considerarmos a média de proporção nos dois períodos 1981-1993 e 1996-2004 para as crianças de 5 anos encontramos para o primeiro, 7,02% (222.802 pessoas) e para o segundo de apenas 5,63% (169.219 pessoas).

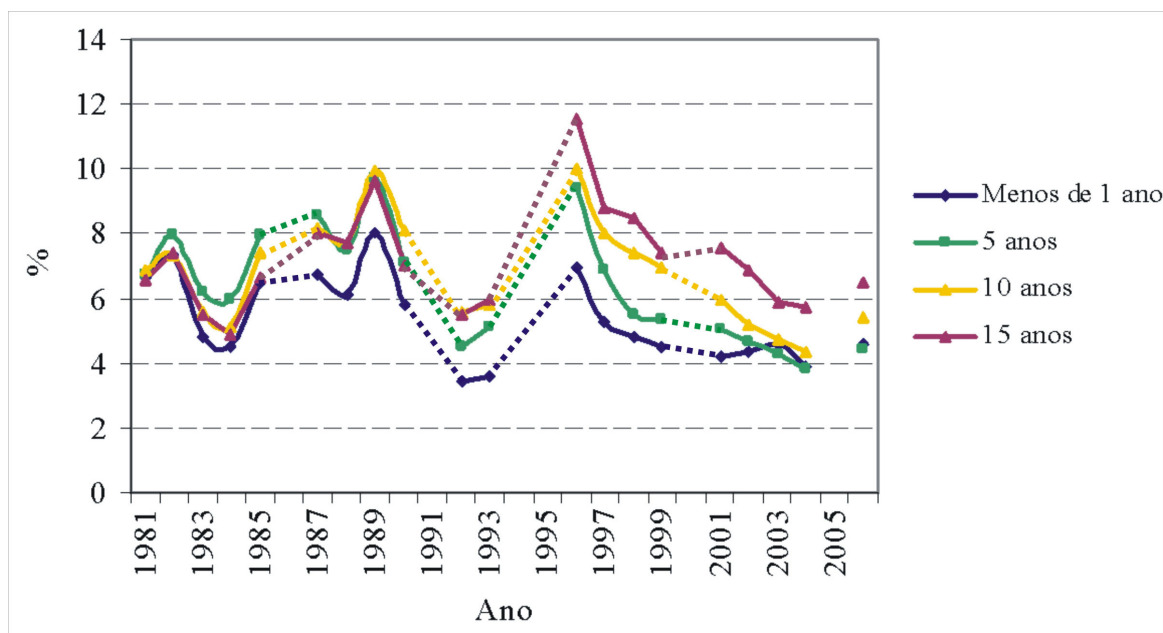
Para as crianças de 10 anos, a queda entre esses anos foi de 9,99% (332.280 pessoas) em 1996 para 4,37% (143.454 pessoas) em 2004. A média entre 1981 a 1993 e

⁵² Embora em 1996 as proporções partam de patamares mais altos.

1996 a 2004 também foi declinante. Para o primeiro período (1981-1993) este valor ficou em 7,07% (220.774 pessoas) e para o segundo período (1993-2004) 6,59% ou 215.157 pessoas.

As pessoas de 15 anos iniciam o período 1981-1993 com uma proporção de 6,59% (1981) nesta faixa de renda e terminam (1993) com 5,98%. Embora a tendência tenha sido de queda, em números absolutos e por razões de crescimento demográfico os valores passam de 183.686 indivíduos em 1981 para 193.771 em 1993. Entre 1996 e 2004 as pessoas de 15 anos também vivenciaram uma redução neste estrato de renda passando de 11,56% (1996) para 5,75% (2004) ou de 399.961 pessoas em 1996 para 192.478 em 2004. Entretanto, os patamares das pessoas de 15 anos são superiores aos das crianças de 10 anos que por sua vez são superiores aos das crianças de 5 anos e assim sucessivamente, explicando em grande medida a diminuição do tamanho das famílias brasileiras, anteriormente mencionado. Se há movimento ascendente por um lado (uma vez que as condições para as idades mais velhas são superiores), por outro lado a comparação entre a mesma idade no tempo evidencia que ter, por exemplo, 15 anos em 2004 oferece menos oportunidades de fazer parte da faixa de renda mais alta do que em 1981.

Gráfico 3.5.1.1.1. Proporção de pessoas na Alta classe média em idades distintas



Fonte: PNAD

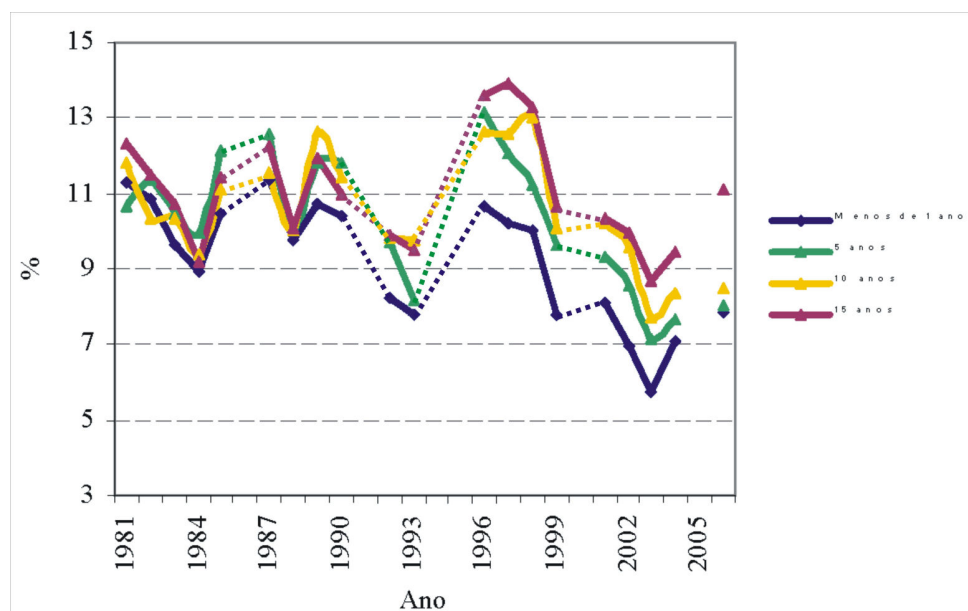
a.2) A faixa de renda da Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)

Como na Alta classe média, há uma redução ou tendência às condições sociais descendentes para as idades selecionadas (0,5,10,15 anos) até 1993. Tal movimento se reverte durante o período do Plano Real, mas é retomado com maior intensidade após 1996. Esta propensão de queda social para as quatro idades pode ser observada no Gráfico 3.5.1.1.2, sobre os dados da Tabela B2 - Anexos.

A proporção média das crianças de 0 anos até 1993 nesta faixa foi de 9,95% (cerca de 295.071 pessoas) e no pós Real (depois de 1996) este valor cai para 8,32% (215.084 pessoas). Em números absolutos o espaço social teria sido encurtado para cerca de 79.987 pessoas.

Para as crianças de 5 anos os valores são 10,79% (341.814 pessoas) em média até 1993 e 9,84% (296.494 pessoas) em média pós 1996. Tal comportamento de tendência, já constatado no gráfico anteriormente mencionado para as três idades (0, 5 e 10 anos), mostra que as oportunidades no espaço social se tornaram menores à medida que passa o tempo. Apenas para a idade de 15 anos a diferença entre a época pré e pós Real começa a se inverter. Essas pessoas obtiveram proporções médias superiores após 1996, 11,24%, do que no período 1981-1993 de 10,89%. Apesar disso, no segmento das pessoas de 15 anos, 13,58% (469.990 pessoas) estavam nesta faixa de renda em 1996, declinando para 9,45% (316.423 pessoas) em 2004, um decréscimo relativo de 4,13 pontos percentuais (153.567 pessoas) da população nesta idade.

Gráfico 3.5.1.1.2. Proporção de pessoas na Média classe média em idades distintas



Fonte: PNAD

a.3) A faixa de renda da Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

Este estrato também apresentou queda em sua proporção para as pessoas de 0 anos de idade, tanto para o intervalo 1981 a 1993, quanto para o momento posterior a 1996. No primeiro momento 28,82% (855.991 pessoas) em média permaneceram nesta faixa enquanto no segundo período, apenas 27,55% (708.235 pessoas). Em números absolutos o espaço social reduziu-se em média para 147.756 pessoas, num movimento descendente, uma vez que as faixas de renda superiores a esta também apresentaram queda para as pessoas de 0 anos de idade, conforme Tabela 3.5.1.1.1 (extraída da Tabela B3 – Anexos).

As demais idades selecionadas (5,10 e 15 anos) apresentaram o mesmo perfil comportamental. Para as pessoas de 5 anos a proporção média do primeiro período (1981-1993) foi de 29,82% (942.174 pessoas) caindo para 28,82% (869.568 pessoas) no segundo (1996-2004). Para as pessoas de 10 anos, no primeiro período a representação média foi de 30,03% (930.978 pessoas) declinando para 29,0% (942.751 pessoas) no segundo momento (1996-2004). Em números absolutos não houve declínio embora relativamente este espaço tenha se reduzido em 1,03 pontos percentuais. Da mesma forma, a diminuição na proporção média das pessoas de quinze anos entre os dois períodos, 1981 a 1993 e 1996 a 2004, partiu

de 30,73% (881.657 pessoas) para 29,92% (1.020.926). A redução relativa foi de 0,81 pontos percentuais, que significou um movimento para as faixas de renda inferiores (menos de R\$557,50), uma vez que também a Alta classe média e a Média classe média sofreram redução, como abordado anteriormente.

Tabela 3.5.1.1.1. Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na Baixa Classe Média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e < R\$1.393,80)

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	36,77	34,46	25,82	26,82	30,17	37,56	30,45	26,41	26,66	29,77	25,72	24,00	27,36	32,02	27,37	27,07	29,30	28,03	25,65	25,12	25,81	29,67
5	36,92	34,46	27,05	28,96	30,73	35,94	32,29	28,40	27,94	29,07	25,88	26,37	30,36	32,45	28,04	28,54	30,73	28,04	27,36	27,51	27,90	31,83
10	37,36	36,02	27,49	29,17	30,63	37,62	31,74	28,04	26,45	30,34	27,57	25,50	29,95	31,86	27,26	28,43	30,28	29,19	27,73	28,99	28,24	30,55
15	38,02	37,24	28,39	30,00	31,26	36,35	32,35	28,23	28,17	30,00	27,45	26,88	30,32	32,18	28,39	29,72	31,11	29,34	29,16	29,73	28,47	31,22

Fonte: PNAD

a.4) A faixa de renda da Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

Este segmento de renda sofreu uma ligeira queda até 1993, mas a partir de 1996 houve tendência à ampliação constante que ocorreu para todas as idades selecionadas (0, 5, 10 e 15 anos). A mobilidade descendente das faixas acima de R\$557,50 fez estender a representação nesta camada de renda. Portanto, a possibilidade de pessoas das idades selecionadas serem classificadas nesta faixa de renda foi crescente a partir de 1996, como podemos constatar na Tabela 3.5.1.1.2 (extraída da Tabela B4 – Anexos).

Analisando cada idade selecionada podemos observar o seguinte.

Para aqueles com menos de um ano, a proporção média passa de 28,29% no primeiro período (entre 1981 e 1993) para 29,53% no segundo (1996-2004). A situação daqueles com 5 anos segue a mesma tendência anterior, isto é uma proporção menor entre 81 e 93 (27,85%) e uma mais expressiva entre 1996 e 2004 (29,36%). Verifica-se o mesmo comportamento para aqueles com 10 anos, isto é ampliação do contingente que entre 1981 e 1993 era de 28,34% para 29,23%, entre 1996 e 2004. Já a proporção média para as pessoas de 15 anos permanece estável nos dois períodos com os seguintes valores, 28,15% entre 1981 e 1993 e 28,14% entre 1996 e 2004. Podemos no entanto observar que o contingente relativo em 1981 era de 27,31% e em 2004 atingia a proporção de 32,95%. No entanto quando tratamos o assunto em números absolutos, a tendência de ampliação registrada em números relativos, entre o primeiro (1981-1993) e o segundo (1996-2004) períodos não aparece para aqueles com menos de um ano, ou seja, embora o espaço social tenha aumentado em 1,24 pontos percentuais, o número médio de pessoas nesta faixa diminuiu, passando de 839.668 (1981-1993) para 756.052 (1996-2004). A princípio então, as informações apontariam para uma melhoria social que se mostraria falsa ao analisarmos as proporções. Para as demais idades a ampliação relativa acompanhou os números absolutos. Assim, entre 1981 e 1993, 880.960 pessoas em média, com cinco anos de idade, pertenciam a famílias da Massa trabalhadora, ampliando este contingente para 887.932 em média entre 1996-2004. Da mesma forma, as pessoas de 10 anos de idade que pertenciam a famílias da Massa trabalhadora viram seu contingente médio aumentar de 881.577 (1981-1993) para 948.642 pessoas (1996-2004), enquanto aqueles com 15 anos de idade passaram de 809.659 em média (1981-1993) para 963.965 (1996-2004).

Tabela 3.5.1.1.2. Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na faixa da Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		1992	1993		1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	2003	2004	2005
0	27,97	29,60	30,37	31,43	31,86	27,17	27,66	27,28	25,68	23,55		27,63	28,13		29,04	25,13	28,18	29,25	29,03		30,88	31,30	31,29	31,19	38,25
5	28,74	28,63	29,05	30,13	31,03	25,02	27,39	26,33	24,81	23,91		28,87	27,45		27,56	23,57	26,53	28,40	28,83		30,62	32,51	32,44	31,96	39,03
10	28,07	29,11	30,01	31,27	31,70	25,30	27,33	28,27	25,71	24,16		28,40	27,71		27,29	24,52	26,39	26,95	28,25		29,41	31,68	32,15	34,50	39,96
15	27,31	27,81	30,42	30,73	31,62	24,64	26,92	28,28	26,07	24,66		28,78	27,03		27,91	23,37	25,76	26,31	27,56		29,02	29,98	30,19	32,95	38,47

Fonte: PNAD

a.5) A faixa de renda dos Miseráveis (< R\$278,80)

A tendência de ampliação deste estrato até 1993 foi relevante para todas as idades selecionadas. Entre 1981 e 2004 para as pessoas de menos de um ano, a cifra passou de 17,30% para 32,06%. Para as pessoas de cinco anos, de 16,73% para 28,68%. Para os de dez anos, de 15,86% (1981) para 24,53 (2004) e para os de 15 anos, de 15,76% (1981) para 23,38% (2004).

Ao segmentarmos e compararmos os dois períodos, (1981-1993 e 1996-2004) também constatamos o aumento do contingente relativo. A exceção fica por conta da idade de 15 anos que mantém uma proporção estável, isto é, de 23,42% (1981-1993) para 23,07% (1996-2004), conforme Tabela 3.5.1.1.3 extraída da Tabela B5 (Anexos).

Para aqueles com menos de um ano, o primeiro período (1981-1993) registra o valor médio de 27,15% e o segundo (1996-2004) de 29,78%. Para a idade de cinco anos, no primeiro período (1981-1993) a proporção média é de 24,51% das pessoas e no segundo (1996-2004) de 26,35%. Para as pessoas de 10 anos a variação foi de 0,84 pontos percentuais, passando de 23,83% (1981-1993) para 24,67% (1996-2004).

Embora a tendência relativa tenha sido de aumento constante, a proporção daqueles com menos de 1 ano em números absolutos reduziu-se em média de 795.012 (1981-1993) para 761.855 (1996-2004). Para as demais idades ocorreu sempre ampliação absoluta, de 775.459 em média (1981-1993) para 796.548 em média (1996-2004), para as pessoas de 5 anos. Para aqueles que contavam com 10 anos, de 752.694 em média (1981-1993) para 801.161 em média (1996-2004) e, para as pessoas de 15 anos, de 680.298 em média (1981-1993) para 791.078 (1996-2004), como podemos conferir na Tabela 3.5.1.1.3.

Ao incluirmos o ano de 2005 na análise para as pessoas com menos de 1 ano de idade, a tendência linear ainda mostra estabilidade entre 1996 e 2005, à despeito de todos os programas sociais implantados para retirar a população da miséria.

É também possível observar no Gráfico 3.5.1.1.3 que a tendência para cada uma das idades selecionadas, possui o mesmo perfil ao longo do tempo. Entretanto, quanto mais jovem a pessoa, mais possibilidades de estar neste estrato.

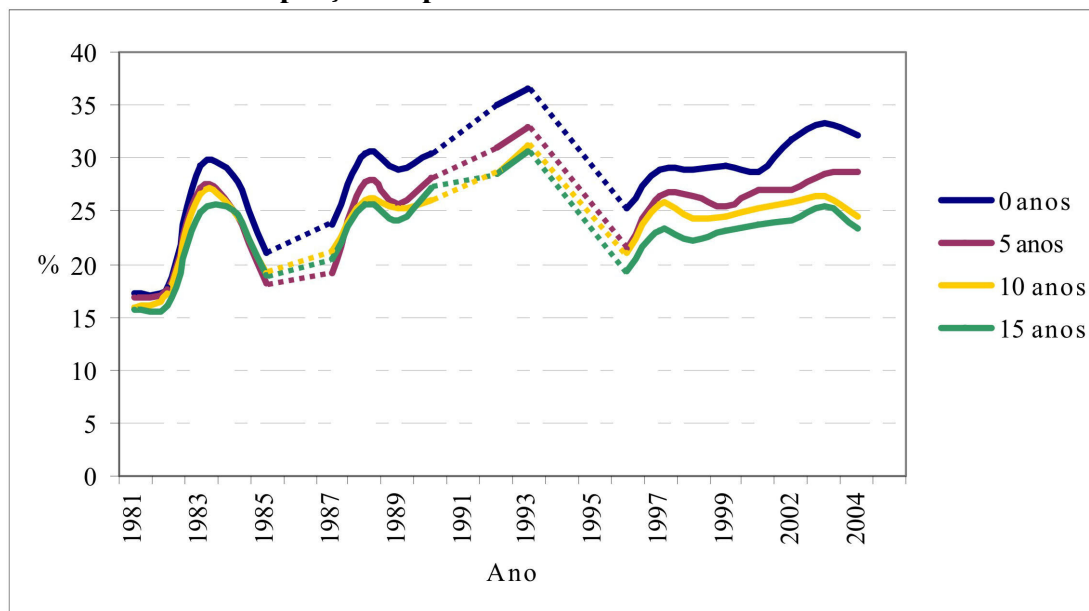
Tabela 3.5.1.1.3. Proporção de pessoas de 0, 5,10 e 15 anos na faixa dos Miseráveis (Maior renda na família < R\$278,80)

Ida-

de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	27,97	29,60	30,37	31,43	31,86	27,17	27,66	27,28	25,68	23,55	27,63	28,13	29,04	25,13	28,18	29,25	29,03	30,88	31,30	31,29	31,19	38,25
5	28,74	28,63	29,05	30,13	31,03	25,02	27,39	26,33	24,81	23,91	28,87	27,45	27,56	23,57	26,53	28,40	28,83	30,62	32,51	32,44	31,96	39,03
10	28,07	29,11	30,01	31,27	31,70	25,30	27,33	28,27	25,71	24,16	28,40	27,71	27,29	24,52	26,39	26,95	28,25	29,41	31,68	32,15	34,50	39,96
15	27,31	27,81	30,42	30,73	31,62	24,64	26,92	28,28	26,07	24,66	28,78	27,03	27,91	23,37	25,76	26,31	27,56	29,02	29,98	30,19	32,95	38,47

Fonte: PNAD

Gráfico 3.5.1.1.3. Proporção de pessoas de diversas idades na faixa Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Neste item procuramos mostrar a evolução na proporção de pessoas em cada estrato, a partir de algumas idades selecionadas (0,5,10,15 anos), comparando a situação social de quem tinha estas idades para cada ano do período (1981-2004). Concluímos com isso que a tendência pós 1996 foi de redução dos espaços sociais dos três estratos superiores de renda e aumento significativo para os dois estratos de renda inferiores. Tal comportamento indica que as remunerações mais altas nas famílias reduziram-se ao longo do período, atingindo níveis inferiores a R\$557,50. Outra constatação relevante consiste na característica do perfil de distribuição que revelou um comportamento semelhante para as idades estudadas (0,5,10 e 15 anos).

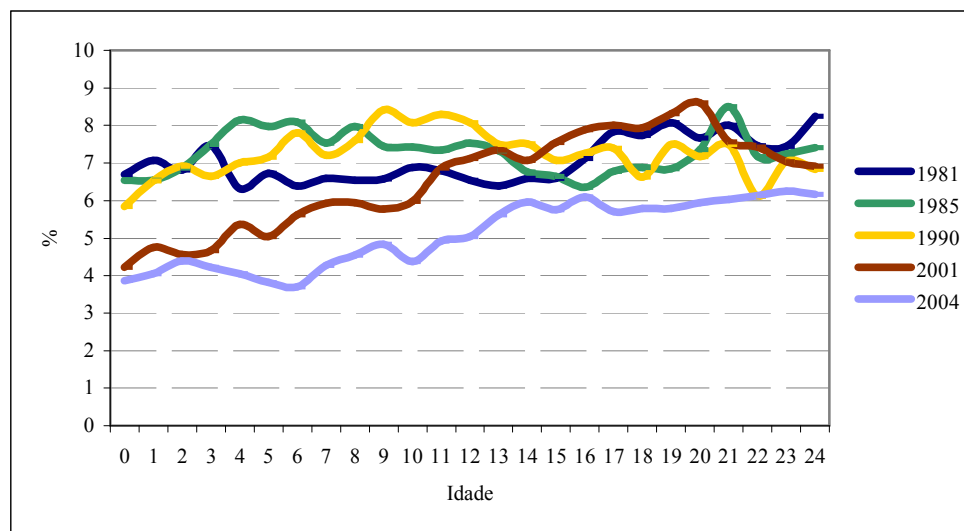
Analizadas então as condições de renda para algumas idades, na próxima etapa vamos selecionar as pessoas de 0 a 23 anos e com base na proporção aferida para cada idade, dentro de uma faixa etária específica, calcularemos a proporção média.

b) Evolução da condição social para a coorte 0 a 23 anos

Para comparar a referida coorte em diversos anos, vamos inicialmente traçar a participação dessas pessoas de 0 a 23 anos na Alta classe média, conforme constante no

ANEXO B1 e C1 para alguns anos selecionados. Uma primeira abordagem, considerando cada curva isoladamente (Gráfico 3.5.1.1.4), sempre com inclinação ascendente, nos faz inferir que a sociedade brasileira mostrou uma tendência à diminuição da desigualdade com as chances de mobilidade quase sempre ascendentes, como algumas hipóteses sugerem. Entretanto, podemos observar que os patamares são distintos para cada ano e as proporções de 2004 indicam sobretudo a piora da situação social comparativamente às demais. A curva de 2001 vem logo a seguir, como a de condição mais adversa, porém sobrepõe a de 1981 a partir dos 11 anos de idade.

Gráfico 3.5.1.1.4. Proporção média da coorte 0 a 23 anos em diversos anos na alta classe média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Para facilitar a comparação da coorte entre os diversos anos vamos então calcular a participação média para toda a coorte. Desta forma, somaremos a participação de cada idade (0 a 23 anos) e dividiremos pelo número de anos (24) para cada uma das faixas de renda.

b.1) A faixa de renda de Alta classe média ($\geq$ R\$2.787,70)

As pessoas de 0 a 23 anos representavam em média 7,01% na Alta classe em 1981 e apenas 5,05% em 2004. O espaço social na Alta classe média diminuiu portanto ao longo do período, apresentando uma redução 1,96 pontos percentuais se tomarmos os extremos (1981-2004), ou seja em 1981 havia 7,01% em média de pessoas de 0 a 23 anos em

famílias que tinham como maior renda entre seus membros, mais de R\$2.787,70. Esta proporção reduziu-se para 5,05% em 2004 como ilustra a Tabela 3.5.1.1.4.

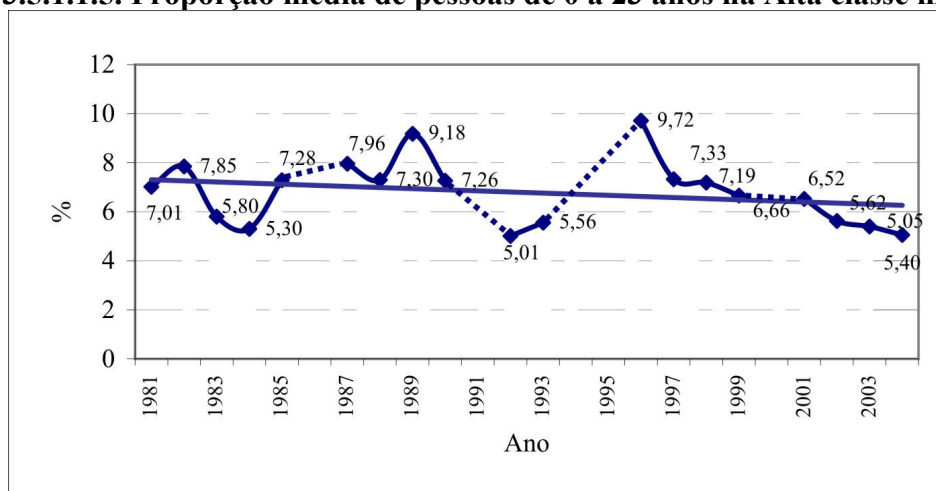
Tabela 3.5.1.1.4. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na alta classe média

Ano	%
1981	7,01
1982	7,85
1983	5,80
1984	5,30
1985	7,28
1986	12,09
1987	7,96
1988	7,30
1989	9,18
1990	7,26
1991	
1992	5,01
1993	5,56
1994	
1995	7,94
1996	9,72
1997	7,33
1998	7,19
1999	6,66
2000	
2001	6,52
2002	5,62
2003	5,40
2004	5,05

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A tendência linear pode ser verificada no Gráfico 3.5.1.1.5.

Gráfico 3.5.1.1.5. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Alta classe média



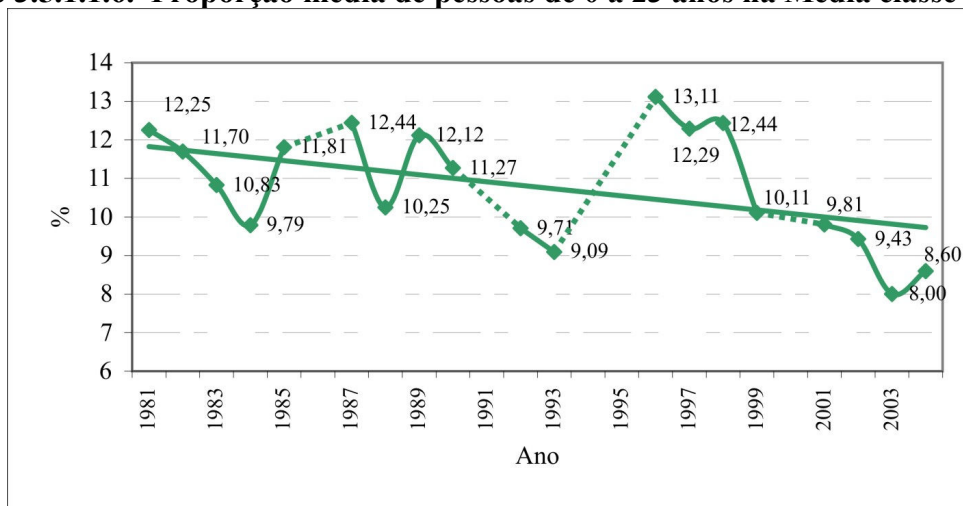
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Investigaremos a seguir a evolução no estrato da Média classe média.

b.2) A faixa de renda de Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)

A Média classe média apresentou a mesma tendência de redução de condições sociais registradas para a Alta classe média no decorrer do período estudado. Mais de 8% das pessoas em cada idade (até 23 anos) estiveram classificadas neste estrato ao longo do período. Entretanto, a tendência revelou declínio relativo ou movimento dessas pessoas para as faixas de renda inferiores. No início do período, em 81, esta coorte era representada com 12,25% em média e em 2004 este valor decaiu para 8,60% em média. Podemos observar no Gráfico 3.5.1.1.6, sobre os dados da Tabela B2 (Anexos) a propensão linear ao declínio.

Gráfico 3.5.1.1.6. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Média classe média



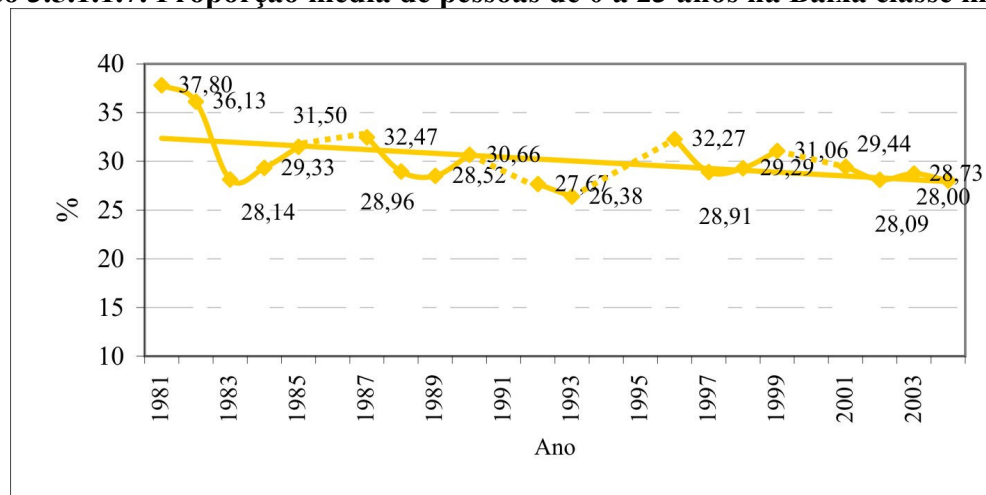
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Desta maneira, também nesta faixa ocorreu redução da proporção relativa de pessoas. Isto porque, como observado anteriormente, o estrato de renda imediatamente superior (Alta classe média) também sofreu redução. O declínio foi ainda mais agudo a partir de 1996.

b.3) A faixa de renda de Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

Este estrato, assim como os da Alta e da Média classe média, também apresentou tendência à redução. As pessoas de 0 a 23 anos mostraram uma representatividade média de 30,18% ao longo do período, começando 1981 com 37,80% e chegando em 2004 com 28,00%, uma perda relativa média de 9,80 pontos percentuais como pode ser conferida no Gráfico 3.5.1.1.7 sobre os dados da Tabela B3 (Anexos).

Gráfico 3.5.1.1.7. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na Baixa classe média



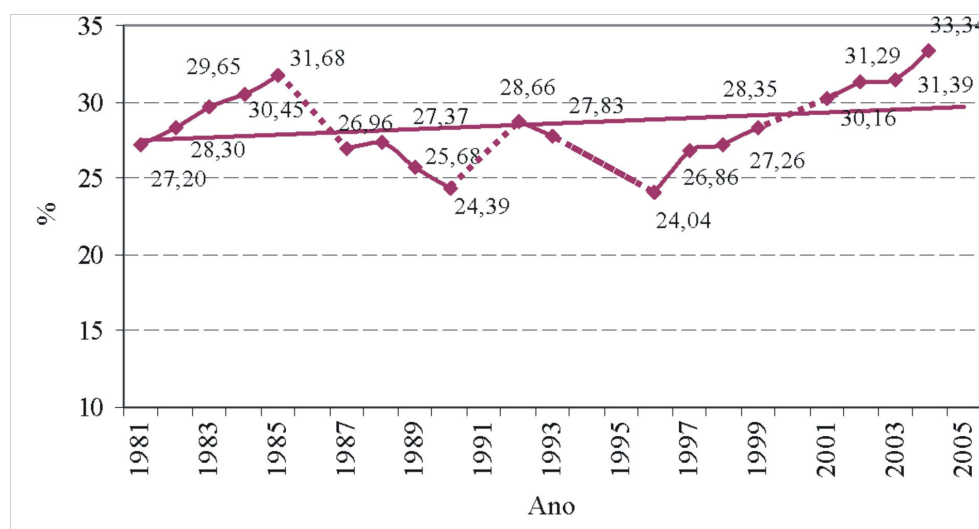
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.4) A faixa de renda de Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

O comportamento deste estrato, ao contrário das três faixas do topo da pirâmide, ampliou-se durante o tempo decorrido. Desta maneira, ele foi receptor da mobilidade descendente das faixas superiores.

A proporção média de representatividade das pessoas de 0 a 23 anos nesta faixa de renda era de 27,20% em 1981 e atingiu 33,34% em 2004. Assim, a situação social de quem possuía de 0 a 23 anos em 1981 era bem superior àquela encontrada para este mesmo grupo de pessoas em 2004. Isto porque o movimento nas faixas de renda superiores apresentou queda enquanto esta (maior renda entre R\$278,80 a 557,50) se elevou (Gráfico 3.5.1.1.8 sobre os dados da Tabela B4- Anexos), recebendo aqueles que caíram dos três estratos superiores a este. O espaço social portanto, apresentou circunstâncias mais difíceis ao longo do tempo.

Gráfico 3.5.1.1.8. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos na faixa da Massa trabalhadora

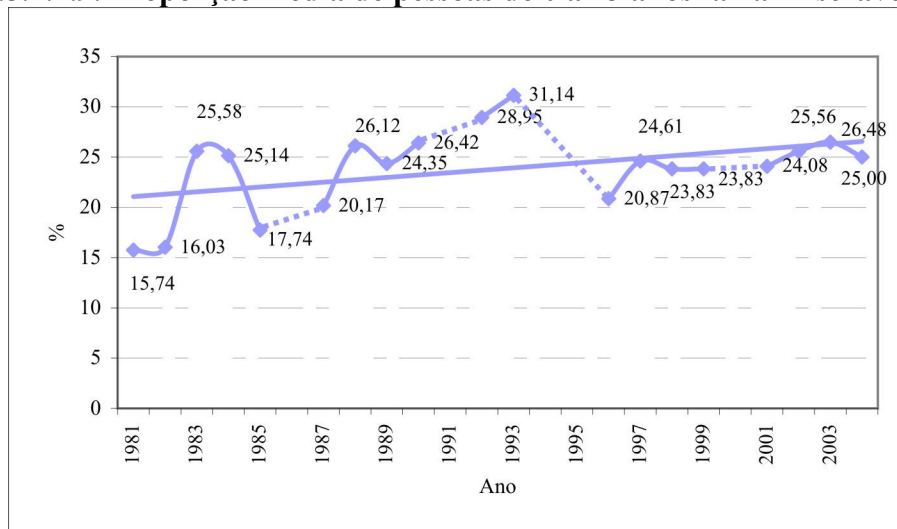


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.5) A faixa de renda de Miseráveis (< R\$278,80)

A tendência neste estrato entre 1981 e 2004 foi crescente (Gráfico 3.5.1.1.9 – sobre os dados da Tabela B5 - Anexos). Entretanto, o tempo decorrido entre 1981 – 1993 mostrou um crescimento muito mais agudo nesta faixa do que no período (1981-2004) como um todo. Em 1981 a proporção média nesta faixa era de 15,74% (das pessoas entre 0 e 23 anos). Este valor dobrou em 1993, para 31,14%. A partir de 1996 (até 2004) a tendência também foi de elevação, mas em patamares mais baixos do que o período 1981-1993.

Gráfico 3.5.1.1.9. Proporção média de pessoas de 0 a 23 anos faixa Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Considerando a mobilidade descendente das três faixas do topo da pirâmide podemos concluir que as condições sociais para as pessoas de 0 a 23 anos foram se tornando cada vez mais difíceis. As famílias cujo membro mais bem remunerado tinha renda superior ou igual a R\$557,50 mostraram propensão à mobilidade descendente em direção às duas faixas inferiores da pirâmide de renda, que apresentaram tendência à ampliação. Em outras palavras, houve tendência ao alargamento da proporção relativa de pessoas nos estratos cuja renda do mais remunerado da família era inferior à R\$557,50, apesar de todo esforço das políticas sociais implantadas a partir de 1995.

Agora passaremos a análise diagonal, verificando trajetórias ao longo do tempo.

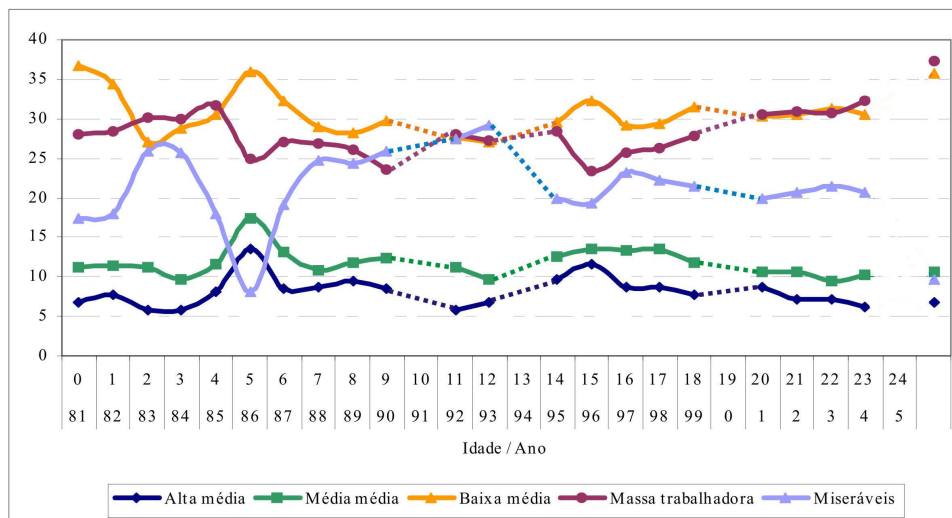
3.5.1.2. A análise diagonal

O acompanhamento do perfil de distribuição entre as diversas faixas de renda pode percorrer a mesma lógica temporal adotada anteriormente, isto é, a tendência no período anterior ao Plano Real e ao posterior. Mais uma vez, iremos retirar da análise, os anos sob influência dos maiores Planos econômicos (Cruzado e Real) pelos motivos anteriormente expostos⁵³.

Desta maneira, a tendência da população que contava com menos de um ano de idade em 1981, foi de estabilidade para os dois estratos superiores da pirâmide (renda maior ou igual a R\$1.393,80), isto é, não houve mobilidade descendente ou ascendente para este contingente de pessoas que em 1993 atingiam a idade de 12 anos. Pode-se afirmar que as famílias dessas crianças permaneceram nessas faixas de renda, uma vez que as crianças estão alocadas no estrato da pessoa mais bem remunerada da família. Entretanto, após 1995, os membros dessas famílias moveram-se para faixas de renda inferiores, uma vez que o contingente de pessoas nos estratos superiores diminuiu, como confirma o Gráfico 3.5.1.2.1, cuja análise iremos aprofundar mais adiante.

⁵³ Para um estudo de mobilidade cujo objetivo é captar a tendência do movimento social, os efeitos atípicos e pontuais, resultantes dos dois planos econômicos, (Cruzado e Real) serão registrados na análise porém desconsiderados para verificação da propensão do deslocamento populacional entre os estratos de renda.

Gráfico 3.5.1.2.1. Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 nas diversas faixas de rendas



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A situação das duas faixas intermediárias, as denominadas, Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 a R\$1.393,80) e Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 a R\$557,50) na década de 80 e início de 90, mostram certa oscilação, mas um movimento de queda social para a primeira ($\geq$ R\$557,50 a R\$1.393,80) e de estabilidade para a segunda ($\geq$ R\$278,80 a R\$557,50).

O aumento relativo de pessoas no estrato da base da pirâmide (menos de R\$278,80) evidencia a tendência de queda no nível de renda das pessoas mais bem remuneradas nas famílias.

Após 1995 ocorre o inverso, isto é, a base da pirâmide, os Miseráveis, (menos de R\$278,80) mostra tendência à redução, mas os estratos intermediários, Massa trabalhadora e Baixa classe média ampliam-se. O que se deve ressaltar é que após o Real, a mobilidade ascendente do estrato da base da pirâmide ocorreu com o declínio daqueles indivíduos cujas famílias tinham como maior renda um valor superior a R\$1.393,80 ou seja, aqueles que estavam nas faixas da Alta classe média e Média classe média. Vejamos a seguir, o comportamento detalhado para a faixa de renda mais elevada, composta pelas pessoas com menos de um ano em 1981.

a) Evolução das pessoas com menos de 1 ano em 1981 (2 em 1982, ... 23 anos em 2004)

a1) A faixa de renda da Alta classe média ($\geq$ R\$2.787,70)

Tabela 3.5.1.2.1. Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Alta classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$2.787,70)*

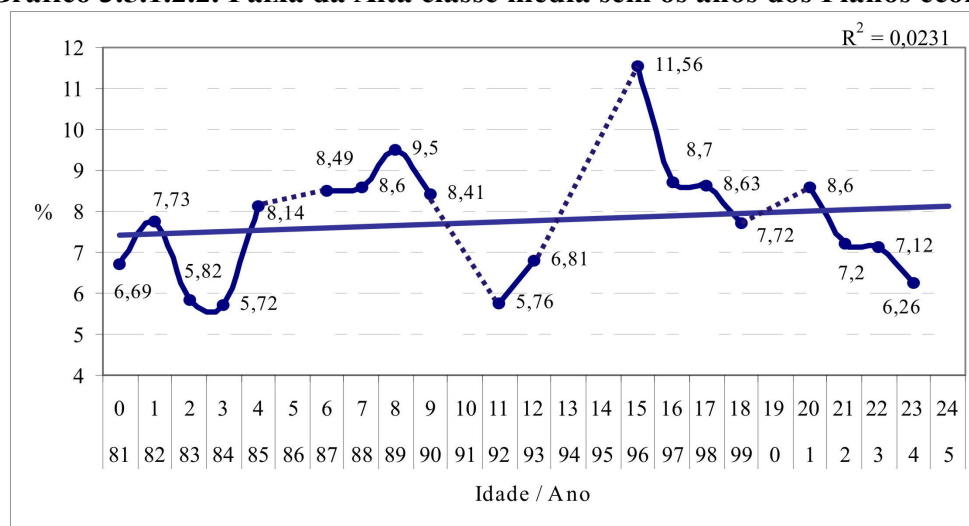
Idade	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	6,69	7,32	4,84	4,53	6,54	10,05	6,73	6,12	8,05	5,85	3,45	3,60	5,29	6,97	5,26	4,81	4,51	4,22	4,36	4,57	3,87	4,61
1	7,07	7,73	5,34	5,21	6,54	10,87	7,36	6,97	8,25	6,53	3,84	4,16	5,88	7,58	5,56	5,60	4,59	4,76	4,10	4,75	4,05	4,83
2	6,81	8,18	5,82	4,71	6,87	11,55	7,80	6,62	8,01	6,92	4,71	4,77	6,13	7,48	5,17	5,54	4,84	4,56	4,13	3,88	4,39	4,61
3	7,46	8,29	5,55	5,72	7,50	11,87	8,24	7,34	8,70	6,65	4,41	4,77	6,58	7,62	5,47	5,23	4,87	4,66	3,98	3,34	4,23	4,37
4	6,32	8,16	5,78	5,76	8,14	12,37	7,76	7,42	9,10	7,01	4,69	5,33	6,46	8,91	5,94	4,76	5,35	5,36	4,60	4,34	4,05	4,70
5	6,73	7,98	6,17	5,94	7,98	13,55	8,55	7,46	9,69	7,15	4,51	5,16	7,27	9,44	6,91	5,49	5,38	5,04	4,65	4,32	3,82	4,46
6	6,39	7,78	6,27	5,66	8,10	12,59	8,49	8,45	9,49	7,81	5,23	5,29	7,52	9,58	6,66	6,03	6,15	5,63	4,31	4,15	3,69	4,43
7	6,59	7,92	5,65	5,57	7,53	13,19	8,89	8,60	10,03	7,20	5,49	5,56	6,94	9,22	6,98	6,60	6,07	5,92	4,51	4,56	4,28	4,99
8	6,54	7,64	6,23	5,39	7,97	13,05	8,38	8,38	9,50	7,59	4,98	6,30	8,34	9,56	7,17	7,07	6,57	5,95	4,57	5,20	4,55	4,79
9	6,57	7,19	5,72	5,71	7,44	12,29	8,58	8,86	10,10	8,41	4,87	6,02	7,86	10,23	7,70	6,85	6,98	5,77	5,22	4,76	4,84	4,89
10	6,89	7,33	5,58	5,11	7,43	12,14	8,22	7,73	9,97	8,08	5,60	5,78	8,85	9,99	8,06	7,41	6,97	5,98	5,21	4,71	4,37	5,45
11	6,80	7,97	5,94	5,30	7,35	12,14	8,01	7,92	9,31	8,29	5,76	6,50	8,90	10,02	7,42	8,18	6,97	6,86	5,96	5,14	4,92	5,09
12	6,55	7,08	5,64	4,83	7,53	13,19	8,89	7,46	9,43	8,07	5,22	6,81	8,78	10,49	8,47	7,42	7,31	7,12	6,04	5,51	5,04	6,39
13	6,39	7,33	5,44	5,71	7,32	12,26	8,12	7,31	9,29	7,49	5,79	6,82	8,76	10,59	8,62	8,08	6,94	7,34	6,11	6,02	5,63	5,33
14	6,60	6,84	5,61	4,73	6,77	12,09	7,95	6,81	9,54	7,51	5,94	6,85	9,69	11,07	8,20	8,14	7,67	7,07	6,14	5,93	5,97	5,82
15	6,59	7,42	5,48	4,92	6,65	12,53	8,05	7,69	9,64	7,07	5,47	5,98	9,47	11,56	8,78	8,48	7,43	7,54	6,86	5,89	5,75	6,48
16	7,12	7,59	5,21	5,28	6,35	12,00	8,32	7,12	9,03	7,25	5,53	6,47	8,76	10,96	8,70	8,71	7,49	7,89	6,52	6,40	6,10	6,53
17	7,84	8,21	6,06	5,35	6,78	11,27	7,24	7,82	9,98	7,39	5,42	5,80	8,87	11,28	9,44	8,63	8,44	8,01	6,59	6,04	5,71	6,17
18	7,73	8,15	6,32	5,52	6,89	11,03	8,17	6,95	9,66	6,63	5,22	5,66	8,49	10,65	8,34	9,37	7,72	7,94	6,85	7,00	5,80	6,32
19	8,08	8,56	6,57	5,54	6,85	12,72	7,33	6,80	8,30	7,50	5,28	5,23	9,33	10,68	8,64	8,48	8,23	8,32	6,52	6,47	5,80	6,98
20	7,67	8,42	6,02	5,40	7,36	11,12	6,96	6,37	8,65	7,18	4,87	5,49	8,28	10,34	7,51	8,56	8,10	8,60	7,13	6,84	5,94	6,71
21	8,00	9,01	6,11	5,32	8,50	12,79	6,97	5,43	8,52	7,49	4,95	5,24	8,54	10,28	7,22	8,19	7,19	7,57	7,20	6,80	6,03	6,68
22	7,46	8,00	6,03	5,09	7,18	11,00	7,77	6,13	9,33	6,11	4,97	5,32	8,29	8,93	7,45	7,14	6,74	7,42	6,91	7,12	6,14	5,98
23	7,44	8,21	5,89	4,96	7,24	12,40	8,24	7,37	8,79	7,06	4,09	4,42	7,18	9,77	6,20	7,70	7,28	7,03	6,42	5,83	6,26	6,18
24	8,24	7,74	6,17	5,56	7,41	11,94	8,14	6,45	9,60	6,83	4,08	5,01	7,31	9,96	7,17	7,11	6,67	6,92	6,72	6,34	6,16	6,69

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Deflação para janeiro de 2006

A princípio esta faixa parece manter-se estável ao longo do período como indica a linha de tendência no Gráfico 3.5.1.2.2 ($R^2=0,023$). Entretanto, em 1981 6,69% das pessoas com menos de um ano de idade pertenciam a famílias da Alta classe média (207.778 pessoas). Em 2004, a participação nesta camada social, da correspondente população, agora com 23 anos, reduziu-se a 6,26% (198.850 pessoas).

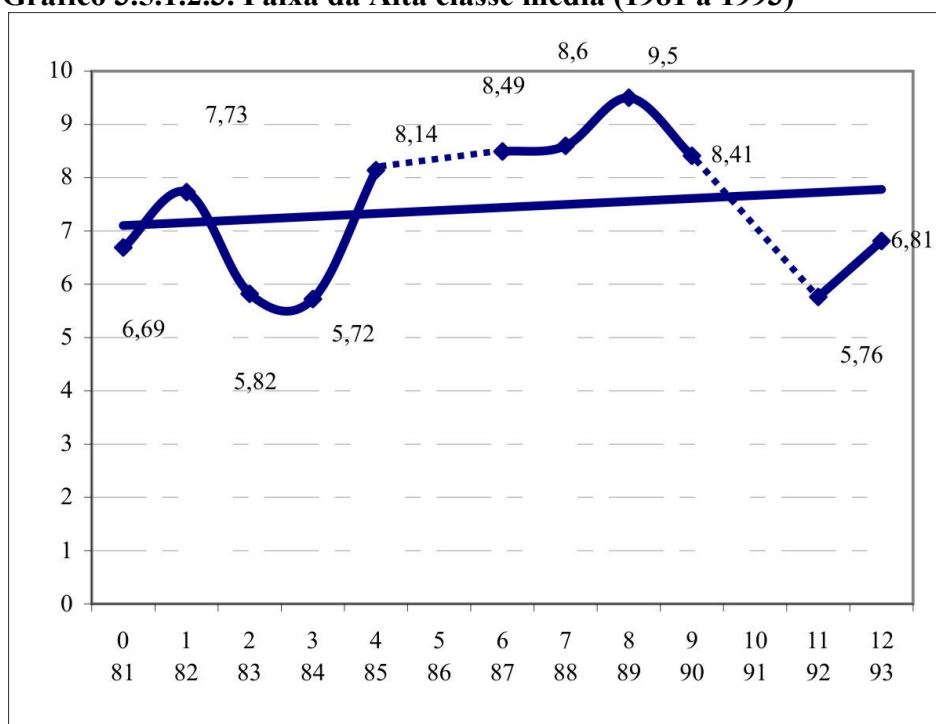
Gráfico 3.5.1.2.2. Faixa da Alta classe média sem os anos dos Planos econômicos



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Podemos entretanto observar duas tendências a partir de um corte temporal. O primeiro de 1981 até 1993, na qual a tendência apontou para uma ligeira mobilidade ascendente ($R^2=0,030$), como podemos constatar no Gráfico 3.5.1.2.3 e a segunda posterior a 1996, com tendência a declínio, conforme descrito adiante.

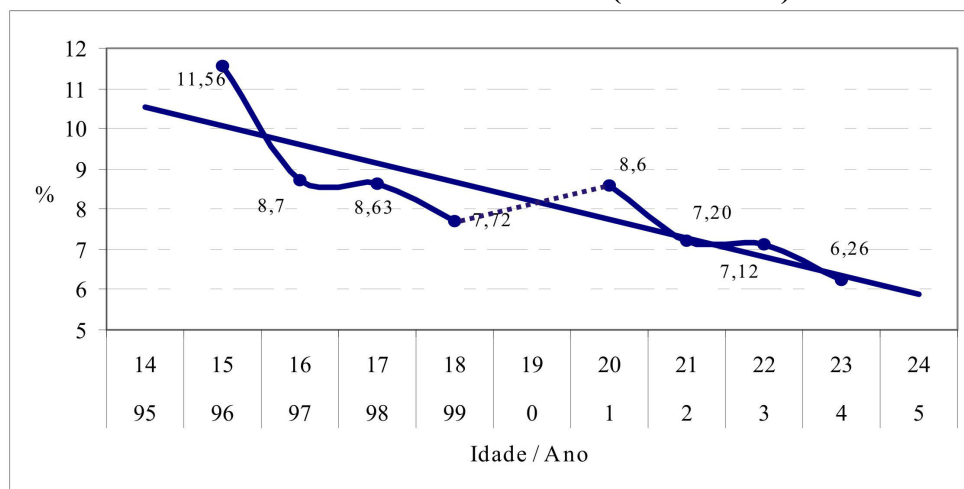
Gráfico 3.5.1.2.3. Faixa da Alta classe média (1981 a 1993)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A segunda etapa, de 1996 a 2004 revelou uma acentuada redução dos espaços sociais que em 1996 registrava 11,56% para as pessoas com 15 anos (aquelas que iniciaram em 1981 com 0 anos de idade) e em 2004 chegava a apenas 6,26% com movimento descendente, conforme Gráfico 3.5.1.2.4 ($R^2 = 0,720$). Vamos então utilizar doravante esta segmentação em dois períodos, com o intuito de evidenciar dois momentos macroeconômicos distintos, aquele anterior e o posterior à estabilidade da moeda. Ambos têm como cenário o baixo crescimento da economia brasileira.

Gráfico 3.5.1.2.4. Faixa da Alta classe média (1996 a 2004)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Podemos inferir, a partir das informações constantes nos gráficos anteriores, que as pessoas com menos de um ano de idade em 1981 (11,56%) tinham um estilo de vida com certa estabilidade até completarem 15 anos de idade, em 1996. A partir de então muitas delas, 5,3 pontos percentuais, se compararmos a situação entre 1996-2004, declinou para escalas de rendimentos inferiores. Em números absolutos, em 1996 havia 399.961 pessoas de 15 anos neste estrato caindo para 198.850 indivíduos com 23 anos em 2004, ou seja 201.111 declinaram para estratos de renda inferiores, juntamente com suas respectivas famílias. É preciso ressaltar no entanto que a proporção das pessoas de 15 anos nesta faixa em 1996 era semelhante a da população brasileira em geral, mas em 2004 quando este segmento completava 23 anos, esta proporção era 4,6 (pontos percentuais) inferior a da população total.

Vejamos então, a seguir, o comportamento na Média classe média, de acordo com as informações da Tabela 3.5.1.2.2.

a2) A faixa de renda da Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)

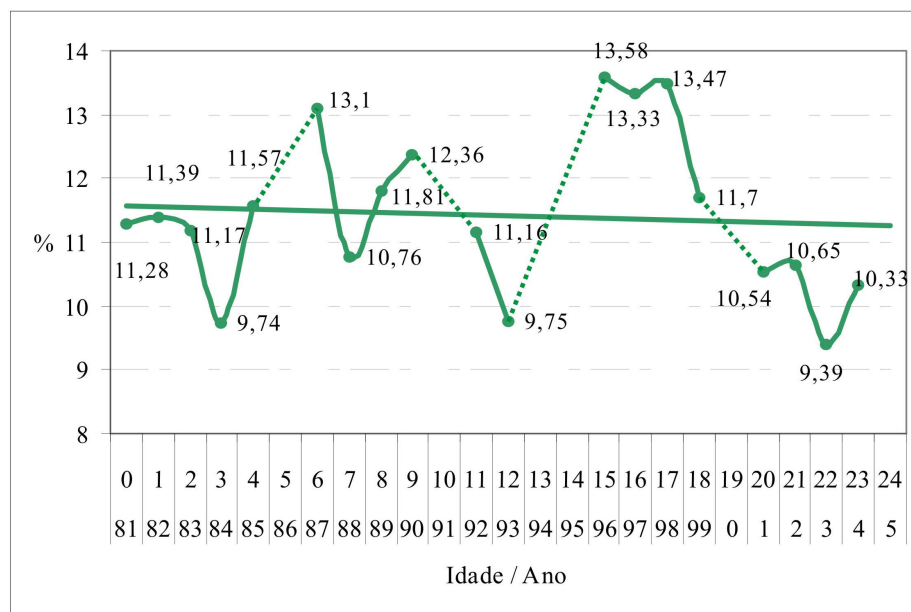
Tabela 3.5.1.2.2. Evolução da proporção de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Média classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)*

Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		11,28	10,83	9,66	8,92	10,47	14,97	11,34	9,77	10,74	10,43	8,22	7,81	9,18	10,67	10,22	10,01	7,79	8,11	6,96	5,75	7,07	7,83
1		12,07	11,39	11,02	9,18	11,47	15,93	11,62	10,07	11,58	10,75	8,54	7,86	9,87	12,48	10,60	10,87	8,26	8,44	7,64	6,49	6,78	8,26
2		11,77	11,29	11,17	9,78	11,43	17,37	11,51	10,19	11,70	9,78	8,49	8,63	9,69	11,44	10,92	10,78	8,66	8,61	8,20	6,72	6,25	7,14
3		11,92	11,07	10,90	9,74	12,04	16,37	12,31	10,58	11,28	11,56	8,62	9,53	10,28	12,57	11,44	10,42	9,00	8,39	8,00	6,87	6,69	7,09
4		11,48	10,86	10,83	9,89	11,57	17,55	12,91	11,03	11,17	11,06	9,21	8,59	10,67	11,79	11,09	11,53	8,99	8,28	8,19	6,48	7,40	8,22
5		10,67	11,33	10,45	9,93	12,13	17,45	12,56	10,10	11,82	11,81	9,73	8,15	10,93	13,12	12,09	11,24	9,66	9,32	8,56	7,16	7,64	8,06
6		11,24	10,90	10,15	9,79	12,42	17,91	13,10	11,13	12,30	11,60	9,59	9,21	10,67	12,65	11,78	11,77	9,05	8,96	8,61	7,01	7,46	7,73
7		11,26	10,45	10,18	9,72	11,29	16,71	12,46	10,76	12,28	11,04	9,65	8,65	11,39	13,89	12,59	12,52	10,01	9,21	8,49	6,99	8,11	8,37
8		11,13	10,59	10,14	9,03	11,82	17,01	12,68	10,64	11,81	11,12	9,85	9,71	11,30	13,92	12,22	12,21	9,87	9,76	8,74	6,82	7,88	8,35
9		11,74	11,46	9,85	9,56	11,73	16,87	12,19	10,73	12,65	12,36	10,43	9,46	11,91	13,39	12,33	12,89	9,99	9,73	9,28	7,41	8,37	8,91
10		11,82	10,36	10,33	9,37	11,10	16,87	11,55	10,01	12,61	11,41	9,84	9,75	11,44	12,61	12,58	13,00	10,09	10,19	9,56	7,75	8,35	8,51
11		11,15	10,93	10,41	9,55	11,03	17,00	11,76	10,10	11,39	12,24	11,16	9,72	11,74	13,24	11,95	12,85	10,24	9,58	9,59	7,48	8,28	9,79
12		11,36	11,30	10,67	9,43	11,29	16,71	12,46	9,53	12,34	10,30	10,23	9,75	11,65	13,49	12,46	12,71	11,41	10,88	9,76	8,92	9,27	9,75
13		12,23	11,35	10,54	9,84	11,20	15,80	12,16	9,52	12,06	11,25	9,89	9,67	11,79	13,08	12,15	12,83	10,68	9,70	9,85	8,66	9,17	10,24
14		12,42	11,55	10,11	9,45	12,74	16,74	12,43	10,42	12,11	10,90	10,54	9,51	12,49	13,58	13,43	13,28	11,45	10,82	10,28	8,50	9,74	9,55
15		12,33	11,48	10,75	9,21	11,45	17,45	12,23	10,11	11,92	11,01	9,87	9,50	11,75	13,58	13,91	13,30	10,69	10,36	9,97	8,66	9,45	11,11
16		12,76	11,47	10,96	9,72	11,75	16,17	11,84	9,64	12,08	11,02	9,96	9,76	12,39	13,52	13,33	13,22	10,77	10,23	10,49	9,21	10,27	10,11
17		13,06	12,83	10,59	9,75	11,43	16,65	12,73	10,41	12,14	10,47	9,65	9,38	11,98	13,74	12,60	13,47	11,07	11,33	10,71	9,42	9,85	10,43
18		12,91	12,43	11,58	10,12	12,38	16,83	11,91	9,53	11,77	11,80	9,42	8,97	11,40	14,28	13,03	12,68	11,70	11,20	10,52	8,95	9,29	10,35
19		13,69	12,36	11,93	10,70	11,96	18,63	12,53	8,96	12,97	11,78	9,88	9,15	11,47	13,48	13,72	13,67	10,91	10,53	10,50	9,62	9,74	9,52
20		13,51	13,22	11,55	10,55	12,06	18,42	13,61	10,12	12,67	10,96	9,49	9,18	12,04	13,00	12,30	12,82	10,71	10,54	10,83	9,33	10,22	10,26
21		13,55	14,11	11,71	10,57	12,47	18,11	13,74	11,25	12,60	11,90	10,39	8,97	11,38	13,57	12,91	12,91	10,88	9,96	10,65	9,36	9,40	10,68
22		13,92	12,92	11,72	10,36	12,83	19,37	13,02	9,89	13,30	11,39	9,66	8,76	11,35	13,86	12,73	13,20	10,34	10,83	10,45	9,39	9,34	10,42
23		14,84	14,21	12,73	10,73	13,31	20,20	13,93	11,47	13,54	12,61	10,64	8,58	12,38	13,75	12,57	14,26	10,30	10,37	10,47	9,08	10,33	10,30
24		15,51	14,41	13,15	10,82	13,41	20,16	13,74	12,50	15,06	11,87	10,97	10,15	12,84	14,04	12,57	12,98	11,44	10,76	10,06	9,85	9,88	10,71

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Assim como para a faixa da Alta classe média, neste caso também temos uma aparente estabilidade como indica a linha de tendência ($R^2 = 0,005$), apresentada no Gráfico 3.5.1.2.5.

Gráfico 3.5.1.2.5. Faixa da Média classe média sem os anos dos Planos econômicos

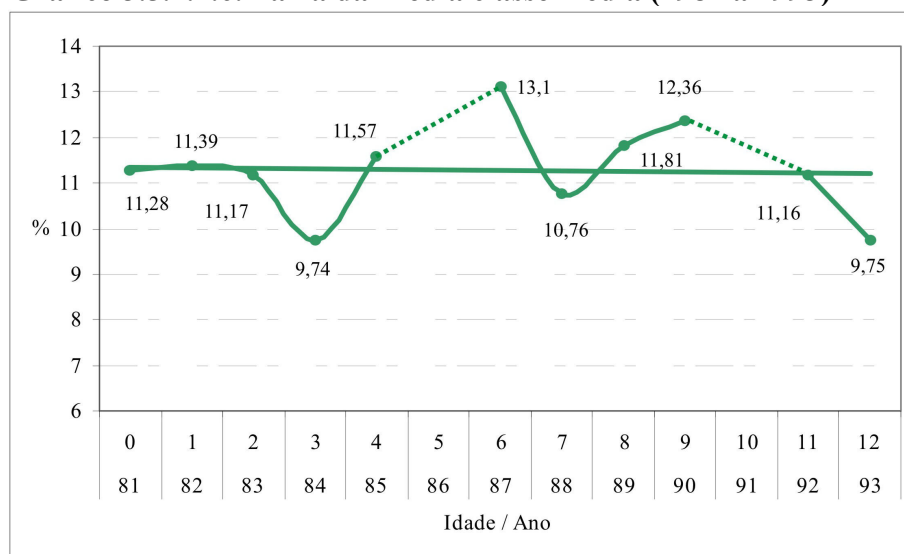


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Da mesma forma como no estrato da Alta classe média é também possível perceber que a tendência estável ocorreu entre 1981 e 1993 e o declínio após 1996, embora a partir de outro patamar. No primeiro período (1981-1993), cerca de 11,28% em média das pessoas que possuíam menos de um ano em 1981 e atingiam doze anos em 1993, mantiveram-se nesta faixa de renda, conforme ilustrado no Gráfico 3.5.1.2.6 com ($R^2 = 0,002$). Em números absolutos a movimentação descendente⁵⁴, tomando-se os extremos (1981-1993), ocorreu para 5.599 pessoas. Em relação à sociedade brasileira, a proporção dos que tinham 0 anos em 1981 era 20 pontos percentuais, menor do que a população em geral e em 1993 quando este grupo (0 anos em 1981) completava 12 anos, esta proporção passa a ser semelhante a da população brasileira nesta faixa de renda.

⁵⁴ Uma vez que o estrato superior, da Alta classe média, também sofreu redução.

Gráfico 3.5.1.2.6. Faixa da Média classe média (1981 a 1993)

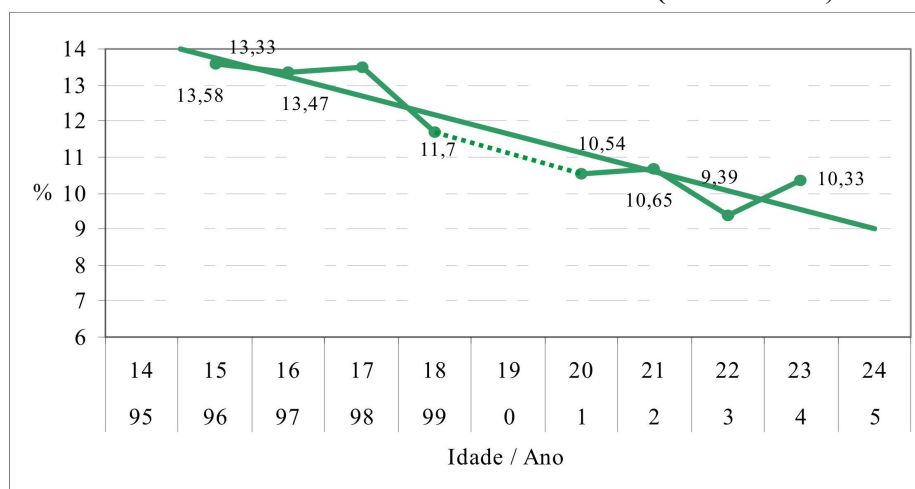


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

O período pós 1996 também evidencia uma participação semelhante à de 1981-1993, de 11,52% em média para o mesmo grupo (0 anos em 1981), evoluindo no tempo (15 anos em 1996 e 23 anos em 2004). Mas, a tendência foi de queda constante (Gráfico 3.5.1.2.7), como vimos anteriormente na faixa de renda da Alta classe média.

Desta maneira é possível concluir que as pessoas que estavam alocadas na faixa de renda superior ou igual a R\$1.393,80 declinaram para faixas de renda inferiores. Houve portanto mobilidade descendente ($R^2 = 0,880$). para as famílias com pessoas nestas idades (15 anos em 1996, evoluindo até 23 anos em 2004), cuja renda percebida pelo seu membro mais bem remunerado era igual ou superava o valor de R\$1.393,80. Acompanhando a evolução dessas pessoas de 1996 (469.990 indivíduos com 15 anos) a 2004 (328.094 indivíduos com 23 anos) em números absolutos, a queda ocorreu para 141.896 pessoas. Quanto à relação entre a população e as idades específicas, as pessoas de 15 anos tinham uma proporção 7 pontos percentuais menor do que os brasileiros em geral, em 1996, nesta faixa de renda, enquanto em 2004 esta relação cai para 6.

Gráfico 3.5.1.2.7. Faixa da Média classe média (1996 a 2004)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Visto o comportamento para a Média classe média, passemos então a analisar a tendência para a Baixa classe média, a partir das informações constantes na Tabela 3.5.1.2.3.

a3) A faixa de renda da Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

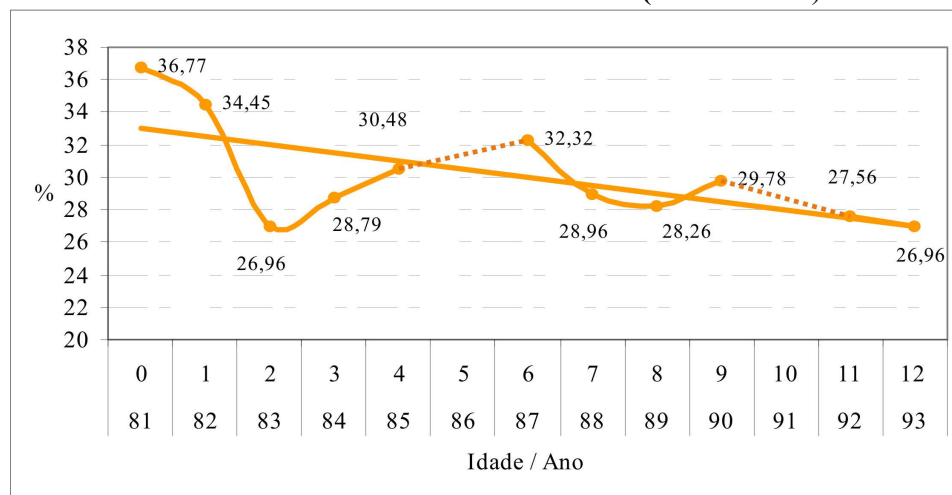
Tabela 3.5.1.2.3. Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na Baixa classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		36,77	34,46	25,82	26,82	30,17	37,56	30,45	26,41	26,66	29,77	25,72	24,00	27,36	32,02	27,37	27,07	29,30	28,03	25,65	25,12	25,81	29,67
1		37,59	34,45	27,29	27,74	30,24	35,22	30,18	26,57	26,81	30,23	26,10	25,00	28,19	30,43	27,51	27,34	30,09	28,60	25,65	26,47	25,62	29,75
2		36,32	34,77	26,96	27,98	30,72	36,83	31,09	27,84	27,66	28,77	26,25	25,54	28,92	32,46	27,88	27,72	29,69	28,31	25,69	26,52	25,68	29,93
3		35,63	34,27	28,21	28,79	30,13	36,24	31,48	27,60	27,15	29,14	25,80	25,60	28,48	32,09	27,96	28,23	31,06	28,77	26,72	28,10	26,97	29,20
4		36,94	34,32	27,79	28,48	30,48	36,22	31,30	28,06	27,41	29,74	26,11	25,35	29,58	31,77	29,52	29,78	30,34	29,25	26,93	27,03	27,69	28,78
5		36,92	34,46	27,05	28,96	30,73	35,94	32,29	28,40	27,94	29,07	25,88	26,37	30,36	32,45	28,04	28,54	30,73	28,04	27,36	27,51	27,90	31,83
6		36,41	34,64	26,06	29,15	29,84	35,80	32,32	28,34	27,84	30,01	27,24	25,68	28,97	31,56	28,67	28,14	30,00	29,52	27,47	27,52	27,61	30,80
7		36,80	35,15	27,05	28,46	30,55	37,29	32,01	28,96	28,86	30,25	27,08	25,56	30,87	32,21	28,62	29,43	30,34	28,35	28,66	28,21	26,83	29,61
8		36,32	35,20	27,08	28,23	29,65	36,48	31,98	27,68	28,26	30,63	26,85	25,87	29,59	31,06	28,64	28,79	30,66	28,77	27,92	28,12	27,72	30,32
9		36,78	35,63	26,48	29,32	30,57	37,43	31,76	28,04	28,66	29,78	27,73	25,87	29,83	31,79	29,26	29,52	31,21	27,90	28,62	28,75	26,14	31,02
10		37,36	36,02	27,49	29,17	30,63	37,62	31,74	28,04	26,45	30,34	27,57	25,50	29,95	31,86	27,26	28,43	30,28	29,19	27,73	28,99	28,24	30,55
11		37,94	36,60	27,67	28,74	30,96	37,16	32,52	27,98	27,79	29,28	27,56	25,87	29,99	31,17	28,43	29,52	31,94	29,15	28,17	28,36	28,09	31,61
12		37,23	35,61	27,57	29,42	30,55	37,29	32,01	28,25	27,70	30,04	27,63	26,96	31,97	31,05	28,60	28,30	30,78	28,45	28,64	28,26	27,66	31,20
13		37,69	35,91	27,36	30,04	31,61	38,16	31,16	28,53	28,51	29,43	27,28	25,77	31,20	31,93	28,73	28,00	30,97	28,27	28,57	29,07	28,36	30,87
14		38,04	36,88	28,29	30,02	31,60	38,06	32,24	27,38	27,41	30,53	27,76	27,13	29,47	30,57	29,17	29,46	29,94	29,42	27,68	29,74	28,48	31,66
15		38,02	37,24	28,39	30,00	31,26	36,35	32,35	28,23	28,17	30,00	27,45	26,88	30,32	32,18	28,39	29,72	31,11	29,34	29,16	29,73	28,47	31,22
16		38,91	35,57	28,27	28,56	32,00	38,87	33,11	28,67	27,49	29,88	27,36	26,66	29,79	31,47	29,18	29,39	30,69	29,53	28,44	29,47	27,28	31,24
17		36,75	35,86	28,61	29,15	31,52	38,85	31,54	28,32	28,38	30,62	28,29	26,10	30,13	31,26	28,03	29,41	31,49	29,86	27,72	29,47	29,15	32,77
18		37,61	36,45	28,57	29,97	31,78	37,69	31,92	29,65	29,37	31,21	29,04	26,19	30,60	31,60	28,19	29,75	31,44	29,32	27,98	29,60	28,75	31,99
19		38,80	37,15	29,25	30,02	32,96	37,82	35,34	31,33	30,68	31,33	27,64	26,57	30,40	33,07	28,89	29,59	32,09	30,37	29,53	29,00	29,56	32,76
20		39,71	37,83	29,31	29,60	33,65	39,36	34,26	31,42	31,03	32,74	29,56	27,06	31,97	35,14	29,83	30,74	31,40	30,28	29,33	29,14	29,38	32,17
21		40,43	38,86	31,66	31,29	34,23	39,56	34,79	32,27	32,46	34,11	30,06	26,98	32,67	34,09	30,35	31,76	32,55	32,91	30,52	31,21	29,12	33,66
22		41,23	39,22	31,32	31,13	34,50	40,35	35,69	33,31	30,53	34,81	30,87	29,21	32,80	35,45	32,46	32,69	33,20	32,12	29,63	31,30	30,96	33,91
23		40,95	40,50	31,74	32,83	35,55	39,28	35,67	33,77	31,14	34,12	31,35	31,38	34,06	35,70	32,79	31,66	34,13	32,78	30,45	32,87	30,59	35,42
24		41,65	41,11	32,99	32,71	35,75	41,28	36,59	33,10	32,88	33,68	32,49	28,95	34,86	36,62	34,03	33,74	34,49	32,93	30,64	33,80	31,04	35,69

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

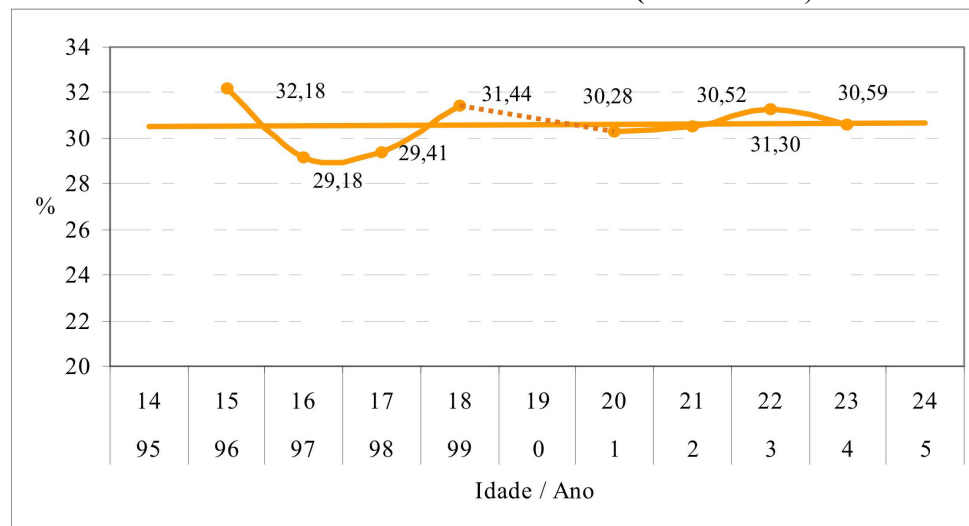
Para este estrato o movimento indica uma tendência ao declínio entre 1981 e 1993 (Gráfico 3.5.1.2.8) com uma proporção média de 30,12% de pessoas (menos de um ano em 1981 e 12 em 1993) e estabilidade nesta proporção a partir de 1996 (Gráfico 3.5.1.2.9). A proporção média para o período de estabilidade foi de 30,61%, ligeiramente superior ao encontrado para a fase 1981-1993 (30,12%). Entretanto, em números absolutos havia 1.113.376 indivíduos de 15 anos nesta faixa em 1996, reduzindo-se para 971.830 em 2004 (quando esse grupo atingia 23 anos de idade), uma queda para 141.546 pessoas. Em relação à população brasileira, este grupo tinha uma proporção 1 (ponto percentual) menor em 1981 nesta faixa e 0,3 (pontos percentuais) maior do que a sociedade brasileira em 2004. Tal comportamento indica que a queda para as famílias com pessoas desta idade (0 em 1981 evoluindo para 23 em 2004) tiveram foi um pouco superior ao do restante da população.

Gráfico 3.5.1.2.8. Faixa da Baixa classe média (1981 a 1993)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.9. Faixa da Baixa classe média (1996 a 2004)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Apresentamos a seguir, as informações para a faixa da Massa trabalhadora (Tabela 3.5.1.2.4).

a4) A faixa de renda da Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

Tabela 3.5.1.2.4. Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na faixa Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

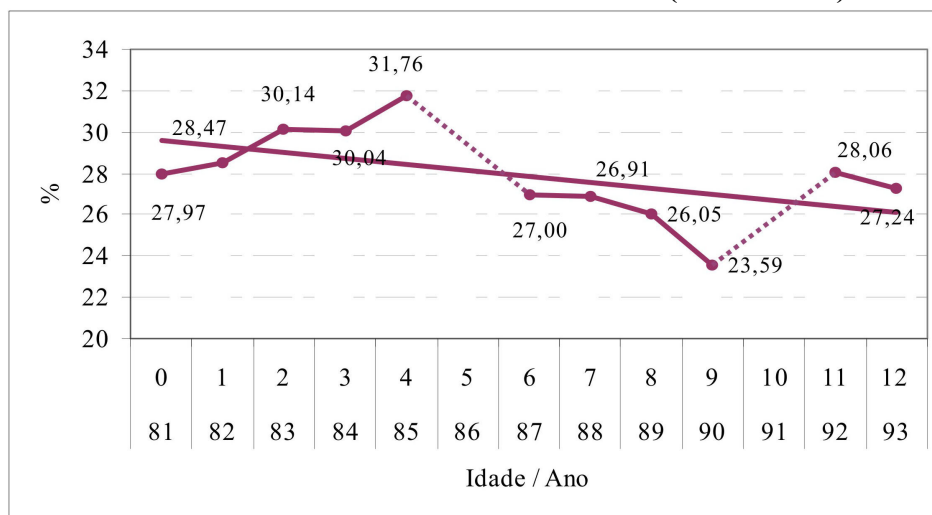
Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		27,97	29,60	30,37	31,43	31,86	27,17	27,66	27,28	25,68	23,55	27,63	28,13	29,04	25,13	28,18	29,25	29,03	30,88	31,30	31,29	31,19	38,25
1		26,52	28,47	28,94	30,94	32,17	28,02	27,57	26,10	25,67	23,75	27,45	27,42	28,89	25,21	26,89	28,73	29,02	30,80	31,51	31,21	32,68	37,88
2		27,77	28,41	30,14	31,00	31,03	25,73	27,24	26,06	24,35	24,62	27,53	27,33	29,68	24,70	28,36	27,99	29,11	30,48	31,79	31,76	33,28	40,39
3		27,35	28,49	28,33	30,04	31,26	25,72	27,63	26,01	25,05	23,61	28,15	26,74	28,89	25,12	27,90	28,90	28,52	30,79	32,57	32,21	33,49	39,80
4		27,99	29,20	28,65	30,54	31,76	25,64	26,95	26,26	24,99	23,86	27,93	27,56	29,30	24,80	27,11	27,12	28,38	30,86	31,92	32,66	33,88	40,46
5		28,74	28,63	29,05	30,13	31,03	25,02	27,39	26,33	24,81	23,91	28,87	27,45	27,56	23,57	26,53	28,40	28,83	30,62	32,51	32,44	31,96	39,03
6		28,09	28,73	29,95	30,44	31,14	25,01	27,00	25,38	25,63	23,32	28,02	27,19	28,73	24,31	27,65	28,42	29,23	29,59	31,85	32,06	34,48	40,61
7		28,00	28,71	30,03	31,06	31,70	25,10	26,41	26,91	24,29	24,24	28,31	26,91	27,79	23,23	26,65	27,10	28,64	30,76	31,48	32,17	34,30	40,90
8		28,35	29,40	29,20	31,30	32,16	25,32	25,91	27,73	26,05	24,72	28,39	25,96	27,05	23,84	27,01	26,49	28,71	29,22	32,69	31,66	34,00	40,33
9		28,83	28,86	30,43	30,83	31,85	25,08	26,43	26,31	25,21	23,59	28,53	27,76	28,70	22,95	25,76	26,62	28,28	29,88	30,76	31,52	34,13	40,02
10		28,07	29,11	30,01	31,27	31,70	25,30	27,33	28,27	25,71	24,16	28,40	27,71	27,29	24,52	26,39	26,95	28,25	29,41	31,68	32,15	34,50	39,96
11		27,34	29,04	30,59	31,66	32,74	25,30	27,63	27,17	26,80	23,56	28,06	27,08	27,78	23,38	26,56	25,99	26,92	30,35	30,58	31,54	34,99	40,07
12		28,54	29,02	30,90	31,36	31,70	25,10	26,41	28,03	25,79	24,51	28,33	27,24	26,36	24,53	26,16	27,14	28,10	28,54	32,15	31,65	33,93	38,72
13		27,13	29,65	30,59	30,37	32,64	24,78	27,24	27,58	24,91	24,82	29,13	28,05	27,57	23,22	26,12	27,53	27,59	30,44	31,02	30,70	34,22	39,42
14		27,19	28,39	29,79	30,62	32,01	24,34	27,10	28,55	26,31	24,96	28,44	26,85	28,44	23,47	25,13	25,44	28,02	29,26	30,45	30,88	33,37	39,12
15		27,31	27,81	30,42	30,73	31,62	24,64	26,92	28,28	26,07	24,66	28,78	27,03	27,91	23,37	25,76	26,31	27,56	29,02	29,98	30,19	32,95	38,47
16		26,23	29,27	29,47	30,51	32,26	24,37	26,78	28,87	27,09	25,13	28,81	26,91	28,91	24,05	25,68	25,63	28,22	29,63	30,44	31,04	33,20	40,16
17		26,95	28,00	29,11	29,79	32,72	25,47	27,52	28,35	26,63	26,14	29,38	27,62	28,67	24,23	26,44	26,25	26,76	29,26	30,38	30,11	32,56	39,31
18		27,10	27,73	29,78	29,03	31,43	25,41	27,45	28,09	26,90	24,46	29,48	29,38	28,81	23,25	26,99	26,89	27,74	29,86	30,93	30,55	32,78	39,09
19		26,40	27,74	29,11	29,43	32,40	23,39	26,19	29,08	25,77	25,31	30,19	29,90	29,77	24,03	26,74	26,85	28,00	30,32	30,62	31,13	33,49	39,36
20		26,44	26,54	29,81	29,96	31,93	24,59	26,98	28,62	26,17	25,16	30,48	29,55	28,45	23,74	27,92	28,04	28,46	30,59	30,88	31,94	32,82	39,82
21		24,79	25,42	29,63	29,50	30,27	23,23	27,02	28,22	25,24	24,63	28,68	29,43	28,89	24,32	28,21	27,80	29,24	31,53	30,86	30,69	32,76	39,01
22		24,75	26,92	28,96	29,78	31,03	22,61	26,88	27,60	25,84	24,79	29,02	29,24	29,21	24,13	27,55	26,86	28,97	30,56	31,03	30,65	33,06	39,88
23		24,86	25,98	28,35	29,02	29,86	22,03	25,46	25,86	25,25	23,90	29,80	29,42	27,31	23,80	27,06	27,43	28,74	31,18	31,67	31,13	32,25	37,81
24		22,26	24,96	28,98	28,34	29,90	20,71	25,79	26,20	23,46	24,72	29,07	29,16	27,77	23,31	27,15	27,38	27,71	30,28	32,46	29,45	32,31	37,22

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Este estrato de renda também sofreu declínio durante o período 1981-1993 (Gráfico 3.5.1.2.10), tal como a Média e a Baixa classe média (A Alta classe média mostrou uma ligeira ampliação de seu espaço). Entretanto, no período subsequente (1996-2004) (Gráfico 3.5.1.2.11) este estrato foi o maior receptor da mobilidade descendente ocorrida para a Alta e Baixa classes médias de renda ($\geq$ R\$1.393,80) pós 1996, uma vez que a Média classe média manteve-se estável.

Entre 1981 e 1993 embora se registre uma tendência declinante, o período se inicia com 27,97% de pessoas, com menos de um ano de idade em famílias da Massa trabalhadora (869.011 pessoas). Em 1993, a participação deste grupo, agora com 12 anos, reduz-se para 27,24% (963.614 pessoas). Portanto, em números relativos, houve uma diminuição deste espaço social embora tenha havido crescimento em números absolutos.

Gráfico 3.5.1.2.10. Faixa da Massa trabalhadora (1981 a 1993)



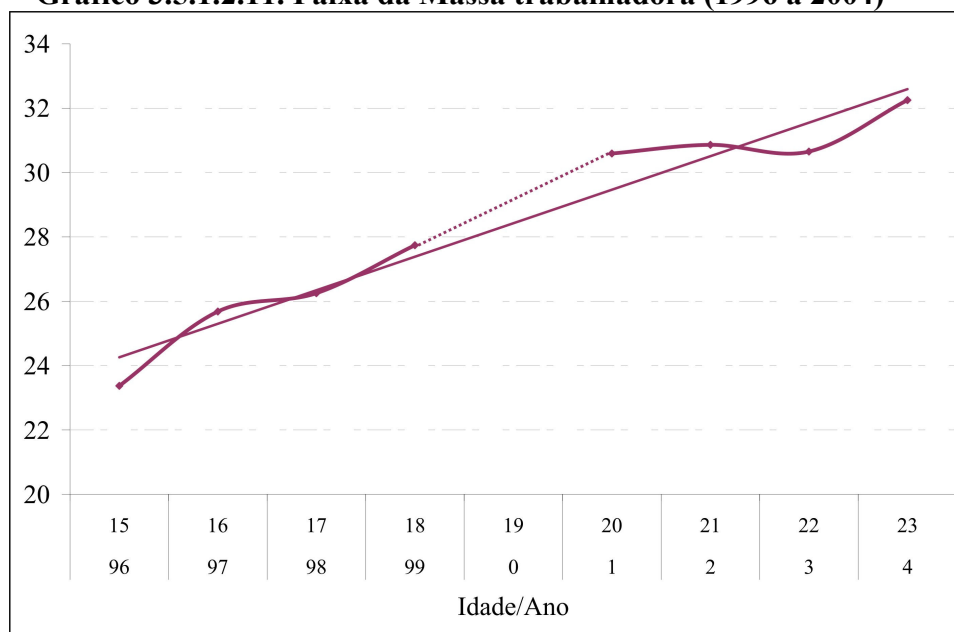
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

No período pré-Real 27,93 % em média destas pessoas (de menos de um ano em 1981) estiveram nesta faixa de rendimento, contra 28,42% em média no período pós-Real.

Analisando o período 1996-2004 os 23,97% de pessoas de 15 anos (808.761 em números absolutos) que estavam nesta faixa de renda, ao completarem 23 anos em 2004, passaram a 32,25% (1.024.602 em números absolutos). Um aumento de 215.841 indivíduos entre 1996 e 2004 (daqueles indivíduos que iniciaram 1981 com zero anos de idade). Em termos de proporcionalidade, os indivíduos com 15 anos em 1996 tinham uma

representação 0,5 (pontos percentuais) maior do que a população brasileira neste estrato de renda e em 2004, com 23 anos tinham uma representatividade 0,3 (pontos percentuais) maior a dos brasileiros em geral.

Gráfico 3.5.1.2.11. Faixa da Massa trabalhadora (1996 a 2004)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passemos então a análise do estrato dos Miseráveis, a partir das informações constantes na Tabela 3.5.1.2.5.

a5) A faixa de renda dos Miseráveis (< R\$278,80)

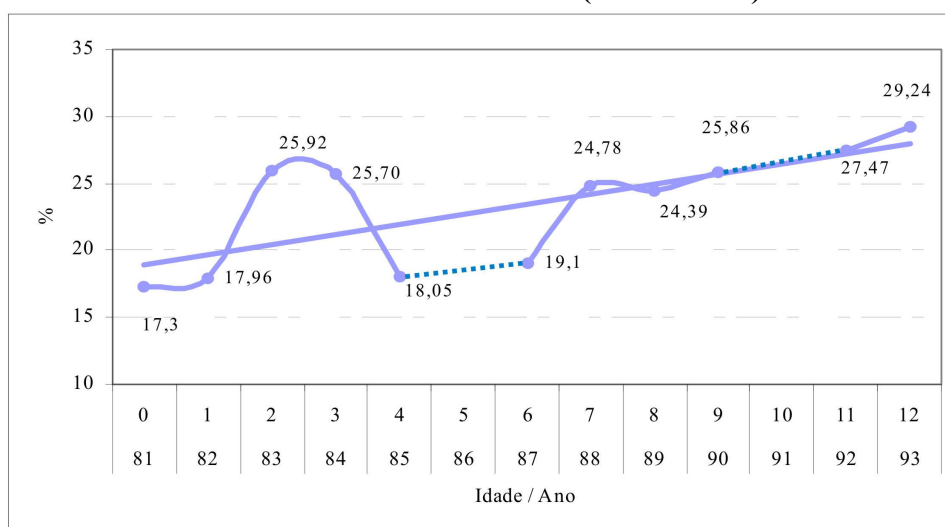
Tabela 3.5.1.2.5. Evolução da proporção de indivíduos de 0 anos em 1981 a 23 anos em 2004 na faixa Miseráveis (Maior renda na família < R\$278,80)

Ida-																									
de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		1992	1993		1995	1996	1997	1998	1999		2001	2002	2003	2004	2005
0	17,30	17,79	29,30	28,30	20,97	10,25	23,82	30,42	28,88	30,40		34,99	36,46		29,13	25,21	28,97	28,86	29,37		28,76	31,72	33,26	32,06	19,64
1	16,75	17,96	27,41	26,94	19,72	9,95	23,27	30,30	27,70	28,75		34,07	35,57		27,17	24,31	29,43	27,45	28,04		27,41	31,10	31,07	30,86	19,27
2	17,33	17,35	25,92	26,54	19,95	8,53	22,36	29,29	24,35	29,91		33,03	33,73		25,58	23,92	27,67	27,97	27,69		28,05	30,20	31,12	30,41	17,93
3	17,65	17,88	27,00	25,70	19,07	9,81	20,35	28,47	27,82	29,03		33,01	33,36		25,77	22,60	27,23	27,22	26,56		27,39	28,72	29,48	28,62	19,54
4	17,27	17,46	26,96	25,33	18,05	8,23	21,08	27,23	27,33	28,34		32,06	33,17		24,00	22,73	26,34	26,81	26,94		26,25	28,36	29,50	26,97	17,84
5	16,93	17,61	27,27	25,04	18,13	8,04	19,21	27,71	25,74	28,06		31,01	32,88		23,88	21,42	26,44	26,33	25,40		26,99	26,92	28,58	28,68	16,61
6	17,86	17,96	27,58	24,97	18,51	8,69	19,10	26,71	24,73	27,26		29,93	32,63		24,12	21,89	25,24	25,64	25,56		26,31	27,76	29,26	26,77	16,44
7	17,34	17,77	27,08	25,20	18,93	7,71	20,23	24,78	24,55	27,26		29,47	33,31		23,01	21,45	25,17	24,34	24,95		25,77	26,86	28,06	26,48	16,14
8	17,66	17,16	27,35	26,05	18,40	8,15	21,05	25,58	24,39	25,94		29,92	32,16		23,71	21,63	24,95	25,44	24,19		26,30	26,08	28,20	25,84	16,22
9	16,08	16,86	27,53	24,58	18,41	8,33	21,05	26,07	23,38	25,86		28,43	30,88		21,69	21,63	24,96	24,12	23,54		26,73	26,12	27,56	26,52	15,16
10	15,86	17,18	26,58	25,07	19,15	8,06	21,16	25,96	25,25	26,00		28,60	31,27		22,47	21,02	25,72	24,22	24,41		25,23	25,82	26,41	24,53	15,53
11	16,78	15,46	25,39	24,74	17,92	8,39	20,08	26,83	24,70	26,63		27,47	30,83		21,60	22,20	25,64	23,46	23,93		24,07	25,70	27,47	23,71	13,46
12	16,32	16,99	25,21	24,95	18,93	7,71	20,23	26,73	24,75	27,07		28,59	29,24		21,24	20,44	24,31	24,43	22,40		25,00	23,41	25,67	24,09	13,94
13	16,56	15,76	26,07	24,03	17,23	9,01	21,33	27,06	25,22	27,01		27,91	29,70		20,68	21,17	24,38	23,56	23,82		24,26	24,45	25,54	22,62	14,14
14	15,75	16,34	26,20	25,17	16,88	8,77	20,27	26,83	24,63	26,09		27,31	29,66		19,91	21,32	24,07	23,68	22,92		23,43	25,44	24,95	22,44	13,84
15	15,76	16,06	24,96	25,15	19,02	9,03	20,44	25,70	24,19	27,26		28,43	30,60		20,55	19,31	23,16	22,19	23,21		23,75	24,03	25,54	23,38	12,73
16	14,99	16,10	26,09	25,93	17,65	8,58	19,95	25,69	24,32	26,72		28,34	30,20		20,15	19,99	23,11	23,04	22,83		22,73	24,11	23,89	23,16	11,96
17	15,41	15,10	25,63	25,96	17,55	7,75	20,97	25,09	22,87	25,38		27,26	31,09		20,34	19,48	23,49	22,24	22,24		21,54	24,60	24,96	22,72	11,31
18	14,66	15,24	23,75	25,37	17,52	9,05	20,56	25,78	22,30	25,89		26,83	29,80		20,70	20,21	23,44	21,31	21,40		21,68	23,72	23,91	23,38	12,25
19	13,02	14,18	23,14	24,31	15,83	7,44	18,61	23,84	22,28	24,09		27,02	29,15		19,03	18,74	22,01	21,42	20,78		20,45	22,83	23,78	21,42	11,39
20	12,66	13,99	23,32	24,50	15,00	6,51	18,20	23,46	21,47	23,96		25,59	28,72		19,26	17,78	22,44	19,85	21,32		19,99	21,84	22,75	21,63	11,04
21	13,24	12,60	20,88	23,31	14,53	6,31	17,48	22,83	21,18	21,87		25,91	29,37		18,52	17,74	21,31	19,35	20,15		18,03	20,77	21,95	22,69	9,96
22	12,64	12,94	21,98	23,64	14,46	6,67	16,64	23,07	21,01	22,90		25,49	27,46		18,35	17,64	19,82	20,12	20,75		19,07	21,98	21,54	20,49	9,80
23	11,92	11,09	21,30	22,46	14,04	6,09	16,70	21,53	21,28	22,31		24,11	26,21		19,07	16,97	21,37	18,95	19,56		18,64	20,99	21,10	20,58	10,30
24	12,34	11,79	18,71	22,57	13,54	5,91	15,75	21,75	18,99	22,90		23,39	26,73		17,22	16,07	19,08	18,79	19,70		19,10	20,12	20,56	20,62	9,68

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

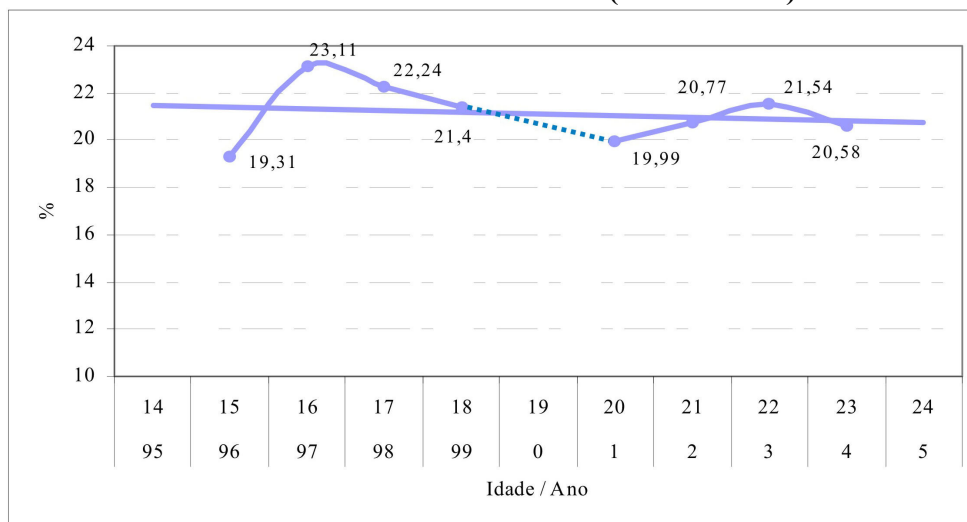
Este estrato apresentou tendência a crescimento até 93 (Gráfico 3.5.1.2.12), com 23,25% de proporção média dessas pessoas (1981-93) e propensão a reduzir-se após o Real, para 21,12% em média até 2004 (Gráfico 3.5.1.2.13). Considerando-se as duas representações médias (1981-1993 e 1996-2004), cerca de 2,13 (pontos percentuais) desse grupo etário (0 anos em 1981) ou 85.960 pessoas em média, deixaram esta faixa de renda, movendo-se ascendentemente. Quanto à proporção em relação à população em geral, enquanto estes indivíduos (com 0 anos de idade em 1981) estavam representados nesta faixa de renda numa proporção inferior a da sociedade brasileira (3 pontos percentuais a menos), em 2004 a proporção deles era 6 (pontos percentuais) menor.

Gráfico 3.5.1.2.12. Faixa dos Miseráveis (1981 a 1993)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.13. Faixa dos Miseráveis (1996 a 2004)



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Analisado então o comportamento da proporção de pessoas, que com menos de um ano em 1981, se encontravam em famílias classificadas nas diversas faixas de renda e movimentaram-se ou não entre estes estratos a medida que mudavam de idade (0 em 1981, 1 em 1982,..., 23 em 2004), passaremos a uma outra perspectiva. O objetivo agora é comparar o comportamento de diversas trajetórias, ou seja a evolução de um grupo etário em períodos diferentes.

b) Comparativo de trajetórias entre diversos períodos (1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04)

A análise que procederemos em seguida tem por objetivo comparar trajetórias percorridas por grupos etários em diversos períodos. Estes grupos serão denominados de 1ª. Infância, Infância, Pré-adolescência, Adolescência e Juventude. As idades de cada segmento constam da Tabela 3.5.1.2.6, adiante.

Tabela 3.5.1.2.6. Denominação para trajetórias de grupos etários

	I D A D E S				
1ª. infância	0	1	2	3	4
Infância	5	6	7	8	9
Pré-adolescência	10	11	12	13	14
Adolescência	15	16	17	18	19
Juventude	20	21	22	23	24

Os segmentos ou grupos etários compreendem portanto as seguintes trajetórias:

- 1ª. infância – pessoas de 0 a 4 anos
- Infância – pessoas de 5 a 9 anos
- Pré-adolescência – pessoas de 10 a 14 anos
- Adolescência – pessoas de 15 a 19 anos
- Juventude – pessoas de 20 a 24 anos

Em seguida analisaremos cada grupo etário em diversos períodos, exibidos na Tabela 3.5.1.2.7. Iniciaremos pelo ano de 1981 ao invés de 1980, uma vez que não houve inquérito da PNAD então (1980).

Tabela 3.5.1.2.7. Períodos de trajetórias

Período					
1	1981	1982	1983	1984	1985
2	1985	1986	1987	1988	1989
3	1990	1991	1992	1993	1994
4	1995	1996	1997	1998	1999
5	2000	2001	2002	2003	2004

A combinação das informações das duas tabelas anteriores (Tabela 3.5.1.2.6 e 3.5.1.2.7) permitirá a análise comparativa entre trajetórias. Portanto, a trajetória do grupo

da 1ª. Infância será comparado entre os períodos 1, 2, 3, 4 e 5. Para cada segmento etário, além da 1ª. Infância, comparemos o percurso ou a proporção das pessoas nos diversos anos dos períodos (1981-1985, 1985-1989, 1990-1994, 1995-1999 e 2000-2004). Vejamos a seguir a título de esclarecimento, um modelo da primeira infância na Alta classe média, para melhor entendimento das demais.

Tabela 3.5.1.2.8. Modelo comparativo de trajetórias da 1ª. Infância na Alta classe média

1ª. infância	I D A D E				
	0	1	2	3	4
Período 1	1981	1982	1983	1984	1985
Proporção	6,69	7,73	5,82	5,72	8,14
Período 2	1985	1986	1987	1988	1989
Proporção	6,54	10,87	7,80	7,34	9,10
Período 3	1990	1991	1992	1993	1994
Proporção	5,85		4,71	4,77	
Período 4	1995	1996	1997	1998	1999
Proporção	5,29	7,58	5,17	5,23	5,35
Período 5	2000	2001	2002	2003	2004
Proporção		4,76	4,13	3,34	4,05

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Cada bloco de trajetória (período 1, período 2, período 3 e período 4) será comparado. Para facilitar a leitura sinalizamos em cores na Tabela 3.5.1.2.9, as diversas trajetórias, tanto para a 1ª. Infância, mencionada anteriormente, como para as demais (Infância, Pré-adolescência, Adolescência e Juventude).

b.1) A faixa de renda da Alta classe média ($\geq$ R\$2.787,70)

Tabela. 3.5.1.2.9. Trajetórias em diversos períodos na Alta classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$2.787,70)

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	6,69	7,32	4,84	4,53	6,54	10,05	6,73	6,12	8,05	5,85	3,45	3,60	5,29	6,97	5,26	4,81	4,51	4,22	4,36	4,57	3,87	4,61
1	7,07	7,73	5,34	5,21	6,54	10,87	7,36	6,97	8,25	6,53	3,84	4,16	5,88	7,58	5,56	5,60	4,59	4,76	4,10	4,75	4,05	4,83
2	6,81	8,18	5,82	4,71	6,87	11,55	7,80	6,62	8,01	6,92	4,71	4,77	6,13	7,48	5,17	5,54	4,84	4,56	4,13	3,88	4,39	4,61
3	7,46	8,29	5,55	5,72	7,50	11,87	8,24	7,34	8,70	6,65	4,41	4,77	6,58	7,62	5,47	5,23	4,87	4,66	3,98	3,34	4,23	4,37
4	6,32	8,16	5,78	5,76	8,14	12,37	7,76	7,42	9,10	7,01	4,69	5,33	6,46	8,91	5,94	4,76	5,35	5,36	4,60	4,34	4,05	4,70
5	6,73	7,98	6,17	5,94	7,98	13,55	8,55	7,46	9,69	7,15	4,51	5,16	7,27	9,44	6,91	5,49	5,38	5,04	4,65	4,32	3,82	4,46
6	6,39	7,78	6,27	5,66	8,10	12,59	8,49	8,45	9,49	7,81	5,23	5,29	7,52	9,58	6,66	6,03	6,15	5,63	4,31	4,15	3,69	4,43
7	6,59	7,92	5,65	5,57	7,53	13,19	8,89	8,60	10,03	7,20	5,49	5,56	6,94	9,22	6,98	6,60	6,07	5,92	4,51	4,56	4,28	4,99
8	6,54	7,64	6,23	5,39	7,97	13,05	8,38	8,38	9,50	7,59	4,98	6,30	8,34	9,56	7,17	7,07	6,57	5,95	4,57	5,20	4,55	4,79
9	6,57	7,19	5,72	5,71	7,44	12,29	8,58	8,86	10,10	8,41	4,87	6,02	7,86	10,23	7,70	6,85	6,98	5,77	5,22	4,76	4,84	4,89
10	6,89	7,33	5,58	5,11	7,43	12,14	8,22	7,73	9,97	8,08	5,60	5,78	8,85	9,99	8,06	7,41	6,97	5,98	5,21	4,71	4,37	5,45
11	6,80	7,97	5,94	5,30	7,35	12,14	8,01	7,92	9,31	8,29	5,76	6,50	8,90	10,02	7,42	8,18	6,97	6,86	5,96	5,14	4,92	5,09
12	6,55	7,08	5,64	4,83	7,53	13,19	8,89	7,46	9,43	8,07	5,22	6,81	8,78	10,49	8,47	7,42	7,31	7,12	6,04	5,51	5,04	6,39
13	6,39	7,33	5,44	5,71	7,32	12,26	8,12	7,31	9,29	7,49	5,79	6,82	8,76	10,59	8,62	8,08	6,94	7,34	6,11	6,02	5,63	5,33
14	6,60	6,84	5,61	4,73	6,77	12,09	7,95	6,81	9,54	7,51	5,94	6,85	9,69	11,07	8,20	8,14	7,67	7,07	6,14	5,93	5,97	5,82
15	6,59	7,42	5,48	4,92	6,65	12,53	8,05	7,69	9,64	7,07	5,47	5,98	9,47	11,56	8,78	8,48	7,43	7,54	6,86	5,89	5,75	6,48
16	7,12	7,59	5,21	5,28	6,35	12,00	8,32	7,12	9,03	7,25	5,53	6,47	8,76	10,96	8,70	8,71	7,49	7,89	6,52	6,40	6,10	6,53
17	7,84	8,21	6,06	5,35	6,78	11,27	7,24	7,82	9,98	7,39	5,42	5,80	8,87	11,28	9,44	8,63	8,44	8,01	6,59	6,04	5,71	6,17
18	7,73	8,15	6,32	5,52	6,89	11,03	8,17	6,95	9,66	6,63	5,22	5,66	8,49	10,65	8,34	9,37	7,72	7,94	6,85	7,00	5,80	6,32
19	8,08	8,56	6,57	5,54	6,85	12,72	7,33	6,80	8,30	7,50	5,28	5,23	9,33	10,68	8,64	8,48	8,23	8,32	6,52	6,47	5,80	6,98
20	7,67	8,42	6,02	5,40	7,36	11,12	6,96	6,37	8,65	7,18	4,87	5,49	8,28	10,34	7,51	8,56	8,10	8,60	7,13	6,84	5,94	6,71
21	8,00	9,01	6,11	5,32	8,50	12,79	6,97	5,43	8,52	7,49	4,95	5,24	8,54	10,28	7,22	8,19	7,19	7,57	7,20	6,80	6,03	6,68
22	7,46	8,00	6,03	5,09	7,18	11,00	7,77	6,13	9,33	6,11	4,97	5,32	8,29	8,93	7,45	7,14	6,74	7,42	6,91	7,12	6,14	5,98
23	7,44	8,21	5,89	4,96	7,24	12,40	8,24	7,37	8,79	7,06	4,09	4,42	7,18	9,77	6,20	7,70	7,28	7,03	6,42	5,83	6,26	6,18
24	8,24	7,74	6,17	5,56	7,41	11,94	8,14	6,45	9,60	6,83	4,08	5,01	7,31	9,96	7,17	7,11	6,67	6,92	6,72	6,34	6,16	6,69

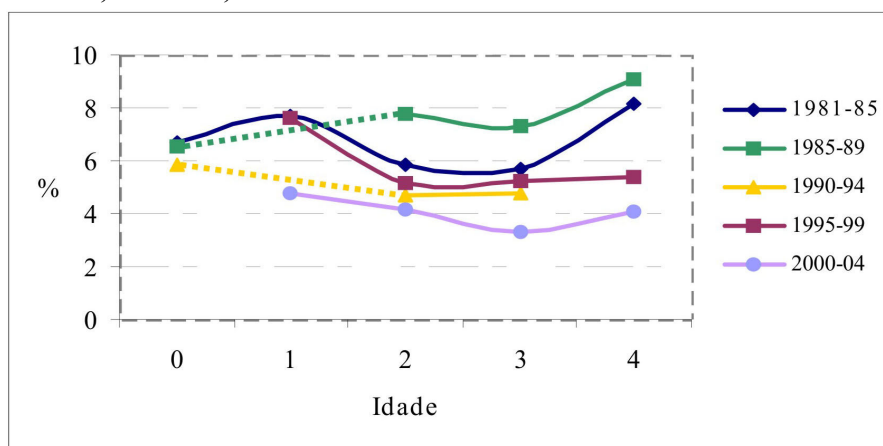
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Deflação para janeiro de 2006

b.1.1) 1ª. Infância (0 a 4 anos)

É possível conferir no Gráfico 3.5.1.2.14 que a trajetória dessas pessoas teve sua melhor condição de renda entre 1985 e 1989. Assim, aqueles que tinham de 0 a 4 anos entre 1985 e 1989, tiveram uma evolução superior a aqueles na primeira infância nos períodos em 1981-1985, 1990-1994, 1995-1999 e sobretudo em 2000-2004. Esta constatação, a ser enfatizada consiste na queda da condição social para os anos mais recentes. Assim, a trajetória, da 1ª. Infância para as pessoas que pertenciam a famílias de Alta Classe Média, é bem inferior em termos de participação à mesma trajetória para os períodos 1995-1999, 1990-1994, em 1985-1989 e 1981-1985. Se entre 1981 e 1985 em média 6,82% da 1ª. Infância se concentrava nesta faixa de renda, em 2000-2004 esta proporção cai para 4,07% em média.

Gráfico 3.5.1.2.14. Trajetórias da 1ª. Infância na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04

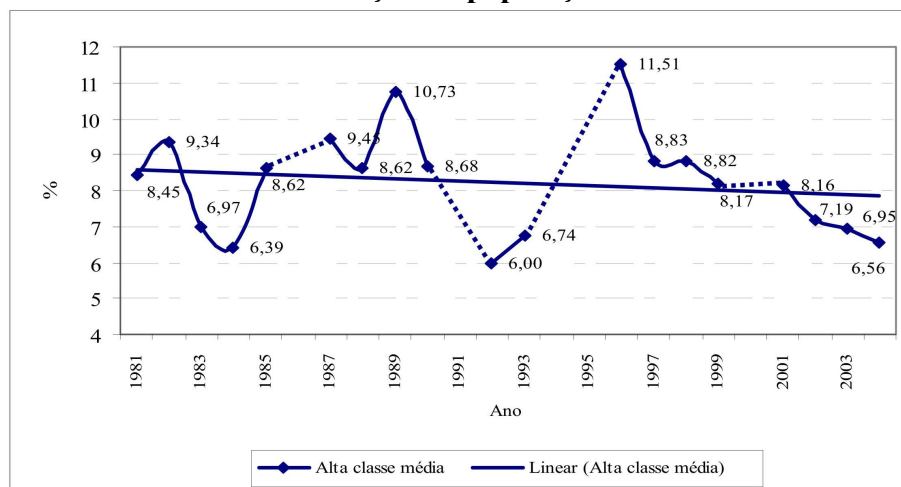


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Entretanto, é preciso verificar o comportamento deste grupo em relação à população brasileira⁵⁵ em geral. Lembremos inicialmente que a tendência na Alta classe Média foi de queda (Gráfico 3.5.1.2.15) para então conferir na Tabela 3.5.1.2.10 e Gráfico 3.5.1.2.16, o desempenho da 1ª. Infância.

⁵⁵ Anteriormente vimos a proporção da 1ª. Infância na Alta classe média sobre a proporção total da 1ª. Infância. Agora, verificaremos a proporção da 1ª. Infância na Alta classe média sobre a proporção de pessoas na Alta classe média.

Gráfico 3.4.1.2.15. Distribuição da população brasileira na Alta classe média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

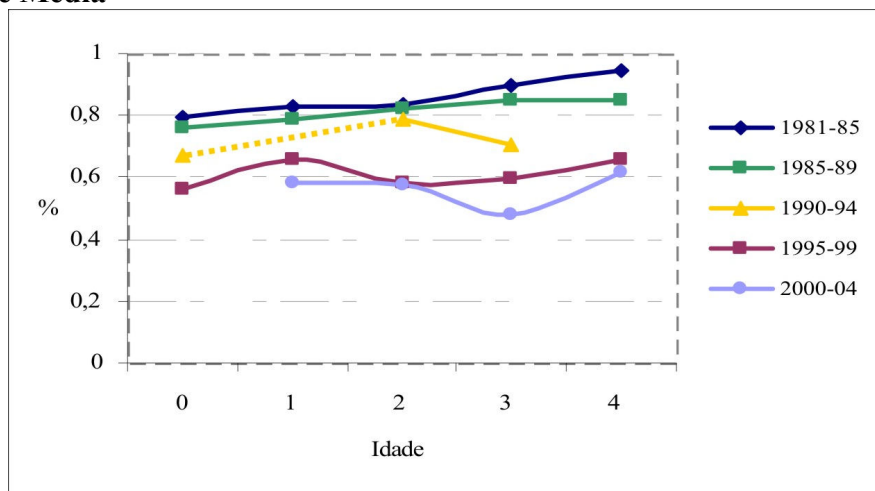
Tabela 3.5.1.2.10. Distribuição da 1ª. Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média

Idade	0	1	2	3	4
Período 1981-1985	0,792	0,828	0,835	0,895	0,944
Período 1985-1989	0,759	0,786	0,825	0,852	0,848
Período 1990-1994	0,674		0,785	0,708	
Período 1995-1999	0,559	0,659	0,585	0,593	0,655
Período 2000-2004		0,584	0,575	0,481	0,617

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

O Gráfico 3.5.1.2.16 demonstra de forma clara e inequívoca que as trajetórias da 1ª. infância comparativamente à população brasileira foram se deteriorando no tempo. Quanto mais recente o período, pior o seu patamar. Enquanto entre 1981 e 1985 este grupo, esteve em média em nível 14,2 pontos percentuais abaixo da representatividade da sociedade brasileira nesta faixa de renda, no último período (2000-04) este valor médio era 43,57 (pontos percentuais) inferior. Mas, devemos lembrar que a tendência da sociedade brasileira foi de queda.

Gráfico 3.5.1.2.16. Distribuição da 1ª. Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média



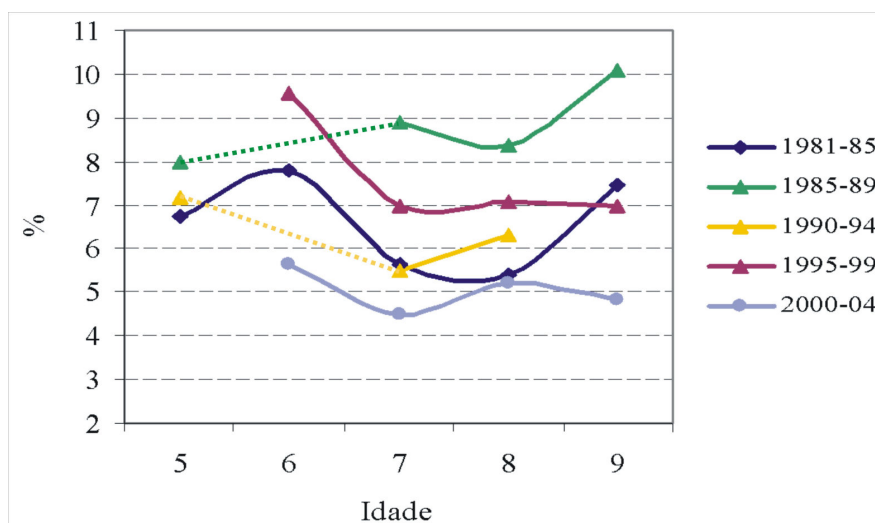
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Vejamos a seguir o percurso da infância entre os respectivos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-95, 1995-99 e 2000-04.

b.1.2) Infância (5 a 9 anos)

A evolução das diversas trajetórias da infância entre os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04, apresenta perfil semelhante ao constatado anteriormente para a 1ª. infância (0 a 4 anos). Isto significa que se encontra em pior trajetória a infância no período mais recente, 2000-04 (Gráfico 3.4.1.2.17). Em comum com a situação do grupo anterior (1ª. Infância), além da pior situação ser a mais recente, a melhor fica por conta da trajetória do período 1985-89.

Gráfico 3.5.1.2.17. Trajetórias da Infância na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

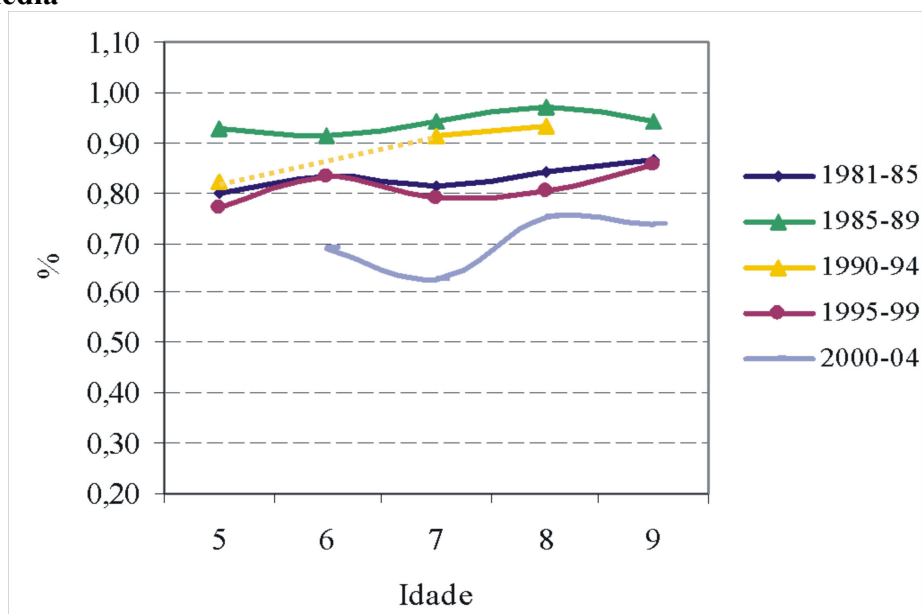
O comportamento deste grupo em relação à população brasileira em geral, pode ser constatado na Tabela 3.5.1.2.11.e Gráfico 3.5.1.2.18. Percebemos que embora o pior patamar da infância tenha ocorrido no período mais recente, em relação à sociedade brasileira as proporcionalidades deste período (2000-04) são as menores, quando a sociedade brasileira justamente apresentou tendência ao movimento descendente.

Tabela. 3.5.1.2.11. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média

Idade	5	6	7	8	9
Período 1981-1985	0,796	0,833	0,811	0,843	0,863
Período 1985-1989	0,926	0,911	0,941	0,972	0,941
Período 1990-1994	0,824		0,915	0,935	
Período 1995-1999	0,768	0,832	0,790	0,802	0,854
Período 2000-2004		0,690	0,627	0,748	0,738

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.18. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Alta Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

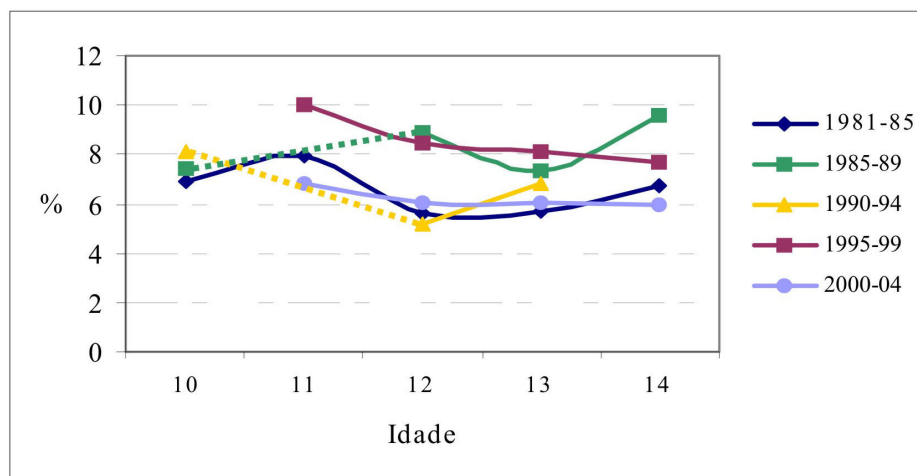
Analisemos a seguir as trajetórias da pré-adolescência entre os respectivos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-95, 1995-99 e 2000-04.

b.1.3) Pré-adolescência (10 a 14 anos)

Vemos no Gráfico 3.4.1.2.19 a impossibilidade de se afirmar, como nos casos anteriores (1ª. Infância e infância) que a pior condição ao longo do período seja para a trajetória do período 2000-04. Entretanto, é possível concluir que no final de cada período (1985, 1989, 1994, 1999 e 2004) ao completarem 14 anos, o encolhimento do espaço da Alta classe média para a pré-adolescência, sem dúvida, reduziu-se mais no período 2000-04 (o mais recente) do que nos demais. Ao completarem 14 anos, os pré-adolescentes do período 1981-85 contavam com uma proporção de 6,77% nesta faixa. O mesmo grupo no período 1985-89 tinha uma proporção de 9,54%, enquanto para o período 1990-94 não há informações, por não ter havido pesquisa da PNAD na ocasião e para o período 1995-99,

havia 7,67%. Finalmente, com a menor proporção, os pré-adolescentes do período 2000-04 participavam com apenas 5,97% (aos 14 anos em 2004).

Gráfico 3.5.1.2.19. Trajetórias da Pré-Adolescência na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

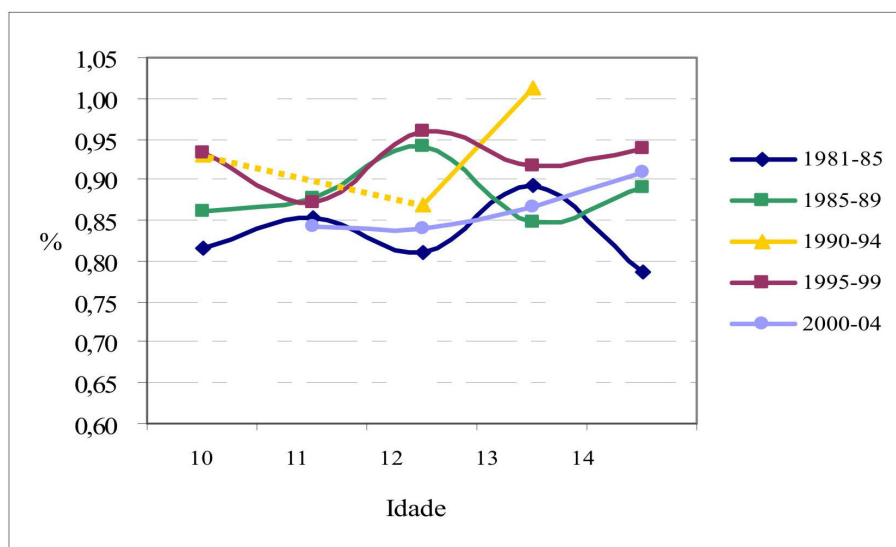
A Tabela 3.5.1.2.12 e o Gráfico 3.5.1.2.20 mostram que enquanto no período 1981-85 este grupo esteve 16,86 (pontos percentuais) em média abaixo da sociedade brasileira, no período final esta diferença se reduz para apenas 13,58 (pontos percentuais), ou seja se aproximando dos valores registrados para o país em geral. Como assinalado anteriormente, este estrato indicou propensão ao movimento declinante.

Tabela. 3.5.1.2.12. Distribuição da Pré-Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média

Idade	10	11	12	13	14
Período 1981-1985	0,815	0,853	0,810	0,893	0,786
Período 1985-1989	0,862	0,878	0,941	0,848	0,889
Período 1990-1994	0,931		0,870	1,012	
Período 1995-1999	0,934	0,871	0,959	0,916	0,939
Período 2000-2004		0,841	0,840	0,866	0,910

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.20. Distribuição da Pré-Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A maior proximidade da pré-adolescência com o perfil do país para a Alta classe média ocorreu para o período 1990-94, quando o grupo ficou apenas 6,23 (pontos percentuais) em média aquém da proporção encontrada para a sociedade brasileira nesta faixa.

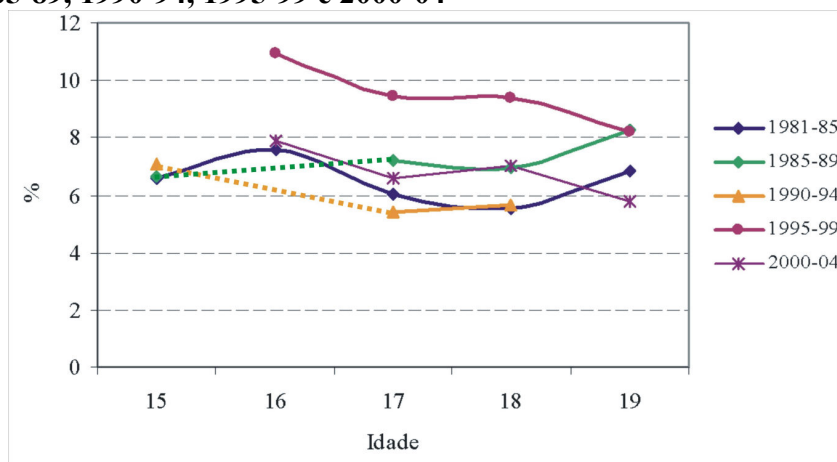
Mostramos em seguida a análise da adolescência entre os respectivos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-95, 1995-99 e 2000-04.

b.1.4) Adolescência (15 a 19 anos)

No caso da trajetória destes indivíduos, pertencentes a famílias de Alta classe média, é relevante destacar que os períodos, 1995-99 e 2000-04 mostraram percursos descendentes, ou seja redução relativa de pessoas (Gráfico 3.5.1.2.21). Em 2004 (período 2000-2004) quando completavam 19 anos, este grupo mostrou o pior desempenho entre os demais (que completavam 19 anos nos diferentes e respectivos anos, 1981, 1985 e 1995). Contavam então (2004) com a menor proporção da série histórica, de apenas 5,8%

enquanto em 1999 eram 8,23%, em 1989 participavam com 8,3% e em 1985 registravam a proporção de 6,85%.

Gráfico 3.5.1.2.21. Trajetórias da Adolescência na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A relação entre a proporção da adolescência em relação à população brasileira em geral, pode ser constatada na Tabela 3.5.1.2.13.e Gráfico 3.5.1.2.22.

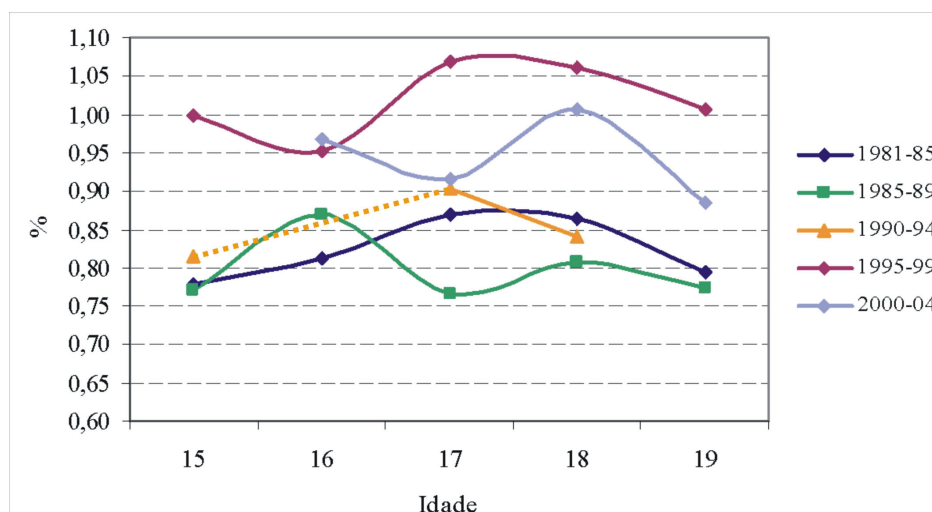
Tabela 3.5.1.2.13 Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média

Idade	15	16	17	18	19
Período 1981-1985	0,780	0,813	0,870	0,864	0,795
Período 1985-1989	0,772	0,868	0,766	0,806	0,774
Período 1990-1994	0,815		0,903	0,840	
Período 1995-1999	1,000	0,952	1,069	1,063	1,007
Período 2000-2004		0,967	0,917	1,007	0,884

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Entre 1981 e 1985 este grupo, manteve um nível médio inferior à proporção da sociedade brasileira na Alta classe média enquanto no último período (2000-04), este valor médio era se reduz em relação à sociedade brasileira em geral. De qualquer forma, lembramos a tendência das reduções dos espaços da Alta classe média ao longo do tempo para a população em geral.

Gráfico 3.5.1.2.22. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Alta Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

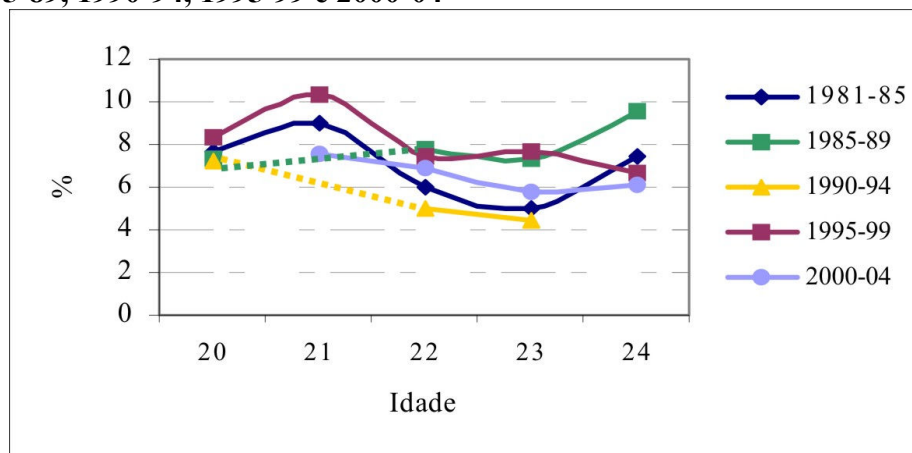
Vamos analisar a seguir as trajetórias para a juventude (20 a 24 anos) nos distintos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-95, 1995-99 e 2000-04.

b.1.5) Juventude (20 a 24 anos)

É possível conferir no Gráfico 3.5.1.2.23 que para este grupo é impossível se constatar a mesma relação hierárquica temporal de que quanto mais recente o período, pior será a condição de renda. Neste caso inexistiu uma relação com o tempo. Assim, aqueles que possuíam entre 20 a 24 anos entre 1990 e 1994 mostram a pior situação, seguidos pelos (20 a 24 anos) entre 1981 e 1985 e só então pelos que tinham entre 20 a 24 anos no período 2000 a 2004.

Entretanto, podemos constatar que enquanto no período 1981-85 este grupo etário mostrava uma proporção 12,52 (pontos percentuais) inferior ao da população brasileira na mesma faixa de renda, no período 2000-04 esta redução passou a ser de apenas 8,33 (pontos percentuais) como verificamos na 3.5.1.2.14 e no Gráfico 3.5.1.2.24 e que ao acompanhar o perfil brasileiro nesta faixa, a tendência ocorrida apontou para o declínio de pessoas para outros estratos.

Gráfico 3.5.1.2.23. Trajetórias da Juventude na Alta Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04

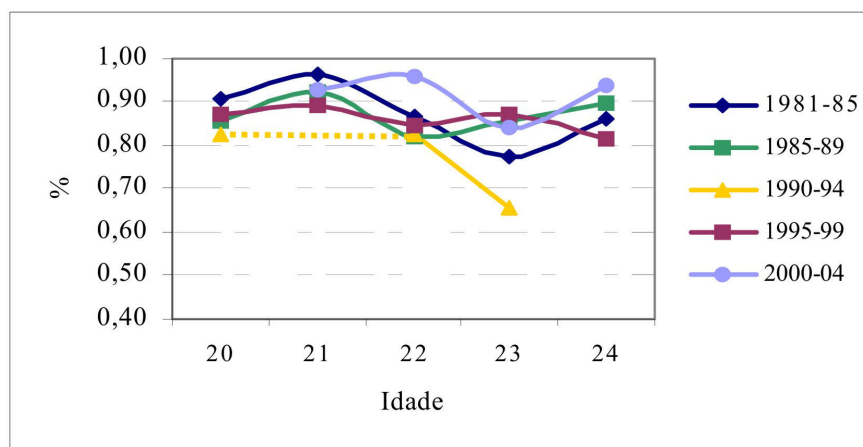


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Tabela 3.5.1.2.14. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Alta Classe Média

Idade	20	21	22	23	24
Período 1981-1985	0,907	0,854	0,827	0,874	
Período 1985-1989	0,965	0,925		0,893	0,928
Período 1990-1994	0,866	0,822	0,828	0,844	0,961
Período 1995-1999	0,776	0,855	0,656	0,873	0,839
Período 2000-2004	0,860	0,895		0,816	0,939

Gráfico 3.5.1.2.24. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Alta Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Analisado os diversos segmentos etários da Alta classe média, ressaltamos que se a tendência para este segmento (Alta classe média) foi de ligeira queda ao longo do tempo (1981-2004), para os grupos etários mais jovens esta queda foi ainda mais forte.

Lembramos então que o pior desempenho tanto para a 1ª Infância como para a Infância ocorreu no período 2000-04, o mais recente. A Pré-adolescência apresenta ainda situação inferior à Adolescência para os períodos mais recentes.

Adotaremos a seguir, o mesmo tipo de procedimento para analisar a trajetória dos indivíduos pertencentes a famílias da Média classe média.

Inicialmente, vamos apresentar a Tabela 3.5.1.2.15 com a sinalização das diversas trajetórias para as idades selecionadas, para adiante seguir os passos percorridos anteriormente, quando da análise da Alta classe média.

b.2) A faixa de renda da Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)

Tabela 3.5.1.2.15. Trajetórias em diversos períodos na Média classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$1.393,80 e $<$ R\$2.787,70)

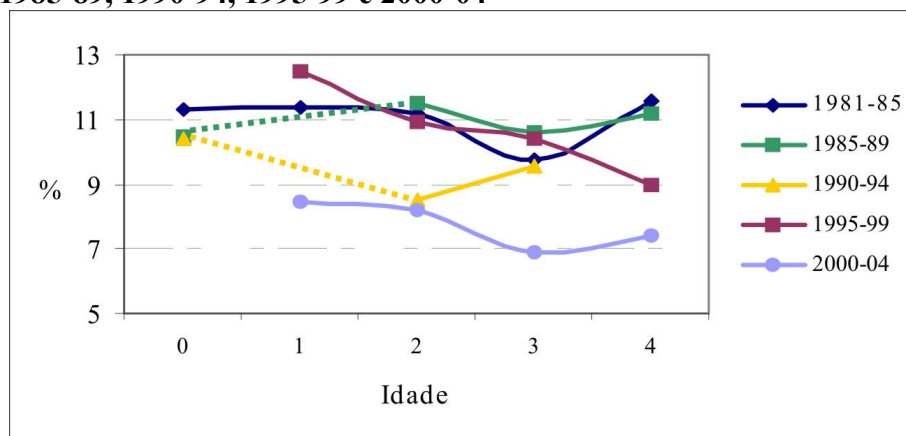
Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		11,28	10,83	9,66	8,92	10,47	14,97	11,34	9,77	10,74	10,43	8,22	7,81	9,18	10,67	10,22	10,01	7,79	8,11	6,96	5,75	7,07	7,83
1		12,07	11,39	11,02	9,18	11,47	15,93	11,62	10,07	11,58	10,75	8,54	7,86	9,87	12,48	10,60	10,87	8,26	8,44	7,64	6,49	6,78	8,26
2		11,77	11,29	11,17	9,78	11,43	17,37	11,51	10,19	11,70	9,78	8,49	8,63	9,69	11,44	10,92	10,78	8,66	8,61	8,20	6,72	6,25	7,14
3		11,92	11,07	10,90	9,74	12,04	16,37	12,31	10,58	11,28	11,56	8,62	9,53	10,28	12,57	11,44	10,42	9,00	8,39	8,00	6,87	6,69	7,09
4		11,48	10,86	10,83	9,89	11,57	17,55	12,91	11,03	11,17	11,06	9,21	8,59	10,67	11,79	11,09	11,53	8,99	8,28	8,19	6,48	7,40	8,22
5		10,67	11,33	10,45	9,93	12,13	17,45	12,56	10,10	11,82	11,81	9,73	8,15	10,93	13,12	12,09	11,24	9,66	9,32	8,56	7,16	7,64	8,06
6		11,24	10,90	10,15	9,79	12,42	17,91	13,10	11,13	12,30	11,60	9,59	9,21	10,67	12,65	11,78	11,77	9,05	8,96	8,61	7,01	7,46	7,73
7		11,26	10,45	10,18	9,72	11,29	16,71	12,46	10,76	12,28	11,04	9,65	8,65	11,39	13,89	12,59	12,52	10,01	9,21	8,49	6,99	8,11	8,37
8		11,13	10,59	10,14	9,03	11,82	17,01	12,68	10,64	11,81	11,12	9,85	9,71	11,30	13,92	12,22	12,21	9,87	9,76	8,74	6,82	7,88	8,35
9		11,74	11,46	9,85	9,56	11,73	16,87	12,19	10,73	12,65	12,36	10,43	9,46	11,91	13,39	12,33	12,89	9,99	9,73	9,28	7,41	8,37	8,91
10		11,82	10,36	10,33	9,37	11,10	16,87	11,55	10,01	12,61	11,41	9,84	9,75	11,44	12,61	12,58	13,00	10,09	10,19	9,56	7,75	8,35	8,51
11		11,15	10,93	10,41	9,55	11,03	17,00	11,76	10,10	11,39	12,24	11,16	9,72	11,74	13,24	11,95	12,85	10,24	9,58	9,59	7,48	8,28	9,79
12		11,36	11,30	10,67	9,43	11,29	16,71	12,46	9,53	12,34	10,30	10,23	9,75	11,65	13,49	12,46	12,71	11,41	10,88	9,76	8,92	9,27	9,75
13		12,23	11,35	10,54	9,84	11,20	15,80	12,16	9,52	12,06	11,25	9,89	9,67	11,79	13,08	12,15	12,83	10,68	9,70	9,85	8,66	9,17	10,24
14		12,42	11,55	10,11	9,45	12,74	16,74	12,43	10,42	12,11	10,90	10,54	9,51	12,49	13,58	13,43	13,28	11,45	10,82	10,28	8,50	9,74	9,55
15		12,33	11,48	10,75	9,21	11,45	17,45	12,23	10,11	11,92	11,01	9,87	9,50	11,75	13,58	13,91	13,30	10,69	10,36	9,97	8,66	9,45	11,11
16		12,76	11,47	10,96	9,72	11,75	16,17	11,84	9,64	12,08	11,02	9,96	9,76	12,39	13,52	13,33	13,22	10,77	10,23	10,49	9,21	10,27	10,11
17		13,06	12,83	10,59	9,75	11,43	16,65	12,73	10,41	12,14	10,47	9,65	9,38	11,98	13,74	12,60	13,47	11,07	11,33	10,71	9,42	9,85	10,43
18		12,91	12,43	11,58	10,12	12,38	16,83	11,91	9,53	11,77	11,80	9,42	8,97	11,40	14,28	13,03	12,68	11,70	11,20	10,52	8,95	9,29	10,35
19		13,69	12,36	11,93	10,70	11,96	18,63	12,53	8,96	12,97	11,78	9,88	9,15	11,47	13,48	13,72	13,67	10,91	10,53	10,50	9,62	9,74	9,52
20		13,51	13,22	11,55	10,55	12,06	18,42	13,61	10,12	12,67	10,96	9,49	9,18	12,04	13,00	12,30	12,82	10,71	10,54	10,83	9,33	10,22	10,26
21		13,55	14,11	11,71	10,57	12,47	18,11	13,74	11,25	12,60	11,90	10,39	8,97	11,38	13,57	12,91	12,91	10,88	9,96	10,65	9,36	9,40	10,68
22		13,92	12,92	11,72	10,36	12,83	19,37	13,02	9,89	13,30	11,39	9,66	8,76	11,35	13,86	12,73	13,20	10,34	10,83	10,45	9,39	9,34	10,42
23		14,84	14,21	12,73	10,73	13,31	20,20	13,93	11,47	13,54	12,61	10,64	8,58	12,38	13,75	12,57	14,26	10,30	10,37	10,47	9,08	10,33	10,30
24		15,51	14,41	13,15	10,82	13,41	20,16	13,74	12,50	15,06	11,87	10,97	10,15	12,84	14,04	12,57	12,98	11,44	10,76	10,06	9,85	9,88	10,71

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.2.1) 1ª Infância (0 a 4 anos)

Assim como na Alta classe média, o pior percurso para a 1ª. Infância ocorreu no período 2000-04. A proporção média na trajetória destes indivíduos foi sempre cadente (Gráfico 3.5.1.2.25). Para o período 1981-85 foi de 11,03%, diminuindo para 10,93% em 1985-89, para 9,48% em 1990-94, e finalmente em 2000-04 para 7,73%.

Gráfico 3.5.1.2.25. Trajetórias da 1ª. Infância na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04

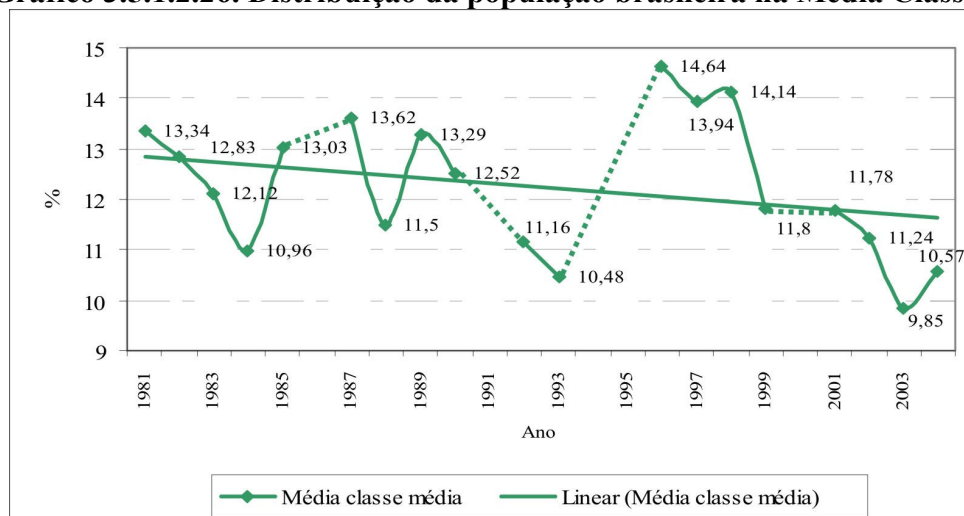


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Para analisar o desempenho da 1ª. Infância em relação à sociedade brasileira nesta faixa de renda, vamos lembrar inicialmente mostrando no Gráfico 3.5.1.2.26, a tendência da população brasileira⁵⁶ neste estrato.

⁵⁶ Anteriormente vimos a proporção da 1ª. Infância na Média classe média sobre a proporção total da 1ª. Infância. Agora, verificaremos a proporção da 1ª. Infância na Média classe média sobre a proporção de pessoas na Média classe média.

Gráfico 3.5.1.2.26. Distribuição da população brasileira na Média Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

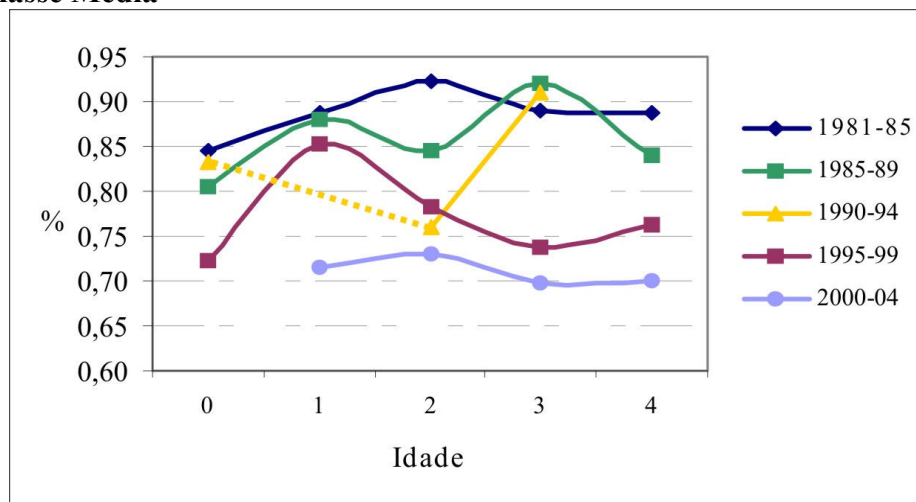
A Tabela 3.5.1.2.16 e o Gráfico 3.5.1.2.27 mostram claramente que as trajetórias da 1ª infância comparativamente à população brasileira na Média classe média se afastaram ao longo do tempo. Entre 1981 e 1985 este grupo, esteve em média em nível 11,36% abaixo da sociedade brasileira nesta faixa de renda e no último período (2000-04) este valor médio era 28,95% inferior. Como estamos trabalhando com valores relativos, devemos frisar que embora haja afastamento entre as proporcionalidades observadas para a sociedade brasileira e o grupo de 0 a 4 anos nesta faixa, tanto a população brasileira quanto o segmento etário em pauta apresentaram propensão à redução de seus espaços nesta faixa de renda. Como também reduziram-se os espaços relativos na Alta classe média, este movimento forçosamente tomou o sentido descendente.

Tabela 3.5.1.2.16. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média

Idade	0	1	2	3	4
Período 1981-1985	0,845	0,888	0,922	0,889	0,888
Período 1985-1989	0,804	0,879	0,845	0,920	0,841
Período 1990-1994	0,833		0,760	0,909	
Período 1995-1999	0,722	0,853	0,783	0,737	0,762
Período 2000-2004		0,716	0,729	0,697	0,700

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.27. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média



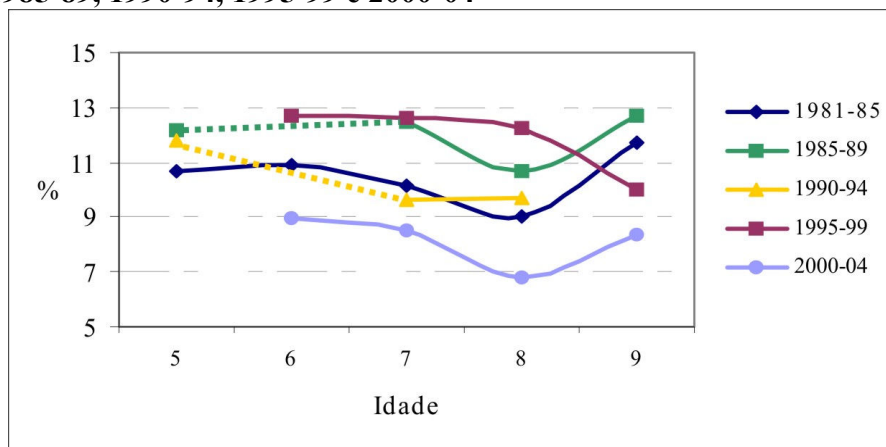
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Analisemos a seguir a trajetória daqueles de 5 a 9 anos de idade nos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.

b.2.2) Infância (5 a 9 anos)

É possível novamente confirmar neste caso, o que ocorreu para a trajetória anterior (0 a 4 anos), isto é, o pior desempenho ocorre justamente no período mais recente (2000-04) (Gráfico 3.5.1.2.28). Ao iniciar em 2000 com cinco anos e chegar em 2004 com 9 anos de idade, estas pessoas tiveram uma proporção média ao longo deste tempo de 8,16%, uma representação muito inferior aquela dos que iniciaram em 1981 com 5 anos e chegaram 1985 com 9 anos de idade, que foi de 10,50%.

Gráfico 3.5.1.2.28. Trajetórias da Infância na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

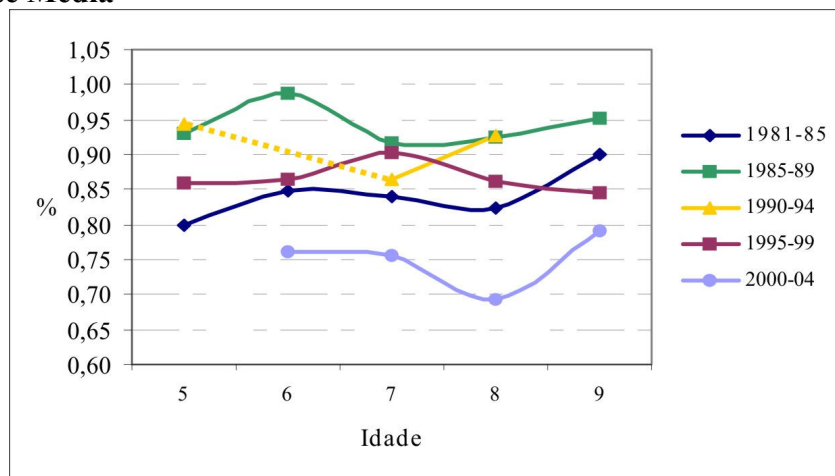
No período 1981-85 a Infância possuía uma proporção média, 15,74% menor do que a população em geral nesta faixa de renda, conforme consta na Tabela 3.5.1.2.17 e Gráfico 3.5.1.2.29. Já no período 2000-04 esta proporção média atingia 40,02% a menos que a sociedade brasileira. Estes números apontam portanto para a maior redução nas faixas de renda mais elevadas para o segmento da Infância, uma vez que o mesmo ocorreu para a Alta classe média como vimos anteriormente.

Tabela 3.5.1.2.17. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média

Idade	5	6	7	8	9
Período 1981-1985	0,800	0,849	0,840	0,824	0,900
Período 1985-1989	0,931	0,988	0,915	0,925	0,952
Período 1990-1994	0,944		0,864	0,926	
Período 1995-1999	0,859	0,864	0,903	0,863	0,846
Período 2000-2004		0,760	0,755	0,692	0,792

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.29. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Média Classe Média



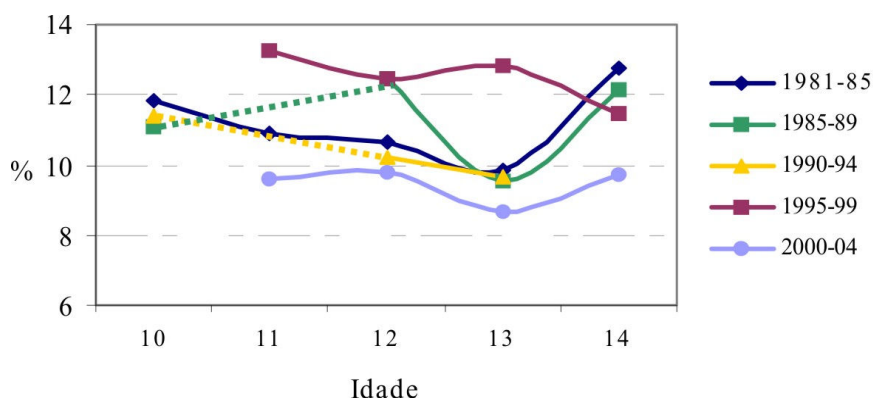
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Vamos então verificar a próxima trajetória.

b.2.3) Pré-adolescência (10 a 14 anos)

No caso da Pré-adolescência a situação para o ano mais recente também apresenta a pior condição neste estrato de renda (Gráfico 3.4.1.2.30). Este segmento etário, no período 2000-04, esteve em média nesta faixa representado por 9,43% de pessoas. Entretanto, a trajetória entre 1981 e 1985 teve uma proporção média de 11,20%, portanto com uma redução de seus espaços nesta faixa.

Gráfico 3.5.1.2.30. Trajetórias da Pré-adolescência na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



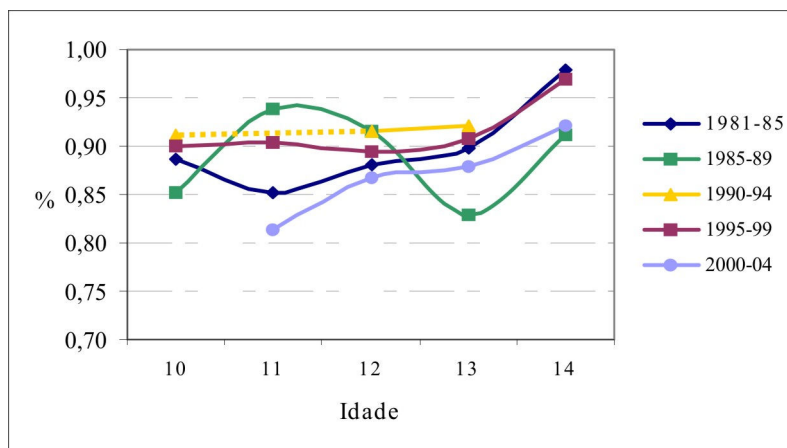
Este grupo etário esteve sempre aquém da representatividade da sociedade brasileira nesta faixa de rendimento (Tabela 3.5.1.2.18 e Gráfico 3.5.1.2.31), no entanto esta diferença diminui ao longo do tempo, indicando que uma proporção maior da Pré-adolescência passa a integrar este estrato de renda. No período 1981-85 a participação média deste grupo era de 10,10% e em 2000-04 esta proporção chegou a 12,98%. Contudo, lembramos que a população tendeu à queda de rendimentos e o grupo então caiu mais que a sociedade brasileira.

Tabela 3.5.1.2.18. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média

Idade	10	11	12	13	14
Período 1981-1985	0,886	0,852	0,881	0,898	0,978
Período 1985-1989	0,852	0,938	0,915	0,828	0,911
Período 1990-1994	0,912		0,916	0,922	
Período 1995-1999	0,900	0,904	0,894	0,907	0,970
Período 2000-2004		0,813	0,868	0,879	0,921

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.31. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média



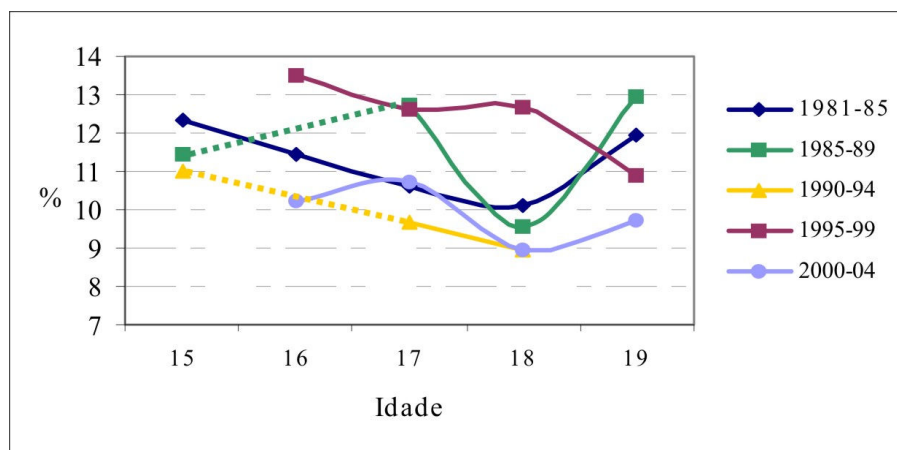
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Analisemos a seguir a trajetória daqueles de 15 a 19 anos de idade nos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.

b.2.4) Adolescência (15 a 19 anos)

O Gráfico 3.4.1.2.32 mostra uma mudança de perfil em relação às três trajetórias anteriores. Neste caso, a trajetória da Adolescência no período 1990-94 foi o que apresentou o pior desempenho. Outra trajetória digna de destaque é a do período 1995-99 que mostrou tendência a declínio. A proporção média nesta faixa de renda foi de 11,29% entre 1981 e 1985 e, em nível inferior, 9,91% é encontrado para o período 2000 a 2004.

Gráfico 3.5.1.2.32. Trajetórias da Adolescência na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

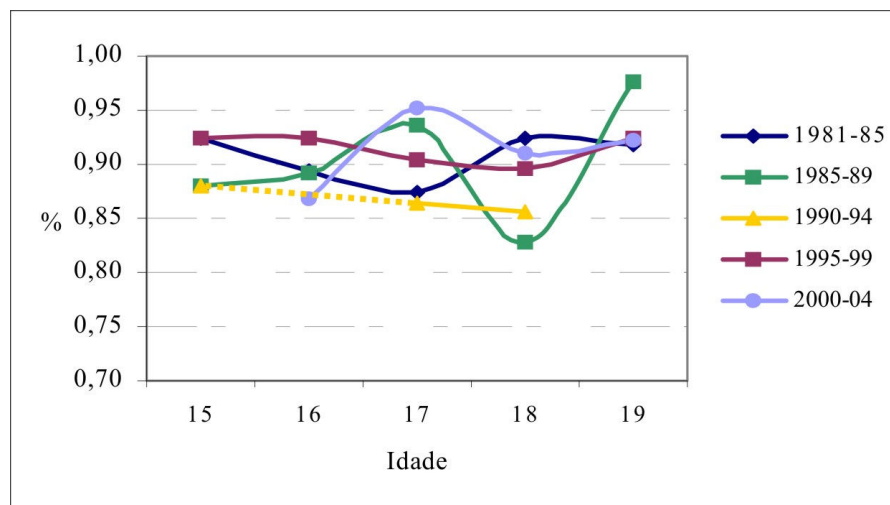
Este grupo de pessoas esteve sempre em níveis inferiores aos da população brasileira nesta faixa de renda conforme Tabela 3.5.1.2.19 e Gráfico 3.5.1.2.33. A proporção média ficou quase 10 pontos abaixo da representatividade da sociedade brasileira ao longo de todo o período (1981-2004), mas da mesma forma com tendência à queda.

Tabela 3.5.1.2.19. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média

Idade	15	16	17	18	19
Período 1981-1985	0,924	0,894	0,874	0,924	0,918
Período 1985-1989	0,879	0,892	0,935	0,829	0,976
Período 1990-1994	0,880		0,864	0,856	
Período 1995-1999	0,924	0,924	0,904	0,896	0,924
Período 2000-2004		0,868	0,953	0,909	0,921

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.33. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Média Classe Média



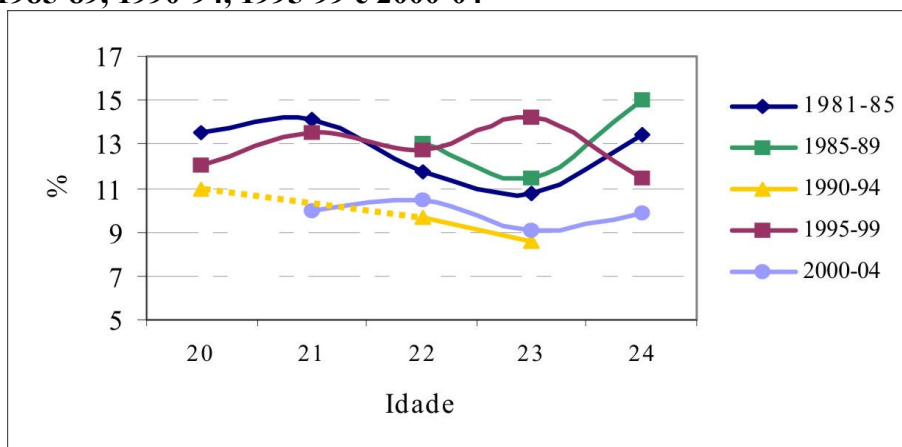
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Verificaremos adiante o comparativo entre as trajetórias da Juventude entre os diversos períodos, 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.

b.2.4) Juventude (20 a 24 anos)

A pior trajetória para a Juventude foi a do período 1990-94 seguida pelo período 2000-04, considerando que na Alta classe média também a pior situação ocorreu no período 1990-94 e seguido pelos períodos 1981-85 e 2000-04 (Gráfico 3.5.1.2.34).

Gráfico 3.5.1.2.34. Trajetórias da Juventude na Média Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

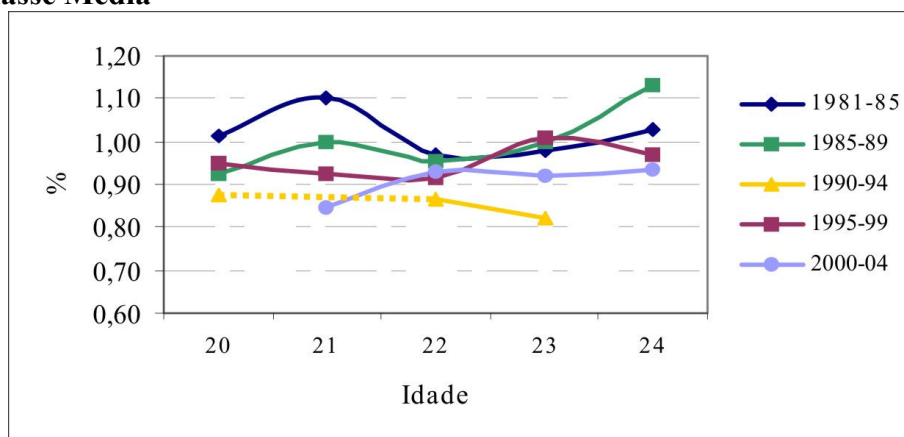
A Juventude tem uma das maiores perdas relativas quando comparamos com a sociedade brasileira. Assim, no período 1981-85 este segmento tinha uma proporção média de quase 2 pontos, acima da população brasileira nesta faixa de renda e no período mais recente, 2000-04, a Juventude passou a ter uma participação média 27,36 inferior a dos brasileiros em geral neste estrato, de acordo com a Tabela 3.5.1.2.20 e o Gráfico 3.5.1.2.35.

Tabela 3.5.1.2.20. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Média Classe Média

Idade	20	21	22	23	24
Período 1981-1985	1,012	1,100	0,967	0,979	1,029
Período 1985-1989	0,926	0,999	0,956	0,997	1,133
Período 1990-1994	0,876		0,865	0,819	
Período 1995-1999	0,947	0,927	0,913	1,008	0,969
Período 2000-2004		0,845	0,930	0,922	0,935

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.35. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Média Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A Média classe média acompanhou o perfil comportamental verificado na Alta classe média para a população brasileira em geral. Assim como na Alta classe média (Gráfico 3.5.1 e ANEXO E), houve tendência ao encolhimento deste estrato ao longo do tempo. Quando passamos para a análise da trajetória dos diversos grupos etários, observamos, também como na Alta classe média, que para os grupos etários mais jovens, 1ª. Infância, Infância e Pré-adolescência, esta redução foi ainda mais intensa. O pior desempenho para estes três últimos segmentos etários mencionados, ocorreu sempre no período mais recente, isto é na trajetória entre 2000-04, a despeito do menor crescimento demográfico registrado nos últimos 15 anos.

Vejamos a seguir a análise das trajetórias da 1ª. Infância, Infância, Pré-adolescência, Adolescência e Juventude nos períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04, para a Baixa classe média, ilustrada na Tabela 3.5.1.2.21, a seguir.

b.3) A faixa de renda da Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

Tabela 3.5.1.2.21. Trajetórias em diversos períodos na Baixa classe média (Maior renda na família $\geq$ R\$557,50 e $<$ R\$1.393,80)

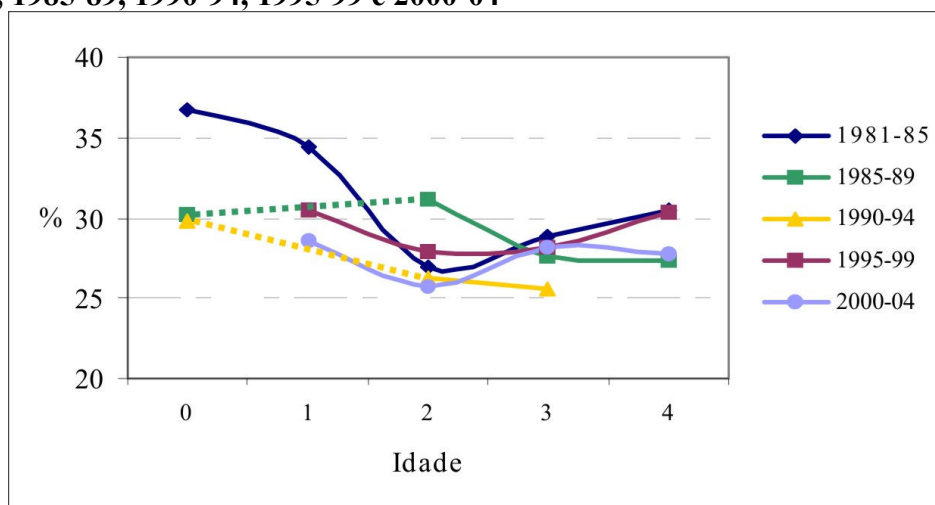
Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		36,77	34,46	25,82	26,82	30,17	37,56	30,45	26,41	26,66	29,77	25,72	24,00	27,36	32,02	27,37	27,07	29,30	28,03	25,65	25,12	25,81	29,67
1		37,59	34,45	27,29	27,74	30,24	35,22	30,18	26,57	26,81	30,23	26,10	25,00	28,19	30,43	27,51	27,34	30,09	28,60	25,65	26,47	25,62	29,75
2		36,32	34,77	26,96	27,98	30,72	36,83	31,09	27,84	27,66	28,77	26,25	25,54	28,92	32,46	27,88	27,72	29,69	28,31	25,69	26,52	25,68	29,93
3		35,63	34,27	28,21	28,79	30,13	36,24	31,48	27,60	27,15	29,14	25,80	25,60	28,48	32,09	27,96	28,23	31,06	28,77	26,72	28,10	26,97	29,20
4		36,94	34,32	27,79	28,48	30,48	36,22	31,30	28,06	27,41	29,74	26,11	25,35	29,58	31,77	29,52	29,78	30,34	29,25	26,93	27,03	27,69	28,78
5		36,92	34,46	27,05	28,96	30,73	35,94	32,29	28,40	27,94	29,07	25,88	26,37	30,36	32,45	28,04	28,54	30,73	28,04	27,36	27,51	27,90	31,83
6		36,41	34,64	26,06	29,15	29,84	35,80	32,32	28,34	27,84	30,01	27,24	25,68	28,97	31,56	28,67	28,14	30,00	29,52	27,47	27,52	27,61	30,80
7		36,80	35,15	27,05	28,46	30,55	37,29	32,01	28,96	28,86	30,25	27,08	25,56	30,87	32,21	28,62	29,43	30,34	28,35	28,66	28,21	26,83	29,61
8		36,32	35,20	27,08	28,23	29,65	36,48	31,98	27,68	28,26	30,63	26,85	25,87	29,59	31,06	28,64	28,79	30,66	28,77	27,92	28,12	27,72	30,32
9		36,78	35,63	26,48	29,32	30,57	37,43	31,76	28,04	28,66	29,78	27,73	25,87	29,83	31,79	29,26	29,52	31,21	27,90	28,62	28,75	26,14	31,02
10		37,36	36,02	27,49	29,17	30,63	37,62	31,74	28,04	26,45	30,34	27,57	25,50	29,95	31,86	27,26	28,43	30,28	29,19	27,73	28,99	28,24	30,55
11		37,94	36,60	27,67	28,74	30,96	37,16	32,52	27,98	27,79	29,28	27,56	25,87	29,99	31,17	28,43	29,52	31,94	29,15	28,17	28,36	28,09	31,61
12		37,23	35,61	27,57	29,42	30,55	37,29	32,01	28,25	27,70	30,04	27,63	26,96	31,97	31,05	28,60	28,30	30,78	28,45	28,64	28,26	27,66	31,20
13		37,69	35,91	27,36	30,04	31,61	38,16	31,16	28,53	28,51	29,43	27,28	25,77	31,20	31,93	28,73	28,00	30,97	28,27	28,57	29,07	28,36	30,87
14		38,04	36,88	28,29	30,02	31,60	38,06	32,24	27,38	27,41	30,53	27,76	27,13	29,47	30,57	29,17	29,46	29,94	29,42	27,68	29,74	28,48	31,66
15		38,02	37,24	28,39	30,00	31,26	36,35	32,35	28,23	28,17	30,00	27,45	26,88	30,32	32,18	28,39	29,72	31,11	29,34	29,16	29,73	28,47	31,22
16		38,91	35,57	28,27	28,56	32,00	38,87	33,11	28,67	27,49	29,88	27,36	26,66	29,79	31,47	29,18	29,39	30,69	29,53	28,44	29,47	27,28	31,24
17		36,75	35,86	28,61	29,15	31,52	38,85	31,54	28,32	28,38	30,62	28,29	26,10	30,13	31,26	28,03	29,41	31,49	29,86	27,72	29,47	29,15	32,77
18		37,61	36,45	28,57	29,97	31,78	37,69	31,92	29,65	29,37	31,21	29,04	26,19	30,60	31,60	28,19	29,75	31,44	29,32	27,98	29,60	28,75	31,99
19		38,80	37,15	29,25	30,02	32,96	37,82	35,34	31,33	30,68	31,33	27,64	26,57	30,40	33,07	28,89	29,59	32,09	30,37	29,53	29,00	29,56	32,76
20		39,71	37,83	29,31	29,60	33,65	39,36	34,26	31,42	31,03	32,74	29,56	27,06	31,97	35,14	29,83	30,74	31,40	30,28	29,33	29,14	29,38	32,17
21		40,43	38,86	31,66	31,29	34,23	39,56	34,79	32,27	32,46	34,11	30,06	26,98	32,67	34,09	30,35	31,76	32,55	32,91	30,52	31,21	29,12	33,66
22		41,23	39,22	31,32	31,13	34,50	40,35	35,69	33,31	30,53	34,81	30,87	29,21	32,80	35,45	32,46	32,69	33,20	32,12	29,63	31,30	30,96	33,91
23		40,95	40,50	31,74	32,83	35,55	39,28	35,67	33,77	31,14	34,12	31,35	31,38	34,06	35,70	32,79	31,66	34,13	32,78	30,45	32,87	30,59	35,42
24		41,65	41,11	32,99	32,71	35,75	41,28	36,59	33,10	32,88	33,68	32,49	28,95	34,86	36,62	34,03	33,74	34,49	32,93	30,64	33,80	31,04	35,69

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.3.1) 1ª Infância (0 a 4 anos)

Este segmento aponta para dois tipos de comportamentos. O primeiro é uma tendência de convergência para as trajetórias iniciadas em 1981 e 1995 (mais altas) e o segundo consiste também numa propensão à convergência para os percursos iniciados em 1995 e em 2000, em níveis mais baixos (Gráfico 3.5.1.2.36). Entretanto, se compararmos a participação média entre a trajetória de 1981-85 (0 anos em 1981, 1 ano em 1982, 2 anos em 1983, 3 anos em 1984 e 4 anos em 1985) com as demais, temos um perfil de redução dos espaços para as pessoas desta idade, pertencentes à famílias da Baixa classe média. Mas o que vale ressaltar aqui é que, enquanto a trajetória do período 1981-85 teve 31,49% de proporção média da 1ª Infância, no período 1985-89, reduz-se para 29,07% e nos períodos 1990-94 e 2000-04 para 27,21% e 27,52% respectivamente.

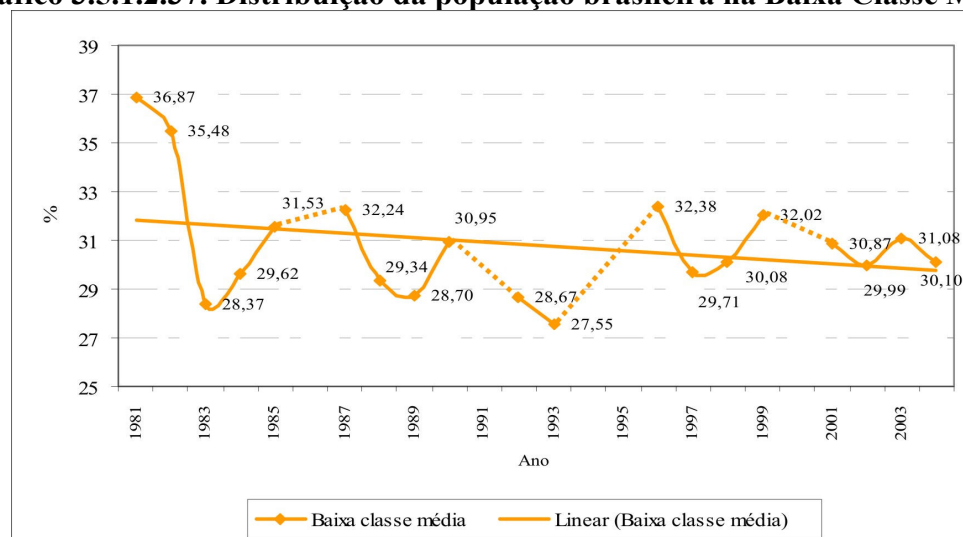
Gráfico 3.5.1.2.36. Trajetórias da 1ª. Infância na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

O comportamento da 1ª. Infância em relação à população na Baixa classe média apontou novamente para um pior desempenho, pois a própria sociedade brasileira na Baixa classe média mostrou tendência ao encolhimento ao longo do tempo (Gráfico 3.5.1.2.37). Lembramos ainda que as, Alta e a Média classes médias também mostraram o mesmo tipo de tendência, como visto anteriormente.

Gráfico 3.5.1.2.37. Distribuição da população brasileira na Baixa Classe Média



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

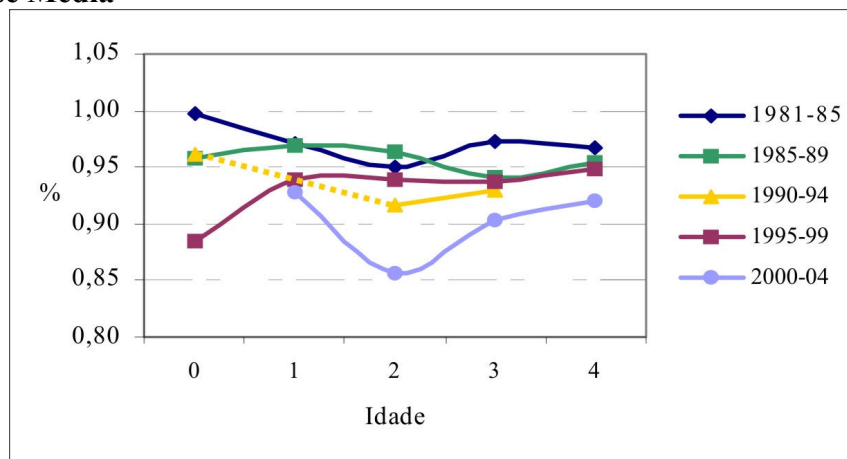
Podemos constatar na Tabela 3.5.1.2.22 e Gráfico 3.5.1.38 portanto, que o desempenho deste segmento etário esteve sempre aquém da sociedade brasileira nesta faixa de renda, ou seja se a sociedade vivenciou uma tendência à redução de seus espaços na Baixa classe média, a 1ª. Infância mostrou uma propensão um pouco menos intensa. Assim, no período 1981-85 este grupo etário esteve em média em nível 2,86 pontos abaixo dos demais brasileiros desta faixa de renda e vai caindo paulatinamente, registrando maiores distâncias, 4,28% para o período 1985-89, 6,43% para 1990-94, 7% para 1995-99 e finalmente 9,8% para 2000-04. Lembramos que este mesmo comportamento se deu para a 1ª Infância na Alta classe média e na Média classe média, mas de qualquer forma, apontando para a movimentação declinante.

Tabela 3.5.1.2.22. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média

Idade	0	1	2	3	4
Período 1981-1985	0,997	0,971	0,950	0,972	0,967
Período 1985-1989	0,957	0,969	0,964	0,941	0,955
Período 1990-1994	0,962		0,916	0,929	
Período 1995-1999	0,885	0,940	0,939	0,938	0,948
Período 2000-2004		0,927	0,857	0,904	0,920

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.38. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média



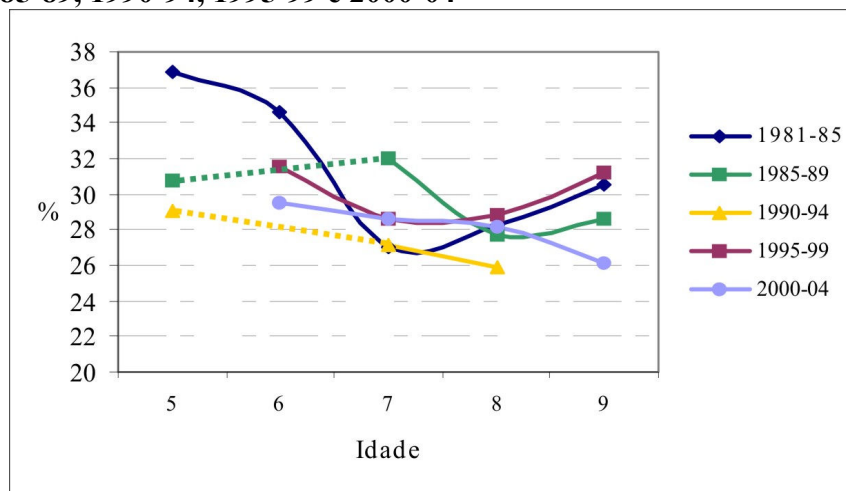
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passemos então para a evolução de 5 a 9 anos nos diversos períodos selecionados, 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.

b.3.2) Infância (5 a 9 anos)

O Gráfico 3.4.1.2.39 apresenta as tendências das diversas trajetórias, neste caso declinantes para dois períodos, 1990-94 e 2000-04. Assim, houve redução destes espaços de renda, principalmente para o período mais recente (2000-04), quando já com 9 anos de idade (em 2004), as pessoas que iniciaram a trajetória em 2000 apresentaram a sua menor proporção, 26,14%.

Gráfico 3.5.1.2.39. Trajetórias da Infância na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

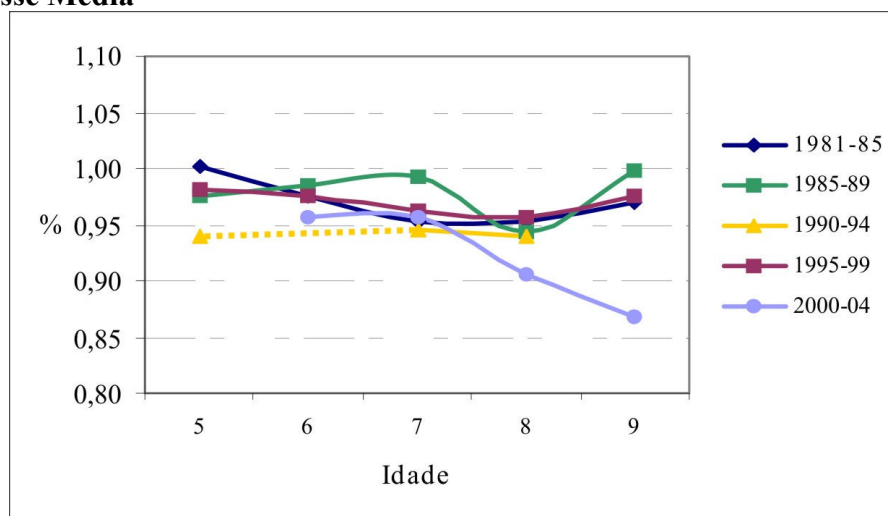
A relação com as demais pessoas desta faixa de renda também aponta para um encolhimento mais intenso da Infância. A Tabela 3.5.1.2.23 e o Gráfico 3.5.1.2.40 mostram a redução da representatividade do grupo em relação à população brasileira nesta faixa de renda. Enquanto no período 1981-85 este grupo esteve 2,94% em média abaixo da proporção registrada para a sociedade brasileira nesta faixa de renda, no período final, 2000-04, esta diferença se amplia para 7,88%. Podemos concluir com isso, que apesar das proporções menores em relação ao Brasil, também houve movimento declinante.

Tabela 3.5.1.2.23. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média

Idade	5	6	7	8	9
Período 1981-1985	1,001	0,976	0,953	0,953	0,970
Período 1985-1989	0,975	0,985	0,993	0,943	0,999
Período 1990-1994	0,939		0,945	0,939	
Período 1995-1999	0,982	0,975	0,963	0,957	0,975
Período 2000-2004		0,956	0,956	0,905	0,868

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.40. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Baixa Classe Média



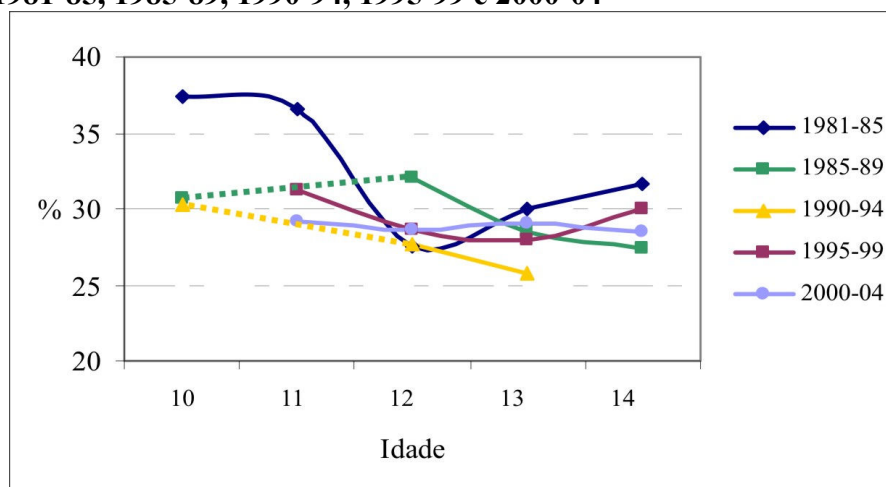
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Apresentamos a seguir, as trajetórias para a Pré-adolescência, nos diversos períodos (1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04).

b.3.3) Pré-adolescência (10 a 14 anos)

Neste caso, ao contrário das idades anteriormente analisadas para esta faixa de renda, não há condição pior para o ano mais recente (Gráfico 3.4.1.2.41), uma mudança de perfil em relação às duas trajetórias pregressas. Dentre as diversas trajetórias, o pior desempenho ocorreu para o período 90-94, de 30,34% em 1990 para 27,63% em 1992 e 25,77% em 1993.

Gráfico 3.5.1.2.41. Trajetórias da Pré-adolescência na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Vejamos na Tabela 3.5.1.2.24 o comportamento da Pré-adolescência comparativamente à sociedade brasileira nesta faixa de renda.

Tabela 3.5.1.2.24. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média

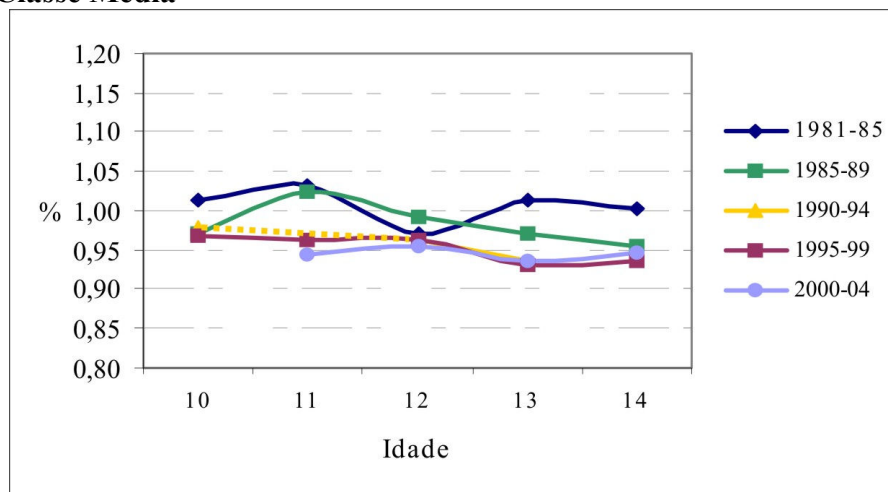
Idade	10	11	12	13	14
Período 1981-1985	1,013	1,032	0,972	1,014	1,002
Período 1985-1989	0,972	1,023	0,993	0,972	0,955
Período 1990-1994	0,980		0,964	0,935	
Período 1995-1999	0,968	0,963	0,963	0,931	0,935
Período 2000-2004		0,944	0,955	0,935	0,946

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Para o período 1981-85 os pré-adolescentes contavam com uma proporção média semelhante a dos demais brasileiros conforme Tabela 3.5.1.2.24 e Gráfico 3.5.1.2.42. As proporções entre o grupo e a sociedade brasileira vão se afastando ao longo do tempo. No período 1985-89 o grupo alcança um patamar médio de representação 1,70% inferior ao da população em geral nesta faixa. O mesmo comportamento é observado para a trajetória 1990-94, inferior em 4,03%, para a trajetória de 1995-99 abaixo 4,80% e finalmente para o período 2000-04, 5,50% aquém da proporção verificada para os indivíduos nesta faixa de renda. Portanto se houve redução deste espaço para a sociedade brasileira, este

comportamento ocorreu com menor intensidade para este grupo etário, aliás como já podíamos comprovar através do Gráfico 3.5.1.2.41.

Gráfico 3.5.1.2.42. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média



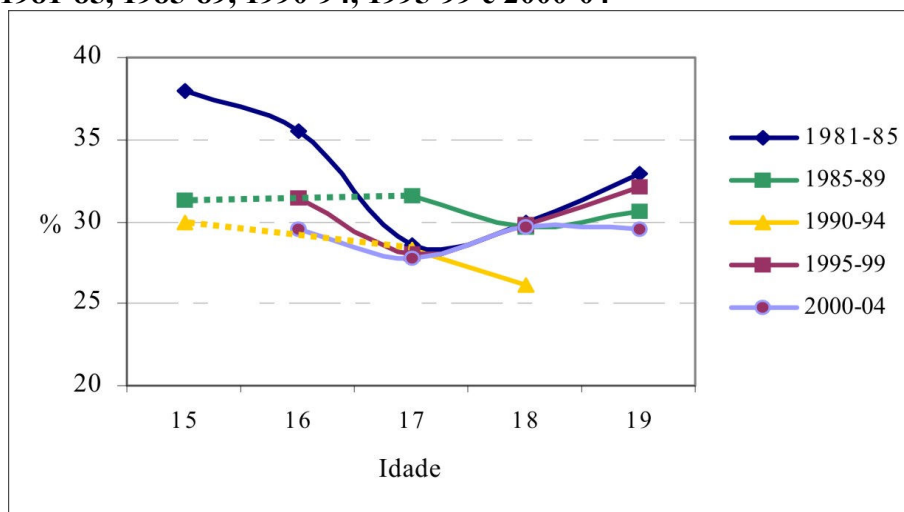
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passemos então para a evolução das pessoas de 15 a 19 anos nos diversos períodos selecionados (1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04).

b.3.4) Adolescência (15 a 19 anos)

Neste caso, como no anterior, a situação de pior qualidade fica por conta da trajetória do período 1990-94 (Gráfico 3.4.1.2.43). Esta apresentou a maior queda, embora não tenhamos o registro para o ano 1994, quando estas pessoas completariam 19 anos. De 30% em 1990 este espaço reduziu-se para 28,29% em 1992 e para 26,19% em 1993. Logo em seguida, a este período (90-94) a pior situação fica por conta do período 2000-04.

Gráfico 3.5.1.2.43. Trajetórias da Adolescência na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

O registro para o período mais recente (2000-2004), mostra que a proporção das pessoas que contavam 15 anos em 2000 chegou no fim de sua trajetória, com espaço mais reduzido ou em níveis mais baixos (29,56%) do que para os demais anos. Para os que contavam com 19 anos em 1985, a proporção ficou em 32,96%, em 1989 com 30,68% e em 1999 com 32,09%.

Vejamos então o que ocorreu com a Adolescência comparativamente aos demais brasileiros nesta faixa de renda, conforme Tabela 3.5.1.2.25 e Gráfico 3.5.1.2.44.

Tabela 3.5.1.2.25. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média

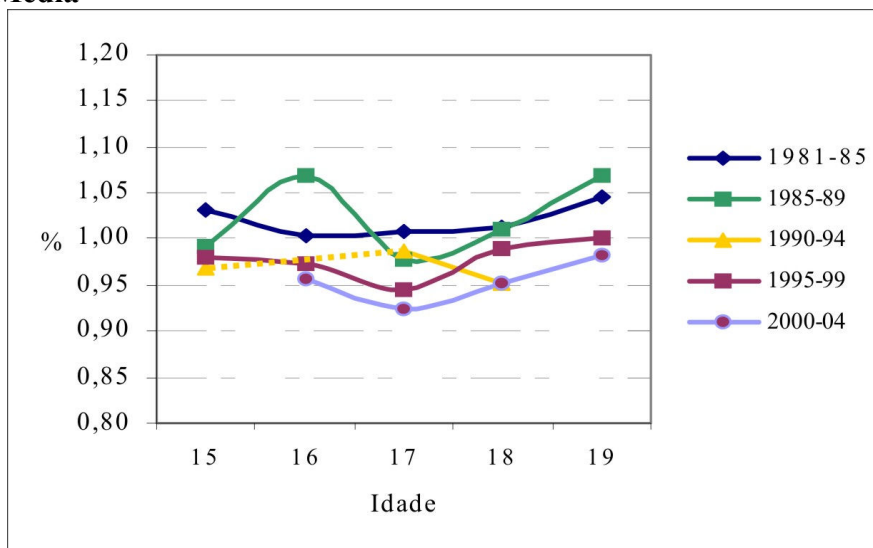
Idade	15	16	17	18	19
Período 1981-1985	1,031	1,003	1,008	1,012	1,045
Período 1985-1989	0,991	1,070	0,978	1,011	1,069
Período 1990-1994	0,969		0,987	0,951	
Período 1995-1999	0,980	0,972	0,944	0,989	1,002
Período 2000-2004		0,957	0,924	0,953	0,982

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Para o período 1981-85, a Adolescência mostrou uma proporção média superior 1,98 à sociedade brasileira nesta faixa de renda. No período final, 2000-04, este quadro se reverte e a proporção média da adolescência passa a registrar um valor 4,60 aquém da

participação dos demais brasileiros neste estrato de rendimentos. Portanto, a tendência de redução das proporções de pessoas nesta faixa de renda ocorreu com menos intensidade para a Adolescência.

Gráfico 3.5.1.2.44. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Baixa Classe Média



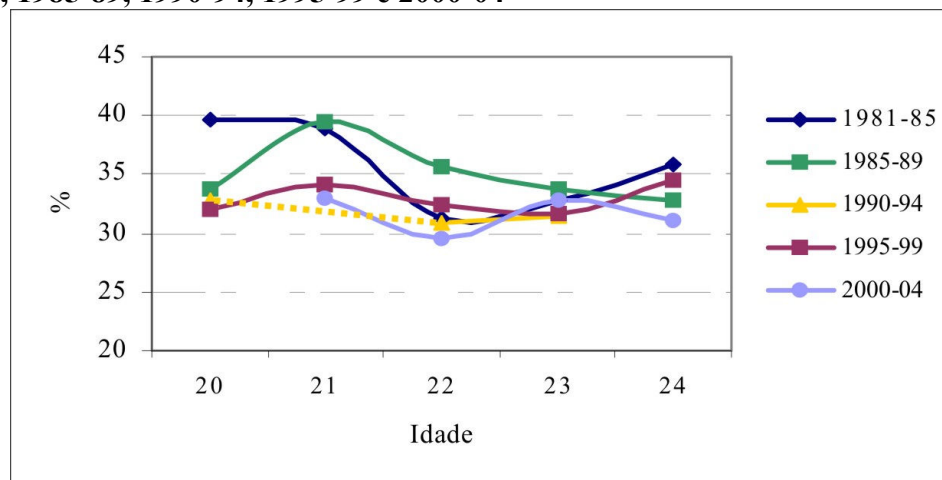
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passemos a seguir a comparar as diversas trajetórias percorridas pela Juventude para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99.

b.3.5) Juventude (20 a 24 anos)

O Gráfico 3.5.1.2.45 indica que o período mais recente, 2000-04, tem a trajetória com menor participação ao longo do tempo, ou seja o espaço relativo sofre encolhimento. Considerando-se a proporção média da Juventude nesta faixa de renda durante o período 1981-85 encontramos o valor de 35,11% para jovens, enquanto no período 2000-04 apenas 31,61%.

Gráfico 3.5.1.2.45. Trajetórias da Juventude na Baixa Classe Média para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Apresentamos a seguir a Tabela 3.5.1.2.26 e Gráfico 3.5.1.2.46 constando o comportamento da Juventude em relação à população brasileira na faixa da Baixa classe Média.

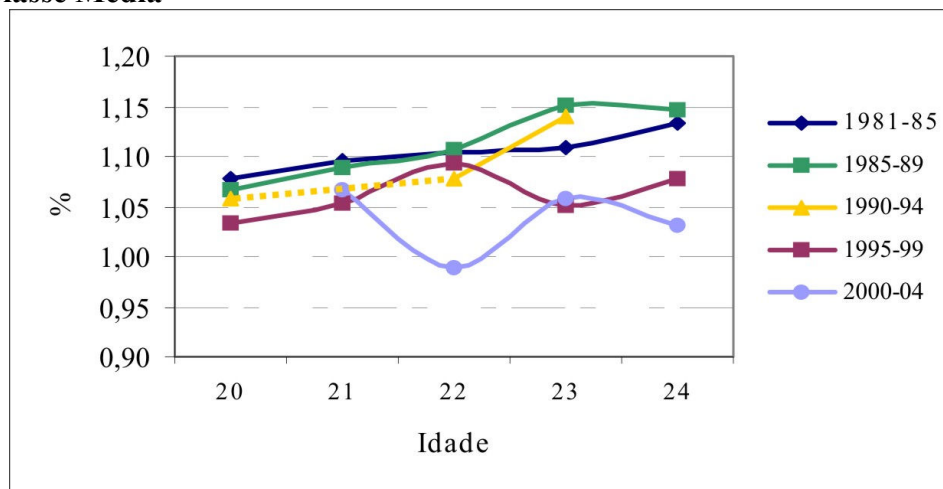
Tabela 3.5.1.2.26. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Baixa Classe Média

Idade	20	21	22	23	24
Período 1981-1985	1,077	1,095	1,104	1,108	1,134
Período 1985-1989	1,067	1,089	1,107	1,151	1,146
Período 1990-1994	1,058		1,077	1,139	
Período 1995-1999	1,034	1,053	1,093	1,052	1,077
Período 2000-2004		1,066	0,988	1,058	1,031

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

A situação da Juventude nesta classe de renda mostra uma participação muito superior à encontrada para a população brasileira. A proporção média dos jovens entre 1981-85 era 10,36 superior a proporção dos brasileiros em geral e 11,20 superior entre 1985-1989. Entretanto, para o período 2000-04 a Juventude apresenta uma proporção 17,14 inferior a da sociedade brasileira neste estrato de renda.

Gráfico 3.5.1.2.46. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Baixa Classe Média



A Baixa classe média também acompanhou a tendência de queda observada nas, Alta e Média classes médias para a população brasileira em geral.

Ao analisar as trajetórias dos diversos grupos etários, constatamos, também como nas Alta e Média classes médias, que houve queda para os grupos etários mais jovens, 1ª. Infância e Infância, mas neste caso as situações da Adolescência e da Juventude também revelam o mesmo tipo de desempenho declinante, mesmo que por vezes com menor intensidade.

Verificadas e comparadas as trajetórias para a Alta, Média e Baixa classe média, passemos então para a análise do próximo estrato de renda, denominado de Massa trabalhadora, ilustrado na Tabela 3.5.1.2.27 a seguir.

b.4) A faixa de renda da Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

Tabela 3.5.1.2.27. Trajetórias em diversos períodos na faixa da Massa trabalhadora (Maior renda na família $\geq$ R\$278,80 e $<$ R\$557,50)

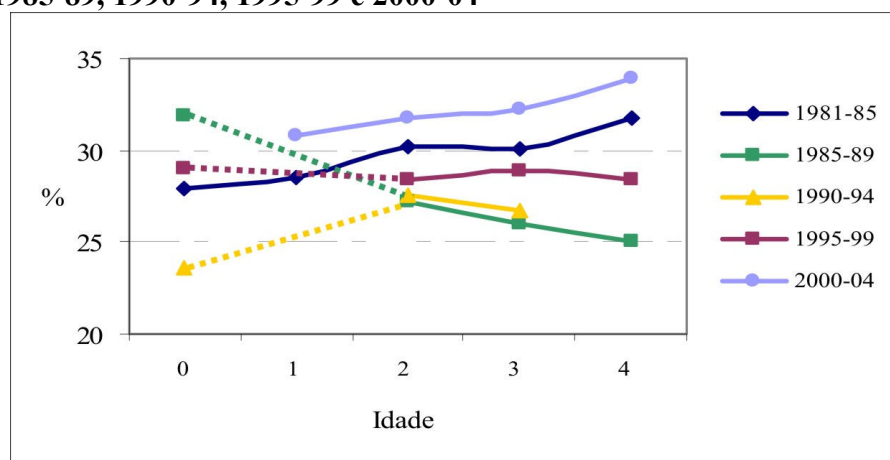
Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		27,97	29,60	30,37	31,43	31,86	27,17	27,66	27,28	25,68	23,55	27,63	28,13	29,04	25,13	28,18	29,25	29,03	30,88	31,30	31,29	31,19	38,25
1		26,52	28,47	28,94	30,94	32,17	28,02	27,57	26,10	25,67	23,75	27,45	27,42	28,89	25,21	26,89	28,73	29,02	30,80	31,51	31,21	32,68	37,88
2		27,77	28,41	30,14	31,00	31,03	25,73	27,24	26,06	24,35	24,62	27,53	27,33	29,68	24,70	28,36	27,99	29,11	30,48	31,79	31,76	33,28	40,39
3		27,35	28,49	28,33	30,04	31,26	25,72	27,63	26,01	25,05	23,61	28,15	26,74	28,89	25,12	27,90	28,90	28,52	30,79	32,57	32,21	33,49	39,80
4		27,99	29,20	28,65	30,54	31,76	25,64	26,95	26,26	24,99	23,86	27,93	27,56	29,30	24,80	27,11	27,12	28,38	30,86	31,92	32,66	33,88	40,46
5		28,74	28,63	29,05	30,13	31,03	25,02	27,39	26,33	24,81	23,91	28,87	27,45	27,56	23,57	26,53	28,40	28,83	30,62	32,51	32,44	31,96	39,03
6		28,09	28,73	29,95	30,44	31,14	25,01	27,00	25,38	25,63	23,32	28,02	27,19	28,73	24,31	27,65	28,42	29,23	29,59	31,85	32,06	34,48	40,61
7		28,00	28,71	30,03	31,06	31,70	25,10	26,41	26,91	24,29	24,24	28,31	26,91	27,79	23,23	26,65	27,10	28,64	30,76	31,48	32,17	34,30	40,90
8		28,35	29,40	29,20	31,30	32,16	25,32	25,91	27,73	26,05	24,72	28,39	25,96	27,05	23,84	27,01	26,49	28,71	29,22	32,69	31,66	34,00	40,33
9		28,83	28,86	30,43	30,83	31,85	25,08	26,43	26,31	25,21	23,59	28,53	27,76	28,70	22,95	25,76	26,62	28,28	29,88	30,76	31,52	34,13	40,02
10		28,07	29,11	30,01	31,27	31,70	25,30	27,33	28,27	25,71	24,16	28,40	27,71	27,29	24,52	26,39	26,95	28,25	29,41	31,68	32,15	34,50	39,96
11		27,34	29,04	30,59	31,66	32,74	25,30	27,63	27,17	26,80	23,56	28,06	27,08	27,78	23,38	26,56	25,99	26,92	30,35	30,58	31,54	34,99	40,07
12		28,54	29,02	30,90	31,36	31,70	25,10	26,41	28,03	25,79	24,51	28,33	27,24	26,36	24,53	26,16	27,14	28,10	28,54	32,15	31,65	33,93	38,72
13		27,13	29,65	30,59	30,37	32,64	24,78	27,24	27,58	24,91	24,82	29,13	28,05	27,57	23,22	26,12	27,53	27,59	30,44	31,02	30,70	34,22	39,42
14		27,19	28,39	29,79	30,62	32,01	24,34	27,10	28,55	26,31	24,96	28,44	26,85	28,44	23,47	25,13	25,44	28,02	29,26	30,45	30,88	33,37	39,12
15		27,31	27,81	30,42	30,73	31,62	24,64	26,92	28,28	26,07	24,66	28,78	27,03	27,91	23,37	25,76	26,31	27,56	29,02	29,98	30,19	32,95	38,47
16		26,23	29,27	29,47	30,51	32,26	24,37	26,78	28,87	27,09	25,13	28,81	26,91	28,91	24,05	25,68	25,63	28,22	29,63	30,44	31,04	33,20	40,16
17		26,95	28,00	29,11	29,79	32,72	25,47	27,52	28,35	26,63	26,14	29,38	27,62	28,67	24,23	26,44	26,25	26,76	29,26	30,38	30,11	32,56	39,31
18		27,10	27,73	29,78	29,03	31,43	25,41	27,45	28,09	26,90	24,46	29,48	29,38	28,81	23,25	26,99	26,89	27,74	29,86	30,93	30,55	32,78	39,09
19		26,40	27,74	29,11	29,43	32,40	23,39	26,19	29,08	25,77	25,31	30,19	29,90	29,77	24,03	26,74	26,85	28,00	30,32	30,62	31,13	33,49	39,36
20		26,44	26,54	29,81	29,96	31,93	24,59	26,98	28,62	26,17	25,16	30,48	29,55	28,45	23,74	27,92	28,04	28,46	30,59	30,88	31,94	32,82	39,82
21		24,79	25,42	29,63	29,50	30,27	23,23	27,02	28,22	25,24	24,63	28,68	29,43	28,89	24,32	28,21	27,80	29,24	31,53	30,86	30,69	32,76	39,01
22		24,75	26,92	28,96	29,78	31,03	22,61	26,88	27,60	25,84	24,79	29,02	29,24	29,21	24,13	27,55	26,86	28,97	30,56	31,03	30,65	33,06	39,88
23		24,86	25,98	28,35	29,02	29,86	22,03	25,46	25,86	25,25	23,90	29,80	29,42	27,31	23,80	27,06	27,43	28,74	31,18	31,67	31,13	32,25	37,81
24		22,26	24,96	28,98	28,34	29,90	20,71	25,79	26,20	23,46	24,72	29,07	29,16	27,77	23,31	27,15	27,38	27,71	30,28	32,46	29,45	32,31	37,22

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.4.1) 1ª Infância (0 a 4 anos)

Como podemos observar pelo Gráfico 3.5.1.2.47, o perfil da distribuição passa a ter uma característica diferenciada das faixas de renda anteriores. Agora, as proporções mais altas são encontradas para o período mais recente, ou seja, para a trajetória de 2000 a 2004. Como não houve Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios em 2000, os dados disponíveis partem de 2001, portanto, pessoas que contavam com 1 ano de idade em 2001. Em 2001 então, a proporção dos que tinham 1 ano de idade era de 30,80%, evoluindo para 31,79%, quando estas pessoas completaram 2 anos em 2002, 32,21% quando atingiram a idade de 3 anos em 2003 e finalmente 33,88% com 4 anos em 2004.

Gráfico 3.5.1.2.47. Trajetórias da 1ª Infância na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



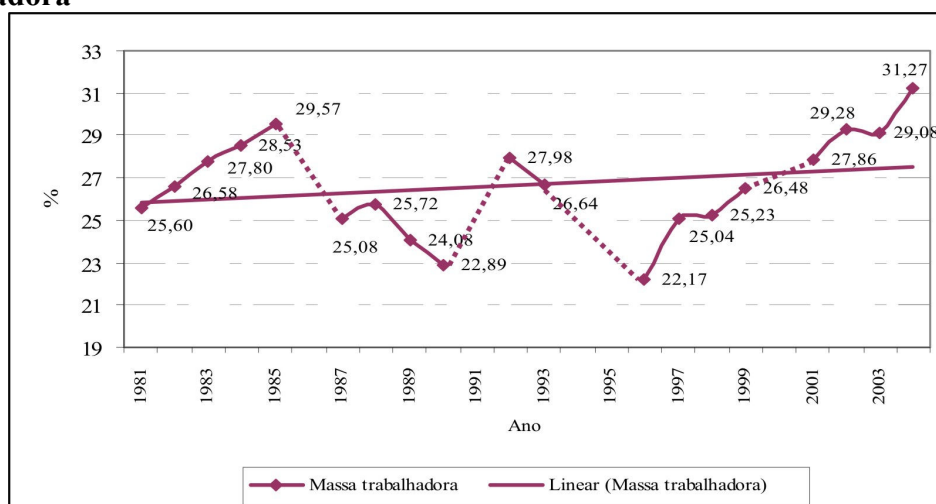
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Outra característica a ser ressaltada consiste nos patamares mais altos encontrados para a 1ª. Infância do que os registrados para a população em geral nesta faixa de renda. À medida que o período é mais recente, esta tendência mostra-se ainda mais forte.

Ao comparar as trajetórias da 1ª Infância com as pessoas⁵⁷ em geral neste estrato de renda, precisamos inicialmente lembrar o comportamento da Massa trabalhadora que como podemos conferir no Gráfico 3.5.1.2.48 foi de ampliação.

⁵⁷ Anteriormente vimos a proporção da 1ª Infância no estrato da Massa trabalhadora sobre a proporção total da 1ª. Infância. Agora, verificaremos a proporção da 1ª Infância da Massa trabalhadora sobre a proporção total de pessoas na faixa de renda da Massa trabalhadora.

Gráfico 3.5.1.2.48. Distribuição da população brasileira na faixa da Massa trabalhadora



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Agora passemos ao desempenho da 1ª. Infância neste estrato de renda, constante da Tabela 3.5.1.28 e no Gráfico 3.5.1.2.49.

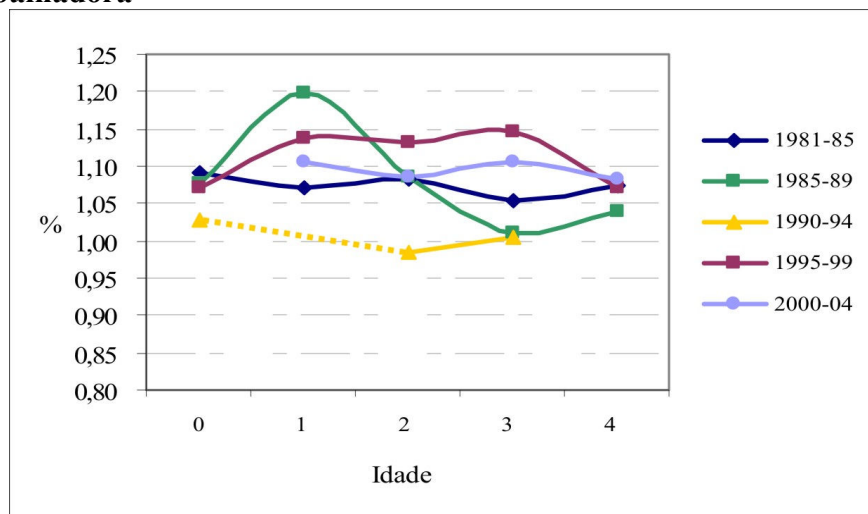
Tabela 3.5.1.2.28. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

Idade	0	1	2	3	4
Período 1981-1985	1,092	1,071	1,084	1,053	1,074
Período 1985-1989	1,077	1,199	1,086	1,011	1,038
Período 1990-1994	1,029		0,984	1,004	
Período 1995-1999	1,070	1,137	1,132	1,146	1,072
Período 2000-2004		1,106	1,086	1,107	1,083

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Para o período 1981-1985, a proporção da 1ª. Infância é 7,48 superior a da sociedade brasileira neste estrato, chegando a 9,55 superior no período mais recente (2000-04).

Gráfico 3.5.1.2.49. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

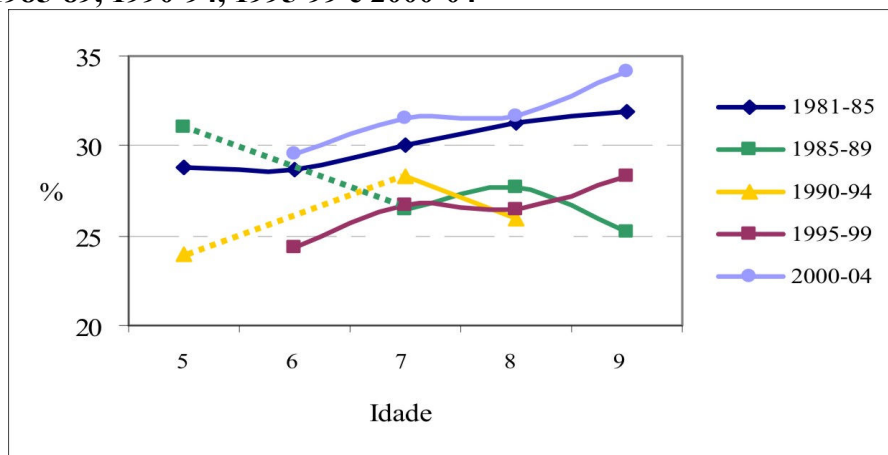
Verificaremos adiante, o comportamento da trajetória de 5 a 9 anos para os períodos selecionados.

b.4.2) Infância (5 a 9 anos)

Neste caso também, é possível perceber que o período 2000-2004 (Gráfico 3.4.1.2.50) aponta para um cenário de crise para a Infância, pois os patamares de participação são mais altos que para os demais períodos. Aos seis anos de idade, em 2001, a proporção destas pessoas era de 29,59%, evoluindo para 31,48% em 2002 com sete anos, 31,66% em 2003 com oito anos e 34,13% em 2004, ao terminar a trajetória, agora com nove anos. Devemos aqui enfatizar que a tendência para este período (2000-2004) se mostrou sempre crescente.

Ademais, como vimos anteriormente, o estrato de renda da Massa trabalhadora teve ao longo do período, tendência à ampliação e como podemos constatar na Tabela 3.5.1.2.29 e Gráfico 3.5.1.2.51 a Infância esteve com uma proporção de pessoas sempre superior à verificada para a sociedade brasileira, à exceção do ano de 1993.

Gráfico 3.5.1.2.50. Trajetórias da Infância na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



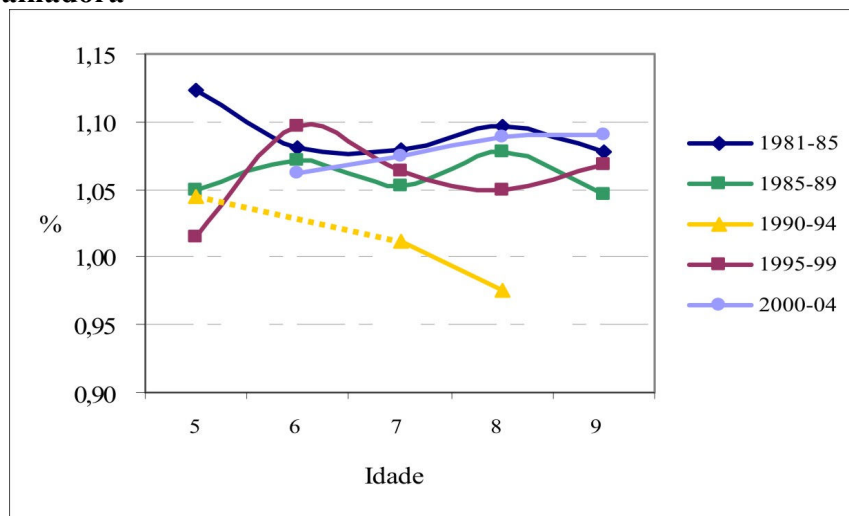
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Tabela 3.5.1.2.29. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

Idade	5	6	7	8	9
Período 1981-1985	1,123	1,081	1,080	1,097	1,077
Período 1985-1989	1,049	1,071	1,053	1,078	1,047
Período 1990-1994	1,045		1,012	0,975	
Período 1995-1999	1,015	1,096	1,064	1,050	1,068
Período 2000-2004		1,062	1,075	1,089	1,091

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.51. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora



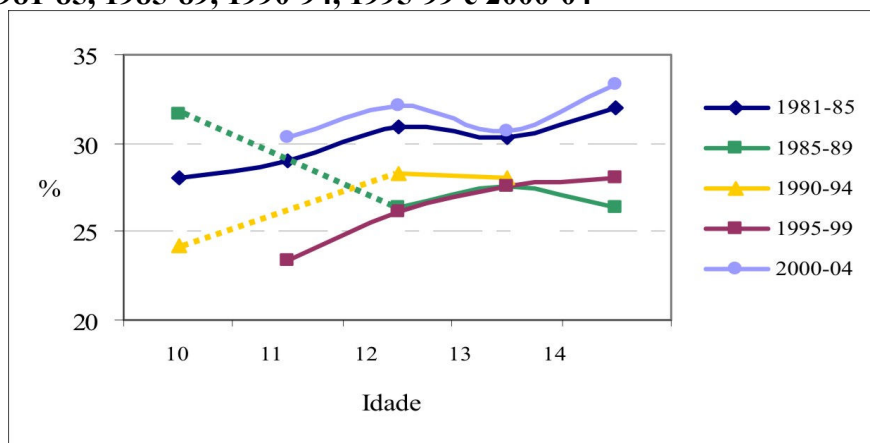
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passamos a verificar a seguir, o comportamento das trajetórias de 10 a 14 anos de idade para os períodos 1981-1985, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04.

b.4.3) Pré-adolescência (10 a 14 anos)

Este grupo também revelou significativa piora para a trajetória (2000 a 2004) comparativamente aos demais períodos estudados (1981-1985, 1990-1994 e 1995-1999). Isto porque nas faixas de renda, anteriormente analisadas, Alta, Média e Baixa classes médias a situação foi de redução de espaços para a Pré-adolescência e para os períodos mais recentes, sobretudo naquele de 2000 a 2004, a tendência foi de crescimento. Temos então uma amostra clara de que esta diminuição nas faixas superiores redundou em uma ampliação na faixa da Massa trabalhadora, conforme se pode constatar no Gráfico 3.4.1.2.52.

Gráfico 3.5.1.2.52. Trajetórias da Pré-adolescência na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

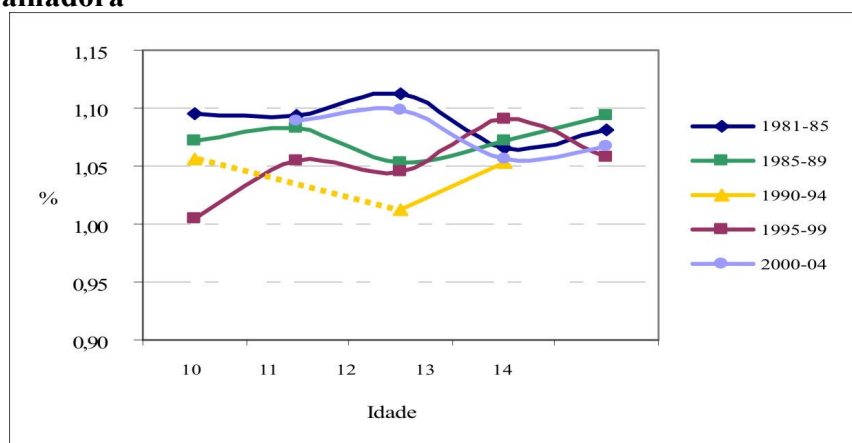
A Tabela 3.5.1.30 e o Gráfico 3.5.1.2.53 explicam que as trajetórias para a Pré-adolescência comparativamente à população brasileira nesta faixa de renda foram sempre de maiores proporções, atingindo 7,75 (em média no período 2000-04) a mais que a proporção de toda a população neste estrato.

Tabela 3.5.1.2.30. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

Idade	10	11	12	13	14
Período 1981-1985	1,096	1,093	1,112	1,065	1,082
Período 1985-1989	1,072	1,083	1,053	1,072	1,093
Período 1990-1994	1,056		1,013	1,053	
Período 1995-1999	1,005	1,054	1,045	1,091	1,058
Período 2000-2004		1,089	1,098	1,056	1,067

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.53. Distribuição da Infância em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

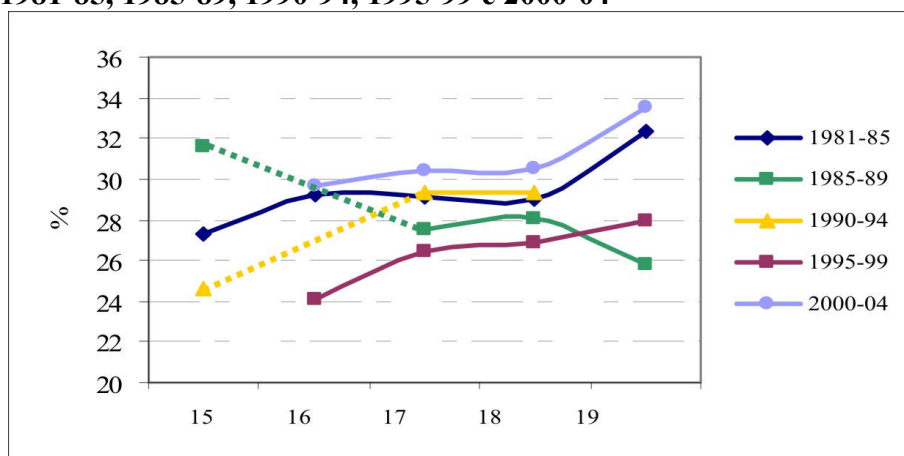


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.4.4) Adolescência (15 a 19 anos)

Este segmento, evolução de 15 a 19 anos, revelou também o maior peso da distribuição para o período 2000-2004, como para as três camadas de idade já analisadas anteriormente (0 a 4 e 5 a 9 e 10 a 14). Da mesma maneira, outra característica se confirma, isto é, a tendência à ampliação contínua deste espaço (Gráfico 3.4.1.2.54), de 29,63% em 2001 quando estas pessoas tinham 16 anos, para 30,38% em 2002 quando contavam 17 anos, 30,55% em 2003 com 18 anos e finalmente e 33,37% em 2004 com 19 anos.

Gráfico 3.5.1.2.54. Trajetórias da Adolescência na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

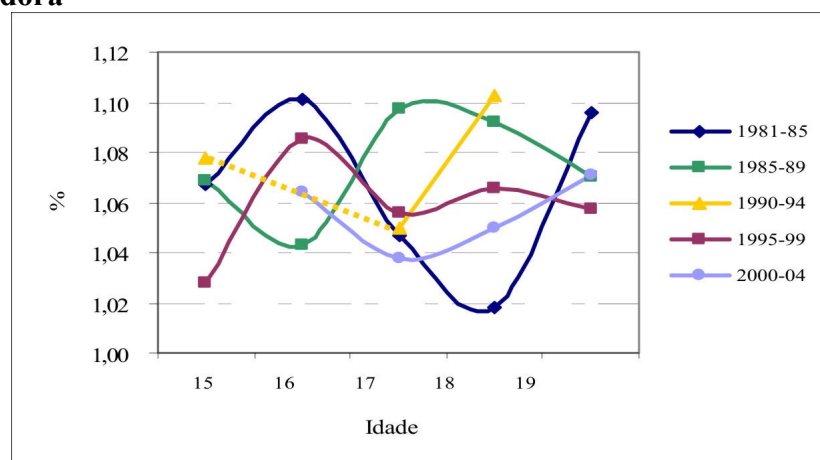
A situação da Adolescência nesta classe de renda mostra uma participação bem superior à encontrada para a população brasileira. A proporção média deste grupo por todo o período (1981-2004) esteve em média 6,62 pontos em níveis superiores à proporção encontrada para todos os indivíduos deste estrato. A Tabela 3.5.1.2.31 (Gráfico 3.5.1.2.55) retrata que o peso da Adolescência nesta faixa foi sempre superior para todos os anos, chegando ao último período, 2000-2004 com uma proporção 5,58 pontos em média, maior do que à sociedade brasileira nesta camada de rendimentos.

Tabela 3.5.1.2.31. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

Idade	15	16	17	18	19
Período 1981-1985	1,067	1,101	1,047	1,018	1,096
Período 1985-1989	1,069	1,043	1,097	1,092	1,070
Período 1990-1994	1,078		1,050	1,103	
Período 1995-1999	1,028	1,085	1,056	1,066	1,057
Período 2000-2004		1,064	1,038	1,050	1,071

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.55. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

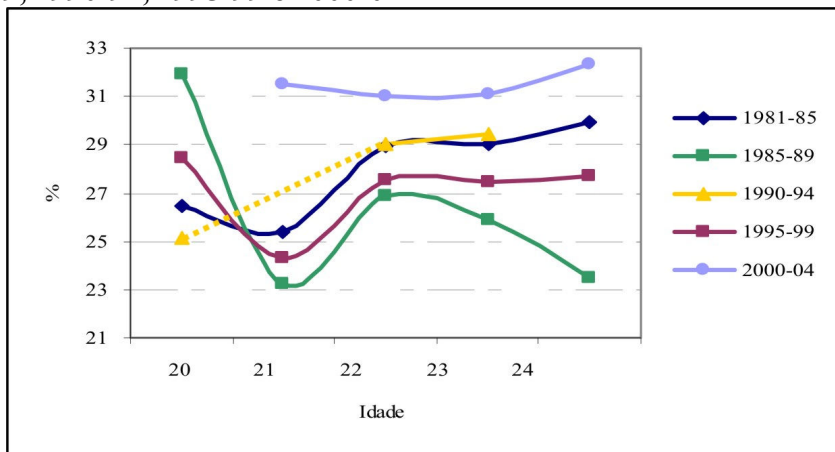


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.4.5) Juventude (20 a 24 anos)

Para este grupo etário a avaliação permanece semelhante às constatadas para a 1ª Infância, a Infância, a Pré-adolescência e a Adolescência, isto é, forte concentração neste estrato, enquanto houve comportamento inverso, de encolhimento de seus espaços nas, Alta, Média e Baixa classes médias. Porém, o que se altera aqui é a proporção que nem sempre se mostra superior à da sociedade brasileira neste estrato de renda. O comportamento é oscilante entre os cinco períodos analisados (1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04) permitindo apenas concluir que se entre 1981-85 a proporção média de jovens nesta faixa era semelhante à distribuição da população em geral (1,18 a mais), no período 2000-04 os jovens em geral neste estrato de renda tinham uma proporção média 8,2 superior aos indivíduos (Gráfico 3.5.1.2.56, Tabela 3.5.1.2.32 e Gráfico 3.5.1.2.57).

Gráfico 3.5.1.2.56. Trajetórias da Juventude na Massa trabalhadora para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



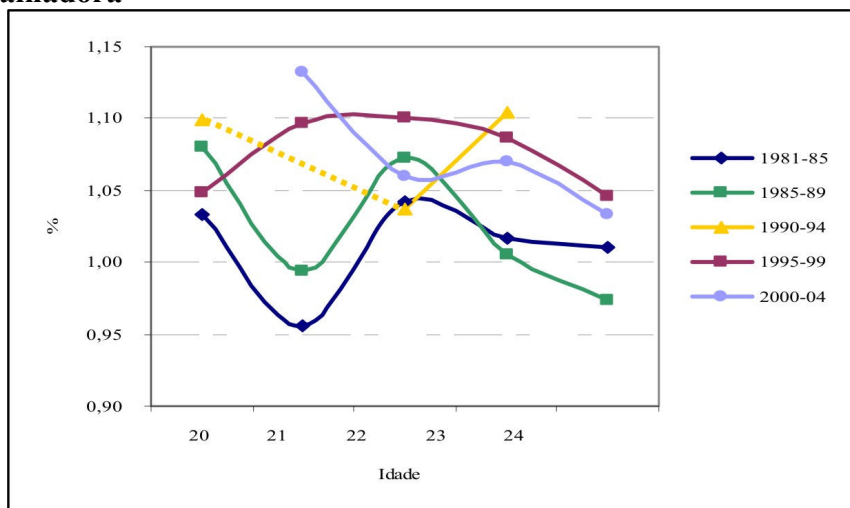
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Tabela 3.5.1.2.32. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Massa trabalhadora

Idade	20	21	22	23	24
Período 1981-1985	1,033	0,956	1,042	1,017	1,011
Período 1985-1989	1,080	0,994	1,072	1,005	0,974
Período 1990-1994	1,099		1,037	1,104	
Período 1995-1999	1,048	1,097	1,100	1,087	1,046
Período 2000-2004		1,132	1,060	1,070	1,033

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.57. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira na Massa trabalhadora



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Analizadas as informações para as trajetórias da faixa de renda da Massa trabalhadora, verificaremos a seguir a comparação das diversas trajetórias (1ª Infância, Infância, Pré-adolescência, Adolescência e Juventude) nos distintos períodos (1981 a 1985, 1990 a 1994, 1995 a 1999 e 2000 a 2004) para a camada denominada de Miseráveis, mostrada na Tabela 3.5.1.2.33, a seguir.

b.5) A faixa de renda dos Miseráveis (< R\$278,80)

Tabela 3.5.1.2.33. Trajetórias em diversos períodos na faixa dos Miseráveis (Maior renda na família < R\$278,80)

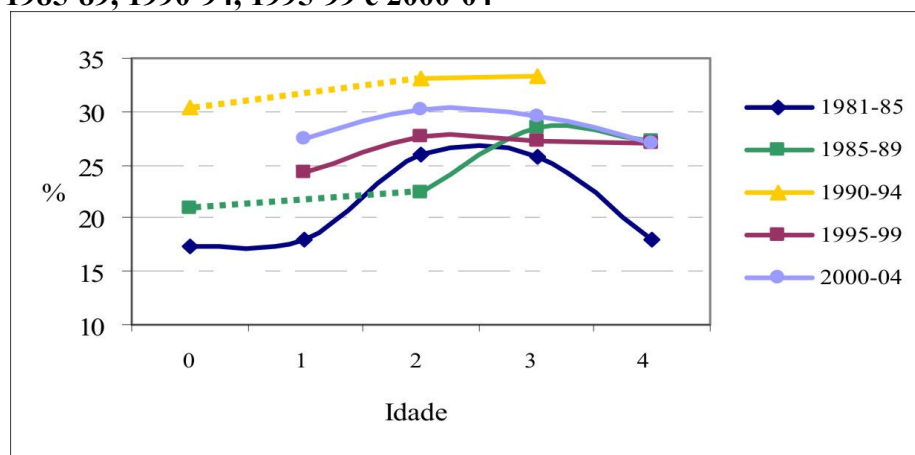
Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		17,30	17,79	29,30	28,30	20,97	10,25	23,82	30,42	28,88	30,40	34,99	36,46	29,13	25,21	28,97	28,86	29,37	28,76	31,72	33,26	32,06	19,64
1		16,75	17,96	27,41	26,94	19,72	9,95	23,27	30,30	27,70	28,75	34,07	35,57	27,17	24,31	29,43	27,45	28,04	27,41	31,10	31,07	30,86	19,27
2		17,33	17,35	25,92	26,54	19,95	8,53	22,36	29,29	24,35	29,91	33,03	33,73	25,58	23,92	27,67	27,97	27,69	28,05	30,20	31,12	30,41	17,93
3		17,65	17,88	27,00	25,70	19,07	9,81	20,35	28,47	27,82	29,03	33,01	33,36	25,77	22,60	27,23	27,22	26,56	27,39	28,72	29,48	28,62	19,54
4		17,27	17,46	26,96	25,33	18,05	8,23	21,08	27,23	27,33	28,34	32,06	33,17	24,00	22,73	26,34	26,81	26,94	26,25	28,36	29,50	26,97	17,84
5		16,93	17,61	27,27	25,04	18,13	8,04	19,21	27,71	25,74	28,06	31,01	32,88	23,88	21,42	26,44	26,33	25,40	26,99	26,92	28,58	28,68	16,61
6		17,86	17,96	27,58	24,97	18,51	8,69	19,10	26,71	24,73	27,26	29,93	32,63	24,12	21,89	25,24	25,64	25,56	26,31	27,76	29,26	26,77	16,44
7		17,34	17,77	27,08	25,20	18,93	7,71	20,23	24,78	24,55	27,26	29,47	33,31	23,01	21,45	25,17	24,34	24,95	25,77	26,86	28,06	26,48	16,14
8		17,66	17,16	27,35	26,05	18,40	8,15	21,05	25,58	24,39	25,94	29,92	32,16	23,71	21,63	24,95	25,44	24,19	26,30	26,08	28,20	25,84	16,22
9		16,08	16,86	27,53	24,58	18,41	8,33	21,05	26,07	23,38	25,86	28,43	30,88	21,69	21,63	24,96	24,12	23,54	26,73	26,12	27,56	26,52	15,16
10		15,86	17,18	26,58	25,07	19,15	8,06	21,16	25,96	25,25	26,00	28,60	31,27	22,47	21,02	25,72	24,22	24,41	25,23	25,82	26,41	24,53	15,53
11		16,78	15,46	25,39	24,74	17,92	8,39	20,08	26,83	24,70	26,63	27,47	30,83	21,60	22,20	25,64	23,46	23,93	24,07	25,70	27,47	23,71	13,46
12		16,32	16,99	25,21	24,95	18,93	7,71	20,23	26,73	24,75	27,07	28,59	29,24	21,24	20,44	24,31	24,43	22,40	25,00	23,41	25,67	24,09	13,94
13		16,56	15,76	26,07	24,03	17,23	9,01	21,33	27,06	25,22	27,01	27,91	29,70	20,68	21,17	24,38	23,56	23,82	24,26	24,45	25,54	22,62	14,14
14		15,75	16,34	26,20	25,17	16,88	8,77	20,27	26,83	24,63	26,09	27,31	29,66	19,91	21,32	24,07	23,68	22,92	23,43	25,44	24,95	22,44	13,84
15		15,76	16,06	24,96	25,15	19,02	9,03	20,44	25,70	24,19	27,26	28,43	30,60	20,55	19,31	23,16	22,19	23,21	23,75	24,03	25,54	23,38	12,73
16		14,99	16,10	26,09	25,93	17,65	8,58	19,95	25,69	24,32	26,72	28,34	30,20	20,15	19,99	23,11	23,04	22,83	22,73	24,11	23,89	23,16	11,96
17		15,41	15,10	25,63	25,96	17,55	7,75	20,97	25,09	22,87	25,38	27,26	31,09	20,34	19,48	23,49	22,24	22,24	21,54	24,60	24,96	22,72	11,31
18		14,66	15,24	23,75	25,37	17,52	9,05	20,56	25,78	22,30	25,89	26,83	29,80	20,70	20,21	23,44	21,31	21,40	21,68	23,72	23,91	23,38	12,25
19		13,02	14,18	23,14	24,31	15,83	7,44	18,61	23,84	22,28	24,09	27,02	29,15	19,03	18,74	22,01	21,42	20,78	20,45	22,83	23,78	21,42	11,39
20		12,66	13,99	23,32	24,50	15,00	6,51	18,20	23,46	21,47	23,96	25,59	28,72	19,26	17,78	22,44	19,85	21,32	19,99	21,84	22,75	21,63	11,04
21		13,24	12,60	20,88	23,31	14,53	6,31	17,48	22,83	21,18	21,87	25,91	29,37	18,52	17,74	21,31	19,35	20,15	18,03	20,77	21,95	22,69	9,96
22		12,64	12,94	21,98	23,64	14,46	6,67	16,64	23,07	21,01	22,90	25,49	27,46	18,35	17,64	19,82	20,12	20,75	19,07	21,98	21,54	20,49	9,80
23		11,92	11,09	21,30	22,46	14,04	6,09	16,70	21,53	21,28	22,31	24,11	26,21	19,07	16,97	21,37	18,95	19,56	18,64	20,99	21,10	20,58	10,30
24		12,34	11,79	18,71	22,57	13,54	5,91	15,75	21,75	18,99	22,90	23,39	26,73	17,22	16,07	19,08	18,79	19,70	19,10	20,12	20,56	20,62	9,68

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.5.1) 1ª Infância (0 a 4 anos)

Dentre as diversas trajetórias, a pior é aquela trilhada no período 1990 a 1994, embora não tenhamos as informações da PNAD para os anos de 1991 e 1994. Logo em seguida, como pior trajetória vem a do período 2000-04 (Gráfico 3.4.1.2.58), na qual as proporções da 1ª Infância são maiores nesta faixa de rendimentos.

Gráfico 3.5.1.2.58. Trajetórias da 1ª Infância dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

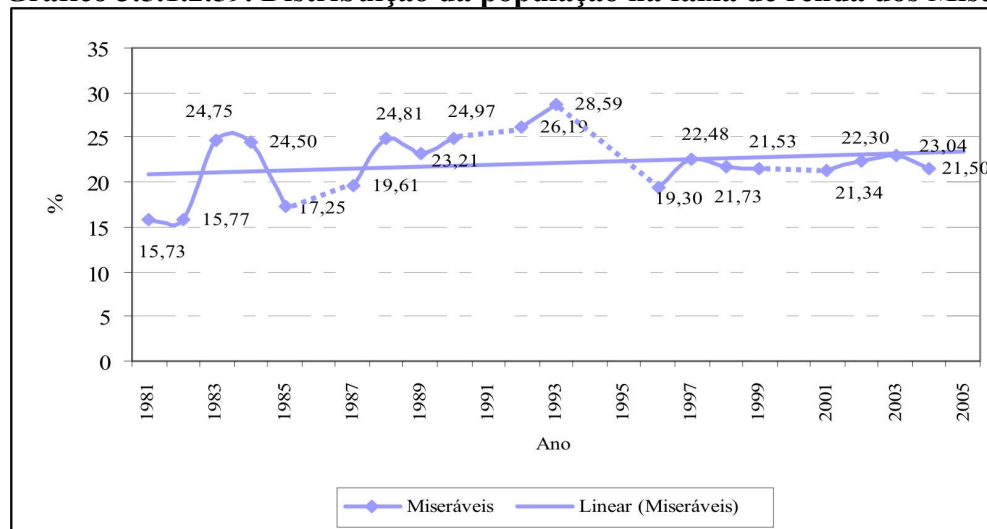
Acompanhando a trajetória para o período 1990-94 constatamos que a proporção de pessoas com 0 anos em 1990 nesta faixa de renda era de 30,40%, passando para 33,03% em 1992 quando completavam 2 anos e para 33,36% em 1993 quando atingiam a idade de 3 anos. Para o período 2000-04 também não temos os dados de 2000. Em 2001 havia 27,41% de pessoas da 1ª Infância nesta faixa de rendas, em 2002 havia 30,20%, em 2003 29,48% e em 2004 26,97%, proporções superiores as encontradas para os demais períodos.

De qualquer forma é preciso enfatizar que para a trajetória de 2000-04, a pior depois da do período 1990-94, a proporção média da 1ª Infância, nesta faixa de rendimentos, foi de 28,52% (enquanto para o período 1990-94 esta proporção chegou a 32,36%) e que entre 1981-85 esta proporção tinha um espaço bem mais reduzido, de 20,99% em média. Portanto, à despeito da redução do crescimento demográfico e dos diversos programas sociais implantados, estas características foram incapazes de melhorar a situação para as famílias com crianças no grupo etário em pauta. Estes valores mantiveram-se em níveis

mais altos do que os do período 1981-84. À exceção fica por conta dos que iniciaram a trajetória em 1995, em virtude da conjuntura daquele momento, que como mostram as informações, arrefeceram-se ao longo do tempo.

Para confrontar os dados da 1ª Infância com à população no estrato dos Miseráveis vamos lembrar inicialmente que esta faixa indicou propensão linear à ampliação (Gráfico 3.5.1.2.59).

Gráfico 3.5.1.2.59. Distribuição da população na faixa de renda dos Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

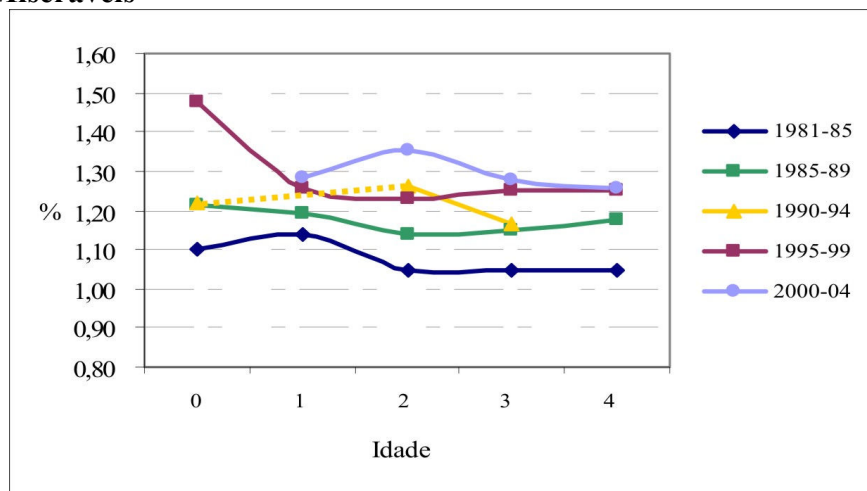
Se para esta faixa de renda o comportamento foi de ampliação como vimos anteriormente, ao neutralizarmos o componente demográfico as condições para a 1ª Infância mostraram-se ainda inferiores aos dos indivíduos deste estrato, pois este grupo comparece em todos os anos com proporções superiores aos encontrados para o total de pessoas nesta faixa de renda e com maior peso no período mais recente. (Tabela 3.5.1.2.34 e Gráfico 3.5.1.2.60).

Tabela 3.5.1.2.34. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

Idade	0	1	2	3	4
Período 1981-1985	1,100	1,139	1,047	1,049	1,046
Período 1985-1989	1,216	1,192	1,140	1,147	1,177
Período 1990-1994	1,217		1,261	1,167	
Período 1995-1999	1,476	1,259	1,231	1,253	1,251
Período 2000-2004		1,285	1,354	1,280	1,254

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.60. Distribuição da 1ª Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Passemos a seguir a acompanhar as trajetórias de 5 a 9 anos nos diversos períodos.

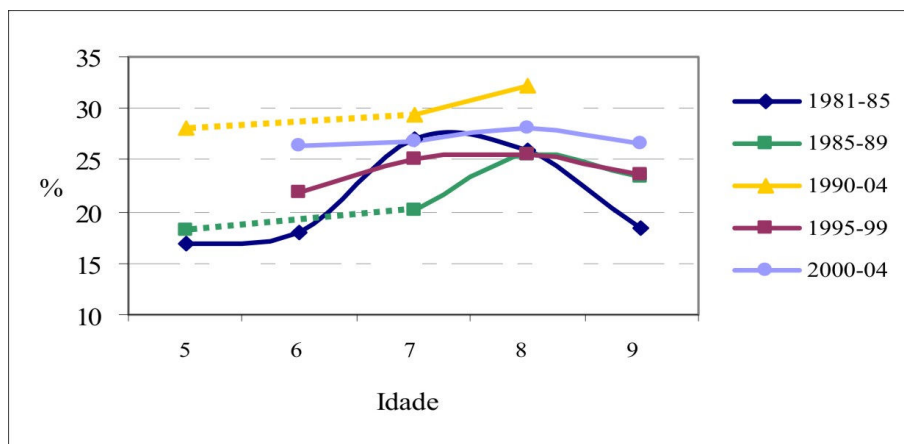
b.5.2) Infância (5 a 9 anos)

Neste caso também a pior trajetória é aquela que se dá entre 1990 e 1994 seguida por aquela que ocorre entre 2000 e 2004 (Gráfico 3.5.1.2.61) porém não temos os dados para 1991 e 1994, por inexistência do inquérito utilizado (PNAD).

O período 1990-94 mostrou tendência sempre ascendente ou seja, a proporção de pessoas nesta faixa de renda aumentou a cada ano, embora não tenhamos dados para o período completo (1991 e 1994). Em 1990, com 5 anos de idade, havia 28,06% de pessoas nesta faixa de renda. Em 1992 quando este grupo passava a 7 anos de idade, o contingente aumentava para 29,47% e em 1993 já com 8 anos de idade para 32,16%.

Mas, ao tomarmos as proporções médias de cada período, chamamos a atenção para os altos valores encontrados. A condição menos pior (preocupante de qualquer forma) é aquela registrada para o período mais remoto, (1981-85) com 20,99% em média da Infância neste segmento de renda. Para os demais períodos os valores médios são, 24,78% entre 1985-89, 32,26% entre 1990-94, 26,54% entre 1995-99 e 28,52% entre 2000-04.

Gráfico 3.5.1.2.61. Trajetórias da Infância dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

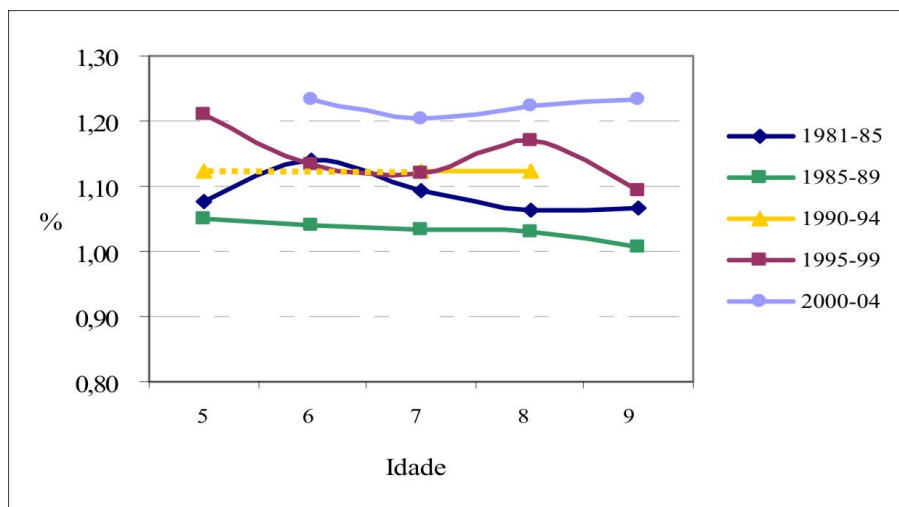
O peso da infância mostrou-se cada vez maior quando comparamos sua proporção neste estrato de renda com os indivíduos em geral (Tabela 3.5.1.2.35 e Gráfico 3.5.1.62). No período 1981-85 a Infância figurou com uma proporção média 8,8 pontos maior do que a população nesta faixa de renda. Este valor cai para 3,24 pontos, maior entre 1985-89 mas amplia-se sucessivamente; 12,47 em média superior entre 1990-94, 14,56 entre 1995-99 e 22,35 entre 2000 e 2004, evidenciando a precariedade de renda para as famílias com crianças nesta faixa etária.

Tabela 3.5.1.2.35. Distribuição da Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

Idade	5	6	7	8	9
Período 1981-1985	1,077	1,139	1,094	1,063	1,067
Período 1985-1989	1,051	1,041	1,032	1,031	1,007
Período 1990-1994	1,124		1,125	1,125	
Período 1995-1999	1,210	1,134	1,120	1,171	1,093
Período 2000-2004		1,233	1,204	1,224	1,233

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.62. Distribuição da Infância em relação à população brasileira dentre os Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

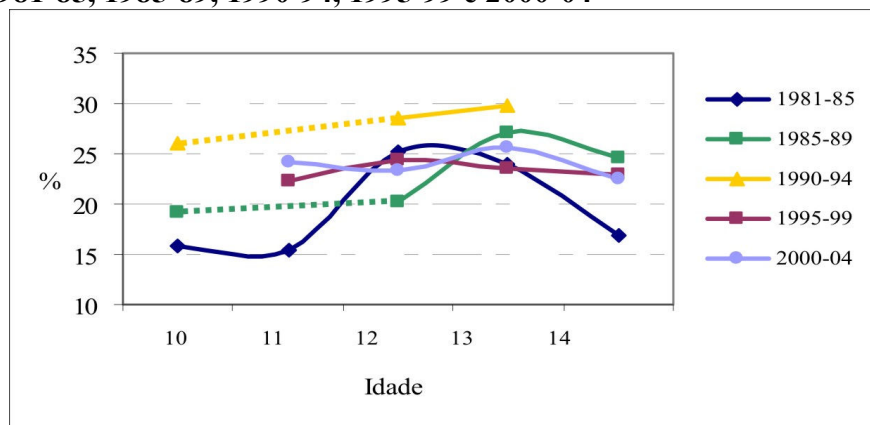
Passemos então à análise da trajetória de 10 a 14 anos para os períodos selecionados.

b.5.3) Pré-adolescência (10 a 14 anos)

A pior trajetória para a Pré-adolescência (Gráfico 3.4.1.2.63) confirmou o perfil anterior (para a Adolescência), isto é, manteve-se no período de 1990-94 (28,10% em média). As oscilações são amplas entre os diversos períodos, saindo de um patamar médio de 19,49% no período 1981-85 para 22,77% entre 1985-89, 23,25% entre 1995-99 e 23,87% entre 2000 e 2004 nesta faixa de renda. Ou seja, a proporção média de pré-adolescentes no período 2000-04 é superior à proporção encontrada para o período 1981-85.

Ao neutralizarmos a característica demográfica as condições da Pré-adolescência se mostraram oscilantes (Tabela 3.5.1.2.36 e Gráfico 3.5.1.2.64). Porém, no início do período, 1981-85, a proporção média teve comportamento semelhante ao da população em geral nesta faixa de renda e na última trajetória, 2000-04, a pré-adolescência participou com uma proporção 6,03 superior ao dos indivíduos do estrato. Tal trajetória aponta para uma tendência de queda social do grupo, muito superior à da população, que já mostrava ampliação de indivíduos nas famílias cuja maior renda individual era de R\$278,00.

Gráfico 3.5.1.2.63. Trajetórias da Pré-adolescência dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04

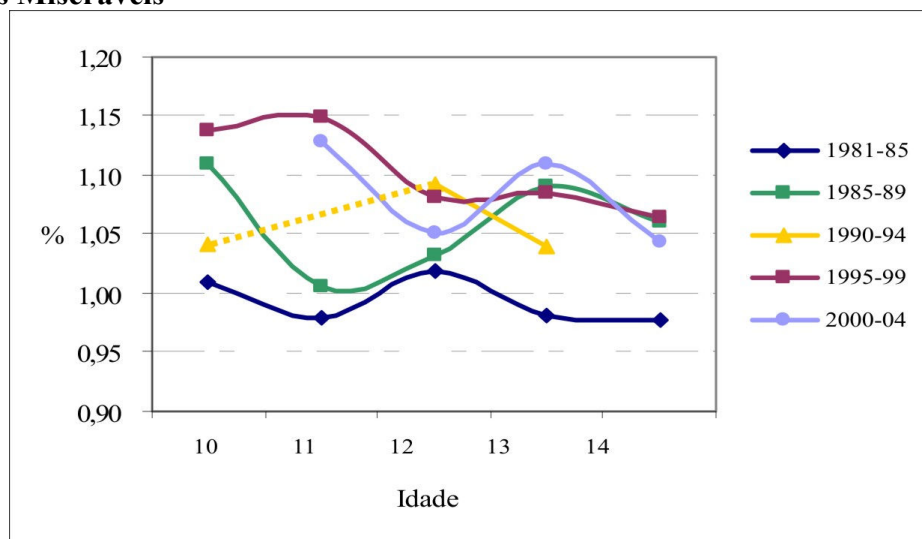


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Tabela 3.5.1.2.36. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

Idade	10	11	12	13	14
Período 1981-1985	1,009	0,980	1,019	0,981	0,978
Período 1985-1989	1,110	1,005	1,032	1,090	1,061
Período 1990-1994	1,041		1,092	1,039	
Período 1995-1999	1,138	1,150	1,081	1,084	1,065
Período 2000-2004		1,128	1,050	1,109	1,044

Gráfico 3.5.1.2.64. Distribuição da Pré-adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

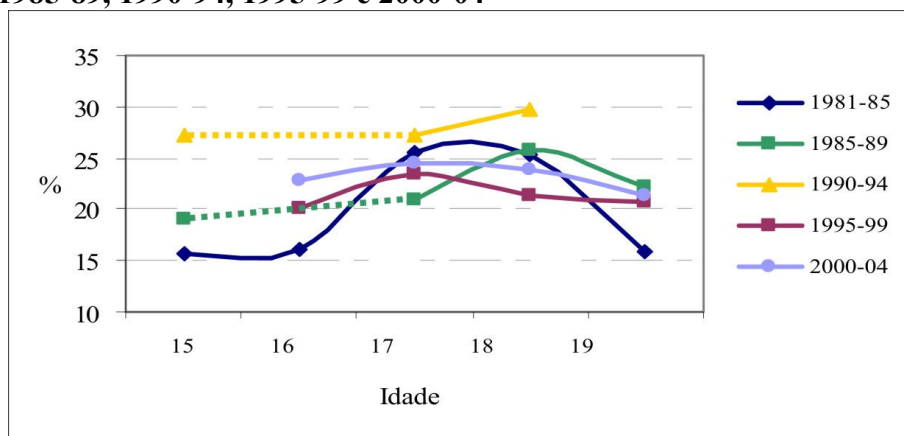


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.5.4) Adolescência (15 a 19 anos)

Este caso também aponta para o período 1990-94 como o de pior desempenho na trajetória dessas pessoas (Gráfico 3.5.1.2.65). Não se pode portanto concluir que ao longo do tempo as condições sociais são inferiores, mas pode se destacar que na trajetória mais recente, entre 2000 e 2004 este grupo revelou situação inferior a aqueles que percorreram o período 1981-85. A adolescência teve uma proporção média entre 1981 e 1985 nesta faixa de renda de 19,74% enquanto para o período 2000-04 este valor atingiu 23,17% em média. Houve portanto um declínio de renda relativo, pois mais 3,43% dos adolescentes ingressaram nesta faixa de renda.

Gráfico 3.5.1.2.65. Trajetórias da Adolescência dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

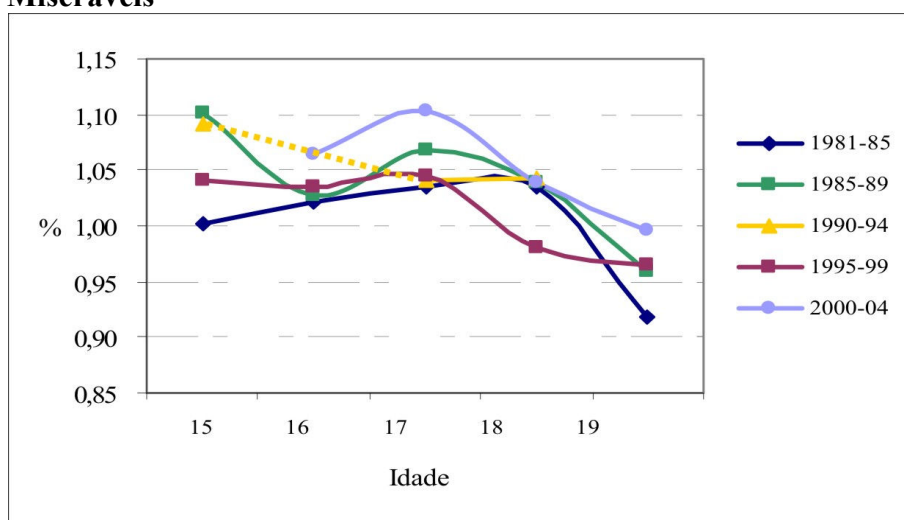
A proporção da Adolescência neste estrato de renda é semelhante à encontrada para as pessoas em geral no período 1981-1984 (levemente superior apenas). Mas no período final, para a trajetória entre 2000 e 2004, este grupo passa a exceder em 5,05 a proporção média dos indivíduos do estrato, evidenciando o crescimento da adolescência no estrato dos Miseráveis. (Tabela 3.5.1.2.37 e Gráfico 3.5.1.2.66)

Tabela 3.5.1.2.37. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

Idade	15	16	17	18	19
Período 1981-1985	1,002	1,021	1,036	1,035	0,918
Período 1985-1989	1,102	1,028	1,069	1,039	0,960
Período 1990-1994	1,092		1,041	1,042	
Período 1995-1999	1,041	1,036	1,045	0,981	0,965
Período 2000-2004		1,065	1,103	1,038	0,996

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.66. Distribuição da Adolescência em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

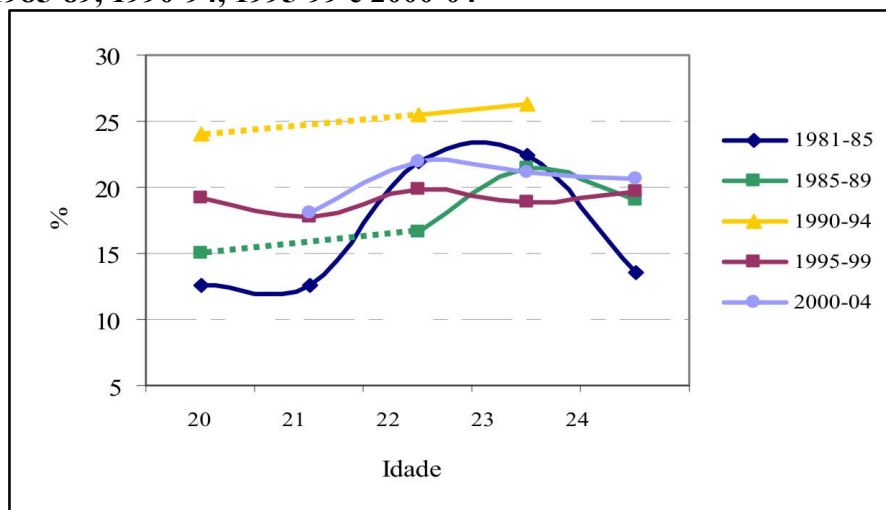


Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

b.5.5) Juventude (20 a 24 anos)

Para a análise deste grupo etário vamos confrontar as informações sobre as proporções das trajetórias de cada período (Gráfico 3.5.1.2.67) com as informações da relação demográfica (Tabela 3.5.1.2.38 e Gráfico 3.5.1.2.68). Se por um lado não há como determinar um padrão comportamental para a juventude neste estrato a partir das primeiras informações, é possível constatar com base na relação demográfica que os jovens ampliam sua proporção em função à população neste estrato de renda, mantendo-se ainda em níveis proporcionais inferiores a esta última. Isto porque para o período 2000-04 evidencia-se a elevação deste contingente em relação aos períodos anteriores.

Gráfico 3.5.1.2.67. Trajetórias da Juventude dentre os Miseráveis para os períodos 1981-85, 1985-89, 1990-94, 1995-99 e 2000-04



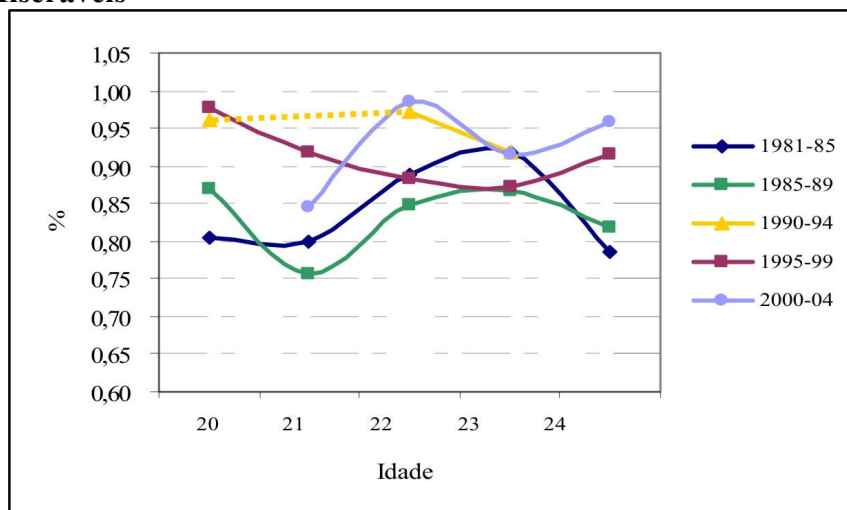
Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Tabela 3.5.1.2.38. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira dentre os Miseráveis

Idade	20	21	22	23	24
Período 1981-1985	0,805	0,799	0,888	0,917	0,785
Período 1985-1989	0,869	0,756	0,849	0,868	0,818
Período 1990-1994	0,960		0,973	0,917	
Período 1995-1999	0,976	0,919	0,882	0,872	0,915
Período 2000-2004		0,845	0,986	0,916	0,959

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Gráfico 3.5.1.2.68. Distribuição da Juventude em relação à população brasileira dentre os Miseráveis



Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

As trajetórias dos diversos grupos etários nesta faixa de renda indicam mais uma vez o que já constatamos anteriormente, isto é, ampliação relativa mais forte nos períodos mais recentes.

Recuperando rapidamente a característica de tendência captada para esta camada de renda houve queda para os grupos etários mais jovens, 1ª. Infância e Infância, mas neste caso as situações da Adolescência e da Juventude também revelam o mesmo tipo de desempenho declinante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar a estrutura social brasileira (e mais especificamente o seu segmento com idade entre 0 a 23 anos) e sua movimentação a partir de cinco estratos de renda, para o período 1981-2004.

Para tal, fizemos uso de uma nova abordagem no trato deste tema, já que esta análise se baseia no pressuposto teórico de que a posição social das famílias está diretamente relacionada à inserção do integrante familiar melhor remunerado.

Sob o ponto de vista teórico, a caracterização inicial sobre a participação brasileira em relação ao produto mundial mostrou que a teoria da convergência é incapaz de explicar o afastamento do Brasil em relação aos países ricos, pois enquanto a variação relativa do produto brasileiro reduziu-se em 24,57%, para o G7 esta redução foi apenas de 15,17%, entre 1980 e 2004.

Ademais, internamente, a aproximação entre ricos e pobres não se pode ser aferida com base apenas nos dados da PNAD. Como vimos anteriormente, a PNAD reflete, sobretudo, a renda do trabalho, uma vez que em 2005, 95,92% de seus rendimentos advieram do trabalho presente e passado (aposentadorias e pensões). A rubrica “juros”, na PNAD, participa com apenas 1,9% em 2005 (ano de seu maior nível), o que não confere com os montantes auferidos, em um país campeão mundial da taxa de juros. Devemos considerar que esta rubrica ainda agrega os valores distribuídos pelo programa Bolsa Família para o período mais recente.

É seguro que a partir da renda familiar *per capita* registrada pela PNAD, houve distribuição de renda, o que necessariamente não significou melhoria na condição social. Gini, Theil, proporções apropriadas pelos diversos segmentos, com base nas separatrizes, apontaram para a redução da desigualdade em um universo em que a renda do trabalho mostrou proporção média de 96,52% entre 1995 e 2005.

A utilização de uma abordagem metodológica estabelecida sobre estratos de renda, a partir da alocação de todos os membros da família no estrato de renda de sua mais elevada remuneração individual revelou, entretanto, que houve tendência à redução relativa

nos três estratos de renda superiores (Alta, Média e Baixa classes) e ampliação dos estratos da base da pirâmide (Massa trabalhadora e Miseráveis) no período. A sociedade brasileira com isso registrou um corte de renda no valor de R\$557,50, indicando os seguintes comportamentos:

- a) Encolhimento da proporção de pessoas nos estratos contendo aqueles com rendimentos iguais ou superiores a R\$ 557,50 (Mais elevada remuneração individual na família);
- b) Ampliação das proporções nos estratos contendo aqueles que percebiam rendimentos inferiores a R\$ 557,50.

O acompanhamento a partir do corte etário, para o segmento dos indivíduos com idades entre 0 a 23 anos, revelou uma mobilidade no mesmo sentido, isto é, encolhem-se as proporções nas faixas de maior renda e ampliam-se nas de menor renda. Entretanto, a pior condição captada para este grupo foi registrada em 2004.

A comparação entre as idades forneceu sinais de que há uma relação entre idade e a condição social. Os piores resultados de rendimentos são encontrados à medida que se estuda as idades mais novas, cabendo levantar a hipótese de que as famílias da base da pirâmide possuem maior número de filhos ou que aquelas do topo reduziram a fecundidade. É bom lembrar também que são famílias de idades mais jovens as que estão no início do ciclo de vida e portanto com rendimentos mais baixos.

Para a coorte 0-23 anos, novamente, registra-se o comportamento encontrado anteriormente para toda a sociedade, isto é, a tendência de redução de proporções ocorre nas faixas iguais ou superiores a R\$ 557,50 e o inverso, ou seja, a ampliação, acontece para aqueles com rendimentos inferiores a este valor (a maior remuneração individual da família).

Na análise diagonal, em que acompanhamos a evolução de um grupo etário no tempo (0 em 1981, 1 em 1982, ... 23 em 2004), constatamos o seguinte:

a) Uma tendência à polarização entre os estratos do topo e da base da pirâmide durante o período 1981-1993. Assim, mostram propensão ao aumento de suas proporções, as pessoas deste segmento etário, pertencentes à famílias com rendimentos individuais superiores ou iguais a R\$ 2.787,70 (Alta classe média) e aquelas com rendas individuais inferiores a R\$ 278,80 (Miseráveis). Os espaços do estrato da Baixa classe média (maior renda individual da família é maior ou igual a R\$ 557,50 e menor que R\$ 1.393,80) e da Massa trabalhadora (maior renda individual da família é maior ou igual a R\$ 278,80 e menor que R\$ 557,50) mostram redução, enquanto a Média classe média (R\$ 1.393,80 e R\$ 2.787,70) apresenta estabilidade.

b) Uma tendência ao encolhimento dos estratos do topo da pirâmide para o período 1996-2004, daqueles pertencentes às famílias dos estratos Alto e Médio, ou seja, pessoas que faziam parte de famílias cuja renda do seu integrante mais bem remunerado era igual ou superior a R\$ 1.393,80, indicando portanto que a melhoria ocorrida logo após ao Plano Real não se perpetuou. Paralelamente, houve tendência à ampliação do estrato da Massa trabalhadora (maior ou igual a R\$ 278,80 e menor que R\$ 557,50) e estabilidade para as duas faixas restantes (Baixa classe média e Miseráveis).

Na tarefa de acompanhar trajetórias etárias que nomeamos de 1ª Infância, Infância, Pré-adolescência, Adolescência e Juventude nas diversas faixas de renda, pudemos constatar:

a) A pior condição registrada durante o período 2000-2004 ocorreu para os grupos da 1ª Infância, Infância e Pré-adolescência, pois estes apresentam as menores proporções nas classes Alta, Média e Baixa e as maiores proporções no estrato da Massa trabalhadora e dos Miseráveis (base da pirâmide);

b) A Pré-adolescência, a Adolescência e a Juventude apresentaram um peso relativamente alto quando comparado com o conjunto da população, na faixa dos

Miseráveis, mostrando, portanto, que o movimento das famílias destes três segmentos etários em direção a este estrato de renda (Miseráveis) ampliou-se em maior intensidade do que para a população em geral. Lembramos que a tendência para esta última (a população brasileira) também foi de aumento de peso no estrato dos Miseráveis.

Verificando a possibilidade de ter havido convergência de renda, entre os estratos, o que se pode concluir com base neste estudo é a degradação das condições de renda durante o período, a despeito da redução da desigualdade registrada pelos estudos que se limitam a acompanhar a variação da renda familiar *per capita*. Assim, como mostramos anteriormente, o componente demográfico, com redução do tamanho médio das famílias, teve grande peso para a redução da desigualdade entre as rendas mais altas captadas pela PNAD e os mais pobres, pois quando analisamos a renda das famílias sob o enfoque de seu integrante mais bem remunerado, observamos que houve queda nos rendimentos superiores a R\$557,50. De fato a PNAD apontou para uma convergência entre rendimentos centrados neste valor (superiores e inferiores). Entretanto, esta convergência mostrada pela PNAD aliada à perda de participação brasileira no produto mundial, mais acelerada que os países desenvolvidos (G7), indica muito provavelmente menores postos de trabalhos para os níveis mais altos de renda (superiores a R\$557,50).

A título de conclusão ainda ressaltamos que as políticas macroeconômicas adotadas e as macrorreformas realizadas, de modo geral, não alteraram significativamente a ponto de proporcionar melhores condições de renda para a população trabalhadora em geral. Ao contrário do que alguns estudos com base em metodologia normalmente utilizada procuram demonstrar, desde 1996 a condição de remuneração para as unidades familiares se deteriorou para boa parte da sociedade brasileira. As famílias cuja maior remuneração individual excedia R\$ 557,50 vivenciaram mobilidade descendente, em direção aos estratos com níveis de renda inferiores ao mencionado. Tal comportamento portanto, mostra um achatamento em um nível bastante baixo de rendimentos (R\$557,00), no qual durante o período 1997 a 2004, 80,29% da população brasileira em média pertencem a famílias cuja maior remuneração individual esteve entre R\$557,50 e R\$1.393,80. Apenas 19,72% da

sociedade brasileira tinha alguma pessoa percebendo valores iguais ou superiores a R\$1.393,80 como maior rendimento de sua unidade familiar.

Finalmente, este estudo aponta para novos caminhos a serem explorados, como a inclusão das informações relativas às demais idades não incorporadas e a agregação dos dados da PNAD 2005. Registramos ainda a crença de que o estudo da evolução social, mesmo se restringindo à renda, é bastante complexo, com diversas dimensões a serem exploradas simultaneamente, como o caso do viés demográfico, neste caso e para os quais este estudo pretendeu trazer alguma contribuição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATKINSON, A B e BOURGUIGNON **Income Distribution and Economics**, Handbook of income distribution, v. 1 the measurement of inequality, London, Elsevier, 2000;

BACHA, E **Hierarquia e remuneração gerencial:A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1975;

BARRO R J e SALA-I-MARTIN X, **Capital mobility in neoclassical models of growth**, The American Economic Review, 1995, in <http://www.jstor.org/view/00028282/di976328/97p0206v/0>, acessado em 25/05/2007;

BARROS, R P; MENDONÇA R **Os determinantes da desigualdade no Brasil**, Rio de Janeiro, Ipea, 1995, Texto para discussão no. 377;

-----; MENDONÇA, R; VELAZCO, T **O desempenho educacional no Brasil**, Rio de Janeiro, Ipea, 1996;

-----; CORSEUIL, C H; MENDONÇA, R **Uma análise da estrutura salarial brasileira baseada na PPV**, Rio de Janeiro, Ipea, 1999, Texto para discussão no. 689;

-----; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil** in HENRIQUES, R (orgs), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, 2000;

-----; HENRIQUES, R; MENDONÇA, R **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil** in HENRIQUES R (org), *Desigualdade e pobreza no Brasil*, Rio de Janeiro, IPEA, 2000;

BECKER G, PHILIPSON T J, SOARES R **The Quantity and quality of life and the evolution of world inequality**, National Bureau of Economic Research, Working paper 9765 in <http://www.nber.org/papers/w9765>, Cambridge, Massachussets, acessado em 19/05/2007;

BERRY A; SERIEUX J **Riding the elephants:the evolution of world economic growth and income distribution at the end of the 20th century (1980-2000)** in http://www.un.org/esa/desa/papers/2006/wp27_2006.pdf acessado em 20/04/2007;

BLISS C **Galton's fallacy and economic convergence**, Oxford Economic Papers, 51, 4-14, 1999 in http://eprints.ouls.ox.ac.uk:81/oep/hdb/Volume_51/Issue_01/abstracts/510004.sgm, acessado em 20/05/2007;

BONELLI, R; SEDLACEK, G L **Distribuição de renda: evolução no último quarto de século**, Mercado de trabalho e distribuição de renda:uma coletânea, no 35, Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1989;

BOURDIEU, P **O poder simbólico**, Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 1998;

CANNON E S, DUCK N W **Galton's fallacy and economic convergence**, Oxford Economic Papers.. Vol. 52, Iss. 2; p. 415, Oxford: Apr 2000;

CAMARGO, J M; LANDAU, E **Política de salário mínimo e distribuição de renda no Brasil**, Anais:Encontro Nacional de economia no. 13, Vitória, 1985;

CORSEUIL, C H; FOGUEL M N **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**, Rio de Janeiro, IPEA, Texto para discussão no. 897, 2002;

DEDECCA, C S **Anos 90: a estabilidade com desigualdade** in Trabalho, mercado e sociedade, orgs PRONI M e HENRIQUE W, São Paulo, Unesp, 2003;

ERIKSON, R; GOLDTHORPE J H **Are American rates of social mobility exceptionally high? New evidence on an old question**, European Sociological Review 1, 1985;

-----; **The Constant flux: a study of class mobility in industrial societies**, Clarendon press, Oxford Univ Press, 1992;

FEATHERMAN, D L; JONES, F L; HAUSER, R **Assumptions of social mobility research in the U. S.: the case of occupational status** in Social Science Research 4, 1975;

FERREIRA, F **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil:luta de classe ou heterogeneidade educacional** (Texto para discussão 415), departamento de economia, PUC, 2000;

FERREIRA, M C **A mobilidade social em setores de elite, Brasil 1996**, Revista brasileira de Ciências sociais, vol 16 no. 47, 2001

FIELDS, G S **A Re-examination of Brazilian Economic Development in the 1960s**, Discussion paper, no. 235, New Haven: Economic Growth Center, 1975;

FISHLOW, A **A Distribuição de renda no Brasil, A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**, Rio de Janeiro, Zahar, 1975;

GADREY, J; CATRICE F **Os novos indicadores de riqueza**, São Paulo, Senac, 2006;

GOLDTHORPE, J H; LLEWELLYN C; PAYNE C **Social mobility and class structure in modern Britain**, Claredon Press, Oxford, 1987;

GOTTSCHALK P; SMEEDING T M **Empirical evidence on income inequality in industrialized countries** in Handbook of income distribution eds Atkinson A B e Bourguignon F, Elsevier, Amsterdam, 2006

HASENBALG, C A; SILVA, N V **Industrialização e estrutura de emprego no Brasil: 1960-80**, Estrutura social mobilidade e raça, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1988;

HOFFMANN, R; DUARTE, J C **A distribuição de renda no Brasil** in Revista de Administração de empresas, volume 2, no. 12, São Paulo, junho 1972;

-----; **Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo**, Economia e sociedade no. 11, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, dezembro, 1998;

-----; **Distribuição de renda: Medidas de desigualdade e pobreza**, Edusp, São Paulo, 1998b;

-----; **A distribuição de renda no Brasil no período 1992-2001**, Economia e sociedade no. 19, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, julho/dezembro, 2002;

HOWARD M C Teorias modernas da distribuição de renda, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1976;

JANNUZZI, P M **Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise**, Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Brasília, jan/dez de 1999;

-----; **Status socioeconômico das ocupações brasileiras: índices aproximativos para 1980, 1991 e anos 90** in Revista Brasileira de estatística, Rio de Janeiro, v. 61, n 216, 2000;

-----; **Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990** in Economia e Sociedade, Instituto de Economia, Unicamp, 2002;

KERR C; DUNLOP F; HARBISON; e MYERS C A **Industrialism and industrial man: The problems of labour and the management of economic growth**, Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 1960/1973;

LANGONI, C G **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**, Rio de Janeiro, Expressão e cultura, 1973;

LIPSET S M e ZETTERBERG H **Social mobility in industrial societies**, orgs Lipset S M e Bendix R, University of California Press, Berkeley, 1959;

MALAN, P; WELLS, J **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil** in **A Controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento**, Tolipan & Tinelli (orgs), Rio de Janeiro, Zahar, 1975;

PARENTE S; PRESCOTT E C **Changes in the Wealth of the Nations**, Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Reviews, 17 (2), 3-16, in <http://minneapolisfed.org/research/QR/QR1721.pdf>, 1993 acessado em 27/05/2007.

PARSONS T **Structure and process in modern societies**, The Free press, Glencoe, 1960;

PASTORE, J **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**, São Paulo, Edusp, 1979;

-----; HALLER, A **O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil?** In ALBUQUERQUE R e VELLOSO, J P R (orgs) **Pobreza e mobilidade social**, São Paulo, Nobel, 1993;

-----; SILVA N V A **Mobilidade social no Brasil: Padrões e tendências**, São Paulo, Makron, 2000;

PELIANO, J C P **Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: A ordem e o progresso desiguais**, Tese de doutorado, IE/Unicamp, Campinas 1992;

PERO V **Tendências da mobilidade social no Rio de Janeiro**, Tese de doutorado, IE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2002;

PIKETTY T **Theories of persistent inequality and intergenerational mobility** in Handbook of income distribution orgs Atkinson A B e Bourguignon F, Elsevier, Amsterdam, 2006;

POCHMANN M entrevista in **Revista Sem Terra**, http://sof.locaweb.com.br/marcha/paginas/textosTemas/01_Marcio_Pochman.doc, 2005
acessado em 05/08,2007;

QUADROS, W **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa**, Tese de livre-docência, IE/Unicamp, Campinas, 2003;

-----; **A dinâmica da classe média** in Espaços para o crescimento sustentado da economia brasileira, org Dupas G, IEEI – Instituto de estudos econômicos e internacionais, São Paulo, Unesp, 2007;

-----; **O encolhimento da classe média brasileira**, Carta Social, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007;

-----; **Exuberância social inexplicável**, Carta Social, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2007;

ROCHA, S **Renda e Pobreza: os impactos do Plano Real**, Texto para discussão 439, IPEA, Rio de Janeiro, 1996, http://www.ipea.gov.br/pub/td/1996/td_0439.pdf acessado em 15/07/2006

SANTOS J A F **Estrutura de posições de classe no Brasil**, Belo Horizonte, Ed UFMG, 2002;

SCALON M C **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências** Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 1999;

SCALON M C; COSTA RIBEIRO C A **Mobilidade de classe no Brasil em perspectiva comparada**, Dados, vol 44 no. 1, Rio de Janeiro, 2001;

SEN, A K **Desenvolvimento como liberdade**, São Paulo, Companhia das Letras, 1999;

SILVA, N V **As duas faces da mobilidade** in Dados no 21, Rio de Janeiro, 1979;

-----; RODITI, D **Et plus ça change ... tendências históricas da fluidez social no Brasil**, Dados, Revista de Ciências sociais Rio de Janeiro, vol 29 nº 3, IUPERJ, 1988;

-----; **Uma proposta de classificação das ocupações brasileiras**, LNCC, 1992;

-----; **Uma classificação ocupacional para o estudo da mobilidade e da situação de trabalho no Brasil**, Rio de Janeiro, 2004;

SIMONSEN, M H **Desigualdade e mobilidade social** in Ensaios de Opinião, volume 8, Rio de Janeiro, 1978;

UN, **The Inequality predicament – Report on the world social situation 2005**, Nova York, 2005;

VIVERET, P **Reconsiderar a riqueza**, Brasília, UNB, no prelo.

WRIGHT, E O **Classes**, Verso, Londres, 1985.

ANEXOS

ANEXO A – Deflatores corrigidos para a PNAD

Ano	Deflator	Moeda	Conversão Real (R\$)
1981	0,000000000013	Cruzeiro (Cr\$)	÷2.750.000.000.000
1982	0,000000000027		
1983	0,000000000066		
1984	0,000000000192		
1985	0,000000000608		
1986	0,000000001204	Cruzado (Cz\$)	÷2.750.000.000
1987	0,000000004816		
1988	0,000000039203		
1989	0,000000538979	Cruzado Novo (NCz\$)	÷2.750.000
1990	0,000016127022	Cruzeiro (Cr\$)	÷2.750.000
1992	0,000996220715		
1993	0,020603196169	Cruzeiro Real (CR\$)	÷2.750
1995	0,660255917127	Real (R\$)	
1996	0,742170713794		
1997	0,774350502863		
1998	0,798136175969		
1999	0,849501390026		
2000	0,895380694131		
2001	0,975438363436		
2002	1,072218258855		
2003	1,252658181000		
2004	1,325798218001		
2005	1,348050500000		

ANEXO B1 - Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Alta classe média (≥ R\$2.787,70)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	6,69	7,32	4,84	4,53	6,54	10,05	6,73	6,12	8,05	5,85	3,45	3,60	5,29	6,97	5,26	4,81	4,51	4,22	4,36	4,57	3,87	4,61
1	7,07	7,73	5,34	5,21	6,54	10,87	7,36	6,97	8,25	6,53	3,84	4,16	5,88	7,58	5,56	5,60	4,59	4,76	4,10	4,75	4,05	4,83
2	6,81	8,18	5,82	4,71	6,87	11,55	7,80	6,62	8,01	6,92	4,71	4,77	6,13	7,48	5,17	5,54	4,84	4,56	4,13	3,88	4,39	4,61
3	7,46	8,29	5,55	5,72	7,50	11,87	8,24	7,34	8,70	6,65	4,41	4,77	6,58	7,62	5,47	5,23	4,87	4,66	3,98	3,34	4,23	4,37
4	6,32	8,16	5,78	5,76	8,14	12,37	7,76	7,42	9,10	7,01	4,69	5,33	6,46	8,91	5,94	4,76	5,35	5,36	4,60	4,34	4,05	4,70
5	6,73	7,98	6,17	5,94	7,98	13,55	8,55	7,46	9,69	7,15	4,51	5,16	7,27	9,44	6,91	5,49	5,38	5,04	4,65	4,32	3,82	4,46
6	6,39	7,78	6,27	5,66	8,10	12,59	8,49	8,45	9,49	7,81	5,23	5,29	7,52	9,58	6,66	6,03	6,15	5,63	4,31	4,15	3,69	4,43
7	6,59	7,92	5,65	5,57	7,53	13,19	8,89	8,60	10,03	7,20	5,49	5,56	6,94	9,22	6,98	6,60	6,07	5,92	4,51	4,56	4,28	4,99
8	6,54	7,64	6,23	5,39	7,97	13,05	8,38	8,38	9,50	7,59	4,98	6,30	8,34	9,56	7,17	7,07	6,57	5,95	4,57	5,20	4,55	4,79
9	6,57	7,19	5,72	5,71	7,44	12,29	8,58	8,86	10,10	8,41	4,87	6,02	7,86	10,23	7,70	6,85	6,98	5,77	5,22	4,76	4,84	4,89
10	6,89	7,33	5,58	5,11	7,43	12,14	8,22	7,73	9,97	8,08	5,60	5,78	8,85	9,99	8,06	7,41	6,97	5,98	5,21	4,71	4,37	5,45
11	6,80	7,97	5,94	5,30	7,35	12,14	8,01	7,92	9,31	8,29	5,76	6,50	8,90	10,02	7,42	8,18	6,97	6,86	5,96	5,14	4,92	5,09
12	6,55	7,08	5,64	4,83	7,53	13,19	8,89	7,46	9,43	8,07	5,22	6,81	8,78	10,49	8,47	7,42	7,31	7,12	6,04	5,51	5,04	6,39
13	6,39	7,33	5,44	5,71	7,32	12,26	8,12	7,31	9,29	7,49	5,79	6,82	8,76	10,59	8,62	8,08	6,94	7,34	6,11	6,02	5,63	5,33
14	6,60	6,84	5,61	4,73	6,77	12,09	7,95	6,81	9,54	7,51	5,94	6,85	9,69	11,07	8,20	8,14	7,67	7,07	6,14	5,93	5,97	5,82
15	6,59	7,42	5,48	4,92	6,65	12,53	8,05	7,69	9,64	7,07	5,47	5,98	9,47	11,56	8,78	8,48	7,43	7,54	6,86	5,89	5,75	6,48
16	7,12	7,59	5,21	5,28	6,35	12,00	8,32	7,12	9,03	7,25	5,53	6,47	8,76	10,96	8,70	8,71	7,49	7,89	6,52	6,40	6,10	6,53
17	7,84	8,21	6,06	5,35	6,78	11,27	7,24	7,82	9,98	7,39	5,42	5,80	8,87	11,28	9,44	8,63	8,44	8,01	6,59	6,04	5,71	6,17
18	7,73	8,15	6,32	5,52	6,89	11,03	8,17	6,95	9,66	6,63	5,22	5,66	8,49	10,65	8,34	9,37	7,72	7,94	6,85	7,00	5,80	6,32
19	8,08	8,56	6,57	5,54	6,85	12,72	7,33	6,80	8,30	7,50	5,28	5,23	9,33	10,68	8,64	8,48	8,23	8,32	6,52	6,47	5,80	6,98
20	7,67	8,42	6,02	5,40	7,36	11,12	6,96	6,37	8,65	7,18	4,87	5,49	8,28	10,34	7,51	8,56	8,10	8,60	7,13	6,84	5,94	6,71
21	8,00	9,01	6,11	5,32	8,50	12,79	6,97	5,43	8,52	7,49	4,95	5,24	8,54	10,28	7,22	8,19	7,19	7,57	7,20	6,80	6,03	6,68
22	7,46	8,00	6,03	5,09	7,18	11,00	7,77	6,13	9,33	6,11	4,97	5,32	8,29	8,93	7,45	7,14	6,74	7,42	6,91	7,12	6,14	5,98
23	7,44	8,21	5,89	4,96	7,24	12,40	8,24	7,37	8,79	7,06	4,09	4,42	7,18	9,77	6,20	7,70	7,28	7,03	6,42	5,83	6,26	6,18
24	8,24	7,74	6,17	5,56	7,41	11,94	8,14	6,45	9,60	6,83	4,08	5,01	7,31	9,96	7,17	7,11	6,67	6,92	6,72	6,34	6,16	6,69

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

Deflação para janeiro de 2006

ANEXO B2 - Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 a R\$2.787,70)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	11,28	10,83	9,66	8,92	10,47	14,97	11,34	9,77	10,74	10,43	8,22	7,81	9,18	10,67	10,22	10,01	7,79	8,11	6,96	5,75	7,07	7,83
1	12,07	11,39	11,02	9,18	11,47	15,93	11,62	10,07	11,58	10,75	8,54	7,86	9,87	12,48	10,60	10,87	8,26	8,44	7,64	6,49	6,78	8,26
2	11,77	11,29	11,17	9,78	11,43	17,37	11,51	10,19	11,70	9,78	8,49	8,63	9,69	11,44	10,92	10,78	8,66	8,61	8,20	6,72	6,25	7,14
3	11,92	11,07	10,90	9,74	12,04	16,37	12,31	10,58	11,28	11,56	8,62	9,53	10,28	12,57	11,44	10,42	9,00	8,39	8,00	6,87	6,69	7,09
4	11,48	10,86	10,83	9,89	11,57	17,55	12,91	11,03	11,17	11,06	9,21	8,59	10,67	11,79	11,09	11,53	8,99	8,28	8,19	6,48	7,40	8,22
5	10,67	11,33	10,45	9,93	12,13	17,45	12,56	10,10	11,82	11,81	9,73	8,15	10,93	13,12	12,09	11,24	9,66	9,32	8,56	7,16	7,64	8,06
6	11,24	10,90	10,15	9,79	12,42	17,91	13,10	11,13	12,30	11,60	9,59	9,21	10,67	12,65	11,78	11,77	9,05	8,96	8,61	7,01	7,46	7,73
7	11,26	10,45	10,18	9,72	11,29	16,71	12,46	10,76	12,28	11,04	9,65	8,65	11,39	13,89	12,59	12,52	10,01	9,21	8,49	6,99	8,11	8,37
8	11,13	10,59	10,14	9,03	11,82	17,01	12,68	10,64	11,81	11,12	9,85	9,71	11,30	13,92	12,22	12,21	9,87	9,76	8,74	6,82	7,88	8,35
9	11,74	11,46	9,85	9,56	11,73	16,87	12,19	10,73	12,65	12,36	10,43	9,46	11,91	13,39	12,33	12,89	9,99	9,73	9,28	7,41	8,37	8,91
10	11,82	10,36	10,33	9,37	11,10	16,87	11,55	10,01	12,61	11,41	9,84	9,75	11,44	12,61	12,58	13,00	10,09	10,19	9,56	7,75	8,35	8,51
11	11,15	10,93	10,41	9,55	11,03	17,00	11,76	10,10	11,39	12,24	11,16	9,72	11,74	13,24	11,95	12,85	10,24	9,58	9,59	7,48	8,28	9,79
12	11,36	11,30	10,67	9,43	11,29	16,71	12,46	9,53	12,34	10,30	10,23	9,75	11,65	13,49	12,46	12,71	11,41	10,88	9,76	8,92	9,27	9,75
13	12,23	11,35	10,54	9,84	11,20	15,80	12,16	9,52	12,06	11,25	9,89	9,67	11,79	13,08	12,15	12,83	10,68	9,70	9,85	8,66	9,17	10,24
14	12,42	11,55	10,11	9,45	12,74	16,74	12,43	10,42	12,11	10,90	10,54	9,51	12,49	13,58	13,43	13,28	11,45	10,82	10,28	8,50	9,74	9,55
15	12,33	11,48	10,75	9,21	11,45	17,45	12,23	10,11	11,92	11,01	9,87	9,50	11,75	13,58	13,91	13,30	10,69	10,36	9,97	8,66	9,45	11,11
16	12,76	11,47	10,96	9,72	11,75	16,17	11,84	9,64	12,08	11,02	9,96	9,76	12,39	13,52	13,33	13,22	10,77	10,23	10,49	9,21	10,27	10,11
17	13,06	12,83	10,59	9,75	11,43	16,65	12,73	10,41	12,14	10,47	9,65	9,38	11,98	13,74	12,60	13,47	11,07	11,33	10,71	9,42	9,85	10,43
18	12,91	12,43	11,58	10,12	12,38	16,83	11,91	9,53	11,77	11,80	9,42	8,97	11,40	14,28	13,03	12,68	11,70	11,20	10,52	8,95	9,29	10,35
19	13,69	12,36	11,93	10,70	11,96	18,63	12,53	8,96	12,97	11,78	9,88	9,15	11,47	13,48	13,72	13,67	10,91	10,53	10,50	9,62	9,74	9,52
20	13,51	13,22	11,55	10,55	12,06	18,42	13,61	10,12	12,67	10,96	9,49	9,18	12,04	13,00	12,30	12,82	10,71	10,54	10,83	9,33	10,22	10,26
21	13,55	14,11	11,71	10,57	12,47	18,11	13,74	11,25	12,60	11,90	10,39	8,97	11,38	13,57	12,91	12,91	10,88	9,96	10,65	9,36	9,40	10,68
22	13,92	12,92	11,72	10,36	12,83	19,37	13,02	9,89	13,30	11,39	9,66	8,76	11,35	13,86	12,73	13,20	10,34	10,83	10,45	9,39	9,34	10,42
23	14,84	14,21	12,73	10,73	13,31	20,20	13,93	11,47	13,54	12,61	10,64	8,58	12,38	13,75	12,57	14,26	10,30	10,37	10,47	9,08	10,33	10,30
24	15,51	14,41	13,15	10,82	13,41	20,16	13,74	12,50	15,06	11,87	10,97	10,15	12,84	14,04	12,57	12,98	11,44	10,76	10,06	9,85	9,88	10,71

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO B3 - Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 a R\$1.393,80)*

Ida-	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	36,77	34,46	25,82	26,82	30,17	37,56	30,45	26,41	26,66	29,77	25,72	24,00	27,36	32,02	27,37	27,07	29,30	28,03	25,65	25,12	25,81	29,67
1	37,59	34,45	27,29	27,74	30,24	35,22	30,18	26,57	26,81	30,23	26,10	25,00	28,19	30,43	27,51	27,34	30,09	28,60	25,65	26,47	25,62	29,75
2	36,32	34,77	26,96	27,98	30,72	36,83	31,09	27,84	27,66	28,77	26,25	25,54	28,92	32,46	27,88	27,72	29,69	28,31	25,69	26,52	25,68	29,93
3	35,63	34,27	28,21	28,79	30,13	36,24	31,48	27,60	27,15	29,14	25,80	25,60	28,48	32,09	27,96	28,23	31,06	28,77	26,72	28,10	26,97	29,20
4	36,94	34,32	27,79	28,48	30,48	36,22	31,30	28,06	27,41	29,74	26,11	25,35	29,58	31,77	29,52	29,78	30,34	29,25	26,93	27,03	27,69	28,78
5	36,92	34,46	27,05	28,96	30,73	35,94	32,29	28,40	27,94	29,07	25,88	26,37	30,36	32,45	28,04	28,54	30,73	28,04	27,36	27,51	27,90	31,83
6	36,41	34,64	26,06	29,15	29,84	35,80	32,32	28,34	27,84	30,01	27,24	25,68	28,97	31,56	28,67	28,14	30,00	29,52	27,47	27,52	27,61	30,80
7	36,80	35,15	27,05	28,46	30,55	37,29	32,01	28,96	28,86	30,25	27,08	25,56	30,87	32,21	28,62	29,43	30,34	28,35	28,66	28,21	26,83	29,61
8	36,32	35,20	27,08	28,23	29,65	36,48	31,98	27,68	28,26	30,63	26,85	25,87	29,59	31,06	28,64	28,79	30,66	28,77	27,92	28,12	27,72	30,32
9	36,78	35,63	26,48	29,32	30,57	37,43	31,76	28,04	28,66	29,78	27,73	25,87	29,83	31,79	29,26	29,52	31,21	27,90	28,62	28,75	26,14	31,02
10	37,36	36,02	27,49	29,17	30,63	37,62	31,74	28,04	26,45	30,34	27,57	25,50	29,95	31,86	27,26	28,43	30,28	29,19	27,73	28,99	28,24	30,55
11	37,94	36,60	27,67	28,74	30,96	37,16	32,52	27,98	27,79	29,28	27,56	25,87	29,99	31,17	28,43	29,52	31,94	29,15	28,17	28,36	28,09	31,61
12	37,23	35,61	27,57	29,42	30,55	37,29	32,01	28,25	27,70	30,04	27,63	26,96	31,97	31,05	28,60	28,30	30,78	28,45	28,64	28,26	27,66	31,20
13	37,69	35,91	27,36	30,04	31,61	38,16	31,16	28,53	28,51	29,43	27,28	25,77	31,20	31,93	28,73	28,00	30,97	28,27	28,57	29,07	28,36	30,87
14	38,04	36,88	28,29	30,02	31,60	38,06	32,24	27,38	27,41	30,53	27,76	27,13	29,47	30,57	29,17	29,46	29,94	29,42	27,68	29,74	28,48	31,66
15	38,02	37,24	28,39	30,00	31,26	36,35	32,35	28,23	28,17	30,00	27,45	26,88	30,32	32,18	28,39	29,72	31,11	29,34	29,16	29,73	28,47	31,22
16	38,91	35,57	28,27	28,56	32,00	38,87	33,11	28,67	27,49	29,88	27,36	26,66	29,79	31,47	29,18	29,39	30,69	29,53	28,44	29,47	27,28	31,24
17	36,75	35,86	28,61	29,15	31,52	38,85	31,54	28,32	28,38	30,62	28,29	26,10	30,13	31,26	28,03	29,41	31,49	29,86	27,72	29,47	29,15	32,77
18	37,61	36,45	28,57	29,97	31,78	37,69	31,92	29,65	29,37	31,21	29,04	26,19	30,60	31,60	28,19	29,75	31,44	29,32	27,98	29,60	28,75	31,99
19	38,80	37,15	29,25	30,02	32,96	37,82	35,34	31,33	30,68	31,33	27,64	26,57	30,40	33,07	28,89	29,59	32,09	30,37	29,53	29,00	29,56	32,76
20	39,71	37,83	29,31	29,60	33,65	39,36	34,26	31,42	31,03	32,74	29,56	27,06	31,97	35,14	29,83	30,74	31,40	30,28	29,33	29,14	29,38	32,17
21	40,43	38,86	31,66	31,29	34,23	39,56	34,79	32,27	32,46	34,11	30,06	26,98	32,67	34,09	30,35	31,76	32,55	32,91	30,52	31,21	29,12	33,66
22	41,23	39,22	31,32	31,13	34,50	40,35	35,69	33,31	30,53	34,81	30,87	29,21	32,80	35,45	32,46	32,69	33,20	32,12	29,63	31,30	30,96	33,91
23	40,95	40,50	31,74	32,83	35,55	39,28	35,67	33,77	31,14	34,12	31,35	31,38	34,06	35,70	32,79	31,66	34,13	32,78	30,45	32,87	30,59	35,42
24	41,65	41,11	32,99	32,71	35,75	41,28	36,59	33,10	32,88	33,68	32,49	28,95	34,86	36,62	34,03	33,74	34,49	32,93	30,64	33,80	31,04	35,69

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO B4 – Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Massa trabalhadora (≥ R\$278,80 a R\$557,50)*

Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		27,97	29,60	30,37	31,43	31,86	27,17	27,66	27,28	25,68	23,55	27,63	28,13	29,04	25,13	28,18	29,25	29,03	30,88	31,30	31,29	31,19	38,25
1		26,52	28,47	28,94	30,94	32,17	28,02	27,57	26,10	25,67	23,75	27,45	27,42	28,89	25,21	26,89	28,73	29,02	30,80	31,51	31,21	32,68	37,88
2		27,77	28,41	30,14	31,00	31,03	25,73	27,24	26,06	24,35	24,62	27,53	27,33	29,68	24,70	28,36	27,99	29,11	30,48	31,79	31,76	33,28	40,39
3		27,35	28,49	28,33	30,04	31,26	25,72	27,63	26,01	25,05	23,61	28,15	26,74	28,89	25,12	27,90	28,90	28,52	30,79	32,57	32,21	33,49	39,80
4		27,99	29,20	28,65	30,54	31,76	25,64	26,95	26,26	24,99	23,86	27,93	27,56	29,30	24,80	27,11	27,12	28,38	30,86	31,92	32,66	33,88	40,46
5		28,74	28,63	29,05	30,13	31,03	25,02	27,39	26,33	24,81	23,91	28,87	27,45	27,56	23,57	26,53	28,40	28,83	30,62	32,51	32,44	31,96	39,03
6		28,09	28,73	29,95	30,44	31,14	25,01	27,00	25,38	25,63	23,32	28,02	27,19	28,73	24,31	27,65	28,42	29,23	29,59	31,85	32,06	34,48	40,61
7		28,00	28,71	30,03	31,06	31,70	25,10	26,41	26,91	24,29	24,24	28,31	26,91	27,79	23,23	26,65	27,10	28,64	30,76	31,48	32,17	34,30	40,90
8		28,35	29,40	29,20	31,30	32,16	25,32	25,91	27,73	26,05	24,72	28,39	25,96	27,05	23,84	27,01	26,49	28,71	29,22	32,69	31,66	34,00	40,33
9		28,83	28,86	30,43	30,83	31,85	25,08	26,43	26,31	25,21	23,59	28,53	27,76	28,70	22,95	25,76	26,62	28,28	29,88	30,76	31,52	34,13	40,02
10		28,07	29,11	30,01	31,27	31,70	25,30	27,33	28,27	25,71	24,16	28,40	27,71	27,29	24,52	26,39	26,95	28,25	29,41	31,68	32,15	34,50	39,96
11		27,34	29,04	30,59	31,66	32,74	25,30	27,63	27,17	26,80	23,56	28,06	27,08	27,78	23,38	26,56	25,99	26,92	30,35	30,58	31,54	34,99	40,07
12		28,54	29,02	30,90	31,36	31,70	25,10	26,41	28,03	25,79	24,51	28,33	27,24	26,36	24,53	26,16	27,14	28,10	28,54	32,15	31,65	33,93	38,72
13		27,13	29,65	30,59	30,37	32,64	24,78	27,24	27,58	24,91	24,82	29,13	28,05	27,57	23,22	26,12	27,53	27,59	30,44	31,02	30,70	34,22	39,42
14		27,19	28,39	29,79	30,62	32,01	24,34	27,10	28,55	26,31	24,96	28,44	26,85	28,44	23,47	25,13	25,44	28,02	29,26	30,45	30,88	33,37	39,12
15		27,31	27,81	30,42	30,73	31,62	24,64	26,92	28,28	26,07	24,66	28,78	27,03	27,91	23,37	25,76	26,31	27,56	29,02	29,98	30,19	32,95	38,47
16		26,23	29,27	29,47	30,51	32,26	24,37	26,78	28,87	27,09	25,13	28,81	26,91	28,91	24,05	25,68	25,63	28,22	29,63	30,44	31,04	33,20	40,16
17		26,95	28,00	29,11	29,79	32,72	25,47	27,52	28,35	26,63	26,14	29,38	27,62	28,67	24,23	26,44	26,25	26,76	29,26	30,38	30,11	32,56	39,31
18		27,10	27,73	29,78	29,03	31,43	25,41	27,45	28,09	26,90	24,46	29,48	29,38	28,81	23,25	26,99	26,89	27,74	29,86	30,93	30,55	32,78	39,09
19		26,40	27,74	29,11	29,43	32,40	23,39	26,19	29,08	25,77	25,31	30,19	29,90	29,77	24,03	26,74	26,85	28,00	30,32	30,62	31,13	33,49	39,36
20		26,44	26,54	29,81	29,96	31,93	24,59	26,98	28,62	26,17	25,16	30,48	29,55	28,45	23,74	27,92	28,04	28,46	30,59	30,88	31,94	32,82	39,82
21		24,79	25,42	29,63	29,50	30,27	23,23	27,02	28,22	25,24	24,63	28,68	29,43	28,89	24,32	28,21	27,80	29,24	31,53	30,86	30,69	32,76	39,01
22		24,75	26,92	28,96	29,78	31,03	22,61	26,88	27,60	25,84	24,79	29,02	29,24	29,21	24,13	27,55	26,86	28,97	30,56	31,03	30,65	33,06	39,88
23		24,86	25,98	28,35	29,02	29,86	22,03	25,46	25,86	25,25	23,90	29,80	29,42	27,31	23,80	27,06	27,43	28,74	31,18	31,67	31,13	32,25	37,81
24		22,26	24,96	28,98	28,34	29,90	20,71	25,79	26,20	23,46	24,72	29,07	29,16	27,77	23,31	27,15	27,38	27,71	30,28	32,46	29,45	32,31	37,22

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO B5 - Distribuição relativa dos indivíduos no padrão de Miseráveis (menos de R\$278,80)*

Ida-	de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0		17,30	17,79	29,30	28,30	20,97	10,25	23,82	30,42	28,88	30,40	34,99	36,46	29,13	25,21	28,97	28,86	29,37	28,76	31,72	33,26	32,06	19,64
1		16,75	17,96	27,41	26,94	19,72	9,95	23,27	30,30	27,70	28,75	34,07	35,57	27,17	24,31	29,43	27,45	28,04	27,41	31,10	31,07	30,86	19,27
2		17,33	17,35	25,92	26,54	19,95	8,53	22,36	29,29	24,35	29,91	33,03	33,73	25,58	23,92	27,67	27,97	27,69	28,05	30,20	31,12	30,41	17,93
3		17,65	17,88	27,00	25,70	19,07	9,81	20,35	28,47	27,82	29,03	33,01	33,36	25,77	22,60	27,23	27,22	26,56	27,39	28,72	29,48	28,62	19,54
4		17,27	17,46	26,96	25,33	18,05	8,23	21,08	27,23	27,33	28,34	32,06	33,17	24,00	22,73	26,34	26,81	26,94	26,25	28,36	29,50	26,97	17,84
5		16,93	17,61	27,27	25,04	18,13	8,04	19,21	27,71	25,74	28,06	31,01	32,88	23,88	21,42	26,44	26,33	25,40	26,99	26,92	28,58	28,68	16,61
6		17,86	17,96	27,58	24,97	18,51	8,69	19,10	26,71	24,73	27,26	29,93	32,63	24,12	21,89	25,24	25,64	25,56	26,31	27,76	29,26	26,77	16,44
7		17,34	17,77	27,08	25,20	18,93	7,71	20,23	24,78	24,55	27,26	29,47	33,31	23,01	21,45	25,17	24,34	24,95	25,77	26,86	28,06	26,48	16,14
8		17,66	17,16	27,35	26,05	18,40	8,15	21,05	25,58	24,39	25,94	29,92	32,16	23,71	21,63	24,95	25,44	24,19	26,30	26,08	28,20	25,84	16,22
9		16,08	16,86	27,53	24,58	18,41	8,33	21,05	26,07	23,38	25,86	28,43	30,88	21,69	21,63	24,96	24,12	23,54	26,73	26,12	27,56	26,52	15,16
10		15,86	17,18	26,58	25,07	19,15	8,06	21,16	25,96	25,25	26,00	28,60	31,27	22,47	21,02	25,72	24,22	24,41	25,23	25,82	26,41	24,53	15,53
11		16,78	15,46	25,39	24,74	17,92	8,39	20,08	26,83	24,70	26,63	27,47	30,83	21,60	22,20	25,64	23,46	23,93	24,07	25,70	27,47	23,71	13,46
12		16,32	16,99	25,21	24,95	18,93	7,71	20,23	26,73	24,75	27,07	28,59	29,24	21,24	20,44	24,31	24,43	22,40	25,00	23,41	25,67	24,09	13,94
13		16,56	15,76	26,07	24,03	17,23	9,01	21,33	27,06	25,22	27,01	27,91	29,70	20,68	21,17	24,38	23,56	23,82	24,26	24,45	25,54	22,62	14,14
14		15,75	16,34	26,20	25,17	16,88	8,77	20,27	26,83	24,63	26,09	27,31	29,66	19,91	21,32	24,07	23,68	22,92	23,43	25,44	24,95	22,44	13,84
15		15,76	16,06	24,96	25,15	19,02	9,03	20,44	25,70	24,19	27,26	28,43	30,60	20,55	19,31	23,16	22,19	23,21	23,75	24,03	25,54	23,38	12,73
16		14,99	16,10	26,09	25,93	17,65	8,58	19,95	25,69	24,32	26,72	28,34	30,20	20,15	19,99	23,11	23,04	22,83	22,73	24,11	23,89	23,16	11,96
17		15,41	15,10	25,63	25,96	17,55	7,75	20,97	25,09	22,87	25,38	27,26	31,09	20,34	19,48	23,49	22,24	22,24	21,54	24,60	24,96	22,72	11,31
18		14,66	15,24	23,75	25,37	17,52	9,05	20,56	25,78	22,30	25,89	26,83	29,80	20,70	20,21	23,44	21,31	21,40	21,68	23,72	23,91	23,38	12,25
19		13,02	14,18	23,14	24,31	15,83	7,44	18,61	23,84	22,28	24,09	27,02	29,15	19,03	18,74	22,01	21,42	20,78	20,45	22,83	23,78	21,42	11,39
20		12,66	13,99	23,32	24,50	15,00	6,51	18,20	23,46	21,47	23,96	25,59	28,72	19,26	17,78	22,44	19,85	21,32	19,99	21,84	22,75	21,63	11,04
21		13,24	12,60	20,88	23,31	14,53	6,31	17,48	22,83	21,18	21,87	25,91	29,37	18,52	17,74	21,31	19,35	20,15	18,03	20,77	21,95	22,69	9,96
22		12,64	12,94	21,98	23,64	14,46	6,67	16,64	23,07	21,01	22,90	25,49	27,46	18,35	17,64	19,82	20,12	20,75	19,07	21,98	21,54	20,49	9,80
23		11,92	11,09	21,30	22,46	14,04	6,09	16,70	21,53	21,28	22,31	24,11	26,21	19,07	16,97	21,37	18,95	19,56	18,64	20,99	21,10	20,58	10,30
24		12,34	11,79	18,71	22,57	13,54	5,91	15,75	21,75	18,99	22,90	23,39	26,73	17,22	16,07	19,08	18,79	19,70	19,10	20,12	20,56	20,62	9,68

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO C1 - Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Alta classe média (≥ R\$2.787,70)*

Id	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	207.778	241.100	154.785	135.507	198.942	302.130	198.492	178.650	225.783	156.186	93.572	102.581	146.507	184.592	141.312	128.493	118.878	108.554	108.317	110.006	93.923	113.944
1	214.299	242.054	167.421	160.554	189.085	327.353	223.592	201.613	232.847	185.467	105.407	112.180	159.339	208.133	152.647	150.336	122.280	133.367	105.200	113.204	98.474	122.828
2	214.550	264.188	191.577	157.746	222.414	354.487	236.667	202.426	245.032	207.331	137.628	138.180	177.050	209.703	152.120	158.365	136.231	132.595	120.081	105.221	111.683	122.243
3	224.111	262.411	184.303	190.586	252.462	393.754	255.944	229.724	266.264	202.592	138.262	144.079	195.019	219.334	156.414	161.562	139.904	138.703	118.395	102.290	121.740	116.209
4	190.896	255.337	184.036	188.465	274.446	422.900	256.850	233.985	292.341	224.112	151.302	169.742	186.293	259.554	182.397	142.702	160.736	163.135	138.433	132.009	126.805	136.962
5	196.045	241.380	188.186	187.955	266.408	443.089	293.914	241.472	303.636	225.311	142.982	163.535	215.640	274.877	207.171	163.475	161.821	155.031	142.280	132.257	116.838	141.313
6	185.624	231.156	189.179	175.301	260.713	416.739	287.301	285.704	316.966	248.848	169.953	172.935	235.728	276.215	196.984	182.380	183.771	177.875	137.996	127.789	116.306	136.988
7	188.055	232.496	167.840	167.911	240.048	425.539	305.129	290.289	348.806	241.965	178.869	183.579	222.458	289.572	217.895	199.895	183.733	186.764	146.989	147.027	137.031	157.616
8	183.214	216.640	178.783	160.632	239.237	411.301	276.165	277.714	322.862	265.636	161.837	205.977	276.450	306.823	228.841	220.219	191.681	186.542	145.573	167.223	148.884	153.772
9	190.129	197.016	164.215	167.514	224.182	383.807	266.093	279.760	340.232	286.029	168.686	194.688	258.504	328.672	256.521	220.007	216.181	170.259	162.735	152.962	165.015	159.816
10	185.750	213.264	159.187	149.435	219.885	374.778	257.513	252.008	320.467	272.315	198.126	200.559	299.159	332.280	268.321	252.500	226.504	184.917	163.450	149.828	143.454	183.929
11	192.096	217.219	166.949	149.217	210.678	356.337	235.868	245.186	295.338	273.451	194.767	226.174	289.562	330.399	243.929	272.053	230.594	213.143	184.017	161.420	159.753	165.057
12	183.796	204.182	155.784	138.179	200.298	355.556	244.913	226.062	295.534	258.646	180.089	241.024	312.083	350.315	287.938	252.974	250.209	233.237	196.895	171.911	159.429	208.427
13	179.527	199.415	151.814	157.971	208.451	349.935	232.403	217.568	286.744	231.515	188.261	232.970	314.440	368.227	286.801	274.845	233.243	242.409	201.191	193.241	176.338	169.152
14	180.402	188.278	152.917	131.822	185.730	352.295	223.210	197.368	291.122	229.679	189.702	231.669	338.013	401.744	289.738	281.338	257.145	238.434	210.920	194.138	191.954	188.086
15	183.686	197.789	150.535	135.749	188.814	348.336	227.395	216.406	275.967	214.750	170.087	193.771	328.984	399.961	314.903	301.598	248.592	253.784	229.103	202.700	192.478	211.657
16	196.183	205.371	139.688	143.891	170.518	330.699	225.729	199.446	253.089	212.741	164.903	202.648	283.795	375.911	296.500	309.953	256.361	265.414	222.945	218.724	206.431	218.962
17	209.426	218.418	161.686	141.210	179.882	302.987	193.868	207.695	278.150	205.620	158.326	166.771	278.532	364.132	309.551	291.764	286.760	255.469	215.290	200.511	191.895	212.044
18	204.587	219.439	163.845	147.827	182.814	297.716	215.450	191.053	260.952	183.625	146.479	163.897	244.659	330.158	262.611	310.492	255.103	267.215	225.610	236.645	192.998	215.097
19	190.097	205.098	164.537	137.768	174.291	307.601	179.545	164.387	209.684	187.303	138.298	137.915	250.362	310.880	251.306	261.107	259.407	283.985	211.321	200.867	185.355	226.538
20	167.268	195.677	145.884	135.847	186.372	285.347	174.006	159.044	210.321	182.399	128.295	142.946	227.227	290.262	211.548	255.146	248.396	272.271	243.281	228.437	190.925	220.461
21	178.296	189.963	137.327	123.720	204.754	304.035	169.250	127.410	208.963	181.036	122.760	128.752	211.319	268.291	191.689	227.632	200.266	243.882	228.512	221.717	189.224	211.653
22	155.917	184.109	131.173	123.903	176.307	281.954	192.045	154.449	220.908	149.353	129.106	130.761	205.351	228.374	196.732	195.835	186.788	219.525	220.622	227.053	202.557	194.653
23	154.772	172.714	129.552	109.383	165.223	295.892	201.490	176.608	215.337	165.008	101.197	115.445	182.123	241.032	160.672	202.667	196.705	205.639	189.923	184.018	198.850	204.897
24	160.897	158.664	126.759	123.232	162.874	267.207	192.613	152.731	224.234	163.794	101.258	118.974	173.661	246.019	177.075	183.970	174.674	192.919	194.045	188.602	188.388	216.963

ANEXO C2 - Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 a R\$2.787,70)*

Id	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	350.341	356.881	308.820	266.666	318.300	450.096	334.533	285.110	301.189	278.355	223.106	222.477	254.038	282.366	274.558	267.402	205.023	208.709	172.828	138.421	171.366	193.623
1	365.813	356.516	345.490	282.723	338.969	479.557	352.759	291.303	326.873	305.342	234.039	212.116	267.341	342.773	290.996	291.578	220.256	236.504	195.826	154.604	164.785	210.138
2	370.571	364.640	367.723	327.748	370.269	533.053	349.355	311.561	357.852	293.158	248.263	249.885	279.959	320.831	321.568	307.820	243.624	250.402	238.664	182.397	159.070	189.193
3	358.141	350.430	362.362	324.186	405.526	543.039	382.033	331.041	345.272	351.978	269.975	287.809	304.566	361.926	327.045	321.951	258.752	249.924	237.814	210.559	192.783	188.613
4	346.785	339.812	344.748	323.274	389.921	599.986	427.596	348.072	358.572	353.290	297.115	273.410	307.889	343.294	340.623	345.835	270.456	252.195	246.779	197.109	231.482	239.723
5	310.904	342.841	318.601	314.404	405.254	570.839	431.823	326.602	370.518	372.058	308.586	258.359	324.391	382.255	362.438	335.077	290.559	286.591	262.025	219.317	233.686	255.361
6	326.564	323.800	306.194	303.344	399.385	592.937	443.340	376.104	410.796	369.585	311.482	300.798	334.302	364.772	348.684	355.990	270.334	283.057	275.953	215.852	235.369	239.247
7	321.203	306.721	302.776	292.890	360.124	539.355	427.562	363.288	427.370	370.931	314.164	285.494	364.837	436.203	393.116	379.436	303.006	290.599	276.633	225.396	259.805	264.481
8	311.944	300.338	291.125	269.414	354.594	536.238	417.918	352.805	401.508	388.945	320.097	317.642	374.433	446.778	389.880	380.347	288.166	306.010	277.977	219.360	257.832	268.008
9	339.717	314.131	282.940	280.349	353.792	526.865	377.781	338.798	426.110	420.506	361.305	305.646	391.642	430.542	410.698	413.732	309.728	287.192	289.404	238.350	285.262	291.411
10	318.864	301.380	294.652	273.847	328.302	520.749	361.744	326.277	405.257	384.543	348.242	338.680	386.880	419.684	418.835	442.898	327.741	315.279	299.791	246.819	273.837	286.872
11	315.024	298.177	292.947	268.737	316.437	499.075	346.211	312.845	361.180	404.043	377.487	338.197	381.807	436.372	393.073	427.255	338.954	297.632	295.857	234.958	268.785	317.589
12	318.831	325.834	294.454	269.733	326.547	471.035	363.384	288.469	386.765	330.076	352.813	344.742	414.143	450.743	423.878	433.223	390.493	356.308	318.317	278.214	293.109	318.256
13	343.725	308.789	294.380	272.157	318.940	450.909	348.096	283.209	372.135	348.042	321.557	330.387	423.023	454.886	404.200	436.388	358.838	320.592	323.927	278.247	286.847	325.042
14	339.659	318.156	275.606	263.156	349.273	487.791	348.862	301.928	369.436	333.311	336.824	321.601	435.592	492.910	474.514	458.839	383.878	364.969	352.853	278.046	313.273	308.555
15	343.431	306.075	295.411	253.905	325.241	485.006	345.390	284.622	341.182	334.446	306.984	307.717	408.021	469.990	498.712	473.251	357.551	348.798	332.996	298.086	316.423	363.023
16	351.608	310.256	293.578	265.016	315.620	445.724	321.266	269.912	338.453	323.535	297.018	305.665	401.595	463.788	454.082	470.740	368.352	343.923	358.402	314.442	347.767	338.948
17	348.967	341.201	282.548	257.366	303.318	447.754	340.654	276.459	338.220	291.484	281.845	269.555	376.151	443.619	413.274	455.442	375.930	361.457	350.107	312.736	331.097	358.158
18	341.788	334.868	300.061	271.126	328.482	453.992	314.009	261.908	317.959	326.940	264.261	259.772	328.296	442.717	410.274	420.494	386.865	376.968	346.381	302.775	308.825	352.311
19	321.854	296.067	298.845	265.835	304.367	450.659	307.136	216.477	327.530	294.439	259.022	241.172	307.701	392.397	399.042	421.101	344.119	359.314	340.307	298.773	311.035	308.962
20	294.445	307.106	279.837	265.346	305.602	472.757	340.027	252.600	308.268	278.406	250.297	238.836	330.563	364.787	346.503	382.369	328.327	333.570	369.345	311.795	328.501	337.200
21	302.020	297.489	263.202	245.900	300.268	430.550	333.532	263.920	308.916	287.537	257.905	220.298	281.453	354.288	342.504	358.781	302.989	321.021	338.142	304.874	294.787	338.230
22	291.002	297.560	255.084	251.946	315.273	496.596	321.644	249.149	315.014	278.307	250.961	215.282	281.155	354.542	336.502	362.152	286.384	320.428	333.519	299.307	308.072	339.237
23	308.498	299.071	279.739	236.371	303.529	481.823	340.698	274.949	331.493	294.881	263.215	224.281	314.069	339.427	325.803	375.220	278.050	303.095	309.516	286.741	328.094	341.536
24	302.910	295.532	270.169	239.699	294.789	451.374	325.201	295.996	351.848	284.562	271.970	241.039	305.000	346.664	310.576	336.022	299.541	299.963	290.704	292.852	302.219	347.207

ANEXO C3 - Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 a R\$1.393,80)*

1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
1142430	1135202	825.599	802.056	917.570	1129433	897.846	771.082	747.733	794.688	698.367	683.326	757.297	847.726	735.173	723.376	771.416	720.897	636.746	604.598	625.945	734.038
1139440	1078307	855.849	854.601	894.122	1060244	916.672	768.610	756.743	858.740	715.680	674.899	763.587	835.519	754.941	733.522	802.211	801.498	657.709	630.602	622.403	756.633
1143746	1122807	887.739	937.580	995.054	1130376	943.657	851.281	846.270	862.530	767.241	739.452	835.595	910.253	821.000	791.694	834.955	823.232	747.604	719.268	654.078	793.614
1070981	1084491	937.554	958.668	1015009	1202400	977.215	863.310	831.235	887.522	807.931	773.385	844.286	923.797	799.168	872.239	892.635	856.832	794.046	861.188	776.841	776.926
1115752	1074103	884.891	930.975	1027198	1238744	1036462	885.097	880.204	950.036	842.232	806.966	853.578	925.468	906.636	893.095	912.375	890.425	811.157	822.189	866.311	839.087
1075875	1042817	824.372	916.570	1026413	1175616	1110461	918.660	875.849	915.979	820.984	835.939	901.049	945.113	840.893	850.593	924.058	862.503	837.118	842.836	853.429	1007849
1057600	1028992	786.549	903.599	959.778	1185299	1093673	957.760	929.779	956.349	884.680	838.842	907.856	909.775	848.332	851.176	895.885	932.609	880.241	847.885	871.056	953.269
1049585	1031118	804.360	858.016	974.326	1203569	1098298	977.876	1004134	1016292	881.682	843.658	988.745	1011251	893.770	891.867	918.458	894.941	933.784	909.286	859.471	935.838
1017611	997.740	777.110	841.985	889.966	1150016	1054058	917.310	960.677	1071730	872.547	846.192	980.576	997.147	913.907	896.411	894.658	902.037	888.498	904.541	906.579	973.074
1064360	976.723	760.823	859.752	921.577	1168803	984.684	885.196	965.382	1013105	960.286	836.084	980.837	1021866	974.834	947.641	967.101	823.672	892.551	924.311	890.705	1014564
1007784	1047878	783.898	852.357	906.297	1161368	994.601	914.468	849.959	1022220	975.944	885.355	1012955	1060137	907.388	968.750	983.919	902.639	869.696	923.072	926.406	1030156
1072266	998.112	778.187	808.661	887.961	1090767	957.690	866.315	881.213	966.342	932.098	900.117	975.645	1027509	935.275	981.248	1056902	905.886	869.446	890.216	911.518	1025776
1044745	1026813	761.221	841.234	884.044	1107972	940.740	855.628	868.372	962.617	952.451	953.760	1136361	1037068	972.737	964.434	1053718	931.623	933.918	881.776	874.328	1018301
1059578	976.710	764.030	830.956	900.187	1089230	892.016	848.592	879.908	910.239	887.013	880.374	1119819	1110269	955.351	952.706	1040967	934.128	940.042	933.562	887.681	980.028
1040262	1015813	771.379	835.794	866.535	1108807	904.953	793.318	836.023	933.636	886.982	917.348	1028170	1109605	1030263	1018179	1004242	992.224	950.146	973.512	915.969	1022607
1059114	993.234	780.229	827.088	887.781	1010232	913.581	794.842	806.335	911.459	853.839	870.728	1052900	1113376	1017751	1057362	1040067	987.816	973.697	1023474	953.861	1020077
1072531	961.976	757.485	778.253	859.537	1071333	898.696	802.835	770.358	877.456	816.222	835.022	965.482	1079472	993.810	1046150	1049709	993.107	971.913	1006492	923.741	1047574
982.273	954.089	762.933	769.643	836.527	1044794	844.112	751.755	790.979	852.107	826.173	750.023	945.715	1009029	919.038	994.372	1069791	952.078	905.724	978.446	979.407	1125683
996.135	981.592	740.133	802.857	843.318	1016851	841.891	814.844	793.299	864.662	814.516	758.241	881.455	979.602	887.330	986.378	1039601	987.093	921.437	1000970	956.173	1089084
912.580	889.820	732.415	745.789	838.575	914.917	865.848	757.188	774.950	782.844	724.327	700.204	815.245	962.874	840.069	911.304	1012015	1036078	957.304	900.124	944.269	1063556
865.557	878.992	710.262	744.534	852.494	1010184	856.116	784.300	754.749	831.586	779.357	704.174	877.579	986.215	839.973	916.680	962.563	958.487	1000838	973.555	944.444	1057862
901.411	819.390	711.485	727.709	824.479	940.266	844.173	757.132	796.102	823.976	745.975	662.725	807.904	890.056	805.248	882.761	906.633	1060496	969.260	1016881	913.394	1065917
861.560	902.993	681.403	757.268	847.563	1034381	881.593	839.075	723.219	850.362	802.308	717.572	812.522	906.673	857.631	897.022	919.898	950.368	946.198	997.296	1020672	1103616
851.480	852.134	697.556	723.390	810.788	937.199	872.093	809.447	762.397	797.721	775.577	820.509	864.275	881.059	849.648	833.281	921.545	958.378	900.236	1038231	971.830	1174743
813.388	843.090	677.925	724.499	785.985	924.212	866.084	784.041	767.885	807.448	805.856	687.425	827.760	904.287	840.900	873.644	903.253	917.820	885.393	1005246	949.987	1156704

ANEXO C4 - Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Massa trabalhadora (≥ R\$278,80 a R\$557,50)*

Id	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	869.011	974.976	971.126	940.020	968.899	816.858	815.620	796.368	720.455	628.457	750.441	800.973	803.825	665.087	756.743	781.536	764.305	794.292	776.904	753.082	756.467	946.392
1	803.762	890.993	907.439	953.131	951.074	843.570	837.368	755.115	724.717	674.831	752.751	739.978	782.649	692.217	738.051	770.778	773.570	863.241	808.107	743.565	793.898	963.379
2	874.617	917.523	992.444	1038901	1005135	789.916	826.868	796.702	745.138	738.074	804.640	791.220	857.458	692.499	834.884	799.517	818.561	886.421	925.156	861.586	847.462	1070691
3	822.133	901.567	941.545	1000175	1052969	853.625	857.691	813.508	766.905	719.147	881.688	807.739	856.217	723.374	797.336	892.854	819.729	917.215	968.020	986.946	964.924	1059121
4	845.539	913.890	912.348	998.402	1070579	876.645	892.303	828.512	802.444	762.199	900.726	877.444	845.504	722.463	832.822	813.223	853.365	939.651	961.534	993.459	1059962	1179591
5	837.562	866.599	885.418	953.645	1036254	818.268	941.853	851.950	777.844	753.454	915.790	870.190	818.049	686.508	795.506	846.288	866.749	941.952	994.939	993.853	977.659	1235933
6	815.833	853.550	903.811	943.546	1001714	827.976	913.570	857.631	855.837	743.376	910.102	888.424	900.391	700.833	818.393	859.803	872.867	934.876	1020304	987.478	1087826	1256919
7	798.735	842.157	892.949	936.318	1010926	809.998	906.417	908.704	844.987	814.533	921.565	888.219	890.096	729.253	832.090	821.242	866.858	970.969	1025507	1037052	1098831	1292949
8	794.226	833.479	837.958	933.493	965.311	798.129	854.021	918.990	885.612	864.700	922.522	849.238	896.420	765.432	861.758	824.964	837.882	916.366	1040195	1018176	1111989	1294272
9	834.530	791.253	874.378	903.972	960.332	783.338	819.303	830.542	849.304	802.639	988.168	897.230	943.667	737.814	858.140	854.701	876.404	882.255	959.423	1013205	1162939	1308561
10	757.300	847.090	855.853	913.660	937.825	780.968	856.345	921.834	826.264	814.163	1005040	961.975	923.083	816.081	878.502	918.508	917.818	909.666	993.473	1023503	1131587	1347796
11	772.677	791.896	860.562	890.694	938.812	742.543	813.804	841.218	850.012	777.627	949.092	942.444	903.841	770.752	873.683	863.828	890.937	943.216	943.823	990.193	1135524	1300389
12	801.117	836.868	853.060	896.791	887.130	762.708	781.731	848.807	808.678	785.341	976.569	963.614	936.839	819.178	889.666	924.996	962.147	934.476	1048120	987.498	1072365	1263680
13	762.613	806.540	854.196	840.080	929.287	707.460	780.052	820.601	768.745	767.459	947.358	958.172	989.504	807.375	868.665	936.770	927.316	1005793	1020759	985.939	1071068	1251705
14	743.580	781.793	812.354	852.358	877.705	709.012	760.691	827.125	802.611	763.292	908.790	907.608	992.315	852.022	887.441	879.117	939.783	986.646	1045231	1010750	1072998	1263544
15	760.740	741.810	836.046	847.246	897.787	684.884	759.986	796.448	746.266	749.217	895.100	875.599	969.304	808.761	923.623	936.329	921.362	977.332	1001020	1039425	1103870	1256953
16	722.822	791.702	789.600	831.343	866.627	671.685	726.973	808.474	759.309	737.986	859.387	843.028	936.867	824.924	874.722	912.465	965.389	996.380	1040104	1060029	1124346	1346981
17	720.322	744.924	776.251	786.560	868.237	684.978	736.344	752.446	742.062	727.645	857.870	793.672	899.957	782.236	867.136	887.435	908.791	933.090	992.729	999.820	1093823	1350275
18	717.620	746.893	771.612	777.663	834.118	685.574	723.849	772.152	726.443	677.568	826.693	850.866	829.783	720.587	849.462	891.428	917.317	1005279	1018298	1033081	1090193	1330732
19	620.945	664.432	728.963	731.348	824.227	565.899	641.858	702.800	650.795	632.413	791.160	787.950	798.548	699.634	777.588	826.997	882.994	1034184	992.738	966.344	1069999	1277749
20	576.338	616.555	722.395	753.659	808.943	631.280	674.263	714.389	636.565	639.019	803.690	768.911	781.003	666.204	786.152	836.314	872.365	968.144	1053433	1067298	1054951	1309387
21	552.689	536.059	665.901	686.049	729.183	552.127	655.684	662.071	618.951	595.031	711.742	722.977	714.432	635.062	748.495	772.782	814.478	1016003	980.030	999.864	1027540	1235281
22	517.153	619.761	630.068	724.342	762.248	579.671	664.045	695.372	612.157	605.621	754.151	718.301	723.597	617.184	727.910	737.009	802.789	904.088	990.671	976.787	1089983	1297979
23	516.902	546.626	623.041	639.501	681.078	525.471	622.537	619.731	618.244	558.805	737.295	769.224	693.080	587.387	701.195	721.981	775.978	911.490	936.517	983.157	1024602	1254160
24	434.672	511.958	595.542	627.859	657.350	463.710	610.491	620.712	548.066	592.639	720.931	692.272	659.413	575.551	670.766	708.908	725.855	843.945	937.862	875.688	988.640	1206064

ANEXO C5 - Distribuição absoluta dos indivíduos no padrão de Miseráveis (menos de R\$278,80)*

Id	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	537.556	586.011	936.853	846.444	637.745	308.317	702.564	888.242	810.029	811.374	950.210	1038101	806.336	667.332	777.941	771.278	773.460	739.645	787.169	800.320	777.698	485.988
1	507.550	562.224	859.370	829.965	583.033	299.420	706.648	876.486	781.862	816.697	934.045	959.990	736.101	667.437	807.749	736.422	747.312	768.178	797.691	740.155	749.486	490.070
2	545.683	560.221	853.586	889.431	646.237	261.727	678.488	895.506	865.312	896.720	965.439	976.771	738.882	670.839	814.755	798.927	778.673	815.686	878.753	844.019	774.439	475.435
3	530.361	565.735	897.281	855.715	642.326	325.476	631.739	890.516	851.550	884.162	1033961	1007912	763.922	650.677	778.209	841.005	763.340	815.931	853.638	903.467	824.620	519.937
4	521.640	546.232	858.348	828.260	608.390	281.410	698.012	858.956	877.444	905.366	1033891	1056095	692.493	662.070	809.214	804.020	810.009	799.298	854.153	897.376	843.839	520.022
5	493.448	532.916	831.297	792.549	605.554	263.014	660.492	896.465	806.734	884.271	983.712	1042607	708.894	624.036	792.804	784.850	763.722	830.211	823.835	875.482	877.444	526.025
6	518.716	533.450	832.393	773.841	595.335	287.857	646.269	902.599	825.937	868.952	972.063	1065958	755.958	630.896	746.991	775.476	763.286	831.234	889.405	901.437	844.575	508.685
7	494.633	521.326	805.188	759.672	603.682	248.727	694.208	836.806	854.045	915.991	959.269	1099544	737.197	673.344	785.909	737.623	755.155	813.611	875.199	904.457	848.379	510.189
8	494.943	486.586	785.044	777.018	552.082	257.015	693.616	847.741	829.164	907.615	972.134	1051915	785.819	694.350	796.166	792.204	705.998	824.637	829.816	907.168	845.199	520.463
9	465.510	462.162	790.887	720.702	555.173	260.044	652.514	823.032	787.424	879.622	984.728	997.897	713.213	695.408	831.447	774.204	729.461	789.327	814.566	885.988	903.558	495.809
10	427.975	499.932	757.998	732.484	566.539	248.861	662.977	846.459	811.569	875.954	1012112	1085631	759.965	699.417	856.204	825.368	793.015	780.251	809.605	840.754	804.673	523.799
11	474.147	421.453	714.130	696.035	513.824	246.237	591.481	830.611	783.376	878.921	929.222	1073009	702.653	731.769	843.555	779.925	791.749	748.104	793.116	862.464	769.415	436.757
12	458.060	489.809	696.037	713.579	517.031	245.492	637.541	809.545	775.867	867.519	985.532	1034407	755.057	682.867	826.585	832.698	766.872	818.491	763.207	800.815	761.325	454.863
13	465.508	428.737	728.075	664.541	490.521	257.059	610.584	804.916	778.398	835.232	907.657	1014530	742.044	736.068	810.686	801.769	800.596	801.633	804.302	820.197	707.795	448.998
14	430.599	450.086	714.403	700.872	462.804	255.586	568.802	777.384	751.289	797.935	872.711	1002670	694.740	773.740	850.120	818.502	768.874	790.244	873.407	816.607	721.622	447.177
15	438.969	428.252	685.793	693.394	540.086	250.851	577.280	723.561	692.439	828.265	884.141	991.100	713.613	668.176	830.210	789.637	776.085	799.585	802.569	879.176	783.189	415.948
16	413.056	435.404	698.899	706.620	474.143	236.422	541.629	719.498	681.474	784.575	845.275	945.885	653.080	685.525	787.197	820.280	780.781	764.407	823.953	815.840	784.350	401.239
17	411.870	401.690	683.388	685.248	465.755	208.454	561.025	666.104	637.393	706.370	795.929	893.495	638.613	628.962	770.155	751.732	755.436	686.904	804.066	828.739	763.469	388.621
18	388.116	410.318	615.235	679.667	465.021	244.154	542.201	708.471	602.296	717.314	752.596	862.833	596.237	626.539	737.926	706.354	707.531	729.713	780.946	808.559	777.598	417.161
19	306.235	339.642	579.626	603.898	402.765	180.021	455.923	576.114	562.607	602.039	708.032	768.073	510.294	545.521	640.122	659.626	655.233	697.759	740.172	738.042	684.246	369.881
20	275.910	325.128	565.037	616.272	379.923	167.162	454.730	585.690	522.232	608.453	674.756	747.235	528.683	498.858	632.001	591.887	653.575	632.643	745.021	760.006	695.228	362.984
21	295.203	265.731	469.269	542.132	349.898	150.105	424.140	535.697	519.435	528.416	643.053	721.482	458.145	463.150	565.499	537.927	561.361	581.118	659.599	715.140	711.759	315.518
22	264.191	297.863	478.156	574.930	355.154	171.039	411.048	581.065	497.618	559.415	662.477	674.661	454.609	451.194	523.603	552.277	575.074	564.253	701.891	686.271	675.596	319.112
23	247.776	233.425	468.101	494.918	320.179	145.290	408.305	516.117	520.971	521.507	596.464	685.197	483.865	418.788	553.848	498.700	528.181	544.783	620.616	666.526	654.055	341.738
24	240.935	241.724	384.464	499.960	297.776	132.322	372.787	515.223	443.664	549.058	579.974	634.564	408.838	396.830	471.550	486.443	515.848	532.143	581.339	611.522	631.049	313.840

ANEXO D1 – Proporção das idades em relação à população total no padrão de Alta classe média (≥ R\$2.787,70)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	0,792	0,784	0,695	0,709	0,759	0,727	0,712	0,710	0,750	0,674	0,575	0,534	0,559	0,606	0,596	0,545	0,552	0,517	0,607	0,657	0,590	0,641
1	0,836	0,828	0,767	0,815	0,759	0,786	0,779	0,809	0,769	0,752	0,640	0,617	0,621	0,659	0,630	0,635	0,562	0,584	0,570	0,683	0,617	0,672
2	0,806	0,876	0,835	0,737	0,797	0,836	0,825	0,768	0,747	0,797	0,785	0,708	0,647	0,650	0,585	0,628	0,592	0,559	0,575	0,558	0,669	0,641
3	0,883	0,888	0,797	0,895	0,870	0,859	0,872	0,852	0,811	0,766	0,735	0,708	0,695	0,662	0,619	0,593	0,596	0,571	0,554	0,481	0,645	0,608
4	0,748	0,874	0,830	0,901	0,944	0,895	0,821	0,861	0,848	0,808	0,782	0,791	0,682	0,774	0,673	0,540	0,655	0,657	0,640	0,624	0,617	0,654
5	0,796	0,854	0,886	0,929	0,926	0,980	0,905	0,866	0,903	0,824	0,752	0,766	0,768	0,820	0,782	0,623	0,659	0,618	0,647	0,621	0,582	0,620
6	0,756	0,833	0,900	0,885	0,940	0,911	0,898	0,980	0,885	0,900	0,872	0,785	0,794	0,832	0,754	0,684	0,753	0,690	0,600	0,597	0,563	0,616
7	0,780	0,848	0,811	0,871	0,874	0,954	0,941	0,998	0,935	0,830	0,915	0,825	0,733	0,801	0,790	0,748	0,743	0,726	0,627	0,656	0,652	0,694
8	0,774	0,818	0,894	0,843	0,925	0,944	0,887	0,972	0,886	0,875	0,830	0,935	0,881	0,831	0,812	0,802	0,804	0,730	0,636	0,748	0,694	0,666
9	0,777	0,770	0,821	0,893	0,863	0,889	0,908	1,028	0,941	0,969	0,812	0,893	0,830	0,889	0,872	0,777	0,854	0,707	0,726	0,685	0,738	0,680
10	0,815	0,785	0,801	0,799	0,862	0,878	0,870	0,897	0,929	0,931	0,933	0,857	0,934	0,868	0,913	0,840	0,853	0,733	0,725	0,678	0,666	0,758
11	0,805	0,853	0,853	0,829	0,853	0,878	0,847	0,919	0,868	0,955	0,960	0,964	0,940	0,871	0,840	0,928	0,853	0,841	0,829	0,739	0,750	0,708
12	0,775	0,758	0,810	0,756	0,874	0,954	0,941	0,866	0,879	0,930	0,870	1,010	0,927	0,911	0,959	0,841	0,895	0,873	0,840	0,793	0,768	0,889
13	0,756	0,785	0,781	0,893	0,849	0,887	0,859	0,848	0,866	0,863	0,965	1,012	0,925	0,920	0,976	0,916	0,849	0,900	0,850	0,866	0,858	0,741
14	0,781	0,732	0,805	0,740	0,786	0,875	0,841	0,790	0,889	0,865	0,990	1,016	1,023	0,962	0,929	0,923	0,939	0,867	0,854	0,853	0,910	0,809
15	0,780	0,794	0,787	0,770	0,772	0,906	0,852	0,892	0,899	0,815	0,912	0,887	1,000	1,004	0,994	0,962	0,909	0,924	0,954	0,847	0,877	0,901
16	0,842	0,813	0,748	0,826	0,737	0,868	0,880	0,826	0,842	0,835	0,922	0,960	0,925	0,952	0,985	0,988	0,917	0,967	0,907	0,921	0,930	0,908
17	0,928	0,879	0,870	0,837	0,787	0,815	0,766	0,907	0,930	0,852	0,903	0,860	0,937	0,980	1,069	0,979	1,033	0,982	0,917	0,869	0,870	0,858
18	0,915	0,873	0,907	0,864	0,799	0,798	0,864	0,806	0,900	0,764	0,870	0,840	0,896	0,925	0,944	1,063	0,945	0,973	0,953	1,007	0,884	0,879
19	0,956	0,917	0,943	0,867	0,795	0,920	0,776	0,789	0,774	0,864	0,880	0,776	0,985	0,928	0,978	0,962	1,007	1,020	0,907	0,931	0,884	0,971
20	0,907	0,902	0,864	0,845	0,854	0,804	0,736	0,739	0,806	0,827	0,812	0,814	0,874	0,898	0,850	0,971	0,991	1,054	0,992	0,984	0,905	0,933
21	0,947	0,965	0,877	0,832	0,986	0,925	0,737	0,630	0,794	0,863	0,825	0,777	0,902	0,893	0,818	0,929	0,880	0,928	1,002	0,978	0,919	0,929
22	0,883	0,857	0,866	0,796	0,833	0,796	0,822	0,711	0,870	0,704	0,828	0,789	0,875	0,776	0,844	0,810	0,825	0,910	0,961	1,024	0,936	0,832
23	0,880	0,879	0,846	0,776	0,840	0,897	0,872	0,855	0,819	0,813	0,682	0,656	0,758	0,849	0,702	0,873	0,891	0,862	0,893	0,839	0,954	0,860
24	0,975	0,829	0,886	0,870	0,860	0,864	0,861	0,748	0,895	0,787	0,680	0,743	0,772	0,865	0,812	0,806	0,816	0,848	0,935	0,912	0,939	0,930

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO D2 - Proporção das idades em relação à população total no padrão de Média classe média ($\geq$ R\$1.393,80 a R\$2.787,70)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	0,845	0,844	0,797	0,814	0,804	0,826	0,833	0,850	0,808	0,833	0,736	0,745	0,722	0,729	0,733	0,708	0,660	0,688	0,619	0,584	0,669	0,689
1	0,904	0,888	0,910	0,838	0,880	0,879	0,853	0,876	0,871	0,859	0,765	0,750	0,776	0,853	0,760	0,769	0,700	0,716	0,680	0,659	0,641	0,727
2	0,882	0,880	0,922	0,893	0,877	0,958	0,845	0,886	0,880	0,781	0,760	0,823	0,762	0,782	0,783	0,762	0,734	0,731	0,729	0,682	0,591	0,629
3	0,893	0,863	0,900	0,889	0,924	0,903	0,904	0,920	0,849	0,924	0,772	0,909	0,808	0,859	0,821	0,737	0,762	0,712	0,712	0,697	0,633	0,624
4	0,860	0,846	0,894	0,903	0,888	0,968	0,948	0,959	0,841	0,884	0,825	0,819	0,839	0,805	0,796	0,815	0,762	0,703	0,729	0,658	0,700	0,724
5	0,800	0,883	0,863	0,906	0,931	0,963	0,922	0,878	0,890	0,944	0,872	0,777	0,859	0,896	0,867	0,795	0,818	0,791	0,762	0,727	0,723	0,710
6	0,842	0,849	0,838	0,894	0,953	0,988	0,962	0,968	0,926	0,927	0,859	0,879	0,839	0,864	0,845	0,832	0,767	0,760	0,766	0,712	0,706	0,680
7	0,844	0,814	0,840	0,887	0,867	0,922	0,915	0,936	0,924	0,882	0,864	0,825	0,896	0,949	0,903	0,885	0,848	0,782	0,755	0,710	0,767	0,737
8	0,834	0,825	0,837	0,824	0,907	0,938	0,931	0,925	0,889	0,889	0,882	0,926	0,889	0,951	0,877	0,863	0,836	0,828	0,778	0,692	0,746	0,735
9	0,880	0,893	0,813	0,873	0,900	0,931	0,895	0,933	0,952	0,988	0,934	0,902	0,936	0,915	0,884	0,911	0,846	0,826	0,826	0,752	0,792	0,784
10	0,886	0,807	0,853	0,855	0,852	0,931	0,848	0,870	0,949	0,912	0,881	0,930	0,900	0,861	0,902	0,919	0,855	0,865	0,850	0,787	0,790	0,749
11	0,836	0,852	0,859	0,872	0,847	0,938	0,864	0,878	0,857	0,978	1,000	0,927	0,923	0,904	0,857	0,908	0,868	0,813	0,853	0,759	0,783	0,862
12	0,851	0,881	0,881	0,861	0,867	0,922	0,915	0,829	0,929	0,823	0,916	0,930	0,916	0,922	0,894	0,899	0,967	0,923	0,868	0,906	0,877	0,858
13	0,916	0,884	0,870	0,898	0,860	0,872	0,893	0,828	0,908	0,899	0,886	0,922	0,927	0,894	0,872	0,907	0,905	0,823	0,876	0,879	0,868	0,901
14	0,931	0,900	0,834	0,862	0,978	0,924	0,913	0,906	0,911	0,871	0,944	0,907	0,982	0,928	0,963	0,939	0,970	0,918	0,915	0,863	0,921	0,841
15	0,924	0,895	0,887	0,841	0,879	0,963	0,898	0,879	0,897	0,880	0,884	0,906	0,924	0,928	0,998	0,940	0,906	0,879	0,887	0,879	0,894	0,978
16	0,956	0,894	0,905	0,887	0,902	0,892	0,870	0,838	0,909	0,881	0,892	0,931	0,974	0,924	0,956	0,935	0,912	0,868	0,933	0,935	0,972	0,890
17	0,979	1,000	0,874	0,890	0,877	0,919	0,935	0,905	0,914	0,837	0,864	0,895	0,942	0,939	0,904	0,952	0,938	0,961	0,953	0,956	0,932	0,918
18	0,967	0,969	0,956	0,924	0,950	0,928	0,875	0,829	0,886	0,943	0,844	0,856	0,896	0,976	0,935	0,896	0,991	0,950	0,936	0,909	0,879	0,911
19	1,026	0,963	0,985	0,977	0,918	1,028	0,920	0,779	0,976	0,941	0,885	0,873	0,902	0,921	0,984	0,966	0,924	0,894	0,934	0,977	0,921	0,838
20	1,012	1,030	0,953	0,963	0,926	1,016	1,000	0,880	0,953	0,876	0,850	0,876	0,947	0,888	0,882	0,906	0,907	0,894	0,963	0,947	0,967	0,903
21	1,015	1,100	0,966	0,965	0,957	0,999	1,009	0,978	0,948	0,951	0,931	0,856	0,895	0,927	0,926	0,913	0,922	0,845	0,947	0,950	0,889	0,940
22	1,043	1,007	0,967	0,946	0,985	1,069	0,956	0,860	1,001	0,910	0,865	0,836	0,892	0,947	0,913	0,933	0,876	0,919	0,930	0,953	0,884	0,917
23	1,112	1,107	1,051	0,979	1,022	1,114	1,023	0,997	1,019	1,008	0,953	0,819	0,973	0,939	0,902	1,008	0,873	0,880	0,931	0,922	0,977	0,907
24	1,162	1,123	1,085	0,988	1,029	1,112	1,009	1,087	1,133	0,948	0,983	0,968	1,010	0,959	0,902	0,918	0,969	0,913	0,895	1,000	0,935	0,943

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO D3 - Proporção das idades em relação à população total no padrão de Baixa classe média ($\geq$ R\$557,50 a R\$1.393,80)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	0,997	0,971	0,910	0,905	0,957	1,034	0,944	0,900	0,929	0,962	0,897	0,871	0,885	0,989	0,921	0,900	0,915	0,908	0,855	0,808	0,857	0,877
1	1,019	0,971	0,962	0,937	0,959	0,969	0,936	0,906	0,934	0,977	0,910	0,907	0,911	0,940	0,926	0,909	0,940	0,927	0,855	0,852	0,851	0,879
2	0,985	0,980	0,950	0,945	0,974	1,014	0,964	0,949	0,964	0,930	0,916	0,927	0,935	1,003	0,939	0,921	0,927	0,917	0,857	0,853	0,853	0,885
3	0,966	0,966	0,994	0,972	0,956	0,997	0,976	0,941	0,946	0,942	0,900	0,929	0,921	0,991	0,941	0,938	0,970	0,932	0,891	0,904	0,896	0,863
4	1,002	0,967	0,979	0,962	0,967	0,997	0,971	0,956	0,955	0,961	0,911	0,920	0,956	0,981	0,994	0,990	0,948	0,948	0,898	0,870	0,920	0,851
5	1,001	0,971	0,953	0,978	0,975	0,989	1,001	0,968	0,974	0,939	0,903	0,957	0,982	1,002	0,944	0,949	0,960	0,908	0,912	0,885	0,927	0,941
6	0,987	0,976	0,918	0,984	0,946	0,985	1,002	0,966	0,970	0,970	0,950	0,932	0,937	0,975	0,965	0,935	0,937	0,956	0,916	0,886	0,917	0,910
7	0,998	0,991	0,953	0,961	0,969	1,026	0,993	0,987	1,006	0,977	0,945	0,928	0,998	0,995	0,963	0,978	0,948	0,918	0,956	0,908	0,891	0,875
8	0,985	0,992	0,954	0,953	0,940	1,004	0,992	0,943	0,985	0,990	0,937	0,939	0,957	0,959	0,964	0,957	0,958	0,932	0,931	0,905	0,921	0,896
9	0,997	1,004	0,933	0,990	0,970	1,030	0,985	0,956	0,999	0,962	0,967	0,939	0,964	0,982	0,985	0,981	0,975	0,904	0,954	0,925	0,868	0,917
10	1,013	1,015	0,969	0,985	0,972	1,035	0,984	0,956	0,922	0,980	0,962	0,925	0,968	0,984	0,918	0,945	0,946	0,946	0,925	0,933	0,938	0,903
11	1,029	1,032	0,975	0,970	0,982	1,023	1,009	0,954	0,968	0,946	0,961	0,939	0,970	0,963	0,957	0,981	0,998	0,944	0,939	0,913	0,933	0,934
12	1,010	1,004	0,972	0,993	0,969	1,026	0,993	0,963	0,965	0,971	0,964	0,978	1,034	0,959	0,963	0,941	0,961	0,922	0,955	0,909	0,919	0,922
13	1,022	1,012	0,964	1,014	1,003	1,050	0,966	0,972	0,994	0,951	0,952	0,935	1,009	0,986	0,967	0,931	0,967	0,916	0,953	0,935	0,942	0,913
14	1,032	1,040	0,997	1,014	1,002	1,047	1,000	0,933	0,955	0,986	0,968	0,985	0,953	0,944	0,982	0,979	0,935	0,953	0,923	0,957	0,946	0,936
15	1,031	1,050	1,001	1,013	0,991	1,000	1,003	0,962	0,982	0,969	0,958	0,976	0,980	0,994	0,956	0,988	0,972	0,951	0,972	0,957	0,946	0,923
16	1,055	1,003	0,996	0,964	1,015	1,070	1,027	0,977	0,958	0,965	0,954	0,968	0,963	0,972	0,982	0,977	0,959	0,957	0,948	0,948	0,906	0,923
17	0,997	1,011	1,008	0,984	1,000	1,069	0,978	0,965	0,989	0,989	0,987	0,947	0,974	0,966	0,944	0,978	0,984	0,967	0,924	0,948	0,968	0,969
18	1,020	1,027	1,007	1,012	1,008	1,037	0,990	1,011	1,023	1,008	1,013	0,951	0,989	0,976	0,949	0,989	0,982	0,950	0,933	0,953	0,955	0,946
19	1,052	1,047	1,031	1,014	1,045	1,041	1,096	1,068	1,069	1,012	0,964	0,964	0,983	1,021	0,973	0,984	1,002	0,984	0,985	0,933	0,982	0,968
20	1,077	1,066	1,033	0,999	1,067	1,083	1,063	1,071	1,081	1,058	1,031	0,982	1,034	1,085	1,004	1,022	0,981	0,981	0,978	0,938	0,976	0,951
21	1,096	1,095	1,116	1,056	1,086	1,089	1,079	1,100	1,131	1,102	1,049	0,979	1,056	1,053	1,022	1,056	1,017	1,066	1,018	1,004	0,967	0,995
22	1,118	1,106	1,104	1,051	1,094	1,110	1,107	1,135	1,064	1,125	1,077	1,060	1,060	1,095	1,093	1,087	1,037	1,041	0,988	1,007	1,029	1,002
23	1,111	1,142	1,119	1,108	1,128	1,081	1,106	1,151	1,085	1,102	1,094	1,139	1,101	1,103	1,104	1,052	1,066	1,062	1,015	1,058	1,016	1,047
24	1,129	1,159	1,163	1,104	1,134	1,136	1,135	1,128	1,146	1,088	1,133	1,051	1,127	1,131	1,146	1,122	1,077	1,067	1,022	1,088	1,031	1,055

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO D4 - Proporção das idades em relação à população total no padrão de Massa trabalhadora ($\geq$ R\$278,80 a R\$557,50)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	1,092	1,114	1,092	1,102	1,077	1,163	1,103	1,060	1,067	1,029	0,988	1,056	1,070	1,133	1,125	1,160	1,096	1,108	1,069	1,076	0,997	1,025
1	1,036	1,071	1,041	1,085	1,088	1,199	1,099	1,015	1,066	1,038	0,981	1,029	1,064	1,137	1,074	1,139	1,096	1,106	1,076	1,073	1,045	1,015
2	1,085	1,069	1,084	1,087	1,049	1,101	1,086	1,013	1,011	1,076	0,984	1,026	1,094	1,114	1,132	1,110	1,099	1,094	1,086	1,092	1,064	1,082
3	1,068	1,072	1,019	1,053	1,057	1,101	1,102	1,011	1,040	1,032	1,006	1,004	1,064	1,133	1,114	1,146	1,077	1,105	1,112	1,107	1,071	1,066
4	1,093	1,099	1,031	1,070	1,074	1,098	1,075	1,021	1,038	1,043	0,998	1,035	1,080	1,118	1,083	1,075	1,072	1,108	1,090	1,123	1,083	1,084
5	1,123	1,077	1,045	1,056	1,049	1,071	1,092	1,024	1,030	1,045	1,032	1,031	1,015	1,063	1,059	1,126	1,089	1,099	1,110	1,115	1,022	1,046
6	1,097	1,081	1,077	1,067	1,053	1,071	1,077	0,987	1,065	1,019	1,001	1,021	1,059	1,096	1,104	1,127	1,104	1,062	1,088	1,102	1,103	1,088
7	1,094	1,080	1,080	1,089	1,072	1,074	1,053	1,046	1,009	1,059	1,012	1,010	1,024	1,048	1,064	1,074	1,082	1,104	1,075	1,106	1,097	1,096
8	1,107	1,106	1,050	1,097	1,087	1,084	1,033	1,078	1,082	1,080	1,015	0,975	0,997	1,075	1,079	1,050	1,084	1,049	1,117	1,089	1,087	1,080
9	1,126	1,086	1,095	1,081	1,077	1,074	1,054	1,023	1,047	1,031	1,020	1,042	1,057	1,035	1,029	1,055	1,068	1,073	1,051	1,084	1,091	1,072
10	1,096	1,095	1,080	1,096	1,072	1,083	1,090	1,099	1,068	1,056	1,015	1,040	1,005	1,106	1,054	1,068	1,067	1,056	1,082	1,105	1,103	1,070
11	1,068	1,093	1,100	1,110	1,107	1,083	1,102	1,056	1,113	1,029	1,003	1,017	1,024	1,054	1,061	1,030	1,017	1,089	1,045	1,084	1,119	1,073
12	1,115	1,092	1,112	1,099	1,072	1,074	1,053	1,090	1,071	1,071	1,013	1,023	0,971	1,106	1,045	1,076	1,061	1,024	1,098	1,088	1,085	1,037
13	1,060	1,116	1,100	1,065	1,104	1,061	1,086	1,072	1,035	1,084	1,041	1,053	1,016	1,047	1,043	1,091	1,042	1,093	1,060	1,056	1,094	1,056
14	1,062	1,068	1,072	1,073	1,082	1,042	1,081	1,110	1,093	1,091	1,016	1,008	1,048	1,058	1,003	1,008	1,058	1,050	1,040	1,062	1,067	1,048
15	1,067	1,046	1,094	1,077	1,069	1,055	1,073	1,099	1,083	1,078	1,029	1,015	1,028	1,054	1,029	1,043	1,041	1,042	1,024	1,038	1,054	1,031
16	1,024	1,101	1,060	1,069	1,091	1,043	1,068	1,122	1,125	1,098	1,030	1,010	1,065	1,085	1,025	1,016	1,066	1,064	1,040	1,067	1,062	1,076
17	1,053	1,053	1,047	1,044	1,106	1,090	1,097	1,102	1,106	1,142	1,050	1,037	1,056	1,093	1,056	1,041	1,011	1,050	1,038	1,035	1,041	1,053
18	1,058	1,043	1,071	1,018	1,063	1,088	1,095	1,092	1,117	1,069	1,054	1,103	1,061	1,049	1,078	1,066	1,048	1,072	1,056	1,050	1,048	1,047
19	1,031	1,044	1,047	1,032	1,096	1,001	1,044	1,130	1,070	1,106	1,079	1,123	1,097	1,084	1,068	1,064	1,057	1,088	1,046	1,070	1,071	1,054
20	1,033	0,999	1,072	1,050	1,080	1,053	1,076	1,113	1,087	1,099	1,089	1,109	1,048	1,071	1,115	1,112	1,075	1,098	1,055	1,098	1,050	1,067
21	0,968	0,956	1,066	1,034	1,024	0,994	1,077	1,097	1,048	1,076	1,025	1,105	1,064	1,097	1,126	1,102	1,104	1,132	1,054	1,055	1,048	1,045
22	0,967	1,013	1,042	1,044	1,049	0,968	1,072	1,073	1,073	1,083	1,037	1,098	1,076	1,088	1,100	1,065	1,094	1,097	1,060	1,054	1,057	1,068
23	0,971	0,977	1,020	1,017	1,010	0,943	1,015	1,005	1,049	1,044	1,065	1,104	1,006	1,073	1,081	1,087	1,085	1,119	1,082	1,070	1,031	1,013
24	0,869	0,939	1,042	0,993	1,011	0,886	1,028	1,018	0,974	1,080	1,039	1,095	1,023	1,051	1,084	1,085	1,046	1,087	1,109	1,013	1,033	0,997

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO D5 - Proporção das idades em relação à população total no padrão de Miseráveis (menos de R\$278,80)*

Ida- de	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
0	1,100	1,128	1,184	1,155	1,216	1,228	1,215	1,226	1,244	1,217	1,336	1,275	1,476	1,306	1,289	1,328	1,364	1,348	1,422	1,444	1,491	1,909
1	1,065	1,139	1,108	1,099	1,143	1,192	1,187	1,221	1,193	1,151	1,301	1,244	1,376	1,259	1,309	1,263	1,302	1,285	1,394	1,349	1,435	1,873
2	1,102	1,100	1,047	1,083	1,156	1,022	1,140	1,180	1,049	1,198	1,261	1,180	1,296	1,239	1,231	1,287	1,286	1,315	1,354	1,351	1,414	1,742
3	1,122	1,134	1,091	1,049	1,105	1,175	1,038	1,147	1,199	1,163	1,260	1,167	1,305	1,171	1,211	1,253	1,234	1,284	1,288	1,280	1,331	1,899
4	1,098	1,107	1,089	1,034	1,046	0,986	1,075	1,097	1,177	1,135	1,224	1,160	1,216	1,178	1,172	1,234	1,251	1,230	1,272	1,281	1,254	1,734
5	1,077	1,116	1,102	1,022	1,051	0,963	0,980	1,117	1,109	1,124	1,184	1,150	1,210	1,110	1,176	1,212	1,180	1,265	1,207	1,241	1,334	1,614
6	1,136	1,139	1,115	1,019	1,073	1,041	0,974	1,076	1,065	1,092	1,143	1,141	1,222	1,134	1,123	1,180	1,187	1,233	1,245	1,270	1,245	1,598
7	1,103	1,127	1,094	1,028	1,097	0,923	1,032	0,999	1,058	1,092	1,125	1,165	1,166	1,111	1,120	1,120	1,159	1,208	1,204	1,218	1,232	1,569
8	1,123	1,088	1,105	1,063	1,067	0,976	1,073	1,031	1,051	1,039	1,142	1,125	1,201	1,121	1,110	1,171	1,124	1,233	1,169	1,224	1,202	1,576
9	1,023	1,069	1,113	1,003	1,067	0,998	1,073	1,051	1,007	1,036	1,086	1,080	1,099	1,121	1,110	1,110	1,093	1,253	1,171	1,196	1,233	1,473
10	1,009	1,089	1,074	1,023	1,110	0,965	1,079	1,046	1,088	1,041	1,092	1,094	1,138	1,089	1,144	1,115	1,134	1,183	1,158	1,146	1,141	1,509
11	1,067	0,980	1,026	1,010	1,039	1,005	1,024	1,081	1,064	1,066	1,049	1,078	1,094	1,150	1,141	1,080	1,111	1,128	1,152	1,192	1,103	1,308
12	1,038	1,077	1,019	1,018	1,097	0,923	1,032	1,077	1,066	1,084	1,092	1,023	1,076	1,059	1,081	1,124	1,040	1,172	1,050	1,114	1,120	1,355
13	1,053	0,999	1,054	0,981	0,999	1,079	1,088	1,090	1,087	1,082	1,066	1,039	1,048	1,097	1,085	1,084	1,106	1,137	1,096	1,109	1,052	1,374
14	1,002	1,036	1,059	1,027	0,978	1,050	1,034	1,081	1,061	1,045	1,043	1,038	1,009	1,104	1,071	1,090	1,065	1,098	1,141	1,083	1,044	1,345
15	1,002	1,018	1,009	1,026	1,102	1,082	1,042	1,036	1,042	1,092	1,086	1,070	1,041	1,000	1,030	1,021	1,078	1,113	1,077	1,109	1,087	1,237
16	0,953	1,021	1,054	1,058	1,023	1,028	1,017	1,035	1,048	1,070	1,082	1,056	1,021	1,036	1,028	1,060	1,060	1,065	1,081	1,037	1,077	1,162
17	0,980	0,957	1,036	1,059	1,017	0,928	1,069	1,011	0,985	1,016	1,041	1,088	1,030	1,009	1,045	1,024	1,033	1,010	1,103	1,083	1,057	1,099
18	0,932	0,966	0,960	1,035	1,016	1,084	1,048	1,039	0,961	1,037	1,024	1,042	1,049	1,047	1,043	0,981	0,994	1,016	1,064	1,038	1,087	1,190
19	0,828	0,899	0,935	0,992	0,918	0,891	0,949	0,961	0,960	0,965	1,032	1,020	0,964	0,971	0,979	0,986	0,965	0,959	1,024	1,032	0,996	1,107
20	0,805	0,887	0,942	1,000	0,869	0,780	0,928	0,945	0,925	0,960	0,977	1,005	0,976	0,921	0,998	0,914	0,990	0,937	0,979	0,988	1,006	1,073
21	0,842	0,799	0,844	0,951	0,842	0,756	0,891	0,920	0,912	0,876	0,989	1,027	0,938	0,919	0,948	0,891	0,936	0,845	0,931	0,953	1,055	0,968
22	0,804	0,820	0,888	0,965	0,838	0,799	0,849	0,930	0,905	0,917	0,973	0,961	0,930	0,914	0,882	0,926	0,964	0,894	0,986	0,935	0,953	0,952
23	0,758	0,703	0,861	0,917	0,814	0,729	0,852	0,868	0,917	0,893	0,921	0,917	0,966	0,879	0,951	0,872	0,909	0,874	0,941	0,916	0,957	1,001
24	0,785	0,747	0,756	0,921	0,785	0,708	0,803	0,876	0,818	0,917	0,893	0,935	0,872	0,833	0,849	0,865	0,915	0,895	0,902	0,892	0,959	0,941

Fonte: PNAD – Dados da pesquisa

ANEXO E - Distribuição da população brasileira nas cinco faixas de renda

